

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**FELIPPE FIGUEIREDO LATTANZIO**

**Uma abordagem continuísta da  
psicopatologia psicanalítica**

**Um percurso por Freud, Lacan e a Teoria da Sedução  
Generalizada de Jean Laplanche**

Belo Horizonte

2018

FELIPPE FIGUEIREDO LATTANZIO

# **Uma abordagem continuísta da psicopatologia psicanalítica**

**Um percurso por Freud, Lacan e a Teoria da Sedução  
Generalizada de Jean Laplanche**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Estudos  
Psicanalíticos.

Orientador: Prof. Paulo César de  
Carvalho Ribeiro

Belo Horizonte  
2018

150 Lattanzio, Felipe Figueiredo  
L364a Uma abordagem continuísta da psicopatologia  
2018 psicanalítica [manuscrito] : um percurso por Freud, Lacan e a  
teoria da sedução generalizada de Jean Laplanche / Felipe  
Figueiredo Lattanzio. - 2018.  
264 f. : il.  
Orientador: Paulo César de Carvalho Ribeiro.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia

1.Psicologia – Teses. Psicopatologia - Teses. 3.Clínica –  
Teses. 4.Psicoses – Teses. 5. Neuroses - Teses. I. Ribeiro,  
Paulo César de Carvalho. II. Universidade Federal de Minas  
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.  
Título.

Nome: Lattanzio, Felipe F.

Título: *Uma abordagem continuísta da psicopatologia psicanalítica: um percurso por Freud, Lacan e a Teoria da Sedução Generalizada de Jean Laplanche*

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia

### **Banca examinadora**

.....  
Prof. Dr. Paulo César de Carvalho Ribeiro (UFMG - Orientador)

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Marta Rezende Cardoso (UFRJ)

.....  
Prof. Dr. Luiz Carlos Tarelho (Anhanguera Educacional)

.....  
Prof. Dr. Fábio Roberto Rodrigues Belo (UFMG)

.....  
Prof. Dr. Gilson de Paulo Moreira Iannini (UFMG)

Belo Horizonte, 25 de maio de 2018.

Para a Bela,  
cujos amor e companheirismo  
tornam todos os caminhos mais  
leves.

*“... if I only had words  
I would say all the beautiful things  
That I see when you're with me.”*

## AGRADECIMENTOS

*No percurso do doutorado, tive o raro privilégio de ser orientado por dois dos grandes teóricos da psicanálise contemporânea. Agradeço, assim:*

Ao Paulo César de Carvalho Ribeiro, cujos caminhos abertos por sua originalidade teórica deram a direção para minha pesquisa. Sua orientação, que mesclou diálogos e leituras atentos e precisos com a fundamental liberdade dada ao processo de pesquisa e escrita, foi indispensável para o trabalho que aqui se conclui. Sua amizade, construída ao longo dos anos de parceria (desde o mestrado, que se iniciou em 2009, até agora), e a confiança em mim depositada são verdadeiros presentes em minha trajetória pessoal e profissional.

À Christophe Dejourns, que me acolheu tão bem durante o período de doutorado sanduíche no *Conservatoire National des Arts et Métiers*. Nossas conversas e sua estrondosa e generosa capacidade de escuta ficarão marcadas em minha história. Foi realmente inspirador ver sua dedicação à academia e à equipe de pesquisa por ele coordenada.

*Para além das orientações, outras presenças são fundamentais nesse trajeto. Agradeço:*

À Bela, pela presença constante em minha vida; por todo o companheirismo, todo o cuidado e todo o amor; pelos momentos e experiências compartilhados no período do sanduíche em Paris; pelos fundamentais incentivos e apoios durante o período do doutorado; pelas revisões e formatações indispensáveis para a conclusão desta tese.

Aos meus pais, Angelo e Waldete, por todo o incentivo e carinho dado nesta etapa e em toda a vida; por compartilharem de minhas alegrias e angústias. Ao meu pai, pela grande ajuda na primorosa confecção das figuras desta tese. À minha mãe, pelas cotidianas e aconchegantes conversas sobre o andamento da tese. A toda minha família, tios, primos e primas queridas, avô, meu sogro e minha sogra, cunhados (que hoje se tornaram verdadeiros amigos), pela presença e incentivo.

À Maria Teresa de Melo Carvalho, pela amizade, pelas conversas e pelo generoso compartilhamento de seu conhecimento sobre Laplanche.

Ao Fábio Belo, por acompanhar minha trajetória e ser um interlocutor e parceiro instigante e constante; também por suas valiosas contribuições durante a qualificação. Ao Luiz Carlos Tarelho, pelas preciosas sugestões na ocasião da qualificação, pela simpatia e disponibilidade. Aos demais professores do programa de pós-graduação em psicologia

da UFMG, pelas importantes trocas e aprendizados ao longo do doutorado. Aos funcionários do programa, pelas fundamentais ajudas nesse percurso.

À Júlia Machado, pela amizade e pelas sempre renovadas interlocuções e leituras atentas.

Aos amigos queridos que, cada qual com sua especificidade, são presenças fundamentais no meu percurso: Marília, Virgínia, Cyro, Ricardo, Marinela, Lucas Braga, Diego, Lucas Melo, Ariana, Maria José, Gustavo Gonçalves, Ernesto, Otacílio, Tubacas, Joana, Natália Jordana, Carol, Camila, Nina, Ítalo, Mariah, Gustavo Carneiro, Fernanda, Matheus, Andréa, Gustavo Ramos, Luis Cláudio, Júlia Silva, Giovano, Zé, Vanessa, Márcia, Mônica, Walevisky, Gláucia, Rosário e Luciana. À ajuda, em diferentes momentos do doutorado, dos queridos Leo Babo, Fernanda Marçolla, Paulo Silva e Paula Paim.

Aos companheiros do *Instituto Albam*: Rebeca (cuja presença é fundamental em meu percurso profissional e pessoal), Luciene, Fátima, Leo, Gustavo, Fabiana, João Paulo, Tayane, Paula, Luciano, Ana Magna. Aos companheiros do *Travessias*, parceiros de trilhas a percorrer: Alberto, Izabela, Lucas, Marcus, Elisa e Érica.

Aos amigos e colegas de trabalho de Paris: Laura, Laís, Maria Noel, Priscila, Lívia, Bouchra, João, Alexandre, Francisca, Virginie Hervé, Antoine Duarte, Marie Potiron, Isabelle Gernet, Beatrice Edrei.

À *Fondation Jean Laplanche: nouveaux fondements pour la psychanalyse*, pelo convite que nos permitiu discutir algumas das conclusões desta tese com muitos dos mais importantes pesquisadores do pensamento de Jean Laplanche na ocasião das *Journées Internationales Jean Laplanche 2018*.

Aos colegas e alunos da *Especialização em Teoria Psicanalítica* da UFMG, por possibilitarem, em meu período de atuação como docente, um importante espaço de trocas e aprendizado. Aos colegas e alunos da *Fead*, pelo suporte e pelas trocas possibilitadas. Aos alunos das aulas práticas de psicopatologia na ocasião do estágio em docência, pela instigante experiência.

Aos meus pacientes, pelo aprendizado cotidiano que me proporcionam e pelas constantes trocas.

À Capes, enfim, agradeço pelo fundamental apoio financeiro à pesquisa, que possibilitou o período de estudos na França.

*Não se poderia duvidar de que as neuroses e psicoses não estão separadas por uma linha rígida, mais do que o estão a saúde e a neurose...*

**Sigmund Freud**

*... o conflito psíquico é conflito entre pulsões de vida e pulsão de morte. Mais concretamente, na nossa experiência psicanalítica cotidiana, é um conflito entre os processos de ligação e os processos de desligamento. Todavia, isso não nos leva a tomar necessariamente partido a favor da ligação, nem a afirmar que a ligação estaria sempre, forçosamente, do lado da vida biológica, nem mesmo do lado da vida psíquica, pois o extremo da ligação é também o extremo da imobilização. (...) Existe, com certeza, uma morte do psiquismo por desintegração, morte pela pulsão de morte, mas também existe morte do psiquismo por rigidificação e síntese excessiva, morte do psiquismo pelo ego.*

*Em última análise (...), seria preciso, a partir daí, descrever a natureza da simbolização, sua história escandida por suas etapas (não renegamos as etapas essenciais do Édipo e da castração, mesmo se lhes atribuimos uma situação secundária em relação à sedução originária). Dever-se-ia repensar (...) a gênese e a função das instâncias psíquicas; e, é evidente, seria necessário situar os diferentes fracassos possíveis da simbolização.*

**Jean Laplanche**

## RESUMO

Lattanzio, F. F. (2018). *Uma abordagem continuísta da psicopatologia psicanalítica: um percurso por Freud, Lacan e a Teoria da Sedução Generalizada de Jean Laplanche*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A tese formula uma interpretação continuísta da psicopatologia psicanalítica, propondo uma linha de continuidade entre neuroses e psicoses. Não argumentamos no sentido de uma homologia entre neuroses e psicoses, mas sim no sentido de que tais formas de sofrimento psíquico não são separadas por uma barreira rígida. A primeira parte da tese apresenta uma análise crítica do discreto e do contínuo na história da psicanálise, utilizando a escola francesa de psicanálise como parâmetro. Partindo de apontamentos sobre o problema do discreto e do contínuo em Freud, conclui-se que sua teoria não fornece subsídios para uma apreensão descontínua da psicopatologia; ao contrário, percebe-se em Freud uma tendência a considerar pontos de contato entre as diversas formas do sofrimento psíquico. É a partir do recurso de Lacan ao estruturalismo que uma visão descontínua da psicopatologia psicanalítica se desenha, com a noção de estruturas clínicas. Dessa forma, percorremos a gênese e o desenvolvimento da utilização do estruturalismo por Lacan, entendendo seus limites e formulando críticas aos fundamentos binários que consideramos inadequados para se pensar a diversidade do sofrimento psíquico. Por outro lado, não deixamos de considerar a importância de algumas contribuições de Lacan para a compreensão teórica e o manejo clínico das neuroses e psicoses. Na segunda parte da tese recorremos à teoria da sedução generalizada, de Laplanche, para fundamentar um modelo de tópica psíquica e de inconsciente que nos permita retomar a psicopatologia sob um viés continuísta. Dentro dessa análise e dialogando com outros autores (além do próprio Laplanche) que se debruçam sobre os impasses da teoria laplancheana (como Ribeiro, Bleichmar, Dejours, Tarelho, Cardoso, Scarfone, Martens), damos nossa própria interpretação a alguns pontos dilemáticos das discussões atuais sobre os elementos encravados, a clivagem estrutural e a terceira tópica. Seguimos nosso percurso com a análise dos grandes modelos de ligação do sexual (castração, Édipo, lógica fálica, Nome-do-Pai) presentes em nossa realidade histórica, situando um *continuum* de sua incidência a partir da relação entre gênero e recalque, uma vez que consideramos esta relação decisiva para compreendermos o caráter defensivo dessas formas de ligação. Tomando o Nome-do-Pai como paradigma da conexão entre o originário e as formas de ligação – uma lei que regula o desejo –, propomos um “*continuum* circular” de sua incidência, no qual tanto sua ausência quanto sua totalidade desembocariam na psicose. Alguns fenômenos clínicos são analisados de forma a corroborar a centralidade do sexo-gênero nos processos psicóticos (como é o caso do empuxo-à-mulher e das dificuldades de se situar perante a diferença sexual). São pensadas, enfim, algumas consequências diagnósticas e clínicas da concepção proposta, a partir da análise de quatro vinhetas de casos clínicos.

**Palavras-chave:** Psicopatologia psicanalítica; continuidade; estruturas clínicas; neuroses; psicoses; gênero; clínica psicanalítica; Laplanche.

## ABSTRACT

Lattanzio, F. F. (2018). *A line of continuity of the psychoanalytic psychopathology: a course by Freud, Lacan and Jean Laplanche's Theory of the Generalized Seduction*. Thesis of doctorate, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

The thesis formulates an interpretation of the psychoanalytic psychopathology based on a continuous perspective, proposing a line of continuity between neuroses and psychoses. We do not argue in the sense of a homology between neuroses and psychoses, but in the sense that a rigid barrier does not separate such forms of psychic suffering. The first part of the thesis presents a critical analysis of the notions of discrete and continuous in the history of psychoanalysis, having the French school of psychoanalysis as a parameter. Starting from notes on the problem of the discrete and the continuous in Freud, it is possible to conclude that his theory does not provide subsidies for a discontinuous apprehension of psychopathology; on the contrary, we note a tendency in Freud to consider points of contact between the various forms of psychic suffering. A discontinuous view of the psychoanalytic psychopathology is drawn with Lacan's resort to structuralism, with the notion of clinical structures. Considering this, we go through the genesis and development of Lacan's use of structuralism, understanding its limits and formulating criticisms of the binary fundamentals which we consider inadequate in order to think about the diversity of psychic suffering. On the other hand, we do not neglect to consider the importance of some of Lacan's contributions to the theoretical understanding and clinical management of neuroses and psychoses. On the second part of the thesis we turn to Laplanche's theory in order to substantiate a model of the psychic topic and of the unconscious that allow us to address psychopathology in a continuous bias. In this analysis, in dialogue with other authors (besides Laplanche) who focus on the impasses of the Laplanchean theory (such as Ribeiro, Bleichmar, Dejours, Tarelho, Cardoso, Scarfone, Martens), we give our own interpretation to some dilemmatic points brought up in recent discussions related to enclosed elements, structural splitting and the third topic. We go on and analyze the great models of sexual linkage (castration, Oedipus, phallic logic, the Name-of-the-Father) present in our historical reality, locating a *continuum* in their incidence based on the relationship between gender and repression – since we consider this relationship crucial in order to understand the defensive character of these forms of linkage. Taking the Name-of-the-Father - a law that regulates desire - as the paradigm of the connection between elements related to the origins and the various forms of linkage, we propose a "circular *continuum*" of its incidence, in which its absence as well as its totality would lead to psychosis. Some clinical phenomena are analyzed in order to corroborate the centrality of sex-gender in psychotic processes (such as in the case of the Push-to-the-woman and in the difficulties one faces when dealing with the sexual difference). Finally, some diagnostic and clinical consequences of the proposed conception are drawn, based on the analysis of four vignettes of clinical cases.

**Keywords:** Psychoanalytic psychopathology; continuity; clinical structures; neurosis; psychosis; genre; psychoanalytic clinic; Laplanche.

## RÉSUMÉ

Lattanzio, F. F. (2018). *Une approche continuiste à la psychopathologie psychanalytique: un parcours à travers Freud, Lacan et la Théorie de la Séduction Généralisée de Jean Laplanche*. Thèse de doctorat, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

La thèse formule une interprétation continuiste de la psychopathologie psychanalytique, en proposant une ligne de continuité entre névroses et psychoses. Nos arguments ne plaident pas l'homologie entre névroses et psychoses, mais plutôt que ces formes de souffrance psychique ne sont pas séparées par une barrière rigide. La première partie de la thèse présente une analyse critique du discret et du continu dans l'histoire de la psychanalyse, utilisant l'école française de psychanalyse comme paramètre. Partant des notes sur le problème du discret et du continu chez Freud, on conclut que sa théorie ne fournit pas de contribution pour une appréhension discontinue de la psychopathologie; au contraire, on remarque chez Freud une tendance à envisager des points de contact entre les diverses formes de souffrance psychique. C'est à partir du recours de Lacan au structuralisme qu'une vision discontinue de la psychopathologie se dessine, avec la notion de structures cliniques. Ainsi, nous parcourons la genèse et le développement de l'utilisation du structuralisme par Lacan, entendant ses limites et formulant des critiques aux fondements binaires que nous considérons inadéquats pour penser la diversité de la souffrance psychique. D'autre part, nous n'oublions pas de considérer l'importance de plusieurs contributions de Lacan pour la compréhension théorique et le maniement clinique des névroses et des psychoses. Dans la deuxième partie de la thèse, nous recourons à la théorie de Laplanche pour établir un modèle de topique psychique et d'inconscient qui nous permet de reprendre la psychopathologie par un biais continuiste. Dans cette analyse et en relation avec d'autres auteurs (outre Laplanche lui-même) qui se penchent sur les impasses de la théorie laplanchienne (comme Ribeiro, Bleichmar, Dejours, Tarelho, Cardoso, Scarfone, Martens), nous donnons notre propre interprétation de plusieurs points dilemmatiques des débats actuels sur les éléments enclavés, le clivage structurel et la troisième topique. Nous poursuivons notre parcours avec l'analyse des grands modèles de liaison du sexuel (castration, Œdipe, logique phallique, Nom-du-père) présents dans notre réalité historique, situant un *continuum* de son incidence à partir du rapport entre genre et refoulement, une fois que nous considérons ce rapport décisif pour comprendre le caractère défensif entre l'originnaire et les formes de liaison - une loi qui régule le désir -, nous proposons un "*continuum* circulaire" de son incidence, dans lequel autant son absence que sa totalité déboucheraient sur la psychose. Plusieurs phénomènes cliniques sont analysés de façon à ratifier la centralité du sexe-genre dans les processus psychotiques (comme c'est le cas du pousse-à-la-femme et des difficultés de se situer face à la différence sexuelle). Sont envisagées, enfin, certaines conséquences diagnostiques et cliniques de la conception proposée, à partir de l'analyse de quatre vignettes de cas cliniques.

**Mots-clés :** Psychopathologie psychanalytique ; continuité ; structures cliniques ; névroses ; psychoses ; genre ; clinique psychanalytique ; Laplanche.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema freudiano do modelo tradutivo da memória.....	124
Figura 2 - Esquema simplificado do recalque originário pensado em termos tradutivos .....	125
Figura 3 - Metáfora constitutiva do inconsciente conforme apresentação no Colóquio de Bonneval .....	126
Figura 4 - Uso estruturalista da metáfora constitutiva do inconsciente .....	129
Figura 5 – Significante-dessignificado, que só remete a si mesmo .....	130
Figura 6 - Metáfora constitutiva do inconsciente conforme reformulação no "Court traité de l'inconscient" .....	130
Figura 7 – Níveis do inconsciente e objeto(s)-fonte em relação ao esquema tradutivo do recalçamento .....	136
Figura 8 – Elementos encravados, representações-coisa e objeto-fonte clivado no contexto do modelo tradutivo do recalçamento .....	149
Figura 9 – Representação tópica simplificada da intromissão .....	151
Figura 10 – Delimitação do Eu-instância (ou: a clivagem do Eu-corporal e a clivagem estruturante são a mesma coisa) .....	152
Figura 11 – Esquema simplificado da terceira tópica de Dejours .....	155
Figura 12 – Esquema tópico laplancheano que inclui o inconsciente encravado enquanto destinatário inicial das mensagens .....	159
Figura 13 – Linha de continuidade entre implantação e intromissão no âmbito do modelo tradutivo do recalçamento .....	162
Figura 14 – Multiplicidade das figurações de penetrabilidade do corpo, a partir de detalhe de "O jardim das delícias" (aprox. 1510), de Hieronymus Bosch .....	189
Figura 15 – O recalque secundário ressignifica o originário em termos sexuais .....	192
Figura 16 – Representações da penetrabilidade em sua relação com o feminino .....	195
Figura 17 – Vênus de Willendorf, exposta no Museu de História Natural de Viena .....	204
Figura 18 – Continuum circular entre neuroses e psicoses a partir das diferentes incidências do Nome-do-Pai .....	215

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	16
<b>PARTE 01: O DISCRETO E O CONTÍNUO NA PSICOPATOLOGIA PSICANALÍTICA</b> .....	23
CAPÍTULO 01: APONTAMENTOS SOBRE AS NOÇÕES DE DISCRETO E CONTÍNUO NA PSICOPATOLOGIA FREUDIANA.....	24
<b>1.1. A recusa enquanto mecanismo de defesa específico das psicoses: continuidade ou descontinuidade?</b> .....	36
<b>1.2. Psicose e recalque</b> .....	42
<b>1.3. Qual realidade está em jogo na teoria da defesa?</b> .....	44
CAPÍTULO 02: GÊNESE, DESENVOLVIMENTO E CRÍTICA DA NOÇÃO DE ESTRUTURA EM PSICANÁLISE.....	50
<b>2.1. O estruturalismo no cenário das ciências humanas</b> .....	51
<b>2.1.1. Uma resposta à crise epistemológica das ciências humanas</b> .....	51
<b>2.1.2. Em que se pode reconhecer o estruturalismo?</b> .....	53
<b>2.2. A apropriação lacaniana da noção de estrutura</b> .....	60
<b>2.2.1. O estatuto do inconsciente no primeiro classicismo lacaniano</b> .....	64
<b>2.2.2. Psicopatologia e estrutura: a metáfora paterna, a significação fálica e o diagnóstico estrutural</b> .....	68
<b>2.3. O constrangimento binarista do diagnóstico estrutural</b> .....	73
<b>2.3.1. Derrida, Deleuze, o Falo: as críticas ao estruturalismo enquanto nova filosofia transcendental</b> .....	73
<b>2.3.2. Nome-do-Pai: sim ou não?</b> .....	79
<b>2.4. Lacan para além da estrutura – até que ponto? O segundo classicismo</b> .....	81
<b>2.5. Os discípulos de Lacan dão continuidade ao seu programa: forclusão generalizada, psicose ordinária, histeria rígida, clínica borromeana</b> .....	88
<b>2.6. Alcances e limites das propostas contemporâneas de classificação psicopatológica no escopo do pós-estruturalismo lacaniano</b> .....	95
<b>2.7. O que fazer com o Nome-do-Pai?</b> .....	101
<b>2.8. Os resquícios do estruturalismo enquanto obstáculos para uma psicopatologia continuista</b> .....	104
<b>PARTE 02: O CONTINUUM ENTRE NEUROSES E PSICOSES: PROPOSIÇÃO TEÓRICA E REPERCUSSÕES CLÍNICAS</b> .....	108
CAPÍTULO 03: UM MODELO DE APARELHO PSÍQUICO PARA SE PENSAR A CONTINUIDADE: NATUREZA DO INCONSCIENTE, FORMAÇÃO DA TÓPICA, FRONTEIRAS DO EU E ELEMENTOS ENCRAVADOS.....	109
<b>3.1. O realismo do inconsciente enquanto alternativa necessária frente ao essencialismo e ao transcendentalismo da teoria</b> .....	109
<b>3.1.1. Situação antropológica fundamental: a invariável do humano</b> .....	111

3.1.2. A fundação do inconsciente e da tópica: primeiras inscrições, primeiras traduções .....	118
3.1.3. A fundação do inconsciente e da tópica: o recalque originário .....	123
3.1.4. Diferentes níveis no funcionamento inconsciente .....	132
3.2. Para além do traduzível: a necessidade de fundamentar processos não neuróticos .....	137
3.2.1. O intraduzível e o encravado: como situá-los na tópica? .....	146
3.2.2. Inconsciente amencial (Dejours) e inconsciente encravado (Laplanche): a chamada terceira tópica e sua relação com a psicopatologia .....	154
3.2.3. Uma interpretação continuísta da “terceira tópica” .....	161
CAPÍTULO 04: AS INCIDÊNCIAS DO GÊNERO NA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA E SUA RELAÇÃO COM A PSICOPATOLOGIA: DEFESA E CONTINUIDADE .....	170
4.1 Por que o gênero? Discussão sobre a centralidade das representações de gênero e sexo na produção de subjetividades .....	170
4.2 Gênero e recalque originário .....	177
4.3. O recalque secundário, a consolidação da tópica e o posicionamento perante a diferença sexual .....	181
4.3.1. O recalque secundário consolida e ressignifica o originário .....	188
4.3.2. Feminilidade originária? .....	193
4.4. Qual lugar para a lógica fálica em uma psicopatologia continuísta? .....	199
4.4.1. Lógica fálica, defesa e continuidade .....	200
4.4.2. As falácias do falo .....	202
4.5. O Nome-do-Pai interpretado à luz das relações entre gênero e consolidação da tópica .....	208
4.5.1. Articular a lei ao desejo, a unidade à multiplicidade, as fronteiras à passividade originária, a lógica fálica à feminilidade das origens .....	208
4.5.2. Metáfora paterna ou metonímia paterna? .....	210
4.6. Na gênese da psicose, o ápice da lei ou sua ausência: um <i>continuum</i> circular .....	214
4.7. Jogando luz sobre alguns fenômenos clínicos da psicose: o empuxo-à-mulher e as dificuldades de se situar perante a diferença de sexos .....	218
CAPÍTULO 05: IMPLICAÇÕES CLÍNICAS E DIAGNÓSTICAS DA CONTINUIDADE ..	223
5.1. Diagnóstico enquanto localização subjetiva .....	223
5.2. Quatro fragmentos clínicos .....	225
5.2.1. O caso Charles: uma interpretação (pré)edípica na psicose .....	225
5.2.2. O caso “Sr. Garance”: ninguém está ao abrigo das manifestações do amencial .....	231
5.2.3. O caso Bernardo e a instabilidade da identidade sexual .....	235
5.2.4. O caso Bia: um desejo materno que não faz compromisso com o falo .....	239

<b>5.3. Implicações técnicas para a atuação do analista</b> .....	243
CONCLUSÃO .....	246
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	249

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como eixo central a discussão sobre a continuidade entre neuroses e psicoses na psicopatologia psicanalítica. Entendamos, em primeiro lugar, o que significa adotar uma perspectiva continuísta em psicopatologia. O contínuo e o discreto são conceitos oriundos da matemática (cf. Brolezzi, 1996), que podemos resumir da seguinte forma: categorias discretas seriam perfeitamente separáveis, como o são os números inteiros, por exemplo, ao passo que categorias contínuas teriam seus limites menos apreensíveis, como é o caso das frações, números decimais (que podem se subdividir infinitamente), entre outros. O problema do contínuo e do discreto remonta à antiguidade grega, e podemos encontrar na Física de Aristóteles uma definição que nos servirá como base inicial para pensarmos o contínuo:

O *contínuo* (*synechés*) é uma subdivisão do contíguo; assim, por exemplo, digo que uma coisa é contínua a outra quando seus limites que se tocam entre si chegam a ser um e o mesmo e, como indica a palavra, se “contêm” entre si, mas, se os extremos são dois, não pode haver continuidade. Segundo esta definição resulta evidente que a continuidade pertence àquelas coisas nas quais, em virtude de sua natureza, existe uma unidade por contato. (Aristóteles, *Física*, 227a, 10-15, tradução nossa).

Se transpusermos essa diferenciação para o campo do sofrimento psíquico, entendemos que uma apreensão discreta significa considerar os grandes grupos nosográficos como independentes e separados por uma barreira rígida, ao passo que uma visão contínua compreende que as diferentes formas de sofrimento psíquico mantêm pontos de contato entre si, que podem existir nuances na transição entre estas.

É importante definirmos também a visão continuísta em psicopatologia a partir do que ela não é. A ideia de continuidade entre saúde e doença, ou entre neuroses e psicoses, não deve ser entendida necessariamente como homogeneidade entre os pólos, como se estes tivessem os mesmos elementos em sua composição, diferenciando-se apenas na quantidade, sem especificidade. O fundamental da noção de continuidade é que tais pólos não se distingam de forma estanque, que não seja uma barreira rígida a demarcar as diferenças entre eles, que existam, enfim, pontos de contato entre ambos. Dessa forma, falar em continuidade não implica necessariamente o simples raciocínio “acumulador de sintomas”, no qual se deve atender a X critérios para se atingir uma entidade clínica, como se vê em alguns usos contemporâneos da ideia de espectro. O debate entre continuidade e descontinuidade, tal como propomos aqui, portanto, não é o ringue de posições radicalmente antagônicas, mas antes se localiza nas nuances da diferenciação e transição entre as categorias clínicas *neuroses* e *psicoses*. Não obstante, tais nuances acarretam importantes consequências teóricas e clínicas, como ficará claro ao longo desta tese.

A ideia de continuidade, quando aplicada à psicopatologia psicanalítica, por sua vez, faz uma exigência à teoria da clínica, na medida que a inexistência de uma barreira rígida a separar os diferentes modos de sofrimento requer a concepção de uma mesma metapsicologia a explica-los. Laplanche (2015/2003a) comenta que, na história da psicanálise, as psicoses muitas vezes foram descritas teoricamente a partir de recursos a modelos completamente desconectados dos modelos que explicam as neuroses, sendo tal dicotomia claramente insuficiente: “é como se, num outro registro, diante de dois aspectos diferentes do mundo, fossem propostas duas cosmologias perfeitamente distintas e sem comunicação nenhuma entre elas” (Laplanche, 2015/2003a, p. 198). É preciso, pois,

buscar uma metapsicologia que possa responder às diferentes configurações do sofrimento humano e, assim, se mostrar apta a captar transições e estruturações mistas.

Nos últimos anos, vários autores de linhas psicanalíticas distintas vêm apontando como uma apreensão binarista da teoria e clínica psicanalíticas traz dificuldades para a compreensão e a condução clínica de inúmeros quadros de sofrimento psíquico tidos como raros ou limítrofes, bem como de determinados fenômenos que ocorrem em casos típicos de neurose ou psicose e que se mostram desalinhados com aquilo que se espera teoricamente nesses quadros (Kernberg, 1967; Miller, 1998; Ribeiro, 2001; Dejours, 2001; Cardoso, 2004; Rosenfeld, 2006; Garcia & Cardoso, 2011). Pensemos, por exemplo, em casos de neurose em que são desencadeadas certas descompensações somáticas, ou mesmo momentos de despersonalização que parecem portar algo relativo a um desligamento subjetivo radical que, por sua vez, seria classicamente esperado apenas em psicoses. A crescente presença, na clínica, de patologias que trazem à tona as dificuldades radicais, ou mesmo a ausência de simbolização, como quadros de pânico, também nos interroga sobre nossas ferramentas teóricas capazes de explica-los.

É interessante notar que nos círculos mais informais e não acadêmicos de discussões de casos clínicos é muito comum o uso de uma nosografia espontânea do cotidiano, quando se emprega expressões como “traços psicóticos”, “traços perversos”, entre outras... Curioso que muitas das vezes a teoria que embasa a prática clínica das pessoas que fazem tal uso informal não comporta esse tipo de maleabilidade, contudo, podemos pensar, tais descrições são uma forma espontânea de driblar a rigidez das possibilidades diagnósticas.

Ribeiro (2001) forja a expressão *constrangimento binarista* para se referir à artificialidade rígida gerada pelo fato de um diagnóstico ser pautado pelo “sim ou não”, desconsiderando as nuances, as gradações, o *quanto* e o *como*. Seria como a famosa história do leito de Procusto. Esse personagem lendário convidava os viajantes a dormirem em sua cama de ferro; contudo, se os hóspedes fossem demasiado altos, serrava uma parte de seus membros, e se fossem baixos demais, esticava-os. O que importava, afinal, era encaixar os viajantes no tamanho da cama. Acreditamos que o entendimento binário do diagnóstico psicanalítico gera a mesma violência, bem como dificuldades de compreensão das particularidades dos diferentes sujeitos.

\*\*\*

Pois bem, é nessa discussão sobre o discreto e o contínuo na psicopatologia psicanalítica que entraremos na presente tese. Para tal, a dividiremos em duas partes. A primeira será dedicada ao discreto e ao contínuo na psicopatologia psicanalítica.

Analisaremos, inicialmente, como essas noções de discreto e contínuo aparecem na teoria freudiana. Certamente as categorias *neuroses* e *psicoses* já existiam na história da psicopatologia antes de aparecerem na psicanálise (cf. Beer, 1996), mas sua apropriação por Freud conferiu-lhes novos significados, por exemplo, a ideia mais clara de que se tratam de categorias opostas (cf. Mazzuca, 2001). No entanto, oposição não significa descontinuidade, dado que se pode conceber duas categorias qualitativamente distintas cujos limites se interpenetram. Vejamos como isso se dá no próprio Freud:

    Não se poderia duvidar de que as neuroses e psicoses não estão separadas por uma linha rígida, mais do que o estão a saúde e a neurose, e era plausível explicar os misteriosos fenômenos

psicóticos pelas descobertas a que se chegou nas neuroses, que até então haviam sido igualmente incompreensíveis. (Freud, 1996/1924a, p. 228).

Ao mesmo tempo, entendemos que Freud, apesar de se colocar como continuísta por diversas vezes, deixa também portas abertas para diferentes interpretações, que por sua vez se transformam em diferentes compreensões sobre a psicanálise.

Ao nos situarmos frente a essas diversas possibilidades, concordamos com o ponto de vista de Luiz Carlos Tarelho (1999b, p. 150) ao discutir as psicoses, quando afirma que “uma das principais razões – senão a principal – que se situa na origem desta dificuldade de se encontrar um modelo adequado para o tratamento das psicoses é justamente *o apego a uma concepção teórica baseada numa visão auto-centrada da constituição do inconsciente*”. Partindo dessa noção, propomos nosso recorte metodológico para centrar nossas investigações na chamada escola francesa de psicanálise que, a partir de Lacan, forneceu as ferramentas para considerar o inconsciente e a pulsão não como endógenos, mas produtos da intersubjetividade. Ademais, uma série de importantes conceitos para a compreensão dos encaminhamentos psicopatológicos de cada sujeito são possibilitados a partir do ensino de Lacan. Ao mesmo tempo, localizamos na teoria lacaniana a construção mais clara de uma perspectiva discreta, ou descontinuísta, da psicopatologia psicanalítica, principalmente a partir do recurso de Lacan à noção de estrutura. Tal recurso teve tamanha pregnância que, atualmente, é quase automático utilizarmos a expressão “estruturas clínicas”, sem uma reflexão adequada sobre o descontínuismo nela implícito. Dessa forma, sentimos a necessidade de fazer um percurso crítico sobre as relações entre a psicanálise e o estruturalismo na teoria lacaniana, o que se encontra no segundo capítulo da tese. Ao tecermos nossas críticas e apontarmos o que consideramos serem os limites da concepção lacaniana, nos encaminharemos para a necessidade de discutir um modelo

de inconsciente e de tópica que fundamente uma proposta continuísta. Assim, passaremos à segunda parte da tese, cujo objetivo é a proposição teórica de um *continuum* entre neuroses e psicoses, bem como a discussão de suas repercussões clínicas.

No terceiro capítulo nos dedicaremos a pensar um modelo de inconsciente e de tópica psíquica que nos permita superar os pontos de impasse apontados na teoria lacaniana, mantendo ao mesmo tempo conceitos e categorias importantes. Para tal, recorreremos à teoria de Laplanche que, com a proposição de novos fundamentos para a psicanálise e com a concepção realista de inconsciente, nos permitirá avançar pelo caminho proposto. Dentro dessa análise e dialogando com outros autores (além do próprio Laplanche) que se debruçam sobre os impasses da teoria laplancheana (como Ribeiro, Bleichmar, Dejours, Tarelho, Cardoso, Scarfone, Martens), damos nossa própria interpretação a alguns pontos dilemáticos das discussões atuais sobre os denominados elementos encravados, a clivagem estrutural e a terceira tópica. Começaremos a desenhar de forma mais clara, enfim, um modelo psicopatológico continuísta, nesse primeiro momento pensado a partir das diferentes manifestações desses elementos encravados e do desligamento na tópica.

No quarto capítulo pensaremos as formas de ligação e de defesa da tópica, entendendo o conceito de gênero como central nessas operações. Expliquemo-nos rapidamente sobre esta escolha. Em pesquisa anterior<sup>1</sup>, desenvolvemos o conceito de gênero dentro da teoria psicanalítica, pensando suas relações com a constituição da tópica psíquica. Esse conceito, como será demonstrado, lança luz sobre a noção de defesa correlativa à definição estrutural e pode fundamentar a proposição de gradações nos mecanismos

---

<sup>1</sup> Lattanzio, F. F. (2011). O lugar do gênero na psicanálise: da metapsicologia às novas formas de subjetivação. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG.

responsáveis pelas diferenciações entre as neuroses e as psicoses. Assim, seguiremos nosso percurso com a análise dos grandes modelos de ligação do sexual (castração, Édipo, lógica fálica, Nome-do-Pai) presentes em nossa realidade histórica, situando um *continuum* de sua incidência a partir da relação entre gênero e recalque, uma vez que consideramos esta relação decisiva para compreendermos o caráter defensivo dessas formas de ligação. Tomando o Nome-do-Pai como paradigma da conexão entre o originário e as formas de ligação – uma lei que regula o desejo –, proporemos um “*continuum* circular” de sua incidência, no qual tanto sua ausência quanto sua incidência absoluta desembocariam na psicose. Analisaremos alguns fenômenos clínicos de forma a corroborar a centralidade do sexo-gênero nos processos psicóticos (como é o caso do empuxo-à-mulher e das dificuldades de se situar perante a diferença sexual).

No quinto e último capítulo, pensaremos algumas consequências diagnósticas e clínicas da concepção proposta, a partir da análise de quatro fragmentos clínicos.

Ao fim desse trajeto, esperamos ter fundamentado uma posição continuísta em psicopatologia a partir da perspectiva laplancheana. Convidamos, portanto, o leitor e a leitora a nos acompanhar nesse percurso.

---

**PARTE 01: O DISCRETO E O CONTÍNUO NA  
PSICOPATOLOGIA PSICANALÍTICA**

---

## **CAPÍTULO 01: APONTAMENTOS SOBRE AS NOÇÕES DE DISCRETO E CONTÍNUO NA PSICOPATOLOGIA FREUDIANA**

Neste capítulo percorreremos alguns dos pontos centrais da teoria freudiana das psicoses e de sua psicopatologia geral com o objetivo de analisar as apreensões do sofrimento psíquico a partir das noções de discreto e contínuo. Tal questão não aparece de maneira explícita em Freud, e caberá a nós apontar os indícios, ao longo de sua obra, que nos permitirão efetuar a discussão proposta e buscar situá-lo relativamente a tais posições.

A psicopatologia freudiana e sua teoria das psicoses se estendem desde os primeiros textos, as chamadas publicações pré-psicanalíticas, ainda no século XIX, até seus últimos escritos, datados de 1938. Diversos foram os autores que se dedicaram a um estudo minucioso da psicopatologia freudiana, aos quais remetemos os leitores interessados no percurso detalhado de Freud<sup>2</sup>. De nossa parte, haverá um recorte: privilegiaremos os momentos teóricos nos quais Freud permite-nos interpretá-lo levando em conta o problema do contínuo e do discreto. Nosso objetivo aqui, longe de exaurir a perspectiva freudiana, é antes situar sua posição sobre este problema para, posteriormente, acompanhar os desenvolvimentos históricos e conceituais da psicopatologia psicanalítica, em especial na chamada escola francesa de psicanálise. Logicamente, para além do interesse histórico, conceitos freudianos aqui utilizados nos serão fundamentais nas sucessivas retomadas a serem feitas ao longo dessa tese. Por ora, passemos aos apontamentos aqui visados.

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, Simanke (2009), Mazzuca (2001), Tarelho (1999), Laplanche & Pontalis (2001), Gontijo (2014).

A partir de Freud, as categorias de normal e patológico, frequentemente consideradas opostas e incomunicáveis na história pregressa da psicopatologia, ganharam importantes pontos de contato e continuidade (Silva Junior, 2000). O método freudiano subverteu paradigmas de classificação ao tomar as patologias neuróticas como uma exacerbação que nos permite conhecer o funcionamento dito normal. A sexualidade tida como perversa, por exemplo, se torna paradigma para a fundamentação da sexualidade infantil. São vários os momentos em que Freud explica tal método, e aqui destacamos o raciocínio presente em “À guisa de introdução ao narcisismo”: “... mais uma vez teremos que recorrer às distorções e exageros que acontecem no campo do patológico para chegarmos ao que é aparentemente simples na normalidade” (Freud, 2004/1914, p. 103).<sup>3</sup>

Dez anos mais tarde, no texto “Breve descrição da psicanálise”, Freud expande tal linha de continuidade também para as psicoses:

Não se poderia duvidar de que as neuroses e psicoses não estão separadas por uma linha rígida, mais do que o estão a saúde e a neurose, e era plausível explicar os misteriosos fenômenos psicóticos pelas descobertas a que se chegou nas neuroses, que até então haviam sido igualmente incompreensíveis. (Freud, 1996/1924a, p. 228).

Em um de seus últimos textos, Freud retorna a esse ponto, explicitando a ideia de continuidade entre a suposta normalidade e a psicose:

---

<sup>3</sup> Optamos por usar aqui diferentes traduções da obra de Freud, com o intuito de nos mantermos o mais fiéis aos sentidos originais. Para tal, priorizamos as traduções *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, de Luiz Hanns, e *Obras Incompletas de Freud*, organizadas por Gilson Iannini (com diferentes tradutores para cada volume). Em seguida, em caso de indisponibilidade do texto nessas versões, utilizamos trechos das *Obras Completas de Freud*, traduzidas por Paulo César de Souza, e da clássica *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud*, traduzidas para o português (com intermédio da versão em inglês) com a coordenação de Jayme Salomão. Tal escolha nos mantém mais próximos, do ponto de vista conceitual, do sentido dos termos principais a serem discutidos aqui, contudo pode gerar algumas diferenças entre as versões. Tais diferenças serão apontadas e discutidas quando interferirem na compreensão de nossa argumentação.

Mas esse Eu normal é uma ficção ideal; aliás, como toda normalidade. (...) Toda pessoa normal justamente é apenas medianamente normal; o seu Eu se aproxima daquele do psicótico em um ou outro aspecto, em maior ou menor grau, e o tamanho da distância de uma ponta e da aproximação da outra ponta da sequência é que provisoriamente nos dará a medida da “alteração do Eu”, tão indefinidamente caracterizada. (Freud, 2017/1937a, p. 339).

Percorramos e problematizemos, assim, alguns pontos fundamentais desta discussão no escopo da psicopatologia freudiana.

No nível dos sintomas, a continuidade é evidente: manifestações típicas de uma ou outra forma de adoecimento psíquico aparecem frequentemente nos quadros sintomáticos de outras. É o caso, por exemplo, de alucinações e delírios presentes em casos de histeria (que veremos abaixo) e de delírios na neurose obsessiva (o célebre caso do homem dos lobos, por exemplo, no qual o delírio hipocondríaco ocupa certa centralidade na sintomatologia).

No caso das aproximações sintomáticas entre histeria e psicose, aludimos aqui a algumas passagens do caso Emmy Von N., descrito por Freud nos *Estudos Sobre a Histeria*. Inicialmente, Freud conjectura, sobre a paciente, que “provavelmente está sob a impressão de uma pavorosa alucinação recorrente e repele a intromissão do estranho com essa fórmula”. (Breuer & Freud, 2016/1895, p. 77). Logo em seguida, em uma nota de rodapé, Freud cita o delírio histérico: “tratava-se de um delírio histérico que se alterna com o estado de consciência normal, tal como um verdadeiro tique se introduz num movimento voluntário, sem perturbá-lo e sem se mesclar com ele” (Breuer & Freud, 2016/1895, p. 77).

Na epícrise do caso, Freud chega a apontar a disposição para alucinar e delirar, mantendo as demais atividades intelectuais, como traço patognomônico da histeria:

A facilidade com que se davam os delírios e alucinações em meio à atividade mental de resto intacta, a modificação da personalidade e da memória no sonambulismo artificial, a anestesia na extremidade dolorosa, alguns dados da anamnese, a ovarialgia etc., não permitem dúvida quanto à natureza histérica da doença ou, pelo menos, da doente (Breuer & Freud, 2016/1895, pp. 127-128).

A presença das alucinações e delírios, com determinadas especificidades, tem grande peso na definição de um diagnóstico diferencial nesse primeiro período das teorizações freudianas. No trecho acima, Freud usa de tais categorias para a descrição do quadro histérico, contudo, paradoxalmente, tais sintomas embasam também – e principalmente – a confusão alucinatória e a paranoia. Interessante notar, nesse sentido, a criação por Freud, no “Manuscrito H” (2016/1895), da categoria de psicose histérica, figurando entre as neuropsicoses de defesa, ao lado da histeria, neurose obsessiva, confusão alucinatória e paranoia. Para Gontijo (2014), essa classificação – psicose histérica – se deve ao fato de que seriam quadros de histeria que apresentavam delírios e alucinações, o que o faz concluir que Freud, no princípio de sua obra, usa tais sintomas para demarcar o campo das psicoses. Dessa forma, vemos como não há, à primeira vista, uma barreira rígida a dividir os campos da psicose e da neurose nessas primeiras formulações freudianas, dado que os critérios específicos de uma e outra categoria se confundem. Detenhamo-nos, contudo, no fenômeno da alucinação, para acompanhar sua especificidade nos diferentes quadros.

No chamado período pré-psicanalítico, Freud aborda por diversas vezes o fenômeno alucinatório, cujo paradigma teórico seria o reinvestimento dos traços mnêmicos ligados

a uma primeira vivência de satisfação, que seria alucinada pelo bebê. Assim, o bebê, antes de ter uma estrutura comparável a um Eu, alucina o seio (Freud, 1996/1895). Nesse primeiro momento teórico, Freud concebe ainda duas outras circunstâncias da vida psíquica que permitiriam a emergência do fenômeno alucinatorio: durante o sono, nos sonhos, quando o nível de censura cai a ponto de permitir a regressão aos modos alucinatorios de percepção e, por último, “quando o processo defensivo atinge um ponto tal que induz a um afastamento parcial ou total entre o ego e a realidade, permitindo o retorno à estratégia primária de defesa e/ou de realização de desejos” (Simanke, 2009, p. 58). A alucinação pode, assim, ser vista como mecanismo mais ou menos universal do período pré-egóico, como característica marcante do sonhar ou como indicação de um recurso defensivo extremo. O mesmo fenômeno abrange, portanto, desde processos comuns até manifestações psicopatológicas.

Contudo, apesar da aparente proximidade fenomenológica entre as categorias clínicas (dada a ocorrência do fenômeno alucinatorio em ambas), nota-se também que a alucinação ocupa diferentes funções na histeria e na paranoia, como nos aponta Simanke: na primeira, ela “acaba sendo encarada como uma consequência da inervação conversiva do aparato sensorial, de modo que a alucinação na histeria é, de fato, uma modalidade de conversão” (Simanke, 2009, p. 118). Acarretando uma forma de retorno do recaiado, a alucinação na histeria é contraditória à defesa, pois “traz para a consciência aquilo que deveria ser afastado” (Simanke, 2009, p. 118). De outro lado, a alucinação na paranoia, mesmo trazendo conteúdos hostis ao Eu, o faz favoravelmente à defesa, dado que o Eu vivencia as acusações como provenientes do mundo externo, possibilitando assim que elas sejam rechaçadas.

Dessa forma, não podemos nos pautar simplesmente pelas linhas de continuidade do ponto de vista dos sintomas, pois Freud sempre se mostrou insatisfeito com uma suposta homogeneidade entre neuroses e psicoses, e buscou desenvolver teórica e etiologicamente a especificidade da defesa psicótica. Laplanche e Pontalis (2001, p. 196) apontam que, de fato, há uma “*exigência constante em Freud*: a de definir um mecanismo de defesa específico para a psicose”. Tal exigência adquiriu roupagens e contornos diferentes ao longo das teorizações freudianas, perpassando processos como a projeção, a volta da libido sobre o eu e a recusa. Acompanhemos tais caminhos.

Já em 1895, no “Manuscrito H”, Freud assevera que “a paranoia tem, portanto, o propósito de se defender de uma representação intolerável para o Eu, projetando seu conteúdo no mundo exterior” (Freud, 2016/1895 p. 17). Se recorrermos ao próprio Freud do *Projeto para uma psicologia científica*, do mesmo ano, veremos que na histeria as representações reprimidas transmitiam sua quantidade e eram substituídas na consciência por outras, que adquiriam valores hiperintensos, ou seja, se tornavam símbolos das representações reprimidas. Se, portanto, na histeria, o sintoma participa da formação de símbolos (A representa B), na paranoia haveria a preservação integral de A: é a fronteira do Eu que se modifica e propicia uma mudança de localização da representação, que passa a ser vista como exterior ao Eu, num processo de projeção. De acordo com Simanke (2009, p. 95), isso implica que “não há formação de símbolos na paranoia”. Assim, seriam mecanismos distintos em jogo nas duas afecções. Freud chega a considerar tal processo da paranoia como um total fracasso da defesa, uma vez que a recriminação da qual se queria ser poupado retorna inalterada (Cf. Freud, 1996/1896).

Na famosa carta 52, endereçada a Fliess, Freud (2016/1896a) constrói raciocínio semelhante: enquanto na neurose os fracassos das traduções do material mnêmico implicam pontos de fixação, de modo a haver retenções que induzem o material traduzido a funcionar sob as regras vigentes no sistema anterior, na paranoia inexistente possibilidade de tradução, determinando a única defesa possível frente a tal impossibilidade de mudanças e distorções do conteúdo aflitivo, qual seja, a projeção para o exterior.

Assim, a projeção chega a ser tida, em certo período das teorizações freudianas, como uma espécie de critério para o diagnóstico da paranoia (cf. Simanke, 2009, p. 95). É interessante notar que, mais uma vez, também ela, a projeção, ocorre na neurose e mesmo na vida anímica tida como normal. Em “O Inconsciente”, Freud explica o uso do mecanismo de projeção na neurose obsessiva:

Além disso, podemos dar ênfase à interessante consideração de que, pondo-se assim em ação todo o mecanismo defensivo, consegue-se projetar para fora o perigo pulsional. O ego comporta-se como se o perigo de um desenvolvimento da ansiedade o ameaçasse, não a partir da direção de um impulso instintual, mas da direção de uma percepção, tornando-se assim capaz de reagir contra esse perigo externo através das tentativas de fuga representadas por evitações fóbicas. (Freud, 1996/1915a, pp. 188-189, tradução modificada).

A projeção do perigo pulsional para o exterior, assim, seria traço relativamente comum da neurose obsessiva, o que resulta na eleição de um objeto fóbico, dando ao Eu ao menos a possibilidade imaginária de ser capaz de fugir deste perigo. Como não notar, dessa forma, que também nesse nível, da projeção, existem significativos pontos de contato entre neuroses e psicoses? Sobre a projeção, Laplanche e Pontalis (2001, p. 376) lembram, ainda, que Freud insistiu por diversas vezes no caráter “normal” deste mecanismo, que ocorreria nas superstições, no animismo e na mitologia. Dessa forma, entendemos como

a projeção, mesmo sendo fundamental para o entendimento das psicoses na metapsicologia freudiana, também ocorre em outros quadros nosológicos, dificultando uma delimitação descontínua do campo das psicoses a partir desse enquadre.

Com a introdução do conceito de narcisismo, Freud (2004/1914) criou pela primeira vez uma categoria nosográfica psicanalítica original para tratar das psicoses: as chamadas neuroses narcísicas. Sua existência metapsicológica enquanto equivalente das psicoses, contudo, durou somente até o estabelecimento da psicopatologia no escopo da segunda tópica, como logo veremos. A categoria de neuroses narcísicas englobava a paranoia, a esquizofrenia e a melancolia, todas elas partindo da ideia dos efeitos patológicos do investimento libidinal maciço sobre o Eu e se opondo às neuroses de transferência. Ambas, neuroses narcísicas e de transferência, contudo, faziam parte do quadro mais geral das psiconeuroses de defesa. Para o que nos interessa na presente discussão, cabe ressaltar que o narcisismo em questão é secundário, sendo o narcisismo primário, na visão de Freud, um estágio universal do desenvolvimento libidinal em que a criança toma a si mesma como objeto de amor, anterior à escolha de objetos externos. Pois bem, tal formulação por si só já traz um caráter de continuidade entre o “normal” e o patológico: o retraimento libidinal que ocorre nas neuroses narcísicas é um retorno a um estado que todos vivenciaram. Ademais, sobre tal continuidade, podemos ainda argumentar que o investimento libidinal no Eu ocorre também nas chamadas neuroses de transferência, de certo com menor fixidez, e que também nas neuroses narcísicas há algum grau de mobilidade libidinal e de investimento objetal - afinal um psicótico não é uma mônada fechada isolada de seu entorno, tendo também relações sociais, vida laboral e outros investimentos, fatos que atestam que alguma circulação objetal da libido ocorre. Como argumento suplementar, podemos ainda pensar que Freud estabelece o sono e o sonho

como equivalentes “normais” das afecções narcísicas (Cf. Freud, 1996/1915b). Os movimentos libidinais que fundamentam a diferenciação entre neuroses de transferência e neuroses narcísicas, portanto, estabelecem entre si pontos de contato nítidos, por mais que qualitativamente se distingam. Dessa forma, o critério da mobilidade libidinal se mostra também alinhado a uma apreensão continuísta da psicopatologia freudiana.

Aliás, se analisarmos as ideias freudianas no contexto da evolução da psiquiatria clássica, vemos que antes de Freud o narcisismo era entendido, por autores como Binet (1888), Havelock Ellis (1898/1927), Paul Näcke (1899) e Krafft-Ebing (1950/1886) como perversão, característica dos “invertidos” e “fetichistas”, em completa descontinuidade com a normalidade. Foi justamente Freud que, ao considerar o narcisismo como fenômeno ligado ao desenvolvimento normal da libido, retirou tal conceito do âmbito exclusivo da patologia para apontar que, entre o outro-diferente e nós mesmos, tidos como normais, existem muito mais linhas de continuidade que de ruptura. Ora, não seria justamente essa uma das grandes subversões freudianas?

Ainda, o narcisismo entendido enquanto momento fundamental na constituição do Eu, coloca a questão sobre a capacidade desta instância de resistir aos ataques pulsionais e permanecer coesa em condições tão adversas como aquelas em que opera como mediadora entre os interesses do id, da realidade externa e as exigências superegóicas. Em um de seus últimos escritos, Freud explora tal problema sob uma perspectiva continuísta:

Mas há outra classe de enfermos psíquicos que claramente está muito próxima da dos psicóticos: o vasto número de neuróticos em grave sofrimento. As condições de doença, bem como os mecanismos patogênicos, devem ser os mesmos para eles, ou, ao menos, muito semelhantes. Mas

seu Eu mostrou-se mais suscetível à resistência, foi menos desorganizado. (Freud, 2014/1940, p. 89).

Uma vez introduzida a segunda tópica e a posição que o Eu nela ocupa, impõe-se o exame de suas consequências no terreno da psicopatologia. É a partir de 1924, com a publicação dos artigos “Neurose e Psicose” (2016/1924a) e “A perda da realidade na neurose e na psicose” (2016/1924b), que Freud introduz a psicose como uma categoria nosográfica genuinamente psicanalítica, no âmbito da segunda tópica recentemente delimitada. O termo psicose, até então, era utilizado por Freud de forma inespecífica dentro da metapsicologia, indicando de forma geral a existência de sintomas psíquicos mais graves (cf. Simanke, 2009, p. 173). A partir de 1924, contudo, o termo psicose ganha um sentido próprio dentro da metapsicologia psicanalítica, vindo de modo geral a substituir a categoria das neuroses narcísicas<sup>4</sup>. A psicose passa a ser explicada metapsicologicamente em termos de uma “perturbação primária da relação libidinal com a realidade” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 390), sendo que a maioria dos sintomas manifestos (tendo como peça central o delírio) são vistos como uma tentativa de restauração do laço objetal. O paradigma agora seria a segunda tópica, na qual o Eu aparece como intermediador entre as exigências do id, da realidade e do supereu.

Nos dois artigos acima referidos, Freud faz uma analogia entre neuroses e psicoses que, numa primeira apreensão, poderia ser assim descrita: a neurose seria o resultado de um conflito entre o eu e o id, caracterizado pelo fato de que o eu, cedendo às exigências da realidade externa, recalque as moções pulsionais do id; já na psicose estaria em jogo uma

---

<sup>4</sup> É necessário esclarecer que no novo quadro nosográfico de Freud a categoria de neuroses narcísicas ainda permanece tendo como manifestação a melancolia, sendo que seus principais integrantes anteriores – a paranoia, a esquizofrenia e a confusão alucinatoria – migram para a categoria das psicoses.

ruptura nas relações entre o eu e o mundo externo, que deixaria o primeiro à mercê do id: isso faria com que o eu construísse uma nova realidade externa, tida como uma tentativa espontânea de resolução dessa quebra.

Numa segunda camada explicativa, já no segundo artigo (escrito poucos meses depois), Freud percebe que tal fórmula é em algum grau simplista, uma vez que também na neurose existe uma perda de realidade, bem como na psicose também existe algum contato com a realidade, como aludimos acima ao falar da mobilidade da libido nesses quadros. Relacionando tal retomada freudiana do problema com nosso propósito, poderíamos inicialmente interpretá-la como uma espécie de percepção de que uma abordagem descontinuísta, na qual neuroses e psicoses estivessem simplesmente em extremos opostos incomunicáveis, era insuficiente para elucidar as diferenças, havendo a necessidade de partir então para apreender os pontos de contato entre tais categorias clínicas e diferenciá-las nas nuances de suas etiologias, desenvolvimentos e sintomas. Pois bem, Freud então postula que na neurose a perda de realidade ocorre através do refúgio na fantasia, que satisfaz simbolicamente o desejo pulsional renunciado em benefício das exigências da realidade; na psicose, por sua vez, o que está em jogo seria um processo inicial e silencioso que aparta o Eu da realidade, sendo que “a ruidosa proliferação sintomática do psicótico decorre das tentativas empreendidas pelo ego de refazer seu contato com a realidade” (Simanke, 2009, p. 181). Podemos ilustrar tal diferença com um exemplo simples: um neurótico cujas moções pulsionais recalcadas exijam uma satisfação libidinal feminina pode construir uma formação de compromisso com a fantasia de ser penetrado por uma travesti, e assim preservar imaginariamente a diferença sexual binária, construída defensivamente por ele, ao ter relações com uma “mulher com pênis”; o presidente Schreber, por sua vez, criou uma nova realidade onde

a emasculação (que o tornaria passível de ser penetrado por Deus) não seria abominável, mas sim divina, deixando espaço para que a moção pulsional pudesse se desenvolver sem conflitos óbvios. Trata-se, portanto, na visão de Freud, de uma regressão a um tempo narcísico em que não há diferença com o objeto materno, portanto, nada falta à identidade. Em ambas, neurose e psicose, portanto, trata-se de uma “vitória” do id, seja pelo fracasso do recalque, seja pela tolerância inicial do Eu com os impulsos do id.

Os processos de perda da realidade na neurose e na psicose se mostram, assim, até certo ponto simétricos e até certo ponto opostos: ao passo que na neurose a perda da realidade seria resultado não do momento inicial do recalque, mas do retorno do recalçado, na psicose a perda da realidade seria primária, ocorrendo silenciosamente, distante da consciência, a partir de um mecanismo análogo ao do recalque na neurose. É justamente ao final do primeiro artigo de 1924 que Freud retoma a pergunta, já esboçada tantas vezes ao longo de sua obra, sobre a especificidade da defesa psicótica: “qual seria o mecanismo análogo ao do recalque, através do qual o Eu se desliga do mundo exterior?” (Freud, 2016/1924a, p. 276). No artigo subsequente, Freud avança na resposta a tal questionamento: “a neurose não recusa [*verleugnet*] a realidade, apenas não quer saber nada sobre ela; a psicose a recusa e quer substituí-la” (Freud, 2016/1924b, p. 282). Freud, pela primeira vez, alude à recusa como característica distintiva da psicose em sua relação com a realidade, dando seguimento à sua tentativa de delimitar a especificidade dessa categoria nosográfica. Tal alusão ganhou corpo com o desenrolar da sua teoria, e a proposição do mecanismo da recusa pode ser considerada como o esforço mais consistente de Freud na delimitação da defesa psicótica:

A investigação da *Verleugnung* concentra os esforços de Freud para definir metapsicologicamente a psicose. Que esta definição tenha sido insuficiente é atestado pela dificuldade demarcatória, que permaneceu até o final, entre neuroses, psicoses e perversões, como se pode ver no *Esboço de*

*Psicanálise* [importante salientar, aqui, que tal dificuldade demarcatória, por mais que seja também sintoma de insuficiências conceituais, é sinal claro do pensamento continuísta freudiano]. No entanto, não é legítimo afirmar que existiria na obra de Freud um mecanismo alternativo mais apropriado [como a *Verwerfung*, termo pinçado da obra freudiana por Lacan para se referir à especificidade da defesa psicótica, como veremos no próximo capítulo]. A *Verleugnung* foi o único mecanismo investigado sistematicamente em relação ao problema da origem e da formação das psicoses e o único a ser alvo de evidentes esforços de inclusão no quadro geral da teoria psicanalítica, até a última tentativa de síntese feita no *Esboço...* (Simanke, 2009, p. 239. Os comentários entre colchetes são nossos).

Vejamos, portanto, o desenvolvimento teórico de tal mecanismo e de que forma ele pode ajudar-nos a avaliar a questão do discreto e do contínuo no pensamento freudiano.

### **1.1. A recusa enquanto mecanismo de defesa específico das psicoses: continuidade ou descontinuidade?**

A despeito de ter ganhado relativa consistência teórica apenas a partir de 1924, a recusa tem uma pré-história que remete aos primeiros textos freudianos. Antes de adentrarmos nessa discussão, contudo, é importante nos determos rapidamente sobre o termo original alemão – *Verleugnung* – e suas diferentes traduções para o português. Luiz Hanns (1996, p. 303) nos lembra que o verbo “verleugnen é frequentemente traduzido por ‘negação’, às vezes ‘rejeição’, ‘recusa’, ou ainda ‘repúdio’. Trata-se de um tipo específico de ‘negação’ que se aproxima de ‘desmentir’ e ‘renegar’”. O próprio Luiz Hanns, dependendo do contexto e da ação (no caso da *Verleugnung* aparecer como verbo, *verleugnen*), adota as traduções “renegação”, “negação”, “rejeição”, “recusa”, “rechaço” e até mesmo “repressão”. A *Edição Standard Brasileira das Obras de Freud*, por sua vez, opta por “rejeição”. Contudo, sua tradução foi feita do inglês, o que influencia muitas de suas

escolhas. Ademais, a tradução “rejeição” é também utilizada para a *Verwerfung*, o que gera uma confusão desnecessária. Laplanche e Pontalis (2001, traduzidos para o português por Pedro Tamen), pensando na especificidade do uso conceitual da *Verleugnung* por Freud, sugerem a tradução recusa. Os autores e o tradutor lembram que, em português, há significados adicionais da palavra recusa que se harmonizam mais com a noção freudiana de *Verleugnung*, como o fato de denotar intensidade mais forte, ligada inclusive a direitos ou bens que não se concedem (recusa do que é devido). A recente edição das *Obras Incompletas de Freud* vai na mesma direção, argumentando, no escopo da associação entre recusa e fetichismo, que a *Verleugnung* implica uma certa contradição, um movimento duplo de saber e não saber, sendo que a palavra recusa atende melhor a essa exigência. Paulo César de Souza, na também recente tradução das *Obras Completas de Freud*, também adota prioritariamente a tradução “recusa”. Tal exposição foi necessária para fundamentar nossa escolha pelo termo “recusa” e, ainda, para justificar e explicar as diferentes versões em português que aparecerão a seguir (rejeição, recusa e renegação), uma vez que optamos por utilizar diferentes traduções da obra freudiana, como já comentado.

Em linhas gerais, podemos definir a *Verleugnung* como uma recusa em aceitar uma realidade. Diferentemente do recalque, em que a realidade é aceita, porém isolada da consciência, na recusa tal realidade é renegada. Já em 1894, no texto “As Neuropsicoses de Defesa”, Freud supunha a existência de uma defesa distinta do recalque:

Há, entretanto, uma espécie de defesa muito mais poderosa e bem-sucedida. Nela, o eu rejeita a representação incompatível juntamente com seu afeto e se comporta como se a representação jamais lhe tivesse ocorrido. Mas a partir do momento em que isso é conseguido, o sujeito fica numa psicose que só pode ser qualificada como “confusão alucinatória”. (Freud, 1996/1894, p. 64).

Nota-se, nesta passagem, que a *Verleugnung* já aparece como uma forma de defesa relacionada à psicose, sob a categoria da confusão alucinatória. Portanto, desde então Freud já mostra preocupação com a especificação da defesa psicótica, começando a delimitar a noção de recusa. No decorrer da obra freudiana, a recusa vai aparecendo de forma cada vez mais clara como mecanismo de defesa específico da psicose. Essa associação se torna explícita a partir de 1924. Vejamos alguns momentos em que Freud discorre sobre a recusa em textos posteriores a essa data. Começemos por uma interessante observação, em 1925, sobre a ocorrência da recusa na infância e na vida adulta:

Ou, ainda, pode estabelecer-se um processo que eu gostaria de chamar de ‘rejeição’ [*Verleugnung*], processo que, na vida mental das crianças, não aparece incomum nem muito perigoso, mas em um adulto significaria o começo de uma psicose. (Freud, 1996/1925, pp. 281-282).

Em um de seus últimos escritos, “Compêndio de Psicanálise”, Freud permanece com tal concepção de que a recusa, em determinado período da vida, seria um mecanismo normal, e que seu uso psicopatológico ocorreria em períodos posteriores:

Retornemos à nossa indicação de que o Eu da criança, sob o domínio do mundo real, afasta-se das exigências pulsionais indesejáveis por meio dos assim chamados recalcamientos. Vamos agora complementar essa indicação através da confirmação posterior de que o Eu, nesse mesmo período da vida, se encontra, com bastante frequência, em posição de defender-se de alguma exigência do mundo exterior sentida como penosa, o que se dá por meio de uma *recusa* [*Verleugnung*] em aceitar as percepções que trazem o conhecimento dessa exigência advinda da realidade. Tais recusas ocorrem com muita frequência, não somente em fetichistas e, sempre que nos vemos em condições de estudá-las, elas se apresentam como meias-medidas, tentativas mal-sucedidas de desligamento da realidade. (Freud, 2014/1940, p. 169).

Já em “Fetichismo” (2007/1927), de 1927, artigo no qual a *Verleugnung* é oficialmente introduzida como conceito metapsicológico, a recusa é mais estritamente associada à perversão. Contudo, neste artigo, Freud concebe também a ocorrência do mecanismo do recalque na perversão, fazendo com que haja uma convivência entre duas diferentes formas de defesa neste quadro clínico. Tal convivência entre recusa e recalque é tratada também em “Construções na Análise” (2017/1937b), dessa vez no âmbito da psicose, tema que nos interessa aqui. Ao conjecturar sobre as (im)possibilidades clínicas com pacientes psicóticos, Freud constrói o seguinte raciocínio:

Sei que não é apropriado tratar de um tema tão importante de modo tão superficial como fizemos aqui. Segui o atrativo de uma analogia. As formações delirantes dos doentes parecem-me equivalentes das construções que elaboramos nos tratamentos analíticos, tentativas de explicação e reconstituição, que sob as condições da psicose, aliás, só poderão levar a substituir aquela parte da realidade que é renegada [*verleugnet*] no presente por uma outra parte, que nos primórdios também foi renegada. Revelar as relações íntimas entre a matéria da recusa [*Verleugnung*] atual e o antigo recalque será tarefa do exame individual. Assim como a nossa construção só tem efeito por trazer de volta uma parte da história de vida perdida, o delírio também deve seu poder de convencimento à porção de verdade histórica que ele coloca no lugar da realidade rejeitada. Desse modo, as formações delirantes<sup>5</sup> também se submeteriam à frase que no passado eu usei apenas para a histeria, dizendo que o doente sofria de suas reminiscências. Nem naquela época essa fórmula resumida tinha a intenção de negar a complexidade da causação da doença, excluindo o efeito de tantos outros fatores. (Freud, 2017/1937b, p. 379).

Dessa forma, vemos que, mesmo nos escritos mais tardios, Freud estabelece importantes pontos de contato entre neuroses e psicoses, e os mecanismos da recusa e do recalque não

---

<sup>5</sup> Na tradução das *Obras Incompletas de Sigmund Freud* consta “obsessão” em vez de “formações delirantes” nesse trecho. No entanto, comparamos com o original alemão (onde se lê o termo *Wahn*) e percebemos se tratar de um erro de tradução. Informamos tal constatação à equipe editorial da tradução, que concordou com a observação (que será corrigida na próxima reimpressão e já se encontra correta na edição virtual) e nos autorizou a citar o trecho com a correção feita. Dessa forma, justificamo-nos no caso de algum leitor buscar o trecho e encontrar discrepância com o que está aqui citado.

aparecem como incomunicáveis, mas interagindo entre si. Será em “A Cisão do Eu no Processo de Defesa”, texto inacabado cujos manuscritos datam de 1938, que Freud especifica a recusa na psicose em relação à recusa na perversão e até mesmo aos casos de neurose, nos quais a recusa ocorreria somente em determinado período da infância. Acompanhem os dois trechos deste artigo para entender tais nuances. Inicialmente Freud comenta sobre uma criança às voltas com a castração:

Embora a visão anterior dos órgãos genitais femininos pudesse ter convencido nossa criança dessa possibilidade, ela não tirou conclusão alguma disso, já que sua rejeição a essa hipótese era intensa demais e não havia naquele momento um motivo que a compelissem a se confrontar com tal ideia. (...) Qualquer um que tenha observado um bom número de meninos pequenos quando se defrontam com a visão dos órgãos genitais de uma irmãzinha certamente já terá escutado alguma observação infantil desse tipo. (Freud, 2007/1938, p. 174).

Em seguida, Freud comenta sobre um paciente:

Ele criou um substituto para o pênis de que sentia falta nos indivíduos do sexo feminino – o que equivale a dizer, criou um fetiche. Procedendo assim, é verdade, renegou [*verleugnet*] a realidade, mas salvou seu próprio pênis. Agora, não mais sendo obrigado a reconhecer que as mulheres tinham perdido o pênis, não havia necessidade, para ele, de acreditar na ameaça que lhe fora feita a respeito de seu próprio pênis e não mais precisava temer por sua perda. Ele podia prosseguir impassível com sua masturbação. Entretanto, é claro que essa atitude nos impacta, pois se trata de um afastamento da realidade – algo que preferiríamos só atribuir às psicoses. Embora, de fato, trate-se de um fenômeno semelhante ao da psicose, suspendamos por um instante nosso julgamento, pois, ao determo-nos mais de perto, constataremos que há uma diferença muito importante: o menino não contestou suas percepções alucinando a existência de um pênis onde nada havia. Na verdade, ele apenas realocou o valor [*Wertverschiebung*] do pênis para outro local – isto é, transferiu para outra parte de seu corpo o valor do pênis. (Freud, 2007/1938, p. 175).

Interessante notar sobre esse trecho que, se o deslocamento do valor ou afeto ligado a uma representação para uma parte do corpo é algo típico da histeria, o que a diferenciaria, em última instância, do fetichismo? Para responder a esta pergunta, teremos que admitir que a realidade da castração tem importância especial para o destino psicopatológico dos sujeitos: não se trata de qualquer deslocamento, mas de um deslocamento que implica na negação da castração. Por que, afinal, o complexo de castração se torna tão fundamental? Voltaremos a essa questão ao final do capítulo. Antes, detenhamo-nos sobre as implicações continuístas dessas formulações freudianas.

Podemos pensar que a recusa, dessa forma, carregaria a seguinte complexidade: de um lado, seria um processo típico da infância, ou seja, presente na neurose; de outro lado, na vida adulta poderia levar à psicose ou ao fetichismo/perversão. Em nossa interpretação, uma apreensão contínua da psicopatologia freudiana se torna evidente aqui: um mesmo mecanismo pode estar presente nas três grandes formas de adoecimento psíquico. Sua predominância radical levaria à psicose, sua forma mais imaginária (na qual a negação da realidade da castração ocorre pela via de um objeto de substituição imaginária) levaria ao fetichismo e sua existência em um momento específico da infância seria comum mesmo em quadros futuramente neuróticos.

Logicamente, o raciocínio aqui apresentado é em certo grau esquemático, sendo que uma série de outros fatores contribuem para a definição do tipo de adoecimento psíquico. O que queremos demonstrar é que, em Freud, mesmo existindo a exigência constante da definição de um mecanismo de defesa específico para a psicose, não há uma barreira rígida, uma delimitação absoluta que nos permita demarcar com precisão a fronteira entre neurose e psicose. Na psicopatologia freudiana, é possível perceber diversos pontos de

contato entre elas, seja no nível dos sintomas, seja quanto aos processos de investimento libidinais, seja quanto aos mecanismos de defesa. Nesse sentido, cabe aqui uma pequena incursão no campo da relação entre psicose e recalque na teoria freudiana.

## **1.2. Psicose e recalque**

Contrariando algumas leituras comuns de Freud, como a de Mazzuca<sup>6</sup>, Gontijo (2014) defende a ideia de que mesmo utilizando mecanismos de defesa específicos para neurose e psicose, em Freud “não é estabelecida uma exclusividade no uso desses mecanismos, ou seja, não é afirmada uma ausência de contato entre elas” (Gontijo, 2014, p. 106). O autor segue sua argumentação, explicando a existência de diferentes mecanismos de defesa na etiologia freudiana da psicose: “... tanto o recalque quanto a recusa atuam na produção de um delírio, mas em momentos diferentes: o recalque no passado e a recusa no presente. É precisamente este contínuo entre o mecanismo do recalque e da recusa que estamos propondo” (Gontijo, 2014, p. 156). Assim, mesmo entendendo a recusa como mecanismo específico da psicose em Freud, a presença também do recalque não é descartada em tal quadro clínico. Para corroborar tal raciocínio, além dos exemplos já dados sobre sintomas tidos como típicos das psicoses ocorrendo em casos de neurose obsessiva e histeria, podemos também recorrer a momentos em que Freud considera a existência do recalque nas psicoses, que remontam aos seus primeiros textos:

Por tempo considerável tenho alimentado a suspeita de que também a paranoia - ou algumas classes de casos que se incluem na categoria de paranoia - é uma psicose de defesa; isto é, que, tal como a histeria e as obsessões, ela provém do recalque de lembranças aflitivas, sendo seus sintomas formalmente determinados pelo conteúdo do que foi recalcado. (Freud, 1996/1896, p. 174).

---

<sup>6</sup> “A oposição neurose-psicose, como oposição excludente, é uma característica e uma especificidade da psicopatologia freudiana” (Mazzuca, 2001, p. 11, tradução nossa).

Tanto no “Manuscrito K” (2016/1896b) quanto no artigo “Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa” (1996/1896), ambos de 1896, Freud, mesmo afirmando a projeção como mecanismo característico da paranoia, relaciona esta última também com o recalque, como aponta Gontijo:

Freud reafirma a projeção como o mecanismo psíquico em jogo na paranoia. Todavia, em diversas passagens, ele também aponta os delírios e as alucinações que compõem o quadro como formas de retorno do recalcado. Se, por um lado, podemos supor que isso aconteça devido ao fato de Freud, na época, não distinguir ainda a noção de recalque da de defesa, por outro, veremos que a teoria que ele desenvolve sobre a paranoia no caso Schreber, que ele não abandona até o final de sua obra, pressupõe o recalque. (Gontijo, 2014, pp. 140-141).

Saltemos alguns anos. No caso Schreber, Freud (2010/1911) postula que é diante do fracasso do recalque em se defender dos impulsos homossexuais que o aparelho psíquico lança mão de outros recursos, notadamente o delírio, como tentativa de reconstrução. O que diferenciaria o fracasso do recalque na neurose (que levaria à irrupção de retornos do recalcado) do fracasso do recalque na paranoia seriam as especificidades de fixação libidinal (na paranoia haveria uma fixação no estágio narcísico) e da formação dos sintomas, desembocando nos delírios paranoicos como tentativas de reconstrução da realidade exterior desinvestida libidinalmente. Ou seja, para os fins que interessam a presente discussão: pode-se falar em recalque na paranoia, e é a especificidade de sua insuficiência, aliada às fixações libidinais, que demarcam o início da sintomatologia psicótica. Logicamente, trata-se de uma configuração diferente da que dá origem aos retornos do recalcado neuróticos. Tal questão é deveras controversa, e o próprio Freud chegou a mostrar essa ambiguidade ao discutir a etiologia da esquizofrenia: “devemos indagar se o processo denominado aqui de recalque tem alguma coisa em comum com o

recalque que se verifica nas neuroses de transferência” (Freud, 1996/1915a, p. 207, tradução modificada). É importante aqui demarcar, mais uma vez, que não se quer argumentar sobre uma suposta homogeneidade entre neuroses e psicoses, senão que seus mecanismos e formas de defesa apresentam contatos consideráveis, o que descaracteriza uma barreira rígida entre elas.

### **1.3. Qual realidade está em jogo na teoria da defesa?**

Mesmo com as sucessivas mudanças nas classificações nosológicas freudianas, que ocorreram, por exemplo, a partir da introdução do narcisismo e em seguida da segunda tópica, permaneceu central o agrupamento das diferentes entidades nosográficas da psicopatologia psicanalítica dentro do conceito maior de defesa, que engloba neuroses, psicoses e perversões, cujo contraponto seriam as neuroses atuais. Desde 1894 a categoria das neuropsicoses de defesa engloba neuroses e psicoses, nossas duas categorias de análise nesta tese, e sua lógica permaneceu em vigor em toda a obra de Freud. Laplanche e Pontalis, pois, definem a defesa como:

Conjunto de operações cuja finalidade é reduzir, suprimir qualquer modificação suscetível de por em perigo a integridade e a constância do indivíduo biopsicológico. O ego, na medida em que se constitui como instância que encarna esta constância e que procura mantê-la, pode ser descrito como o que está em jogo nessas operações e o agente delas. (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 107).

De fato, “a elaboração da teoria da defesa é o mais importante empreendimento teórico do momento inicial da obra de Freud” (Gontijo, 2014, p. 87), e perdura por todo o percurso freudiano e da psicanálise como um todo. Em um primeiro momento teórico, Freud utiliza a noção de defesa para se referir ao recalque nos estudos sobre a histeria, tomando as duas expressões quase como sinônimos. Em seguida, Freud passa a utilizar

somente o conceito de recalque e, por fim, ao perceber que as possibilidades defensivas ultrapassavam o recalque, volta a utilizar a noção mais ampla de defesa. Vejamos dois trechos do próprio Freud, escritos em 1926, em que faz tal análise em retrospecto:

No curso da apreciação do problema da ansiedade revivi um conceito ou, dizendo de maneira mais modesta, uma expressão, da qual fiz uso exclusivo trinta anos atrás quando comecei pela primeira vez a estudar o assunto, mas depois o abandonei. Refiro-me à expressão “processo defensivo”. Substituí-a depois pela palavra “recalque”, mas a relação entre as duas continuou incerta. Constituirá uma vantagem indubitável, penso eu, reverter ao antigo conceito de “defesa”, contanto que o empreguemos explicitamente como uma designação geral para todas as técnicas das quais o Eu faz uso em conflitos que possam conduzir a uma neurose, ao passo que conservamos a palavra “recalque” para o método especial de defesa com o qual a linha de abordagem adotada por nossas investigações nos tornou mais bem familiarizados no primeiro exemplo. (Freud, 1996/1926, pp. 158-159, tradução modificada).

Mais à frente, Freud continua:

Essas observações oferecem fundamentos bastante sólidos para a reintrodução do antigo conceito de defesa, que pode abranger todos os processos que tenham a mesma finalidade - a saber, a proteção do Eu contra as exigências instintuais -, e para nele classificar o recalque como um caso especial. A importância dessa nomenclatura é realçada se considerarmos a possibilidade de que investigações ulteriores poderão revelar haver estreita ligação entre formas especiais de defesa e doenças específicas, como, por exemplo, entre recalque e histeria. Além disso, podemos antecipar a possível descoberta de ainda outra importante correlação. Pode muito bem acontecer que antes da sua acentuada clivagem em um Eu e um id, e antes da formação de um supereu, o aparelho mental faça uso de diferentes métodos de defesa dos quais ele se utilize após haver alcançado essas fases de organização. (Freud, 1996/1926, pp. 159-160, tradução modificada).

Assim, surge, por exemplo, a discussão sobre a recusa, já analisada aqui. Como aludido acima por Freud e também já visto aqui, é o fracasso da defesa, em suas diferentes nuances, que determina um encaminhamento neurótico ou psicótico:

Freud enfatiza a ideia de que é o fracasso da defesa, isto é, o malogro em obter o esquecimento desejado, que instaura o conflito patológico. As diferentes entidades clínicas definem-se segundo o modo como este fracasso se expressa, ou seja, como uma conversão histérica, como uma representação obsessiva ou como uma alucinação psicótica. (Simanke, 2009, p. 86).

No entanto, se pensarmos que o Eu recorre a processos defensivos em diversos momentos de sua existência, para lidar com ameaças de diferentes graus – desde uma decepção amorosa até um fracasso intelectual –, como entender a defesa cuja consequência é a definição do destino psicopatológico de alguém? Qual a especificidade da ameaça que coloca em jogo tal destino? Pois bem, não se trata de qualquer realidade a colocar em jogo as diferentes nuances do processo defensivo de forma a indicar o destino psicopatológico de um sujeito. A realidade em jogo nessa definição é a castração.

Freud primeiramente descreveu o complexo de castração em 1908, no texto “Sobre as teorias sexuais das crianças”. A teoria infantil da castração é assim descrita:

Consiste em atribuir a todos, inclusive às mulheres, a posse de um pênis, tal como o menino sabe a partir de seu próprio corpo. É justamente na constituição sexual que devemos encarar como “normal” que, já na infância, o pênis é a principal zona erógena e o mais importante objeto sexual auto-erótico. O alto valor que o menino lhe concede reflete-se naturalmente em sua incapacidade de imaginar uma pessoa semelhante a ele que seja desprovida desse constituinte essencial. (Freud, 1996/1908, p. 196).

Diante da masturbação e da excitação do órgão genital por parte do menino, é comum que os pais o intimidem “com a ameaça de cortar-lhe o pênis. O efeito dessa ‘ameaça de castração’ é proporcional ao valor conferido ao órgão, sendo extraordinariamente profundo e persistente” (Freud, 1996/1908, p. 197). Após essa primeira descrição, o complexo de castração reaparece assiduamente nas teorizações freudianas.

Para além das necessárias críticas ao caráter incontornavelmente falocêntrico dessa concepção, desenvolvidas por nós em trabalho anterior (Lattanzio, 2011) e às quais voltaremos no decorrer desta tese, busquemos por agora entender qual lógica se encontra subjacente à centralidade dada por Freud à castração. Como apontado por Simanke, não se trata aqui de uma mera ameaça de ablação dos genitais por parte de um adulto, como uma apreensão ingênua dessa noção poderia levar a crer:

(...) não se deve reduzir o significado do conceito freudiano de castração a uma mera ameaça de ablação dos genitais. Tal ablação – e a possibilidade de sua realização – pode, no máximo, consistir no conteúdo de uma *fantasia* de castração (...), mas não pode, sozinha, explicar o efeito decisivo do complexo de castração no desenvolvimento do sujeito. (Simanke, 2009, p. 235).

Tal efeito, pois, se explica pelo fato de que as fantasias de castração “assinalam o lugar do sujeito em um mundo de seres sexuados. Os textos de Freud revelam que o complexo de castração como um todo destina-se a elaborar psiquicamente a constatação de uma diferença sexual real” (Simanke, 2009, p. 235). Tal necessidade de elaboração toma conta da criança e se impõe como tarefa: “a falta de um pênis é vista como resultado da castração e, agora, a criança se defronta com a tarefa de chegar a um acordo com a castração em relação a si própria” (Freud, 1996/1923, p. 159).

A castração coloca em xeque a onipotência infantil, obrigando o sujeito a se deparar com a diferença, com o fato de que não se pode ser tudo. A plenitude imaginária, fantasiada enquanto identificação com os objetos parentais, é mortalmente ameaçada: os objetos parentais não são idênticos a si, não podem ser. Em “A dissolução do Complexo de Édipo”, Freud dá indícios de como a confrontação com a castração abala a lógica da semelhança imaginária:

Mais cedo ou mais tarde a criança, que tanto orgulho tem da posse de um pênis, tem uma visão da região genital de uma menina e não pode deixar de convencer-se da ausência de um pênis numa criatura assim semelhante a ela própria (Freud, 1996/1924b, p. 195).

A castração, assim, é o símbolo da diferença sexual, do fim da onipotência infantil de que se pode ser tudo. Lacan percebeu isso muito bem, situando aí a instauração da lógica da falta – por isso lógica fálica – como veremos a seguir. Interessante, aqui, notar como a questão do gênero e da diferença sexual é primordial, no pensamento freudiano, enquanto instauradora da diferença eu-outro, dos limites impostos ao desejo.

Pois bem, são as nuances do posicionamento defensivo frente à castração que determinam os primeiros encaminhamentos psicopatológicos do sujeito, em termos de recusa e de recalque. Lembremos, por exemplo, como visto acima, que Freud considera a recusa da castração uma atitude típica infantil (portanto presente na neurose), e fala diversas vezes em recalque em quadros não neuróticos. O problema da gênese das neuroses e psicoses, assim, é complexo e não se estabelece binariamente. Como tais defesas se conjugam, se desenvolvem, ganham predominância e levam aos diferentes adoecimentos psíquicos? Tal pergunta é desde então um dos objetos-fonte das teorizações psicanalíticas, e a ela voltaremos sucessivas vezes ao longo dessa tese. Vimos, pois, que desde os primórdios de suas teorizações, Freud agrupa neuroses e psicoses sob a noção de defesa e, ao longo de sua obra, vai especificando as diferenças e modos de defesa de cada uma dessas afecções. Esse agrupamento em torno da defesa, que não apaga a especificidade das neuroses e psicoses, nos permitirá, ao longo desta tese, propor um *continuum* na psicopatologia psicanalítica, reinterpretando a concepção de castração e localizando no conceito metapsicológico de gênero uma chave para tal propósito. Por ora, guardemos a conclusão parcial de que, *em Freud, não existem indícios suficientes para a construção*

*de uma teoria psicopatológica descontínuista. Ao contrário, em nossas interpretações, a continuidade é uma marca distintiva da psicopatologia freudiana, como procuramos demonstrar.*

Não pretendemos usar os apontamentos aqui feitos como argumento de autoridade, cujo objetivo seria tornar a palavra de Freud (interpretada por nós, por certo) a medida e o fim dos debates. Nada, afinal, impede que Freud tivesse esbarrado em limites teóricos em determinados pontos, e que autores posteriores possam tê-los feito avançar. Queremos apenas demarcar aqui que, antes das incursões estruturalistas de Lacan, não havia na nosografia psicanalítica uma perspectiva discreta ou descontínua estabelecida de forma clara, estando antes a discussão sobre o discreto e o contínuo em aberto. Entendamos, então, como tal visão foi introduzida na psicopatologia psicanalítica.

## CAPÍTULO 02: GÊNESE, DESENVOLVIMENTO E CRÍTICA DA NOÇÃO DE ESTRUTURA EM PSICANÁLISE

O presente capítulo será dedicado exclusivamente a uma análise crítica da influência do estruturalismo na psicanálise. Buscaremos entender como a lógica descontínua na psicopatologia psicanalítica é uma consequência da aplicação da teoria estrutural. Nesse sentido, é bastante interessante notar como o termo “estrutura” e a expressão “estruturas clínicas” ganharam enorme espaço no uso cotidiano de analistas, psicólogos e psiquiatras de modo geral, sem que se constate as consequências dos termos, quais sejam, que em sua gênese e essência existe uma ideia de descontinuidade entre as diferentes formas de sofrimento psíquico. O uso sistemático de tal expressão não estava presente em Freud, e nasce a partir da aproximação entre Lacan e o movimento estruturalista:

Há mais de meio século que o termo *estrutura* e a expressão *estruturas clínicas* são de uso comum entre os psicanalistas. Embora esse termo e expressão não sejam utilizados com frequência na obra de Freud, eles estão claramente implícitos nela [como demonstramos no primeiro capítulo, concordamos que em Freud exista uma clara preocupação na distinção das diferentes formas de sofrimento psíquico, o que não implica, nem implicitamente, em uma concepção estrutural-descontínua], mas o termo *estrutura* e a expressão *estruturas clínicas* surgiram em psicanálise *a posteriori*, mais precisamente, datam do início do ensino de Lacan. Desde Freud, damos importância ao diagnóstico diferencial, porque sabemos que ele serve de orientação para a condução da análise, sendo fundamental à direção do tratamento. Com Lacan, essa importância, explicitada por Freud, é ratificada. A partir de Lacan fala-se muito em *diagnóstico diferencial estrutural*. O que o termo *estrutural* estaria acrescentando aos ensinamentos de Freud sobre o diagnóstico e até que ponto a noção de estrutura em Lacan estaria correlacionada ao movimento estruturalista? (Altoé & Marinho, 2012, p. 14, comentários entre colchetes nossos).

Buscaremos, aqui, situar e nos posicionar frente a tal questão. Nosso percurso começará com uma breve análise das necessidades que levaram ao surgimento do estruturalismo no

seio das ciências humanas, seguida de uma reflexão sobre as especificidades e os critérios que definem um pensamento dito estruturalista. Buscaremos, então, entender a apropriação lacaniana do estruturalismo e suas ressonâncias na psicopatologia psicanalítica, passando pela “ultrapassagem” do estruturalismo empreendida por Lacan e chegando às propostas contemporâneas de classificações nosológicas alternativas efetuadas por autores filiados à corrente lacaniana. Ao explicitarmos o que acreditamos serem alguns limites do pensamento estruturalista aplicado à psicanálise, buscaremos defender a tese de que a incorporação de tais críticas é fundamental para se desenhar uma psicopatologia continuísta no escopo da tradição francesa em psicanálise – tarefa para a qual buscaremos contribuir a partir do próximo capítulo ao pensarmos um modelo de inconsciente que responda a essas críticas. Passemos por ora à discussão sobre o estruturalismo.

## **2.1. O estruturalismo no cenário das ciências humanas**

### **2.1.1. Uma resposta à crise epistemológica das ciências humanas**

O estruturalismo, de maneira geral, surge como uma espécie de contraponto à epistemologia das ciências humanas corrente no fim do século XIX e início do século XX, na qual havia uma proliferação de observações, abordagens e teorizações isoladas oriundas de estudos de caso que, contudo, não faziam séries. Na antropologia, por exemplo, como seria possível haver um debate científico a partir da observação e descrição de diferentes sociedades, tomadas caso a caso como portadoras de sua própria verdade? Seria como se, na psicanálise, discutíssemos casos particulares sem deles conseguir fazer uma abstração, sem conseguir pensar o que de comum há entre dois casos, por exemplo – não conseguir fazer uma série a partir deles. Esse tipo de abordagem

colocava as disciplinas agrupadas sob o rótulo de ciências da humanidade fora do campo científico, pois não é possível haver diálogo nem crítica quando cada ser é considerado unicamente a partir de suas propriedades intrínsecas, que não podem ser comparadas umas com as outras. Santiago (1996, p. 218) agrupa sob a nomenclatura *substancialismo* as teorias que focalizam os “seres como se fossem substâncias concretas, substâncias dotadas de propriedades que podem ser consideradas em si mesmas”. O grande giro proporcionado pelo estruturalismo foi justamente conseguir abstrair dessas particularidades e buscar a estrutura comum que rege diferentes seres. No campo da linguística, por exemplo, “o estruturalismo opta por um ponto de vista radicalmente distinto [do substancialismo], ao considerar que na língua não há nada mais que diferenças” (Santiago, 1996, p. 218). Cria-se, assim, um formalismo universal que permite que o obstáculo substancialista seja superado, e um diálogo científico seja possível no âmbito das ciências humanas. Para Garcia (1996, p. 187), “o projeto estruturalista relaciona-se, em grande parte, à capacidade de se ‘explorar a ideia de uma investigação científica, uma epistemologia própria às Ciências Humanas”. O estruturalismo pode ser considerado um movimento intelectual heterogêneo, que agrupa diferentes pensadores, como Lévi-Strauss na antropologia (talvez o nome mais emblemático do estruturalismo), Jakobson e Saussure na linguística (cujas teorias são fundantes do estruturalismo), Jacques Lacan na psicanálise, Barthes na crítica literária... Como Deleuze aponta (2006/1972), alguns destes não recusam a classificação estruturalismo e usam com frequência termos como “estrutural” e “estrutura”, outros preferem a noção saussuriana de “sistema”.

Apesar da heterogeneidade desses grandes pensadores, como compreender o estruturalismo naquilo que o diferencia enquanto movimento? A quais necessidades

responde, quais são seus pilares fundamentais? Tentemos, guiados principalmente por Deleuze, esboçar quais são os critérios que distinguem um pensamento estruturalista para, em seguida, compreender a apropriação lacaniana da noção de estrutura e como tais critérios se fazem presentes em sua psicopatologia.

### **2.1.2. Em que se pode reconhecer o estruturalismo?**

O que distingue o pensamento estruturalista? Laplanche (1981), em um texto dedicado ao tema, responde resumidamente essa questão: “Que é então o estruturalismo? É a ideia de um primado do esquema combinatório, sua independência ou sua prevalência sobre todo conteúdo” (p. 25, tradução minha). Nessa primeira definição sucinta, podemos aludir à diferenciação entre substancialismo e estruturalismo feita por Santiago (1996), entendendo o estruturalismo como uma contraposição à compreensão dos seres baseada em sua substância intrínseca; um giro radical que privilegia as relações combinatórias e os locais em detrimento dos conteúdos. Para Garcia, em relação a esse giro, o projeto estruturalista foi responsável por um corte que possibilitou uma epistemologia própria às ciências humanas, que se apresenta de formas diferentes nas diferentes disciplinas, possibilitando distinções entre “Imaginário e Simbólico (Psicanálise), entre Natureza e Cultura (Antropologia), entre Significante e Significado (Linguística), entre valor de uso e valor de troca (marxismo), entre analógico e digitalógico (Ciência da Computação), *entre o contínuo e o discreto, finalmente*” (Garcia, 1996, p. 187, grifo meu).

É, contudo, no célebre texto de Deleuze, “Em que se pode reconhecer o estruturalismo?”, escrito em 1967 e publicado em 1972 para a enciclopédia de filosofia organizada por François Châtelet, que encontraremos a melhor definição do pensamento estruturalista (cf. este reconhecimento, por exemplo, em Milner, 2002, p. 8 ou Garcia, 1996, p. 189).

Trata-se de um texto verdadeiramente precoce, se pensarmos que a hegemonia do estruturalismo durou até meados da década de 1970, o que torna ousada a empreitada de Deleuze, que exigiu um distanciamento suficiente para apreender as leis do estruturalismo de forma tão clara ainda em seu auge. Nesse texto, Deleuze se abstém de uma perspectiva crítica, buscando apenas enumerar os critérios que definem um pensamento estruturalista. Deleuze lista seis critérios fundamentais e interdependentes para se definir um pensamento estruturalista. Busquemos trabalhá-los, nos detendo naqueles que nos serão úteis para analisar o impacto do estruturalismo na psicopatologia psicanalítica.

O primeiro critério distintivo do estruturalismo é o “simbólico”, assim resumido por Deleuze (2006/1972, p. 222):

Ora, o primeiro critério do estruturalismo é a descoberta e o reconhecimento de uma terceira ordem, de um terceiro reino: o do simbólico. É a recusa de confundir o simbólico com o imaginário, bem como com o real, que constitui a primeira dimensão do estruturalismo. (Deleuze, 2006/1972, p. 222).

O que significa, pois, esta descoberta da ordem simbólica e sua primazia? De um lado, ao recusar o substancialismo, o estruturalismo diferencia o simbólico do real, pois nada quer saber da realidade última do ser em sua substância: os seres só se definem nas relações, seja com outros seres e com os locais por eles ocupados; a significação passa a ser vista como um efeito da combinatória, e não um dado inicial. De outro lado, o domínio simbólico diferencia-se do imaginário na medida em que não funciona sob jogos de espelho, de duplo, de desdobramentos metonímicos infinitos, mas precisa sempre do número três: “a estrutura é, ao menos, triádica, sem o que ela não ‘circularia’” (Deleuze, 2006/1972, p. 224). O triunfo dos jogos de espelho, do imaginário, aliás, é típico das construções paranóicas, que carecem de um princípio pletórico para barrar o infinito

deslizamento dos significantes (nesse sentido, cf. Teixeira, 2004). Entenderemos melhor em que consiste essa tríade na medida em que exploraremos os próximos critérios. Ainda no que concerne ao primeiro critério, Deleuze (2006/1972, p. 224) comenta que, entre os estruturalistas, Lacan é, “sem dúvida, aquele que vai mais longe na análise da distinção entre o simbólico e o imaginário”, usando como exemplo desta distinção a descoberta do pai simbólico, tema que nos interessará no presente capítulo. Acompanhemos:

Já possuíamos muitos pais, em psicanálise: em primeiro lugar, um pai real, mas também imagens de pai. E todos os nossos dramas passavam-se nas tensas relações do real e do imaginário. Jacques Lacan descobre um terceiro pai, mais fundamental, pai simbólico ou Nome-do-Pai. Não somente o real e o imaginário, mas suas relações, e as perturbações dessas relações, devem ser pensados como o limite de um processo no qual eles se constituem a partir do simbólico. Em Lacan, e também em outros estruturalistas, o simbólico como elemento da estrutura está no princípio de uma gênese: a estrutura se encarna nas realidades e nas imagens segundo séries determináveis; mais ainda, ela as constitui encarnando-se, mas não deriva delas, sendo mais profunda que elas, subsolo para todos os solos do real como para todos os céus da imaginação. (Deleuze, 2006/1972, p. 223).

O critério denominado “local ou de posição” é o segundo postulado por Deleuze para definir um pensamento estruturalista. É a posição do elemento dentro do sistema que lhe confere o sentido: “se os elementos simbólicos não têm designação extrínseca nem significação intrínseca, mas somente um sentido de posição, devemos afirmar em princípio que *o sentido resulta sempre da combinação de elementos que não são eles próprios significantes*” (Deleuze, 2006/1972, p. 226, grifo dele). Os locais, assim, pré-existem aos elementos, sendo que estes ganham significação na medida em que ocupam os locais, os encarnam. O estruturalismo não nega que estas encarnações carregam diferentes nuances (o que nos remete ao próximo critério), mas é a percepção e a

prevalência do local que distingue o pensamento estruturalista, fato que o aproxima de uma espécie diferente de filosofia transcendental:

O estruturalismo não é separável de uma filosofia transcendental nova, em que os lugares prevalecem sobre aquilo que os preenche. Pai, mãe etc. são antes lugares numa estrutura; e, se somos mortais, é entrando na fila, vindo a tal lugar, marcado na estrutura segundo esta ordem topológica das vizinhanças (mesmo quando antecipamos nossa vez). (Deleuze, 2006/1972, p. 226).

Tal ponto se relaciona com a crítica de Derrida ao caráter transcendental do falo em Lacan, que analisaremos mais à frente neste capítulo.

Passemos ao terceiro critério de Deleuze, “o diferencial e o singular”: se de um lado, como vimos, toda estrutura apresenta um sistema de relações diferenciais nas quais os elementos simbólicos se determinam, de outro lado um sistema de singularidades surge e se desenha dessas relações, traçando o espaço da estrutura. Deleuze usa a metáfora de um jogo de dados, cuja lógica e lugares são pré-existentes, mas cujos pontos pretos de cada dado, quando em conjunto, desenharam um espaço de singularidades. As singularidades, contudo, sempre derivam dos elementos simbólicos e mantêm com eles certa correspondência, apesar de não se assemelharem totalmente a eles.

O quarto critério é designado como “o diferenciador, a *diferençação*”<sup>7</sup>: a estrutura é sempre inconsciente, sempre virtual, não é em si mesma nem atual e tampouco fictícia. “O que é atual é aquilo em que a estrutura se encarna, ou antes, aquilo que ela constitui encarnando-se” (Deleuze, 2006/1972, p. 230-231). Diz-se da estrutura “virtual” na medida em que o domínio do virtual tem uma “idealidade que lhe é própria, mas que não

---

<sup>7</sup> O tradutor do texto de Deleuze, Hilton Japiassú, explica que utiliza o verbo diferenciar e todos os seus derivados em relação ao âmbito do *virtual*, ao passo que o verbo diferenciar e seus derivados dizem respeito ao *atual*.

se confunde com nenhuma imagem possível, com nenhuma ideia abstrata. Da estrutura, diremos: *real sem ser atual, ideal sem ser abstrata.*” (Deleuze, 2006/1972, p. 231, grifo dele). Assim, se faz necessário distinguir entre os efeitos da estrutura que a recobrem e ela mesma, que é sempre inconsciente e não facilmente apreensível. Daí advém a hostilidade do estruturalismo em relação aos métodos pautados no imaginário (por exemplo, a crítica de Lacan a Jung), pois, “a imaginação desdobra e reflete, projeta e identifica, perde-se em jogos de espelhos, mas as distinções que ela faz, como as assimilações que opera, são efeitos de superfície que ocultam os mecanismos diferenciais, muito mais sutis, de um pensamento simbólico” (Deleuze, 2006/1972, p. 233).

“Serial” é o nome do quinto critério de Deleuze. Para ele, a definição precedente dos elementos simbólicos fica incompleta sem considerar que, para que a estrutura se mexa, se coloque a funcionar, é preciso que existam séries - esse funcionamento em séries seria patognomônico da estrutura. Podemos ter uma série derivada da disposição dos elementos simbólicos, outra derivada das singularidades que daqueles depreende sem, contudo, a eles se assimilar (vide terceiro critério), e outras mais a depender do domínio em análise. “Devemos somente constatar que toda estrutura é serial, multisserial, e não funciona sem esta condição” (Deleuze, 2006/1972, p. 235). Entendamos melhor tal critério, enfim, através de um exemplo dado por Deleuze:

O inconsciente, segundo Lacan, não é nem individual nem coletivo, mas intersubjetivo. Quer dizer que ele implica um desenvolvimento em séries: não somente o significante e o significado, mas as duas séries, no mínimo, organizam-se de maneira bastante variável segundo o domínio considerado. Um dos textos mais célebres de Lacan comenta a *Carta Roubada* de Edgar Poe, mostrando como a “estrutura” coloca em cena duas séries cujos lugares são ocupados por sujeitos variáveis (...). (Deleuze, 2006/1972, p. 236).

O último critério listado por Deleuze também será o mais importante para nossa posterior discussão e é denominado por ele de “a casa vazia”. Deleuze argumenta que toda estrutura, para funcionar, depende de um lugar externo, de um “elemento x” irreduzível à estrutura, um elemento paradoxal que não se define em diferença aos outros.

Um tal objeto sempre está presente nas séries correspondentes, ele as percorre e se move nelas, não cessa de circular nelas, e de uma à outra, com uma agilidade extraordinária. Diríamos que ele é sua própria metáfora e sua própria metonímia. Em cada caso, as séries são constituídas de termos simbólicos e de relações diferenciais; ele, porém, parece ter outra natureza (Deleuze, 2006/1972, pp. 237-238).

A estrutura funciona com seus termos significando uns aos outros a partir de relações diferenciais e dos locais por eles ocupados. No entanto, Deleuze aponta que, para que isso tudo funcione, é preciso existir um termo, um elemento, que atue na estrutura estando externo a ela, como numa posição transcendental. Podemos aqui remeter à análise feita por Teixeira (2004), que mostra de maneira clara como tal lugar de exceção é necessário à estrutura, para não se cair na infinita similitude metonímica do conhecimento paranoico, na qual os termos da estrutura não conseguem aceder a uma significação e as sobredeterminações mútuas flutuam infinitamente de forma imaginária. Recorro aqui à imagem de um dicionário, onde cada um dos termos é definido remetendo a outro (uma palavra é definida por outra, que por sua vez é definida por outra, e assim infinitamente). Para barrar esse movimento e a significação tornar-se possível, é preciso haver um fator externo de garantia, “um lugar estruturalmente determinante, mas indeterminável no interior da estrutura” (Teixeira, 2004, p. 191), que sustente o simbólico. Seria como a necessidade da suposição de um Deus no método cartesiano – é preciso concebê-lo para que os pensamentos tenham garantia; ou simplesmente a constatação de que um jogo só funciona quando existem regras externas a ele – as regras não se produzem no ato de

jogar. Voltando a Deleuze, é de fundamental importância a localização que ele faz desse “objeto  $x$ ” na teoria lacaniana:

Em que consiste este objeto =  $x$  ? É e deve permanecer o objeto perpétuo de uma adivinhação, o *perpetuum mobile*? Seria uma forma de lembrarmos a consistência objetiva que assume a categoria do problemático no seio das estruturas. Finalmente, é bom que a questão “em que se pode reconhecer o estruturalismo?” conduza à posição de algo que não seja reconhecível ou identificável. Consideremos a resposta psicanalítica de Lacan: o objeto =  $x$  é determinado como falo. Mas esse falo não é nem o órgão real, nem a série das imagens associadas ou associáveis: é falo simbólico. Entretanto, é justamente de sexualidade que se trata; não se trata de outra coisa aqui, contrariamente às piedosas tentações sempre renovadas em psicanálise de adjuvar ou de minimizar as referências sexuais. Contudo, o falo aparece não como um dado sexual nem como a determinação empírica de um dos sexos, mas como o órgão simbólico que funda toda a sexualidade como sistema ou estrutura, e com relação ao qual se distribuem os lugares ocupados de modo variável pelos homens e pelas mulheres, e também as séries de imagens e de realidades. Designando o objeto =  $x$  como falo, não se trata, pois, de identificar este objeto, de conferir-lhe uma identidade que repugne à sua natureza; porque, ao contrário, o falo simbólico é aquilo que falta à sua própria identidade, sempre encontrado lá onde não está, pois não está lá onde é procurado, sempre deslocado em relação a si, *do lado da mãe*. Nesse sentido, ele é a carta e a dívida, o lenço ou a coroa, o Snark e o “*mana*” [alusões à interpretação lacaniana do texto de Edgar Poe, à interpretação de André Green de *Otelo* e *Henrique IV*, à Lewis Carroll e à Lévi-Strauss]. Pai, mãe etc. São elementos simbólicos tomados em relações diferenciais, mas o falo é outra coisa, o objeto =  $x$  que determina o lugar relativo dos elementos e o valor variável das relações, fazendo de toda a sexualidade uma estrutura. (Deleuze, 2006/1972, p. 241, comentários entre colchetes meus).

O falo, então, seria esse objeto externo à estrutura que determina os termos dela e torna-a possível. Voltaremos a esse ponto mais à frente. Por agora, tendo percorrido, de forma geral, os principais pontos que caracterizam o pensamento estruturalista, busquemos

entender como se deu a apropriação lacaniana da noção de estrutura para, em seguida, analisarmos as relações entre estruturalismo e psicopatologia nessa teoria.

## **2.2. A apropriação lacaniana da noção de estrutura**

Jacques Lacan renovou a psicanálise a partir de seu retorno a Freud, utilizando instrumentais do estruturalismo para fundamentar sua leitura. Nessa empreitada, abriu o caminho, dentro da história do movimento psicanalítico, para se pensar no inconsciente e na pulsão como historicamente adquiridos ao postular que “sua gênese e sua natureza são indissociáveis do mundo humano e da comunicação inter-humana” (Laplanche, 1999/1993, p. 78, tradução nossa): o sujeito é precedido pelo Outro, e é desse encontro que advém a pulsão. Nesse sentido, Lacan fundou uma nova corrente de interpretação da teoria freudiana, resgatando a alteridade e a linguagem como fundamentos da psicanálise e possibilitando o afastamento de concepções endógenas e biologizantes que prevaleciam no meio pós-freudiano de então.

Aqui, buscaremos abordar a teoria lacaniana objetivando reunir subsídios úteis à nossa análise da influência do estruturalismo na psicopatologia psicanalítica. Dessa forma, passaremos brevemente por alguns pontos fundamentais do sistema lacaniano para, em seguida, analisarmos suas contribuições para a psicopatologia psicanalítica. Começamos dando a devida complexidade para tal aproximação entre psicanálise e estruturalismo.

A relação de Lacan com o estruturalismo não segue uma via única, podendo ser pensada em termos de apropriação conceitual, mas também de subversão (cf. Couto & Souza, 2013; Santiago, 1996; Miller, 1987). Se, de um lado, a noção de estrutura é fundamental a Lacan para postular a linguagem e suas leis como paradigma central da psicanálise –

noção necessária à criação do conceito lacaniano de inconsciente, bem como à formalização das estruturas clínicas; de outro lado Lacan mostra que a estrutura é insuficiente e não recobre a totalidade da experiência do sujeito – o conceito de objeto a, a crescente importância dada ao Real e a própria noção de sujeito o atestam. Tais vias, além de terem sido desenvolvidas ao longo de décadas de percurso teórico, também são paradoxais entre si e muitas vezes desafiam uma apreensão lógica de sua coexistência, como veremos mais à frente. Começamos compreendendo o período lacaniano no qual a aproximação com o estruturalismo encontrou seu auge – chamado por Jean-Claude Milner (1996; 2002) de primeiro classicismo e, por Jacques-Allain Miller, em diferentes momentos, de segundo ensino (1982), primeiro Lacan (Miller, 1987) e Lacan estruturalista (Miller, 2002-2003)<sup>8</sup>.

Foi a partir do intenso convívio com Jakobson e Lévi-Strauss, iniciado no período entreguerras, que Lacan estabeleceu relação estreita com o movimento estruturalista, aproximando-se em seguida da teoria de Saussure (cf. Dosse, 2007/1992). O signo linguístico deste, invertido por Lacan para dar primazia ao significante, tornou-se a base da teoria lacaniana. Tal centralidade se mostra especialmente a partir de “A Instância da Letra no Inconsciente”: “é toda a estrutura da linguagem que a experiência analítica

---

<sup>8</sup> O “segundo ensino”, marcado pelo domínio do simbólico, supõe um primeiro ensino, atrelado a uma apreensão imaginária da teoria psicanalítica, e um terceiro ou último ensino, no qual o Real se sobressai. O “primeiro Lacan” se relaciona a um momento no qual o Nome-do-Pai aparece como operador central, existindo um segundo ou último Lacan no qual o nome do pai é pluralizado. Já o “Lacan estruturalista”, autoexplicativo, se contrapõe ao Lacan “vitalista”, no qual o gozo e a singularidade do *sinthoma* são mais importantes que a estrutura – afinal, “quem é vivo goza”. Há, ainda, no curso proferido por Miller em 2006-2007, a referência a um suposto “ultimíssimo Lacan”, no qual a contingência e o corpo são mais importantes do que a história e a histerização: “em lugar do Outro, há um princípio de identidade totalmente distinto, o corpo. Não o corpo do Outro, mas, como se costuma dizer, o próprio corpo” (Miller, 2013, p. 107, tradução minha). Há, enfim, a referência de Miller, também nos anos de 2006-2007, a um “derradeiro ensino de Lacan”, no qual não haveria liberação ou dissolução do *sinthoma*; em seu lugar, prevalece uma constatação de que, em última instância, “a vida é cômica” (Miller, 2009/2006-2007, p. 188).

descobre no inconsciente” (Lacan, 1998/1957, p. 498). Como também explicitado pouco antes, no *Seminário III*:

Todo fenômeno analítico, todo fenômeno que participa do campo analítico, da descoberta analítica, daquilo que lidamos no sintoma e na neurose, é estruturado como linguagem. Isto quer dizer que é um fenômeno que apresenta sempre a duplicidade essencial do significante e do significado. (Lacan, 1985/1955-56, p.192).

Nessa aproximação, como aponta Iannini, à linguística

cabará um papel fundamental: fornecer o paradigma de como orquestrar a multiplicidade aparente da empiria na unidade da estrutura. Como nos atesta o próprio Lévi-Strauss ao prefaciá-la obra de Jakobson: a linguística estrutural ensina que “em vez de nos deixarmos perder pela multiplicidade dos termos, é preciso considerarmos as relações mais simples e mais inteligíveis que os unem”. (Iannini, 1998, p.67).

Assim, o esforço empreendido por Lacan deve ser entendido como uma tentativa de se desvencilhar de apreensões imaginárias e substancialistas do inconsciente, encontrando regras gerais de funcionamento em meio à multiplicidade de manifestações desse sistema. Mais importante do que se preocupar com os conteúdos dessas manifestações seria apreender a lógica de funcionamento subjacente a elas, conseguir formalizar sua estrutura, se livrando assim dos restos e particularidades que impedem uma apreensão científico-simbólica do inconsciente. Tratar-se-ia de trocar os ruídos cientificamente inapreensíveis do imaginário pela “exatidão asséptica do simbólico” (Couto & Souza, 2013, p. 195). Nessa formalização, a cadeia significante, bem como as figuras da metáfora e da metonímia (retomadas de Jakobson como substitutas formais da condensação e do deslocamento freudianos), ganham destaque. Nesse sentido, de acordo com Miller, tal aproximação de Lacan com o estruturalismo é uma tentativa de:

(...) formalizar a estrutura que sustenta a fenomenologia da experiência analítica. É, evidentemente, uma estrutura complexa, pois os fenômenos que ocorrem na experiência analítica dão, à primeira vista, a impressão de que não podem estar estruturados, mas a metáfora pode ser estruturada, a metonímia pode estar estruturada, o equívoco pode estar estruturado, a função do Outro na delimitação do sentido pode estar estruturada. (Miller, 1987, p.44).

Milner (1996, p. 80), nesse sentido, afirma que o "nome do sistema reduzido à sua relação mínima é *estrutura*; o nome *estruturalismo* designa sua teoria". Portanto, trata-se de reduzir ao mínimo o sistema inconsciente, captar sua estrutura de linguagem. Esse foi o passo *original* de Lacan, que deu início ao que se pode chamar de seu ensino, e seus sucessivos desdobramentos acarretam diferentes momentos dessa *démarche*. De acordo com Miller (1987, p. 12), "a psicanálise só é possível se, e somente se, o inconsciente for estruturado como linguagem. O que se chamou o ensino de Lacan é o desenvolvimento desta hipótese até suas últimas consequências".

No entanto, desde suas primeiras incursões no estruturalismo, Lacan subverteu em algum grau a "dogmática" estrutural: em seu percurso teórico, o sujeito sempre teve lugar. Dito de outra forma: ao menos um ponto de indecidibilidade sempre existiu na estrutura lacaniana, em meio à combinatória mínima e formal dos elementos que a formam. Veremos à frente que, ao longo de seu ensino, outras subversões (em especial a crescente preponderância do registro do Real e o conceito de objeto a) também fizeram com que o uso que Lacan fez do estruturalismo fosse bastante particular. Voltando, contudo, ao sujeito, vemos que ele, ao mesmo tempo que não pode ser captado plenamente pela estrutura, só existe em função desta. Assim, para Lacan, a estrutura é a "máquina original que nela põe em cena o sujeito" (Lacan, 1998/1960, p. 655). O sujeito, mesmo tendo lugar, é causado pela linguagem: "o efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito.

Por esse efeito, ele não é a causa dele mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cinde. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real” (Lacan, 1998/1964, p. 849). Barreto e Iannini (2017, pp. 52-53) afirmam que, do ponto de vista histórico, tal forma de conseguir fazer conviver a psicanálise e a ciência pela via do estruturalismo pode ser o principal ponto de originalidade lacaniano: “mas talvez a principal novidade de Lacan, no tocante à história do estruturalismo nas ciências, seja articular essa ‘nova ordem das ciências’, motivada pela emergência do estruturalismo na linguística, ao papel desempenhado pela psicanálise na ‘subjetividade moderna’”.

Tal possibilidade de articular sujeito e estrutura cria, em nossa interpretação, certa dualidade: de um lado, recoloca a alteridade como fundamento da psicanálise, uma vez que o sujeito não é auto-engendrado, mas sim produzido no encontro com a linguagem; de outro, o sujeito fica, em algum grau, preso na transindividualidade e trans-historicidade da estrutura. Afinal, “a estrutura é atemporalidade sobredeterminante e como tal não possui história, ela é trans-histórica; nela domina a absoluta necessidade lógica” (Dunker, 2016, p. 194). O sujeito, portanto, é ao mesmo tempo o discurso do Outro da linguagem – prisioneiro da trama lógica da estrutura – e aquilo que escapa à estrutura. Veremos, mais à frente, as consequências que tal duplicidade do sujeito traz para a psicopatologia psicanalítica. Por ora, sigamos entendendo a apropriação lacaniana do estruturalismo e o impacto dela no conceito de inconsciente.

### **2.2.1. O estatuto do inconsciente no primeiro classicismo lacaniano**

(...) o inconsciente é o discurso do Outro, eis minha fórmula. Ele é estruturado como uma linguagem – o que é um pleonasma exigido para eu me fazer entender, já que a linguagem é a estrutura. (Lacan, 2003/1966, p. 228).

A partir de sua aproximação com o estruturalismo, como vimos, Lacan desenvolveu a famosa ideia de que o inconsciente é estruturado com uma linguagem. Tal noção implica em uma postura bastante particular perante a tópica psíquica, e será importante entendermos melhor o estatuto do inconsciente que daí decorre. Tomaremos como base, para nossa discussão, o texto de Lacan “Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval (1960, retomado em 1964)”, dado que, além de explicitar o estatuto do inconsciente neste momento de seu ensino (no qual a aproximação com o estruturalismo encontra seu auge), se contrapõe à concepção realista do inconsciente adotada por Laplanche no Congresso de Bonneval – que trabalharemos no próximo capítulo. Pois bem, a principal tese geral de Lacan, neste momento, é a de que o inconsciente não tem um estatuto ôntico próprio, mas aparece sempre nos fenômenos de enunciação nos quais articula-se o sujeito e o Outro. Para tal, Lacan busca trabalhar a ideia de que “o inconsciente é um conceito forjado no rastro daquilo que opera para constituir o sujeito” (Lacan, 1998/1964, p. 844). Para se pensar a posição do inconsciente, assim, é necessário pensar-se os tempos constitutivos do sujeito, com as respectivas operações que causam o mesmo, a saber: alienação e separação, articuladas ao conceito de pulsão.

Voltemos aos meandros da argumentação de Lacan para entendermos a causa de seu texto, atrelada aos debates de Bonneval e a seus interlocutores (explícitos em certos momentos do texto e implícitos em outros). A nosso ver, Lacan localiza na apresentação que Laplanche e Leclaire (1992/1959) haviam feito sobre o inconsciente uma postura que tentaremos resumir aqui com a expressão *realismo ingênuo*. Em outras palavras: Lacan credita a Laplanche e Leclaire uma crença de que o inconsciente tem estatuto ôntico próprio, atrelada a uma postura que não leva em conta, na opinião de Lacan, o fato de que

os psicanalistas, enquanto destinatários do inconsciente, fazem parte desse conceito. Para Lacan, o risco de uma postura realista e universal sobre o inconsciente é cair num “engodo” semelhante à ilusão fundante do sujeito<sup>9</sup>. Uma frase emblemática de Lacan resume sua oposição à concepção realista do inconsciente: “o inconsciente de antes de Freud *não é*, pura e simplesmente” (Lacan, 1998/1964, p. 844). Ou seja: para Lacan, o inconsciente não existe enquanto ser, mas aparece apenas nos fenômenos de linguagem, sendo, portanto, transindividual. No célebre discurso de Roma, nesse sentido, Lacan (1998/1953, p. 260) afirma que “o inconsciente é a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente”.

Retomemos a etiologia do sujeito. Para Lacan, o sujeito não está dado de início, não é causa de si mesmo, mas é efeito da linguagem e da alteridade que o precede. Algo fala do sujeito, e é somente aí que ele se apreende: essa é a primeira operação da constituição subjetiva, enunciada por Lacan como alienação. No entanto, o sujeito jamais poderá ser totalmente recoberto pelo sentido que o Outro o dá, e nesse movimento há sempre uma falta, entendida como constitutiva da divisão do sujeito, condição de possibilidade para que o desejo se apresente. Esse ponto de falta, podemos pensar, se relaciona aos apontamentos que fizemos acima sobre a não inclusão completa de Lacan numa perspectiva estruturalista. Nessa emergência do sujeito sempre haverá uma perda/impossibilidade: o sujeito só é na articulação com o Outro; portanto, *stricto sensu*, não *É* - o ser nunca terá um estatuto ôntico próprio. Aqui, Lacan já mostra sua forte adesão à lógica estruturalista.

---

<sup>9</sup> Nossa posição nesse debate ficará clara no próximo capítulo. Adiantamos, contudo, que concordamos com a concepção realista do inconsciente, e buscaremos esclarecer e fazer trabalhar suas vantagens para o estabelecimento de uma nosografia continuísta em psicopatologia.

A segunda operação, que fecha a causação do sujeito, é chamada por Lacan de separação, correlativa da percepção do Outro como também faltoso. A problemática da castração e do Falo enquanto signo da falta se encontra aqui, mas pelo seu papel fundamental na definição da estrutura clínica, será abordada especificamente no próximo tópico. Com essa percepção da falta no Outro ocorre, então, um recobrimento dessas duas faltas: a do sujeito e a do Outro. A possibilidade de desaparecimento do sujeito, presente na alienação, é também problemática para o Outro que, afinal, pode assim perder o sujeito. As faltas, então, se recobrem num espiral retroativo (termo que Lacan recupera do *nachträglich* freudiano), abrindo espaço para o sujeito apreender algo do desejo do Outro e, assim, constituir-se como desejante. O desejo, contudo, é sempre tributário dessa opacidade originária do sujeito. Nesse movimento se articula a pulsão, como infinita tentativa de restaurar a perda originária do sujeito (em relação circular com a falta no Outro, como num circuito). A pulsão, assim, traz sempre em jogo a possibilidade de desaparecimento; dessa forma, Lacan postula que toda pulsão é virtualmente pulsão de morte, e sempre parcial, por tentar recobrir pedaços. É essa história inicial do sujeito, forjadora da pulsão, que, instaurando a falta e o desejo, instaura também os não-sentidos que aparecem nos fenômenos de linguagem, fazendo surgir assim o inconsciente.

A posição do inconsciente, para Lacan, assim, é correlata de fenômenos de enunciação que só podem ser captados nesses movimentos fundantes do sujeito, cuja causa encontra-se no Outro, como demonstrado pelos movimentos de alienação e separação. Dado, assim, que o inconsciente não tem um estatuto ôntico próprio, as questões relativas à definição da estrutura clínica não podem ser localizadas nas nuances de sua materialidade, e sim na relação estrutural com um elemento simbólico externo à tópica. Vejamos.

### **2.2.2. Psicopatologia e estrutura: a metáfora paterna, a significação fálica e o diagnóstico estrutural**

É verdade que Freud, ao classificar as formas de sofrimento psíquico humano, como vimos, dividiu-as entre psiconeuroses narcísicas e psiconeuroses de transferência, sendo que as primeiras englobariam as chamadas psicoses e as segundas responderiam pela histeria e neurose obsessiva. O critério freudiano para essa divisão baseia-se na mobilidade da libido, que nas neuroses narcísicas se volta apenas sobre o Eu. Poderíamos considerar essa divisão como um marco fundamental da psicopatologia psicanalítica, dado que coloca em cena a oposição entre o que ficou conhecido como neuroses e psicoses. Durante todo o percurso freudiano alguma tentativa de classificação e diferenciação das formas de sofrimento psíquico esteve presente. Alguns autores filiados à orientação lacaniana veem nesse ímpeto freudiano uma intenção estruturalista implícita, como vimos. Em nossa interpretação, como demonstramos no primeiro capítulo, no entanto, é importante diferenciar um anseio por classificar o sofrimento psíquico humano de uma apreensão descontínuista do mesmo (como é o caso da lógica estrutural). O termo estrutural, assim, em nosso ponto de vista, acrescenta justamente uma visão descontínua, ou discreta, à teoria freudiana. Como afirmamos ao fim do primeiro capítulo, contudo, o fato de tal visão não estar presente em Freud não significa que Lacan não poderia ter aprimorado os ensinamentos deste – tal problema ainda iremos discutir. Por ora, apenas, é importante ter em mente que tal configuração restritiva da psicopatologia psicanalítica se deu a partir de Lacan, que, como agora veremos, fez uso da teoria linguístico-estrutural para fazer uma leitura do Édipo que prescindisse das figuras concretas de pai e mãe, depurando o discurso psicanalítico de interferências imaginárias e reais para, assim, colocar o Simbólico no centro da teoria a partir do entendimento do pai enquanto função:

Nome-do-Pai, metáfora paterna. O mesmo ocorre com o Falo que, distanciando-se do pênis concreto<sup>10</sup>, assume um lugar estrutural de símbolo da falta e da castração, sendo esta função determinante na constituição do psiquismo e na definição da estrutura clínica.

Para Dunker,

(...) Lacan enfatizará a tese de que o organizador central da sexualidade e do desejo é o falo. O falo, como aquilo que representa a falta, não é nem uma fantasia, nem um objeto, muito menos um órgão. O falo é inicialmente descrito como um significante, do desejo e do gozo (Lacan, 1958). Por outro lado, o falo pode ser considerado como o resto inconcluso de uma imagem. O falo não é pênis, mas o valor simbólico atribuído a ele e, por extensão, à erotização do corpo. O falo, como representante da falta, reúne sob si o tema da castração, quer como perda de amor, quer como angústia. (Dunker, 2016, p. 182).

Lacan reinterpreta o Édipo freudiano a partir dos instrumentais estruturalistas, transcrevendo-o em termos de uma substituição significativa, chamada metáfora paterna, que substitui “a dimensão do desejo (materno) pela dimensão da lei (paterna)” (Zenoni, 2007, p. 16). O falo, do qual o pai é portador, torna-se signo da falta por impor um regime de lei a um desejo que era antes desregrado, cuja existência era inseparável de uma completude imaginária com a mãe, que antes colocava a criança no lugar do Falo que não tivera. Tal papel do pai é entendido por Lacan como uma função, dado que não depende de um pai de carne e osso para que se instaure, podendo ser localizado em qualquer objeto

---

<sup>10</sup> É importante assinalar, contudo, que acreditamos que o conceito de falo, em Lacan, é altamente tributário não apenas do pênis, mas de sua supervalorização em detrimento de uma negação do órgão sexual feminino, já presente em Freud. Tal ponto foi desenvolvido por nós em nossa dissertação de mestrado (Lattanzio, 2011), mas vale citar um trecho de Flávio Carvalho Ferraz (2011, p. 157) sobre a questão: “Entretanto, sintomaticamente, se a nova nomenclatura escolhida por Lacan atenuou concretudes, ela não apagou o rastro que a liga à sua origem: o conceito de ‘Nome-do-Pai’ foi batizado com o nome do pai, assim como se deu com a ‘metáfora paterna’. E o conceito de ‘falo’, que se distanciou do pênis a ponto de romper o contato significativo com o órgão sexual masculino, manteve o termo que o define não só como representação figurada do pênis, mas que, mais que isso, remete ao caráter de veneração do mesmo como símbolo da virilidade e da fecundidade.”

que faça com que o desejo da mãe se desloque da completude imaginária com o filho. Essa perda subjetiva – pois agora existe uma barra para o desejo imaginário – é compensada pelo fato de que o Outro, antes tido como absoluto, agora é visto também como incompleto, como castrado, não podendo fazer assim do sujeito um mero objeto de seu gozo. À castração no Outro corresponde a aceitação da diferença sexual (entendida como “ausência de pênis na mulher” [cf. Quinet, 2005, p. 20]). O falo torna-se assim o emblema da falta, garantidor da instauração do significado e da própria sexuação, onde antes imperava a coexistência confusa de significante (desejo da mãe) e significado (cf. Tarelho, 1999a, p. 104). Uma das principais funções do pai simbólico, para Lacan (1985/1955-56, p. 359), é assim “a introdução de uma ordem, de uma ordem matemática, cuja estrutura é diferente da ordem natural”.

Na teoria lacaniana, portanto, a inscrição do Nome-do-Pai (ou metáfora paterna) é entendida como uma operação psíquica fundamental para a ascensão ao Simbólico: “a inscrição do Nome-do-Pai no Outro da linguagem tem por efeito a produção da significação fálica, permitindo ao sujeito inscrever-se na partilha dos sexos” (Quinet, 2005, pp. 18-19). Mas, mais do que isso, o falo, por assumir tal função estrutural de instauração do Simbólico, é alçado à categoria de fundação do próprio Simbólico. Como vimos anteriormente, na lógica estrutural é preciso conceber um elemento externo à estrutura que dê sentido a ela; para Lacan, a resposta a tal exigência é alçar o falo a este lugar, dado que este significante condensa a simbolização da falta e da diferença sexual, fundamentais para a instauração da cultura e para qualquer possibilidade de significação. Em “A significação do falo”, Lacan mostra que, como fundador do Simbólico, o falo adquire um *status* de “significante privilegiado” (1998/1958a, p. 699), “destinado a designar no seu conjunto os efeitos de significado” (*ibid.*, p. 697). Nesse sentido, como

também já visto, Teixeira (2004, p. 191) mostra como é necessário, para não se cair na infinita similitude metonímica do conhecimento paranoico, haver um fator externo de garantia, “um lugar estruturalmente determinante, mas indeterminável no interior da estrutura”. Podemos relacionar tal posição ao falo, visto por Lacan como o significante que produz os efeitos de significação de si mesmo e de toda a cadeia significante. “Significante dos significantes”, “significante sem par”, “significante da pura diferença”, todas essas são maneiras de Lacan (1998/1958a) referir-se ao falo.

São os modos de defesa frente à lógica da castração que determinam o encaminhamento estrutural de cada um: se a metáfora paterna se realiza, a significação fálica torna-se possível, e permite assim ao sujeito se situar na partilha sexual e participar do jogo social de significação, assentir à arbitrariedade da língua. No caso da neurose, o mecanismo do recalque (*Verdrängung*) atua para que a problemática edípica e da castração caia para o inconsciente, mas a estrutura ternária (ou quaternária, se considerarmos o Falo) permanece, instaurando assim a lógica do sintoma – manifestação simbólica do inconsciente. No caso da perversão, apesar da significação fálica se produzir, ela é ao mesmo tempo desmentida, possibilitando os fenômenos de fetiche e uma certa postura cínica diante da lei. Veja-se que Lacan utiliza a recusa (*Verleugnung*) freudiana exclusivamente para a perversão, assim como o recalque (*Verdrängung*) é um mecanismo restrito à neurose. Diferentemente de Freud, como vimos, Lacan utiliza as três formas de defesa por ele consideradas de forma restritiva, sendo tal raciocínio fundamental para a abordagem estrutural do sofrimento psíquico. Vejamos a terceira grande forma de negação da castração em Lacan.

No caso da psicose, Lacan propõe, na última lição de seu *Seminário* dedicado ao tema (Cf. Lacan, 1985/1955-56, pp. 348-362), o termo forclusão para explicar o mecanismo de defesa específico que operaria. Forclusão é a tradução que Lacan propõe de um termo pinçado por ele da obra de Freud, *Verwerfung*, que aparece, por exemplo, no caso do Homem dos Lobos e no texto “As neuropsicoses de defesa” sem, contudo, configurar um uso conceitual rigoroso. A *Verwerfung* ganha o estatuto de conceito original a partir de sua utilização por Lacan para explicar as psicoses. Lacan utiliza a tradução francesa *forclusion*, termo oriundo do direito, que seria mais ou menos equivalente ao termo prescrição usado no direito brasileiro. No entanto, optou-se por criar o neologismo forclusão (ou forclusão, dependendo do autor a usá-lo) para traduzir o novo conceito lacaniano para o português, que significa uma rejeição absoluta, primordial, do simbólico, de um significante que, por isso mesmo, só poderá retornar no real. “A *verwerfung* original será tida por nós, portanto, como forclusão do significante. No ponto em que, veremos de que maneira, é chamado o Nome-do-Pai, pode pois responder no Outro um puro e simples furo, o qual pela carência de efeito metafórico, provocará um furo correspondente na significação fálica” (Lacan, 1998/1958b, p. 564). Em texto recente publicado por ocasião do VIII Congresso da Associação Mundial de Psicanálise, Sílvia Geller expõe de forma didática: “Se a neurose se caracteriza pela aceitação do Nome-do-Pai e da significação fálica ligada a ele, a psicose se opõe a esta pela ‘forclusão de ambos’” (Geller, 2011, p. 390). Não havendo instauração da significação fálica, o sujeito fica impossibilitado de se situar na partilha dos sexos, vive a castração no real do corpo e sofre os efeitos do empuxo à mulher; não assente à arbitrariedade da significação e fenômenos de linguagem aparecem (neologismos, dificuldade de compreensão de metáforas...); fica mais sujeito aos efeitos absolutizantes do imaginário e de um Outro que não é castrado. O que é forcluído do simbólico, assim, retorna no real, sob a via

desses fenômenos clínicos que, à luz da teoria lacaniana, ganham uma explicação estrutural. Desenha-se, assim, o fundamento da noção de estruturas clínicas que, como vimos, precisa do solo estruturalista para nascer, bem como das noções de Nome-do-Pai e significação fálica.

A teoria lacaniana, dessa forma, foi o aporte que fez surgir a tríade diagnóstica da psicanálise concebida de forma discreta (não-contínua): neurose, psicose ou perversão, difundida hoje, arriscamos dizer, de forma quase universal na psicanálise. A cada estrutura relaciona-se um mecanismo de defesa específico, uma incidência diferente do Nome-do-Pai e da correlativa significação fálica. Dizer “estrutura clínica” já se tornou um lugar comum automatizado nos relatos de casos formais e informais, sendo que muitas vezes os analistas (e mesmo psicólogos e psiquiatras de forma geral) que fazem uso dessa expressão não se alinham necessariamente às consequências clínicas e diagnósticas de seu uso. Vejamos, agora alguns problemas relacionados ao diagnóstico estrutural. Para tal, será necessário entender o lugar de estancamento que determinadas noções adquirem na lógica estrutural.

### **2.3. O constrangimento binarista do diagnóstico estrutural**

#### **2.3.1. Derrida, Deleuze, o Falo: as críticas ao estruturalismo enquanto nova filosofia transcendental**

Derrida, na importante crítica que faz a Lacan a partir da análise do seminário sobre a carta roubada, nos mostra que a posição que o falo ocupa na teoria lacaniana “é a definição estrita da *posição transcendental*: privilégio de um termo no interior de uma série de termos que ele torna possíveis e que ele supõe” (Derrida, 2007/1980, p. 524). O falo na

teoria lacaniana, assim, é apontado por Derrida como o significante que determina todos os outros sem ter nada que o determine, nada que explique sua posição de exceção à cadeia significante. Derrida cria o termo *falogocentrismo* (conjunção entre falocentrismo e *logos*)<sup>11</sup> para caracterizar a posição transcendental que o falo adquire, fundando, mais do que a partilha sexual, o próprio Simbólico e o próprio *logos*. Podemos pensar, assim, que o Falo torna possível a própria estrutura, dado que é o *elemento x* descrito por Deleuze, que, sendo externo à estrutura, a define. O próprio Deleuze, como vimos, faz essa observação a respeito de Lacan, localizando o falo como o objeto x que faz funcionar a estrutura lacaniana.

Pois bem, o fato de que o falo, elemento cuja incidência é fundamental para se definir a estrutura clínica de alguém, seja externo à combinatória estrutural, coloca-o em um lugar estanque, como apontado por Derrida ao evocar a filosofia transcendental e a metafísica com o termo *falogocentrismo*. Detenhamo-nos um pouco aqui e tentemos explicitar quais os problemas que podem ser gerados ao se embasar um conceito fundamental num lugar estanque, que acaba por conduzir a uma dimensão metafísico-transcendental.

Resgatemos, de início, o conceito de metafísica, definida como o “dispositivo conceitual e reflexivo que institui como fundamento uma dualidade necessariamente opositiva, e no qual um dos pólos desta oposição é hierarquicamente superior ao outro, fundando assim um ‘bem-em-si’” (Craia, 2002, pp. 19-20). Podemos citar algumas oposições clássicas da metafísica: inteligível/sensível, cultura/natureza, transcendente/terreno, mente/corpo, sujeito/objeto, espírito/matéria etc. Em todas essas dualidades, os primeiros termos, considerados superiores aos segundos, tornam-se, *a priori*, o ponto de partida para a

---

<sup>11</sup> Cf. Derrida, J. (2007/1980). O carteiro da verdade. In: *O cartão-postal: de Sócrates a Freud e além*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 457-542.

medida de todas as coisas, ou seja, transformam-se no “bem-em-si”. É nesse sentido que Craia nos fala de categorias essenciais e a-históricas que fundam qualquer possibilidade de conhecimento.

Nietzsche já apontara, de forma geral, que toda metafísica é essencialista por não conseguir perceber a origem e o devir históricos dos conceitos e, dessa forma, os fixa na eternidade<sup>12</sup>. Uma filosofia marcada pela metafísica, como alerta Nietzsche, torna-se assim incapaz de acompanhar a história e a mudança:

Vocês me perguntam o que é idiossincrasia nos filósofos?... Por exemplo, sua falta de sentido histórico, seu ódio à noção mesma do vir-a-ser, seu egipcismo. Eles acreditam fazer uma honra a uma coisa quando a des-historicizam, *sub specie aeterni* - quando fazem dela uma múmia. Tudo o que os filósofos manejaram, por milênios, foram conceitos-múmias; nada realmente vivo saiu de suas mãos. Eles matam, eles empalham quando adoram, esses idólatras de conceitos - tornam-se um perigo mortal para todos, quando adoram. A morte, a mudança, a idade, assim como a procriação e o crescimento, são para eles objeções - até mesmo refutações. O que é não se torna, o que se torna não é... Agora todos eles crêem, com desespero até, no ser. Mas, como dele não se apoderam, buscam os motivos pelos quais lhes é negado. “Deve haver uma aparência, um engano, que nos impede de perceber o ser: onde está o enganador?” - “Já o temos”, gritam felizes, “é a sensualidade! Esses sentidos, já tão imorais em outros aspectos, enganam-nos acerca do verdadeiro mundo. Moral: desembaraçar-se do engano dos sentidos, do vir-a-ser, da história, da mentira - história não é senão crença nos sentidos, crença na mentira. (...) E, sobretudo, fora com o corpo, essa deplorável *idée fixe* dos sentidos!” (Nietzsche, 2006, Aforismo I).

Pois bem, voltemos a Lacan e à crítica que dele faz Derrida. O último parágrafo de “A significação do falo”, nos diz Derrida, evoca a junção entre falocentrismo e logocentrismo ao mesmo tempo em que, por duas vezes, alega sua profundidade:

---

<sup>12</sup> Cf. Deleuze, Gilles (1965). *Nietzsche*. Lisboa: Edições 70, p. 20 *et seq.*

Correlativamente, entrevê-se a razão desse traço nunca elucidado onde uma vez mais se mede a profundidade da intuição de Freud: a saber, porque ele afirma que há apenas uma *libido*, seu texto mostrando que ele a concebe como sendo de natureza masculina. A função do significante fálico converge aqui para sua relação mais profunda: aquela pela qual os Antigos aí encarnavam o *Nous* e o *Logos*. (Lacan, 2008/1958a, p. 273, grifos dele).

#### Acompanhemos o comentário de Derrida:

A profundidade é a altura. Isso desemboca no alto, precisamente na boca em que “se encarna” o *Nous*, o *Logos*, e que diz profundamente: só existe *uma* libido, logo, não há diferença, e menos ainda uma posição na libido do feminino e do masculino, aliás, ela é masculina por natureza. Com efeito. A “razão do traço nunca elucidado” não se pode jamais senão “entrever”: é que não existe uma razão para esse traço, ele é a razão. Para ela, por ela, sob ela. Na lógica dita “do caldeirão” (traíçoeira, tirada da razão), a razão sempre terá razão. Por ela mesma. Ela se dá a ouvir. “A coisa fala dela mesma”. Ela (se) ouve dizer o que ela não pode entender. (Derrida, 2007/1980, p. 528, grifos dele).

Assim, o simbólico lacaniano – e, portanto, toda a noção de estrutura sustentada por ele – se compromete na medida em que não percebe a própria imanência e necessidade da alteridade para existir. O falo, enquanto marca fundadora do simbólico lacaniano, se explica a si mesmo, se propõe como auto-fundante, apaga a alteridade que lhe constitui<sup>13</sup>.

Sobre esse ponto, é interessante notar como Lacan tenta, em alguns momentos de seu ensino, escapar da arbitrariedade e da circularidade da transcendência, evocando por

---

<sup>13</sup> Ribeiro nos lembra que Catherine Baliteau, atentando para a mesma questão, “conclui sua crítica feminista do conceito de falo em Lacan afirmando que a psicanálise lacaniana é o último avatar da metafísica ocidental, em que o simbólico substitui a coisa-em-si e o falo vem no lugar do *primum movens*” (Ribeiro, 1997, p. 129). A crítica de Baliteau (1975) à qual Ribeiro se refere é: “La fin d’une parade misogyne: la psychanalyse lacanienne”. *Les temps modernes*, 30(348), pp. 1933-1953.

vezes o construto da percepção para justificar o lugar de primazia e exceção ocupado pelo falo. O seguinte parágrafo de “A significação do falo” é um bom exemplo disso:

Pode-se dizer que esse significante [o falo] é escolhido como sendo o mais saliente do que se pode apreender no real da copulação sexual, e também o mais simbólico no sentido literal (tipográfico) desse termo, visto que ele equivale à cópula (lógica). Pode-se dizer também que ele é, pela sua turgidez, a imagem do fluxo vital na medida em que se transmite na geração. (Lacan, 2008/1958a, p. 269).

Uma certa positividade do órgão masculino, em contrapartida a uma suposta negatividade do órgão feminino, são invocadas como sendo naturais e, portanto, justificativas que explicariam a primazia do falo de forma não transcendental. Contudo, podemos pensar, a própria percepção não é uma faculdade neutra, sendo ela mesma fundada por valores e julgamentos. As justificativas para tais julgamentos de valor sempre aparecem travestidas de uma *naturalização*<sup>14</sup>, como se a biologia ou a natureza (incluindo aí os processos perceptivos) assegurassem a evidência factual dessas constatações. Tal constatação de que o pênis é aquilo de mais saliente na diferença entre os sexos, por certo, se pauta em construções históricas e sociais sobre os gêneros (prova de que tal constatação não é natural, por exemplo, é o simbolismo do útero e da fertilidade nos achados arqueológicos, ou mesmo dos seios em algumas estátuas antigas). Talvez percebendo tais problemas, o próprio Lacan, no *Seminário X*, interpreta diferentemente o porquê de o falo ser o símbolo da falta, invocando dessa vez a angústia causada pela tumescência e detumescência do “órgão” para situar a falta do lado masculino, mas manter o falo como símbolo desta (Cf. Lacan, 2005/1962-1963, pp. 280-290). De novo: a tumescência e detumescência do pênis

---

<sup>14</sup> Ferraz (2011) define naturalização como um procedimento que tenta conferir um caráter de constatações extra-linguísticas a sentenças que só existem no registro da linguagem. Uma ideia semelhante se encontra presente em diversos textos de Judith Butler (2003/1990; 1993; 2002). De nossa parte, efetuamos uma ampla discussão crítica sobre essa questão, remontando às teorias da diferença sexual em Freud, passando por Lacan e também Laplanche, em nossa dissertação de mestrado (Lattanzio, 2011), a qual remetemos o leitor interessado.

só podem causar angústia quando inseridas em um regime de produção de subjetividades já capturado pela sexualidade em contraposição ao instinto. E esse regime já impõe formas de interpretar a diferença anatômica. Os argumentos naturalizantes, assim, quando analisados a fundo, tornam-se tautológicos, e sua função de escamotear a transcendência cai por terra.

Voltando ao problema da metafísica aplicada à teoria e à clínica psicanalítica, podemos pensar que seu limite é que ela torna estanques conceitos que, por fazerem parte da vida, do mundo e da infinitude de posições subjetivas que encontramos na clínica, são antes mutantes. Ao mesmo tempo, ela não se pergunta pela condição de surgimento desses conceitos, uma vez que acredita que sua essência sempre existiu como tal, inscrita num mundo suprassensível, transcendente e atemporal.

Flávio Ferraz observa que, a partir desse tipo de pensamento, a psicanálise se enrijece e perde sua capacidade de acompanhar as mudanças históricas, uma vez que, acrescentaríamos, porta uma teoria diagnóstica atrelada ao lugar do falo, visto como *objeto x* que, sendo externo à combinatória estrutural, permanece intacto no tempo:

Uma das consequências desta linha de pensamento é que, diante das modificações estruturais pelas quais passam a família, os papéis sociais do homem e da mulher, enfim, o regramento das sexualidades, as novas configurações só possam ser vistas como perversão, delinquência ou loucura, pois escapam à lógica fálica do discurso analítico e assim vão, automaticamente, alinhar-se às estruturas psicótica ou perversa. Para simplificar: o mundo vai se tornando “errado” e a psicanálise se mantém “certa” em seu poder diagnóstico, quer das pessoas, quer da cultura. (Ferraz, 2011, p. 156).

De nossa parte (Lattanzio, 2011 e Lattanzio & Ribeiro, 2017), já demonstramos como tal lógica, por exemplo, dificulta um pensamento clínico sobre as transexualidades (e até

mesmo sobre as homossexualidades), pois são automaticamente alinhadas àquilo que contraria a lógica fálica e tidas como psicose ou perversão.

Interpretando, enfim, a crítica de Derrida com os instrumentais fornecidos por Deleuze em sua leitura do estruturalismo, podemos concluir que o lugar transcendental de exceção do falo na teoria lacaniana torna-se ainda mais problemático, dado que Deleuze demonstra que a existência de um *objeto = x* é necessária e fundamental para a existência de qualquer estrutura. Não se trata, em Lacan, simplesmente da elevação de uma certa imago paterna à posição transcendental, equivalente a uma suposta nostalgia do pai, como apontam alguns (para esses, a constatação do declínio do pai seria suficiente para que a psicanálise acompanhe a história), mas de um elemento elevado à transcendência por uma necessidade teórica que funda a teoria do significante. Ou seja: o falocentrismo não é algo que se pode simplesmente rever na teoria lacaniana, já que a teoria como um todo depende desse elemento tomado como exceção. Tal problema, assim, não é passível de simples ajuste teórico, e se faz necessária uma crítica abrangente de toda a noção de estrutura (incluídos os conceitos-chave da teoria lacaniana daí decorrentes). Nos encaminhamos para contribuir para tal crítica, e para isso vejamos o constrangimento binarista que a teoria estrutural gera para o diagnóstico em psicanálise.

### **2.3.2. Nome-do-Pai: sim ou não?**

Do ponto de vista diagnóstico, um importante problema decorre de o falo ocupar o lugar desse *objeto = x* pois, estando nessa posição transcendental, a resposta à efetividade de sua significação torna-se binária, do tipo “sim ou não”. Se pensarmos na operação psíquica de instauração do Nome-do-Pai, apresentada também como metáfora paterna, também não conseguimos, dentro da lógica estrutural, sair do binarismo. Tal problema

foi constatado por autores tão diversos quanto Paulo de Carvalho Ribeiro e Jacques-Alain Miller:

“Nome-do-Pai, sim ou não?” é uma indagação que já selou e continua a selar o diagnóstico e o destino de milhares de pessoas dentro e fora dos hospitais psiquiátricos”. (Ribeiro, 2001, p. 114).

Assim, nossa clínica tinha um caráter basicamente binário. Resultado: durante anos, víamos clínicos, analistas, psicoterapeutas se perguntarem se seu paciente era neurótico ou psicótico. Quando vocês recebiam esses analistas em supervisão, podiam vê-los voltar, ano após ano, a falar de seu paciente X, e se lhes perguntassem: “Você concluiu se ele é neurótico ou psicótico?”, eles respondiam: “Não, até agora não concluí”. E isso continuava assim durante anos. Não era claramente uma maneira satisfatória de considerar as coisas. (Miller, 2010a, p. 05).

De acordo com Ribeiro (2001, p. 117), “o funcionamento binário, do tipo sim ou não, + ou - , 0 ou 1 etc., implica uma exatidão quase sempre incompatível com o funcionamento psíquico.” De fato, as tentativas de diagnóstico estrutural, ao se depararem com as diferenças entre os seres humanos, as infinitas nuances do sofrimento psíquico, os sintomas que não se encaixam perfeitamente naquilo que se esperaria estruturalmente dos casos, acabam por servir “mais à confrontação de diferentes certezas sobre um mesmo caso do que ao estabelecimento de diagnósticos consensuais” (ibid., p. 114). Podemos pensar, por exemplo, em psicoses que não apresentam fenômenos elementares, desencadeamentos clássicos ou metáforas delirantes, ou mesmo em neuroses que apresentam sintomas alucinatorios, delirantes ou passagens ao ato. Como apontado por Miller, as discussões de tais tipos de casos clínicos muitas vezes perduravam anos, sempre com evidências diagnósticas tanto de neurose quanto de psicose. Veremos, mais à frente, a tentativa empreendida por Miller para escapar a essa dicotomia. Por ora, concluamos nossa crítica às consequências diagnósticas do primeiro classicismo lacaniano, atrelado à preponderância do simbólico e ao ápice do estruturalismo em psicanálise.

Ribeiro (2001) forja a expressão *constrangimento binarista* para se referir a essa artificialidade rígida que a concepção linguístico-estrutural gera nos diagnósticos. Tal constrangimento, enfim, impede a teoria psicanalítica de perceber as infinitas nuances do sofrimento psíquico humano que, em nossa opinião, se apresenta mais como um *continuum* do que como uma tríplice repartição pautada em um elemento externo ao sujeito.

Como tentamos demonstrar acima, tal problema não é acidental ou passível de simples ajuste, uma vez que a lógica estrutural exige que um elemento ocupe um lugar externo à estrutura, porém determinante dela. Contudo, uma objeção justa aqui seria a de dizer que Lacan, ao longo de seu ensino, afastou-se progressivamente do estruturalismo, reconhecendo a crescente importância do gozo e do registro do real. Vejamos, portanto, a continuidade de seu ensino.

#### **2.4. Lacan para além da estrutura – até que ponto? O segundo classicismo.**

Vários autores alinhados à teoria lacaniana (p. ex., Garcia, 1996, Pinto, 1996, Santiago, 1996) observam, não sem razão, que Lacan, no percurso de seu ensino, ultrapassou o estruturalismo ao mostrar que a estrutura é sempre falha e não recobre o real, como se o próprio Lacan tivesse percebido as limitações do estruturalismo (obviamente, a crítica de Derrida teve papel importante aqui). Laplanche (1981, p. 16), nesse sentido, observa que “o pensamento lacaniano é muito mais diverso, muito mais proteiforme do que parece. Seria ilusório reduzi-lo unicamente aos aspectos estruturalistas”. Em 1976, no prefácio à edição inglesa do *Seminário XI*, Lacan escreve: “Quando o esp de um laps – ou seja, visto que só escrevo em francês, o espaço de um lapso – já não tem nenhum impacto de sentido

(ou interpretação), só então temos certeza de estar no inconsciente” (Lacan, 2003/1976, p. 567). Tal afirmação, inicialmente enigmática, vai em sentido totalmente contrário à noção de inconsciente estruturado como linguagem: é o real – sem língua, sem estrutura, não interpretável – a marca patognomônica do inconsciente aqui. Curioso perceber que nem Laplanche nem Derrida (o primeiro a postular já em 1960 o realismo do inconsciente e o segundo a colocar em xeque a estrutura transcendental da teoria lacaniana) são invocados por Lacan ou por seus estudiosos como possíveis motivos dessa radical guinada conceitual.<sup>15</sup> Claro que, a despeito do excesso de classificações e subdivisões dos “Lacans”, tais viradas teóricas foram sendo construídas ao longo dos anos, e podemos ver indícios delas nos seminários mais antigos (como, por exemplo, o tratamento de *das Ding* em seu seminário sobre a ética); motivo pelo qual muitos estudiosos do pensamento lacaniano defendem que os diferentes paradigmas de seu ensino não devem ser entendidos enquanto meramente evolutivos, mas sim coexistentes e complementares em muitos aspectos.

Também em “Radiofonia” (2003/1970), Lacan se distancia de uma concepção estritamente estruturalista de inconsciente, apontando para aquilo de gozo que nos marca e nos habita enquanto resíduo, avesso à metáfora e à metonímia. Em vez da estrutura de linguagem, são os traços de gozo, marcas da contingência do real, as principais características do inconsciente.

Ao real cabe aquilo que resiste à simbolização. Nem tudo pode ser simbolizável, explicável, articulável, dizível, "o real é o impossível", "não cessa de não se escrever" (LACAN, 1972-1973/1985, p. 198). O real como impossível não faz parte do conceito linguístico de estrutura. Para

---

<sup>15</sup> Nesse sentido, Miller (2009/2006-2007, p. 188) faz uma pontuação isolada sobre o que chama de derradeiro ensino de Lacan: “devemos reconhecer que isso é realista, realista no sentido do real”. Considerando tratar-se de alguém que conhece bem o peso dos significantes e sabe que a escolha de um termo não é casual, podemos supor que a escolha do verbo “reconhecer” alude a toda essa história pregressa de discordância do realismo do inconsciente?

os estruturalistas o conceito de estrutura está ligado à ideia de totalidade. Para a psicanálise, o real tem como estatuto o impossível e se inscreve na estrutura sob a forma de furo no imaginário e falta no simbólico. A letra minúscula *a* é o recurso utilizado por Lacan para escrever esse resto que ficou sem ser simbolizado, e que, justamente por isso, se torna o sustentáculo de toda ação desejante. Desejar está sempre articulado a esse resto não simbolizável. (Sadala e Martinho, 2011, p.253).

O conceito de *objeto a*, nessa mesma linha, foi um desenvolvimento original lacaniano que coloca em destaque a relação do sujeito com o indizível d'A Coisa (*das Ding*), o furo do simbólico e da significação que, por isso mesmo, causa o desejo<sup>16</sup>. Ainda, a noção de *alíngua* (*lalangue* [Lacan, 1985/1972-1973]) e de letra em contraposição ao significante (cf. Mandil, 1999) denotam tal mudança de direção: “se do significante decorre efeito de sentido, da letra decorre efeito de gozo, já que ela concerne ao objeto que não se traduz em nenhuma inscrição” (Lima, 2006, p. 243).

Seguindo esta linha, Miller (2002-2003) usa a expressão vitalismo para contrapor tal prevalência do real ao Lacan estruturalista. Com isso, busca expressar que o gozo é a marca indelével do humano, e uma orientação clínica nessa direção passa a ser muito mais importante do que a localização estrutural.

Vimos que um dos princípios do estruturalismo é que apenas os locais e a combinatória importam, em detrimento do conteúdo daquilo que os preenche. Em todas essas novas teorizações, parece-nos que Lacan percebe, em última instância, que o conteúdo, sim,

---

<sup>16</sup> Lucero (2015) fez uma excelente arqueologia do conceito de *objeto a* em Lacan, explicitando, entre outros pontos, a construção sucessiva e histórica do conceito ao longo do percurso lacaniano, a interlocução – algumas vezes velada – de Lacan com teóricos das relações de objeto e a proximidade do conceito com a noção de *das Ding*, de real e de resto. Ainda sobre a noção de *objeto a*, aludimos à possibilidade de leituras mais continuístas em relação ao ensino de Lacan como um todo.

importa, e talvez seja o que há de mais próprio ao sujeito e à psicanálise. Tal raciocínio, a partir do segundo classicismo lacaniano, vale também para o que era antes entendido enquanto função simbólica, universal e depurada do real, como é o caso das funções paterna e materna: estas agora não teriam um efeito apenas estrutural, mas dependeriam enormemente de quem as encarna no real. Serge Cottet (2007), nesse sentido, afirma que não é a mesma coisa se uma criança é criada pela própria mãe ou pela mãe do vizinho. O desejo que entra em jogo na concepção de um sujeito tem particularidades que escapam a uma simples lógica combinatória. Nesse sentido, Miller (2009/2006-2007, p. 142) afirma que “o derradeiro ensino de Lacan é, sem dúvida, o avesso de seu sistema (...). Ele está mais às voltas com o *sinthoma* do Um do que com o discurso do Outro”. Há algo de fundamental que escapa à lógica estrutural, e isso talvez seja o âmago da psicanálise.

Em relação à função paterna, central à teoria lacaniana, duas reviravoltas se dão no segundo classicismo lacaniano. De um lado, a noção de pai real é cada vez mais invocada, o que significa valorizar as particularidades da pessoa de carne, osso e desejo que encarna a função paterna:

Ora, essa abordagem do pai, sob o ângulo do real de sua presença, é justamente a chave da clínica das “diversas configurações concretas” em que a relação com o significante pai pode revelar-se “carente” ou até mesmo forcluída. O importante aqui é desprender-se de uma idéia do pai que o identifica à função do interdito, que o limita ao puro significante, que o mede sob os parâmetros de uma perfeição simbólica, para permitir a abertura de uma perspectiva sobre a função do pai na qual a dimensão da lei seja menos oposta e mais articulada à do desejo. (Zenoni, 2007, pp. 18-19).

A segunda reviravolta se dá na chamada pluralização do Nome-do-Pai, que perde a maiúscula e passa a ser designado no plural: nomes-do-pai. Tal mudança se deu de forma

progressiva no percurso de Lacan, já a partir do *Seminário X* (2005/1962-1963). O seminário inacabado (Lacan, 2005/1963), sobre os nomes do pai, começou a ser proferido por Lacan em 1963, contudo foi interrompido na ocasião de sua “excomunhão” da Sociedade Francesa de Psicanálise (termo usado pelo próprio Lacan para referir-se à perda da função de analista didata), e nunca mais retomado. No entanto, tal formulação só voltou a ser tratada claramente nos últimos seminários de Lacan, ao tratar do *sinthoma* e dos três registros. Enfim, tal pluralização significa que Lacan passa a reconhecer que a função de amarração exercida pelo Nome-do-Pai pode, em última instância, ser exercida por outros significantes e/ou modos de amarração que venham a ocupar a função de nó entre os três registros, designada *sinthoma*.

O primeiro Lacan, a partir dessa leitura (cf. Miller, 2002-2003 ou Kaufmann, 2006), podemos pensar, foi o do chamado retorno à Freud, e posteriormente percebeu que o Falo era uma espécie de “sintoma” freudiano. Começou, assim, a deixar de lado o antigo paradigma e aproximar-se cada vez mais dos modos singulares de gozo, que importariam muito mais do que a estrutura – esta seria um pano de fundo.

O percurso do ensino de Lacan sobre a questão do pai pode ser apreendido como um progressivo deslocamento de suas coordenadas, do simbólico para o real e o gozo. Apesar de ainda ser mencionada até seus últimos seminários, a noção de Nome-do-Pai tende a diferenciar-se, cada vez mais, do pai, passando a designar então uma função de nó, que múltiplos substantivos – inclusive o próprio pai – podem desempenhar. No lugar onde antes um significante último ou primeiro deveria garantir o conjunto do significante, além de fundar uma ordem necessária, ocorre agora a noção de uma “fundação” contingente, encarnada na diversidade dos significantes-mestres, relativos, históricos. Não se trata mais de uma fundação do simbólico pelo simbólico, impossível de ser feita, mas de uma “fundação”, por assim dizer, sem fundamento, já que ela pertence preferencialmente à ordem da declaração, da inauguração e da escolha, e não à ordem da demonstração. O pai se desloca de seu valor universal, de sua confusão com a lei, daquilo que, no

universal, excetua-se do universal, daquilo que, na lei, não é ditado pela lei. (Zenoni, 2007, pp. 20-21).

Contudo, apesar desta mudança de “direção”, a lógica do significante, tributária do ponto de vista linguístico-estrutural (e, portanto, sustentada pelas noções de Falo e Nome-do-Pai), permaneceu central na teoria lacaniana. Mesmo sem considerar essa apreensão epistemológica da fundação de uma teoria, o conceito de Nome-do-Pai permanece em sua importância estrutural, uma vez que, a despeito da lógica do *sinthoma* enquanto quarto círculo a amarrar os três registros, o antigo Nome-do-Pai continua sendo o diferenciador entre psicoses e neuroses, com a mesma instauração binária. O que passa a ser possível, no segundo classicismo, é que um psicótico se estabilize a partir da construção de um *sinthoma* que não o Nome-do-Pai (algo que, como veremos, foi posteriormente formalizado por Miller sob o signo de psicose ordinária), mas isso não o torna neurótico<sup>17</sup>. Sobre esse ponto vale a pena tecer algumas considerações.

A pluralização do Nome-do-Pai nos parece ideologicamente interessante na medida em que tem por efeito tirar o privilégio imaginário da associação comum entre neurose e normalidade, de um lado, e psicose e anormalidade, de outro; serve assim, inclusive, para combater preconceitos difundidos sobre uma suposta inferioridade da psicose em relação à neurose. Clinicamente, tal pluralização é também útil por exigir mais atenção do analista à singularidade de cada caso, correlativa às amarrações que cada pessoa produz para se manter estável. No entanto, nos parece impossível desconsiderar o valor simbólico do Nome-do-Pai, pois isso significaria também desconsiderar a especificidade do sofrimento

---

<sup>17</sup> Esclarecemos, aqui, que não argumentamos no sentido de concordar em uma possível mudança de estrutura a partir da estabilização; apontamos apenas para o fato de que continua sendo o Nome-do-Pai o responsável pela diferenciação estrutural.

psíquico na psicose, bastante significativo e diferente dos sintomas neuróticos. Se assim se fizesse, perder-se-ia a capacidade clínica da psicanálise sob a bandeira de que qualquer amarração tem virtualmente igual valor. O que, então, sustentar: a pluralidade das formas de amarração (que tem como consequência apontar para a singularidade de cada caso, mas perde em explicar a especificidade do sofrimento psicótico) ou a centralidade do Nome-do-Pai (que explica a especificidade dos fenômenos psicóticos, contudo encaixa forçosamente os sujeitos na rigidez estrutural)? Eis um legítimo dilema. O próprio Lacan parece ter percebido tal problema, e é como uma tentativa de saída a este dilema que compreendemos sua enigmática prescrição de “prescindir do [Nome-do-Pai] com a condição de nos servirmos dele” (Lacan, 2007/1975-1976, p.132).

Valer-se do Nome-do-Pai e ao mesmo tempo prescindir dele, em nossa interpretação, significa manter duas alternativas teóricas excludentes entre si, cada uma a ser evocada dependendo do caso. Seria uma espécie de “gambiarra” teórica, na qual se percebe a insuficiência do modelo estruturalista, mas ao mesmo tempo não pode abrir mão dele, pois todo o edifício conceitual lacaniano se funda sobre tal modelo. Recorramos a um trecho de França Neto sobre a questão:

Assim como a teoria de Chomsky, que mesmo percebendo as dificuldades de sua proposta não abre mão de uma vocação universalista e de um repúdio à concepção estruturalista de Lévi-Strauss, o estruturalismo dos primeiros seminários de Lacan, baseado em um Simbólico poderoso, também pedia por outros desdobramentos. Era preciso relativizar uma rigidez por demais transcendente e prescritiva, que dificultava uma melhor teorização sobre a singularidade e a contingência do sujeito. Lacan então pluralizou o Nome-do-pai, que passou a ser grafado em minúsculo – nomes-do-pai –, destituindo-o também de ser a única forma de amarração. E se um caráter prescritivo ainda persistia, *já que, para manter a hipótese do inconsciente, não poderíamos abrir mão de sua suposição*, Lacan achou por bem encaminhar-se em termos de “prescindir do Nome-do-Pai (...) com a condição de nos servirmos dele” (LACAN, 2007/1966-1967, p. 132). Talvez pudéssemos

supor aqui, neste servir-se, a prevalência cada vez mais evidente no percurso de Lacan de uma lógica que chamaríamos da transformação, em detrimento da predicação. (França Neto, 2008, pp. 78-79, grifo nosso).

A hipótese de inconsciente que depende da suposição do caráter prescritivo do Nome-do-Pai, pois, é a hipótese do inconsciente estruturado como linguagem. Constata-se, assim, que a mudança de direção no segundo classicismo lacaniano, mesmo sendo importante em vários sentidos clínicos, permanece às voltas com alguns dos problemas centrais da apreensão estruturalista da psicanálise.

Vejamos, agora, como o segundo classicismo foi desenvolvido por alguns dos discípulos de Lacan, com a formalização da forclusão generalizada, a proposição de novas categorias nosográficas e uma ênfase ainda maior na chamada clínica do real.

### **2.5. Os discípulos de Lacan dão continuidade ao seu programa: forclusão generalizada, psicose ordinária, histeria rígida, clínica borromeana**

São vários os autores contemporâneos alinhados à perspectiva lacaniana que lançam mão do chamado último ensino de Lacan, ou segundo classicismo, no qual há essa primazia do real e certa crítica ao estruturalismo, para propor novas categorias nosográficas e combater os problemas oriundos do constrangimento binarista. Destacam-se, nesse sentido, a noção de forclusão generalizada e a categoria de psicose ordinária (propostas por Miller), mas também a histeria rígida (trabalhada por Laurent) e a orientação mais geral de ênfase no real e no gozo. Discutiremos tais teorias, problematizando se elas têm a capacidade de ultrapassar os problemas detectados ou se, apesar de importantes avanços

clínicos proporcionados, continuam não oferecendo uma nosografia que consiga ultrapassar as limitações herdadas do estruturalismo.

Começamos definindo a forclusão generalizada, espécie de paradigma de base para os novos pensamentos na esfera da psicopatologia lacaniana. A expressão forclusão generalizada, curiosamente, nunca foi usada por Lacan, sendo introduzida por Miller (2010b, p. 27): “gostaria, em contrapartida, de generalizar essa estrutura de forclusão. (...) É certo que Lacan pensou esta a partir da psicose e do Nome-do-Pai, mas no fundo é apenas uma doutrina da forclusão restrita. Há lugar para uma doutrina da forclusão generalizada”. Contudo, o conceito é uma consequência lógica dos nomes-do-pai entendidos no plural: na medida em que o Pai é visto como um nó qualquer, pode-se pressupor uma forclusão inaugural em todos nós, dado que teremos que construir uma amarração, seja ela Nome-do-Pai ou não. Como vimos, a linguagem, o fenômeno da comunicação e a própria realidade, na teoria lacaniana, se apoiam na eleição arbitrária de um significante qualquer como significante-mestre. Para todos nós, a consistência lógica da linguagem “se apoia, em última instância, sobre a base ilógica do assentimento, o que exige do sujeito a adesão a uma norma que não demonstra sua razão de ser” (Teixeira, 2000, p. 62). O psicótico, portanto, seria aquele que denunciaria, como que de forma irônica, essa inconsistência da realidade, essa incomensurabilidade da linguagem, por não estar regulado pelo significante da lei. “Poderíamos, agora, dizer que a psicose revela localmente os efeitos da forclusão generalizada da linguagem sobre a realidade, no sentido que o psicótico contesta esse princípio de ordenação discursiva do significante que não se explica” (Teixeira, 2000, p. 63).

Como consequência clínica das noções de nomes do pai, sintoma e forclusão generalizada, nasce, a partir da Conversação de Arcachon (Miller et. al., 1998), o conceito de psicose ordinária, espécie de nova entidade da nosografia psicanalítica. De acordo com Miller (2010a, p. 04), foram os incômodos da rigidez de uma clínica binária que geraram a necessidade de se pensar a nova categoria: “diria que foi para driblar a rigidez de uma clínica binária: neurose ou psicose”. Em retrospecto, Miller lembra que propôs o conceito ainda com poucas formulações:

A psicose ordinária não tem definição rígida. Todo mundo é bem-vindo para dar sua opinião e sua definição da psicose ordinária. Não inventei um conceito com a psicose ordinária. Inventei uma palavra, inventei uma expressão, inventei um significante, dando a ele um esboço de definição que pudesse atrair diferentes sentidos, diferentes ecos de sentido em torno desse significante. Não ofereci um saber-fazer sobre a utilização desse significante. Fiz a aposta de que esse significante podia provocar um eco no clínico, no profissional. Queria que ele ganhasse amplitude para ver até onde essa expressão podia ir. (Miller, 2010a, p. 03).

De início, não estava claro se o conceito seria uma indicação de um continuísmo na clínica. Em Arcachon, Miller et. al. (1998, p. 105) chega a afirmar, num primeiro momento, que via na segunda clínica lacaniana “mais uma gradação do que uma oposição definida (...). É por isso, efetivamente (...), que eu via essa formalização mais continuísta, em oposição à descontinuidade da primeira”. No mesmo debate, mais à frente, Miller se situa de forma distinta ao ser indagado sobre a continuidade:

A questão é mais a respeito de uma gradação no interior do grande capítulo da psicose. Agora: certamente nos perguntamos se essa clínica implica uma gradação entre neurose e psicose. Minha resposta é: não. Nos dois casos, temos ponto de capitonê: num caso, esse ponto é o Nome-do-Pai, no outro, é coisa diferente do Nome-do-Pai. É menos uma continuidade do que uma homologia (...). Somente, percebe-se que a estrutura do capitonê não-Nome-do-pai é mais complexa que a primeira. Lacan tenta representa-lo para nós pelo nó. De repente, o capitonê NP aparece por vezes

como uma simplificação do outro, um caso particular. Nesse caso, pode-se falar da neurose como um subconjunto da psicose, com finalidade sobretudo irônica. (Miller, 1998, p. 171).

Em outro momento do debate, ao ser perguntado sobre a possibilidade de gradações na clínica, Miller recorre a Leibniz para tentar postular uma continuidade entre o contínuo e o descontínuo:

O senhor não é bastante leibniziano, mas eu acho que o sou perfeitamente. Leibniz é capaz de dizer que o repouso é um caso limite do desenvolvimento, e demonstrá-lo. E articular conceitualmente o contínuo e o descontínuo. De um lado, claro que o repouso se opõe ao movimento, são dois conceitos polares, mas segundo outra perspectiva o repouso não é senão o caso limite, uma extenuação, do contínuo do movimento. Vejo que Berghem, que estudou filosofia, se diverte. É aproximativo decerto. Fiquemos com a clínica. (Miller, 1998, p. 109).

Realmente é curioso ver Miller recorrer a Leibniz como uma espécie de estratégia que, em nossa opinião, busca conseguir fazer conviver os dois paradigmas do ensino lacaniano.

Tais incertezas sobre o conceito de psicose ordinária, em vez de trabalharem contra ele, acabaram por atrair uma diversidade de diagnósticos, onde antes havia dúvida entre neurose e psicose. Como o próprio Miller reconhece retroativamente:

Vocês veem assim pessoas que tentam, durante anos, decidir de que lado situar seu paciente. Ou então, ao encontrarem sujeitos que testemunham um vazio que experimentam em si mesmos, podem se perguntar se esse vazio não é também histórico. É o sujeito barrado que remete ao nada na neurose? Ou se trata do vazio psicótico, do furo psicótico? Ano após ano, apesar da diferenciação supostamente absoluta entre a neurose e a psicose fundamentada na forclusão do Nome-do-Pai, verdadeiro credo lacaniano – “eu te batizo neurótico se há o Nome-do-Pai, e eu te batizo psicótico se ele não existe” – certos casos davam a impressão de se situarem entre as duas. (Miller, 2010a, pp. 05-06).

Com a crescente aceitação clínica dessa nosografia, foi curioso perceber como o conceito se tornou uma espécie de depositário das dúvidas diagnósticas (talvez seja um dos motivos de seu sucesso) e dos casos que não se encaixavam perfeitamente na teoria estrutural, a ponto de alguns analistas alinhados à vertente lacaniana dizerem abertamente que em suas clínicas havia uma grande maioria de psicóticos ordinários (tais falas ainda aparecem com certa recorrência), para alguns refletindo a queda do Pai na sociedade contemporânea.

Em nossa interpretação, a percepção de que o uso do diagnóstico de psicose ordinária acabou por refletir principalmente a dificuldade de suportar dúvidas de certos analistas (que não dispunham, na teoria estrutural, de respostas para além do binarismo) levou Miller a retomar o conceito em 2009, dizendo – e desenhando – que a psicose ordinária, como seu próprio nome o diz, é uma psicose, e não uma neurose. Não mais um depositário de dúvidas, mas uma estrutura muito específica. Nessa retomada, foi possível a ele juntar de forma mais clara o primeiro e o segundo classicismo lacanianos e explicitar que o conceito de psicose ordinária significa uma psicose que tem algo que suplemente o Nome-do-Pai, que faça as vezes dele, enquanto na psicose dita extraordinária – a psicose clássica – há um furo nesse lugar. Ou seja: trata-se, na psicose ordinária, de uma estrutura na qual exista uma amarração do real, simbólico e imaginário que não seja o Nome-do-Pai. Por não ser o Nome-do-Pai a fazer a amarração, está situada claramente como psicose, sendo um subconjunto desta (à esquerda, neuroses, no centro, a barreira intransponível, à direita, psicoses, sob a alça que se puxa à direita da barreira, as psicoses ordinárias): N h P

(cf. Miller, 2010a, p. 06).

Eis o retorno da centralidade do Nome-do-Pai no ultimíssimo Lacan.

A noção de histeria rígida (trabalhada por Laurent [2012] a partir da recuperação de uma indicação de Lacan no *Seminário XXIII*), por sua vez, invoca uma histeria cujos sintomas ultrapassam a lógica simbólica capitaneada pelo Nome-do-Pai, “sob a forma do acontecimento de corpo, que não ostenta um sentido, mas que mostra as marcas do gozo no corpo, prescindindo da interpretação fálica.” (Anzalone, 2015, p. 170). Laurent (2012, p. 06) aponta que tais acontecimentos dizem respeito à “apresentação do corpo do falasser, do vivo, sem passar pela identificação histórica que mistura sintoma e sentido”. Interessante notar a possibilidade de conceber que, numa estruturação tida como neurótica, podem existir sintomas não-neuróticos. Interessante também o pensamento de que mesmo sujeitos que passaram pela castração e pelo Édipo podem se ver às voltas com a insuficiência da “modulação do gozo pelo significante fálico” (ibid., p. 170) – este não daria conta do sintoma. No entanto, há também certa pressa em afirmar que tais questões não afetam o lugar estrutural: “em primeiro lugar, devemos compreender do que estamos falando quando pensamos a histeria sem o Nome-do-Pai. Não estamos colocando em questão a passagem do sujeito pela castração, nem a marca do paterno, mas o uso do pai como interpretante.” (Anzalone, 2015, p. 169). Ora, não seria mais parcimonioso conceber a possibilidade de que as diferentes incidências da metáfora paterna e a conseqüente instauração diferencial da significação fálica apontam para uma continuidade entre neuroses e psicoses?

Tal impossibilidade aparece claramente no texto de Lêda Guimarães, no qual uma interessante apreensão clínica convive com a manutenção da lógica estrutural:

Na psicanálise de orientação lacaniana, da perspectiva clínica referida como “clínica continuísta”, ou borromeana, do segundo Lacan, o estabelecimento da direção do tratamento requer a priori não

apenas um diagnóstico diferencial entre neurose e psicose, como exigia a clínica dita “descontínuísta”, ou estrutural, do primeiro Lacan. *Dentro do capítulo reservado à neurose* uma ampla variação de modos sintomáticos de amarração dos três registros – Real, Simbólico e Imaginário – requer que seja formulado um diagnóstico no sentido de localizar com certa precisão a menor ou maior consistência do Nome-do-Pai no sintoma que faz a amarração da estrutura subjetiva. *Toda uma gradação contínua do modo como o Pai aí se efetiva, resultará em diferentes modos de diagnosticar a estrutura de um sujeito inserido no âmbito da neurose.* (...) Diante dessa perspectiva continuísta uma nova dimensão clínica se impõe, estabelecendo que a direção do tratamento nesse *amplo capítulo da neurose*, no qual o Nome-do-Pai poderá vir a consistir, não pode ser encarada num standard que sirva para todos. (Guimarães, 2006, p. 50-52, grifos nossos).

Podemos nos perguntar, não sem ironia: seria, afinal, leibniziano dividir os dois “grandes capítulos” da continuidade – as neuroses e as psicoses – com uma barreira descontínua e, ainda assim, se dizer continuísta?

Serge Cottet, também em um texto de grande percepção clínica no qual propõe uma “hipótese continuísta nas psicoses”, incorre no mesmo problema:

Em suma, deve-se admitir que a hipótese continuísta não foi feita para borrar a fronteira neurose/psicose. Ela deve intervir na maneira de decifrar, dentro de uma gama infinita e de modos muito variados, os efeitos parciais e globais da forclusão. É muito cedo para dizer que partido podemos tirar dessa orientação. De todo modo, não vemos nela um instrumento de subversão do estruturalismo, senão um meio de esgotar todos os aspectos do significante em jogo nas psicoses, sem reserva-los ao Nome-do-Pai que daria conta de seu encadeamento e de sua dispersão. (Cottet, 2012, p. 160, tradução nossa)<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Calligaris (2013/1989), em elaboração surpreendentemente precoce em relação aos outros autores citados, também propõe diferentes tipologias da constelação paterna dentro das neuroses e psicoses, mantendo também a noção de estrutura e a barreira estrutural.

Tais malabarismos teóricos nos levam a reiterar nossa hipótese, segundo a qual o que está em jogo nessa necessidade aparentemente inexplicável de manter a barreira estrutural é a dificuldade de se desvencilhar dos pilares de uma teoria, o que implicaria em se ver às voltas com a necessidade de refundação desses pilares.

## **2.6. Alcances e limites das propostas contemporâneas de classificação psicopatológica no escopo do pós-estruturalismo lacaniano**

É importante perceber que tais propostas de apreensões clínicas diversas têm méritos, especialmente por se colocarem a pensar e discutir a clínica contemporânea. Os conceitos de psicose ordinária e histeria rígida, bem como a noção geral de orientação ao real e ao gozo, trazem interessantes debates clínicos, priorizando a localização da singularidade das subjetividades, atraindo a atenção para importantes nuances dos casos, com seus modos de gozo e de amarração particulares. Esses novos conceitos e orientações levam à percepção de índices clínicos muitas vezes sutis (como exemplo dessas nuances, podemos citar a “tripla externalidade” trabalhada por Miller [2010a] como índice de psicose ordinária) e indicativos de direções diagnósticas heterodoxas. Contudo, por precisarem do modelo estrutural de inconsciente como garantia da possibilidade de teorização, o binarismo estrutural reaparece como um fantasma, lá onde não foi invocado, como se uma espécie de curto-circuito ocorresse sempre que se tenta sobrepor dois paradigmas em muitos sentidos excludentes entre si. Os avanços clínicos, nesse momento, recuam frente à manutenção da barreira estrutural, dado que toda uma teoria rígida de manejo clínico das diferentes estruturas volta à tona.

O posicionamento de Graciela Brodsky (2011, p. 62), em seminário recente sobre o tema das psicoses ordinárias, nos ajuda a esclarecer tal ponto. Ao ser perguntada sobre a

gradação, ela também se posiciona no mesmo sentido de Miller, afirmando “que a psicose ordinária é, como indica seu nome, uma psicose e não algo intermediário” (Brodsky, 2011, p. 62). Vale a pena acompanhar a continuação de sua fala, na qual explana sobre a impossibilidade de pensar em continuidade no primeiro classicismo:

O problema é que isto desemboca numa situação complicada doutrinariamente, pois há  $P_0$  e  $\Phi_0$ ; há um pouquinho de  $P_0$  e um pouquinho de  $\Phi_0$ ... Numa doutrina que é diacrítica, onde há um e outro, começar a fazer as mediações é passar de uma doutrina descontínua a uma doutrina contínua. Então  $P_0$  e  $\Phi_0$  são duas categorias que correspondem a uma maneira de pensar descontínua: há o Nome-do-Pai ou não há o Nome-do-Pai; e que efeitos isso tem, quando há e quando não há. Quando começamos com as gradações, entramos na continuidade, e para uma teoria da continuidade é melhor o paradigma de nós que o paradigma da metáfora paterna. Então nos vemos forçados a inventar continuidades em sistemas descontínuos, quando Lacan preferiu sair da metáfora e inventar outra coisa, os nós. Não sou uma amante dos nós, adoro a metáfora paterna, mas dizer um pouco de  $P_0$  e um pouco de  $\Phi_0$  introduz uma *nebulosa teórica que não ocorre com os nós*”. (Brodsky, 2011, pp. 66-67, grifo nosso).

Podemos supor que sua preferência teórica pela metáfora paterna decorre da percepção de que a especificidade do sofrimento psicótico é mais bem abordada a partir das noções de Nome-do-Pai e de significação fálica. Contudo, pensar em continuidade no âmbito da metáfora paterna gera uma nebulosa teórica, pois a teoria estrutural e o simbólico lacaniano necessitam de um elemento transcendental para existirem, justamente o Falo. Sendo transcendental, sua incidência torna-se automaticamente binária, portanto descontínua. Não há como sair dessa nebulosa sem propor uma revisão radical dessas bases teóricas. Por outro lado, a dita continuidade presente na teoria dos nós não explica a especificidade do sofrimento psicótico, a não ser que recorra ao primeiro classicismo para reafirmar o Nome-do-Pai como nó privilegiado.

Acreditamos que o paradigma da forclusão generalizada e os debates sobre clínica do real e do gozo não fecham as discussões a respeito da importância da forclusão restrita, uma vez que não conseguem se desvencilhar do primeiro classicismo, cujo valor clínico para o pensamento da definição entre neuroses e psicoses continua sendo fundamental, apesar de atrelado a uma concepção transcendental.

Nesse sentido, Teixeira (2000) mostra como a noção de forclusão generalizada é uma consequência lógica da ideia de que o assentimento a um significante arbitrário é a garantia da razão. Ele se pergunta, assim, se “não seria o caso de tomar a realidade (...) como um defeito na pureza da forclusão generalizada?” (Teixeira, 2000, p. 61). O próprio Teixeira (*ibid.*, p. 61) responde:

Ao que parece não, pelo menos não exatamente. A experiência clínica vem desmentir a todo momento essa dedução lógica. Se nos fosse dado presenciar um psicótico sem déficit, completamente imerso na forclusão generalizada, estaríamos diante de um sujeito para o qual não haveria nenhum traço de conflito.

Assim, a consideração sobre o sofrimento psíquico e os déficits presentes nos casos de psicose nos levam a reiterar a importância do operador clínico Nome-do-Pai, mesmo em tempos de segundo classicismo. Se tal importância não permanecesse, por que então, por exemplo, insistir na afirmação de que a psicose ordinária é claramente uma psicose, ou que a histeria rígida está inquestionavelmente do lado das neuroses? Tais insistências são sintomas de que o Nome-do-Pai, aquele maiúsculo e fundador do simbólico no primeiro classicismo lacaniano, continua com sua força nas últimas teorizações. Afinal, é sua presença ou ausência que dita a palavra final sobre as estruturas, mesmo nesses quadros supostamente contemporâneos. Em face disso, poderíamos nos perguntar: o abandono do Nome-do-Pai seria um programa inacabado de Lacan, que ele próprio e seus discípulos,

contudo, não conseguem consumir? Ou o Nome-do-Pai não teria sido abandonado justamente por conter uma verdade clínica que, contudo, não consegue escapar do constrangimento binarista imposto pela concepção estruturalista de inconsciente? Tal dilema, em última instância, não decorreria de uma dificuldade de abrir mão desse modelo estruturalista de inconsciente e da lógica do significante, dado que continuam sendo os pilares centrais sobre os quais se funda a teoria lacaniana como um todo?<sup>19</sup>

Interessante notar como o surgimento desses novos quadros, por sua vez, relaciona-se a certa exaustão do modelo estruturalista. Ribeiro (2001), ao comentar uma Jornada da Escola Brasileira de Psicanálise sobre o que havia de novo nas psicoses<sup>20</sup>, constatou com surpresa que grande parte dos casos relatados como novas manifestações clínicas eram perfeitamente compatíveis com a teoria da forclusão restrita do Nome-do-Pai e com diagnósticos de histeria ou psicose clássicos. Assim, interpreta que:

Essa constatação nos leva a supor que não se trata tanto da necessidade de adequar a teoria às exigências de uma clínica supostamente contemporânea, perante a qual a forclusão do Nome-do-Pai teria revelado-se insuficiente, mas, principalmente de uma mudança imposta pela necessidade de livrar a teoria da clínica de um certo privilégio do simbólico, em benefício de um enfoque centrado sobre o real e o gozo. Não se trata, portanto, de um declínio apenas da importância atribuída ao Nome-do-Pai, mas de um declínio da teoria do significante tomado como pura diferença e de uma valorização da dimensão de gozo embutida no próprio significante, juntamente

---

<sup>19</sup> O modelo de inconsciente real, podemos pensar, ainda não recebeu elaborações teóricas suficientes para se criar um novo consenso a respeito das bases teóricas de uma escola de grandes proporções em psicanálise. Claro que existem muitos e importantes trabalhos sobre o inconsciente real, o gozo, a letra, o *objeto a*, o traço unário, a holófrase (podemos citar, por exemplo, Campanário & Pinto, 2006), que, podemos pensar, trazem fundamentos para um entendimento diferente e menos fragmentado do ensino de Lacan. É importante aludir, aqui, a outras tradições de leitura do percurso lacaniano, mais centradas nos conceitos acima relacionados. Do ponto de vista político, podemos dar uma opinião pessoal que se soma às questões de ordem teórica: imaginamos ser realmente difícil abrir mão justamente daquilo que tornou Lacan conhecido (“inconsciente estruturado como linguagem”, “estruturas clínicas”...) e que ainda é o que frequentemente chama novos interessados para a teoria lacaniana, muitas vezes por vislumbrarem um parâmetro mais organizado para dar sentido a suas práticas clínicas.

<sup>20</sup> Alguns dos casos relatados nessa jornada podem ser encontrados no número 14 da *Revista Curinga*, editado em 2000.

com uma consideração preferencial de seu suporte material, não-fonético, a saber, a letra. (Ribeiro, 2001, p. 116).

Dessa forma, em sua interpretação, a transição rumo ao real e a segunda clínica seria antes uma resposta frente à “evidente exaustão do estruturalismo e um certo enfraquecimento do simbólico que ela acarreta” (*ibid.*, p. 116) do que uma necessidade oriunda de supostos novos sintomas. Tal reconhecimento, contudo, não aparece de forma clara nos autores alinhados à corrente lacaniana, uma vez que preferem sustentar a coexistência de dois paradigmas incompatíveis entre si, como vimos, como forma de não se desfazer dos pilares de uma teoria.

Santiago, por sua vez, defende que a psicanálise não pode ser uma espécie de guardiã nostálgica da ordem paterna e que, “para o analista que se orienta pelo real, o cotidiano da clínica é um convite para dar provas de que manifestações do inconsciente se mostram dissociadas do Nome-do-Pai” (Santiago, 2006, p. 75). Algumas linhas adiante, no entanto, admite que “ao considerar os alicerces sobre os quais se constituiu o edifício da psicanálise [lacaniana], é fato que não é nada fácil, para o analista, operar com o inconsciente que se apresenta desembaraçado do Nome-do-Pai” (*ibid.*, p. 75). Chama a atenção assim para o fato de que o conceito lacaniano de inconsciente “se fundamenta na simbolização primordial do Nome-do-Pai” (*ibid.*, p. 75).

Dentro dessa mesma discussão, Coelho dos Santos (2008, p. 59), admitindo a hipótese de que “a diferença estrutural entre neurose e psicose não é um critério suficiente para classificar e tratar o sofrimento psíquico”, propõe uma continuidade pautada no real da pulsão, que se acrescentaria ao diagnóstico estrutural:

Partir de um mínimo estrutural, em tempos de desprezo pela estrutura, exige ir além da alternativa entre presença e ausência do Nome-do-Pai, como critérios distintivos da neurose e da psicose, para tratar os *casos inclassificáveis da clínica contemporânea*. Seguindo a orientação sugerida pelos investigadores do Campo Freudiano, sob a coordenação de Jacques-Alain Miller (cf. Miller et al., 1997), estudei a possibilidade de estruturar uma abordagem diagnóstica baseada no critério da quantidade pulsional. *Uma clínica continuísta, baseada no real da pulsão, em acréscimo à clínica estrutural clássica, baseada no Nome-do-Pai e no inconsciente* (Miller et al., 1999). Ela nos remete mais diretamente àquilo que regula a angústia: o sofrimento psíquico, a invasão de gozo. No curso dessa elaboração fui levada a reconsiderar o papel do complexo de castração na abordagem da questão do sintoma neurótico ou psicótico como modo de regulação ou de desregulação pulsional. (Coelho dos Santos, 2008, p. 59, grifos nossos).

Ora, mas as estruturas clínicas não seriam justamente as formas de defesa possíveis para cada sujeito lidar com o real da pulsão? Qual a necessidade de separar tais clínicas, senão evitar o constrangimento de admitir ter deixado para trás a própria fundação de uma tradição teórica?

Nesse mesmo texto de 2001, quando a novidade da psicose ordinária ainda estava recente, Ribeiro analisou precisamente tal problema:

Podemos então concluir que, num momento em que a mais recente orientação da teoria e da clínica lacaniana convida à superação de várias discontinuidades, a reafirmação da barreira estrutural entre neurose e psicose não deixa de surpreender e sugerir um esforço insensato de assegurar o continuísmo entre a adesão fervorosa à abordagem linguístico-estrutural, que vigorou de forma quase absoluta entre a maioria dos lacanianos até há bem pouco tempo, e a recente adoção de novas diretrizes teóricas e novas abordagens clínicas, em muitos aspectos incompatíveis com as posições anteriores. A reafirmação da barreira estrutural entre neurose e psicose desconsidera uma série de evidências que a desqualificam, para garantir a continuidade no âmbito da doutrina e reconfortar todos aqueles que por tanto tempo fizeram da teoria linguístico-estrutural do inconsciente o a e o w da clínica das neuroses e psicoses. (Ribeiro, 2001, p. 125).

Acreditamos que a dualidade do sujeito no escopo do estruturalismo, exposta acima por nós (o sujeito é um ponto de indecidibilidade na a-historicidade da estrutura e, ao mesmo tempo, é consequência desta), continue a influenciar tais propostas contemporâneas de classificação no escopo dos teóricos alinhados à corrente lacaniana: junto com interessantes apreensões sobre o gozo e o real aparece com frequência uma certa fixidez teórica, que por sua vez fixa o sujeito em velhas dicotomias que continuam a existir pela recusa teórica de fundar novos e desconhecidos pilares para um campo muito bem estabelecido. Ao mesmo tempo, a necessidade de manutenção do primeiro classicismo relaciona-se à percepção de que as teorizações sobre o falo e o Nome-do-Pai tocam importantes questões clínicas, apesar de atreladas a uma perspectiva transcendental e a-histórica.

## **2.7. O que fazer com o Nome-do-Pai?**

O estruturalismo só permite colocar a questão do Nome-do-Pai de forma dual, de forma estruturalista, como diria Laplanche: sim ou não? A pluralização do Nome-do-Pai é uma falsa saída a essa dicotomia, dado que no segundo classicismo lacaniano o Nome-do-Pai permanece como nó privilegiado a distinguir neuroses e psicoses. Já expusemos nossa hipótese sobre as necessidades que levaram a essa conservação do primeiro paradigma no seio do segundo. O binarismo da incidência, como já trabalhamos aqui, é consequência da posição transcendental do Nome-do-Pai e do falo e impede que se possa conservar a nítida relevância clínica dos conceitos sem tê-los como fundantes de uma espécie de metafísica. Utilizando uma metáfora cara a Freud e a Silvia Bleichmar: não podemos ficar presos na dicotomia entre manter o bebê na água suja do banho ou jogar fora a água junto com o bebê. É preciso, pois, conseguir jogar fora a água do banho e manter o bebê, que

no caso em questão significa preservar o poder clínico das noções de Nome-do-Pai e significação fálica sem que estas impliquem numa concepção transcendental e rígida de sujeito.

A crítica ao lugar transcendental e ao binarismo não podem fazer com que não se reconheça a importância clínica desses conceitos. Como aponta Ribeiro (2001, p. 118):

A instauração da função paterna e sua incidência reguladora (tanto no sentido da interdição quanto da propiciação) sobre a relação da criança com o outro primordial (a mãe) e sobre o posicionamento do sujeito em vias de constituição perante a diferença dos sexos, dos gêneros e das gerações é o processo psíquico fundamental na determinação do destino psicopatológico de qualquer sujeito. (...) O conceito de forclusão do Nome-do-Pai, embora comprometido com o que chamamos de constrangimento binário, encontra-se vinculado a uma apreensão teórica extremamente esclarecedora das mais diversas manifestações psicóticas. (Ribeiro, 2001, p. 118).

Dentro dessa mesma lógica, também Jacques André (1996, p. 60) observa que, de fato, “a primazia do falo preside a organização das formas sociais, estrutura, além disso, nossa relação com o poder, e submete a si o curso de muitas vidas, de homens ou de mulheres”.

Na segunda parte desta tese buscaremos fundamentar a razão da importância da lógica fálica desatrelada de uma perspectiva transcendental e essencialista, para em seguida postular uma perspectiva teórico-clínica na qual sua incidência possa ser pensada numa linha de continuidade. Tratar-se-á de situar uma linha de continuidade no paradigma da forclusão restrita, no qual buscaremos pensar as gradações que o Nome-do-Pai pode assumir. Ou seja: tentaremos nos situar na nebulosa teórica aludida por Graciela Brodsky. Voltemos, por ora, a nossa análise crítica da influência do estruturalismo em psicanálise.

Ao pensar a psicose ordinária, Miller busca, como vimos, uma solução para escapar dos constrangimentos de uma clínica binária. Tratar-se-ia de uma clínica delicada, das

tonalidades e dos pequenos indícios: “Frequentemente é uma questão de intensidade, uma questão de mais ou menos” (Miller, 2010a, p. 13). A categoria de psicose ordinária, de acordo com Miller, pode ser pensada em termos de uma terceira estrutura.<sup>21</sup> No entanto, ao somar-se ao conceito de forclusão generalizada, o pensamento sobre uma possível terceira estrutura torna-se secundário, pois mesmo o Nome-do-Pai seria “simplesmente um *make-believe* que funciona” (Miller, 2010a, p. 23). Dessa forma, o debate sobre o estatuto do Nome-do-Pai volta à tona, sendo ele talvez responsável pela diferenciação entre concepções teórico-clínicas distintas. É a esse estatuto que se refere Miller (2010a, p. 23, comentários entre colchetes nossos) ao dizer: “Então, consegui ter uma clínica binária [neurose *versus* psicose], uma clínica ternária [inclui-se a psicose ordinária para escapar do binarismo, mas se mantém a categoria da forclusão restrita como diferencial qualitativo da psicose não ordinária] e uma clínica unitária [o que importaria seria o *make-believe* de cada um, seja ele Nome-do-Pai ou não], as três em uma!” Mesmo performando certa displicência em relação à questão, fica claro que, além de ser justamente o problema do Nome-do-Pai o que o levou a propor a psicose ordinária, é seu estatuto que define as diferentes formas de apreensão teórica da nova nosografia. Caso contrário, poderia simplesmente abolir o Nome-do-Pai e postular uma clínica orientada para o real e para a singularidade de cada amarração *sinthomática*, de cada *make-believe*. Ao manter o Nome-do-Pai como operador central da diferenciação entre neuroses e psicoses, contudo, Miller permanece com o antigo problema do binarismo que se supunha que seria superado, apenas subdividindo um dos capítulos da rigidez estrutural<sup>22</sup>.

---

21 “É possível dizer então que é uma terceira estrutura” (Miller, 2010a, p. 22). Note-se que a categoria de perversão torna-se menos importante e mesmo questionável para Miller nesse paradigma.

22 Eric Laurent, por sua vez, defende uma apreensão não transcendental do pai no percurso laciano, buscando situar Lacan, desde o início, do lado da história e da individualidade de cada pai. Ele argumenta que a manutenção da função maiúscula do Nome-do-Pai “trata-se de uma convenção de discurso” (Laurent, 2005, p. 108) e não “define, necessariamente, uma ontologia particular” (ibid., p. 108). Para ele, o Nome-do-Pai assegura a consistência da articulação do gozo, e é preciso sustenta-lo frente ao discurso contemporâneo da “pluralidade dos gêneros”. De nossa parte, enxergamos que o recurso à manutenção dessa “convenção de discurso” seja o sintoma de um problema teórico. Contudo, apesar de não termos

Como já foi dito, a noção de Nome-do-Pai ainda é um operador clínico cujos méritos são indiscutíveis na medida em que consegue tocar algo de essencial no sofrimento psicótico (o empuxo à mulher, os impasses na sexuação, o desencadeamento...), contudo, sua utilização na teoria lacaniana mantém uma intransponível barreira entre neuroses e psicoses. O uso do Nome-do-Pai, mesmo que pluralizado, traz ainda uma forte carga estrutural que impede a criação de uma nosografia psicanalítica que dê conta da variedade do sofrimento psíquico humano. Pergunta-se: seria possível preservar a validade clínica do conceito sem incorrer numa visão transcendental e binária do mesmo? Ribeiro (2001, p. 123) aponta uma direção de trabalho ao dizer que “a ‘clínica da conexão’ deve ser, então, uma clínica da continuidade entre as condições originárias do sujeito psíquico e a introdução da Lei”. Quais fundamentos teóricos seriam necessários para essa operação teórica? Buscaremos contribuir para essa questão na segunda parte da tese, ao propor um *continuum* entre neuroses e psicoses. Nos encaminhamos, assim, para o fechamento de nosso percurso crítico sobre as influências do estruturalismo na psicopatologia psicanalítica.

## **2.8. Os resquícios do estruturalismo enquanto obstáculos para uma psicopatologia continuísta**

Laplanche, em 1981, num texto destinado a fazer um balanço do estruturalismo na psicanálise, observa que:

---

nenhum problema com as teorias de gênero, percebemos que o Nome-do-Pai ainda é um operador clínico importante e tem uma função na produção de subjetividades na contemporaneidade (que buscaremos situar, em nossa perspectiva teórica, no quarto capítulo desta tese). Concordamos, dessa forma, que ainda é necessário sustenta-lo teoricamente, não por defender certo tipo de moral ligada ao Pai, mas simplesmente por reconhecer que ele ainda é um operador forte na produção de subjetividades.

A onda do estruturalismo se abateu sobre a Europa e especialmente sobre a França há cerca de trinta anos. Originada da linguística estrutural cujo apogeu se situa entre os anos cinquenta e sessenta, tende a arrastar consigo, em seu impulso, o conjunto das ciências humanas; a etnologia, com o pensamento majestoso de Lévi-Strauss, logo a psicanálise, com Jacques Lacan. Dizer que esta onda está em refluxo é, talvez, apressado; no entanto, temos direito de considerá-la em retirada, como um mar que se retira para deixar desnuda a rocha dos feitos que de certa forma havia renegado em sua uniformidade. (Laplanche, 1981, p. 15, tradução nossa).

Algumas décadas depois, em 2004, Jeferson Pinto observa que tal momento chegou para a psicanálise lacaniana: “Estamos passando por um momento de avaliação dos efeitos da concepção de estrutura sobre a teoria e a clínica psicanalítica. É claro que não se trata de desconsiderar a importância dessa formulação, mas de tentar explicitar seus alcances, limites e consequências” (Pinto, 2004, p. 51). É para essa tarefa que buscamos contribuir nesse capítulo.

No dilema entre a rigidez da estrutura e o “substancialismo” da clínica do particular (na qual, em última instância, a singularidade de cada caso não nos permite sequer construir uma teoria), optou-se, na tradição lacaniana, por negar o problema e manter os dois paradigmas incompatíveis entre si, dado que escolher entre um deles significaria incorrer em simplismos teóricos e clínicos. A clínica do particular, afinal, não pode significar uma reedição da concepção contra a qual o estruturalismo se fundou – chamada por Santiago (1996) de substancialismo – justamente por não possibilitar uma apreensão teórica da série de casos. Nesse sentido, poderíamos postular que a clínica dos modos singulares de amarração, se levada à última instância, longe de ser continuísta, talvez desemboque num *descontinuísmo elevado ao infinito*, dado que cada sujeito teria uma forma completamente única de construir sua amarração. O valor clínico de alguns operadores do primeiro classicismo lacaniano, contudo, permanece em sua importância, e não se vislumbra, nas

teorizações mais recentes alinhadas ao pensamento lacaniano, uma forma de integrá-los a um paradigma continuísta em psicopatologia, que não reduza o sofrimento psíquico humano ao binarismo rígido da estrutura. O binarismo, curiosamente, se reproduz na alternativa entre a estrutura e o segundo classicismo lacaniano, alternativa difícil a ponto de fazer com que os autores alinhados à orientação lacaniana encontrem maneiras de sobrepor os dois classicismos sem se atentar aos pontos de incompatibilidade entre eles.

Sobre o binarismo dessas duas alternativas, podemos evocar a observação de Laplanche (1981, p. 34, tradução nossa): “O estruturalismo, sim ou não? é uma pergunta maliciosa [uma armadilha], é uma pergunta estruturalista. Não pode ser respondida, ou em todo caso se responderá *après-coup*”. Trinta e sete anos depois, acreditamos que os descendentes da tradição estruturalista em psicanálise não chegaram a um desenvolvimento conceitual satisfatório que os permita responder plenamente a tal questão, ou ao menos conseguir uma conciliação satisfatória entre os dois paradigmas, para além de “gambiarras” teóricas que simplesmente afirmam que ambos os paradigmas são úteis e devem conviver entre si. O modelo estruturalista de inconsciente, base da teoria lacaniana, impossibilita uma resposta diferente ao problema. De nossa parte, como será desenvolvido na segunda parte desta tese, defendemos que somente uma psicopatologia continuísta é capaz de conjugar a atenção à singularidade dos casos – que não se encaixam em modelos rígidos de estrutura clínica – com uma necessária *teoria* da clínica e do psiquismo.

Enfim, sobre a tradição lacaniana, como buscamos demonstrar, acreditamos que um mero revisionismo não será suficiente para superar os constrangimentos oriundos da influência do pensamento estruturalista, sendo necessária antes uma refundação das bases teóricas,

do conceito de inconsciente, de pulsão, do papel da linguagem, entre outros. Tal refundação, em nossa concepção, já foi iniciada por Jean Laplanche, ao propor um modelo realista do inconsciente. Consideramos esse modelo *necessário* para que se possa conceber uma teoria verdadeiramente continuísta em psicopatologia psicanalítica<sup>23</sup>, como trataremos de mostrar no próximo capítulo.

---

<sup>23</sup> Aqui é necessário reconhecer que também na chamada escola germano-anglófona de psicanálise há possibilidade teórica de considerar o continuísmo psicopatológico, em especial com as noções de posição esquizoparanóide e posição depressiva (cf. Klein, 1991/1946 e O'Shaughnessy, 1994), bem como com as noções de núcleo psicótico e núcleo neurótico da personalidade (cf. Rosenfeld, 1988 e Rosenfeld, 2006). A noção de *borderline* (Kernberg, 1967), nesse sentido, nos parece portar um impulso em direção à continuidade (como é o caso da psicose ordinária), fazendo uso eventual, porém, da categoria de não-neurose para demarcar uma barreira e impedir sua concretização. De forma geral, acreditamos que essas contribuições da chamada escola germano-anglófona estão presas a concepções endógenas e biologizantes do sujeito e da pulsão, fato que nos remete novamente a uma espécie de transcendência às avessas, onde a imutabilidade teórica se atrela não ao céu da metafísica, mas à terra das concepções desenvolvimentistas e inatistas do sujeito e da pulsão. Devido a nossas opções teóricas e metodológicas não será possível, nesta tese, desenvolver tais críticas, tampouco fazer uma análise do discreto e do contínuo na escola germano-anglófona.

---

**PARTE 02: O *CONTINUUM* ENTRE NEUROSES E  
PSICOSES: PROPOSIÇÃO TEÓRICA E  
REPERCUSSÕES CLÍNICAS**

---

## **CAPÍTULO 03: UM MODELO DE APARELHO PSÍQUICO PARA SE PENSAR A CONTINUIDADE: NATUREZA DO INCONSCIENTE, FORMAÇÃO DA TÓPICA, FRONTEIRAS DO EU E ELEMENTOS ENCRAVADOS**

### **3.1. O realismo do inconsciente enquanto alternativa necessária frente ao essencialismo e ao transcendentalismo da teoria**

De forma, geral, a noção de realismo do inconsciente, tal como a propõe Laplanche, significa tomar o inconsciente em sua concretude ontológica e localizá-lo numa gênese histórica e intersubjetiva. Devemos entender nessa proposta uma dupla recusa: em primeiro lugar, recusa das concepções endógenas e biologizantes do inconsciente e da pulsão. Nesse sentido, Laplanche situa-se na tradição teórica inaugurada por Lacan, pois este, em sua retomada de Freud, abriu o caminho para se pensar no inconsciente e na pulsão como historicamente adquiridos ao postular que “sua gênese e sua natureza são indissociáveis do mundo humano e da comunicação inter-humana” (Laplanche, 1999/1993, p. 78, tradução nossa). Laplanche, por sua vez, dentro dessa “tradição francesa” da psicanálise inaugurada por Lacan, concebe também o inconsciente e a pulsão como ligados a uma dimensão essencialmente humana que aponta para uma ruptura ou um desvio com relação ao inato e/ou instintual<sup>24</sup>.

No entanto, Laplanche se distancia de Lacan na medida em que se opõe – e aqui está o segundo ponto da dupla recusa – ao “caráter estritamente linguístico, supra-individual –

---

<sup>24</sup> É importante citarmos aqui o reconhecimento que Laplanche presta a Lacan, pois a teoria laplancheana tem como pré-história e fundamento um entendimento intersubjetivo do inconsciente e da pulsão: “Numa homenagem rendida a Lacan, e mesmo uma vez recenseados todos os desacordos com o ‘lacanismo’, seria preciso marcar fortemente ao menos dois aspectos: - o *homem*, o *mestre*, foi um extraordinário estimulador de pensamento e de pesquisa, no seio de um mundo pós-freudiano ronronante; - o *pensador* fez prevalecer certa certeza, inaudita no freudismo, de que o inconsciente e a pulsão não surgem dos subsolos obscuros da ‘vida’, mas que sua gênese e sua natureza são indissociáveis do mundo humano e da comunicação inter-humana.” (Laplanche, 1999/1993, p. 78, tradução nossa).

estrutural (e para dizê-lo: metafísico)” (*ibid.*, p. 78) do inconsciente. Nesse sentido, os pequenos outros são muito mais importantes na compreensão do inconsciente do que o Grande Outro da linguagem. Assim, o inconsciente ganha, em Laplanche, contornos ontológicos que se referem às particularidades das histórias individuais e libidinais de cada um<sup>25</sup>. Dessa forma, a noção de realismo afasta-se do conceito de inconsciente enquanto fenômeno de enunciação ou fenômeno transindividual, mesmo que a intersubjetividade e a alteridade sejam sua origem. Laplanche (1992/1981, p. 115) chega a fazer uma provocação hiperbólica ao dizer que “o inconsciente é individual; para ser escandaloso, eu diria que ele está *na cabeça de cada indivíduo*”.

Assim, a noção de realismo do inconsciente desenha-se, de um lado, como alternativa ao essencialismo da teoria, entendido em seu caráter endógeno, e de outro lado, como modelo não transcendental de ser humano (afinal, o “transcendentalismo” é também uma espécie de essencialismo, como vimos no capítulo anterior). Acreditamos que o realismo seja a única via possível de equilíbrio entre esses dois problemas, a partir da sustentação de uma ontologia histórica, não essencialista. Vejamos, nas páginas a seguir, o ponto de partida desse modelo – a chamada situação antropológica fundamental – para, em seguida, compreendermos a formação do inconsciente, da tópica e das fronteiras do Eu. Por último, analisaremos a necessidade de ampliar alguns aspectos dessa teoria de modo a fundamentar também processos situados para além da neurose, dando nossa própria

---

<sup>25</sup> Note-se que, a despeito de inúmeras diferenças na concepção da tópica e do sujeito, o realismo do inconsciente em Laplanche tem pontos de aproximação com o segundo classicismo lacaniano. Por isso mesmo nos perguntamos até que ponto poderiam ter existido influências veladas entre ambos, ou mesmo uma consideração tardia, por parte de Lacan, sobre o realismo do inconsciente que inicialmente combateu. Enfim, são questões que ficam para os historiadores da psicanálise.

interpretação sobre alguns pontos chave dos debates atuais e aprofundando-nos nas questões importantes para fundamentar uma perspectiva psicopatológica continuísta.<sup>26</sup>

### **3.1.1. Situação antropológica fundamental: a invariável do humano**

Para que diferentes casos possam ser comparados e, conseqüentemente, uma teoria da clínica e do psiquismo se torne viável, é preciso haver uma base comum entre os diferentes entes de comparação. Se na teoria lacaniana, como vimos, tal base se funda externamente ao sujeito – na estrutura da linguagem e no lugar do falo enquanto significante privilegiado e fiador da possibilidade de significação –, Laplanche a desloca para o que de universal existe no originário de todos os seres humanos, chamado por ele de situação antropológica fundamental. São as conseqüências desta situação que definem a constituição subjetiva, a formação da tópica e, conseqüentemente, o encaminhamento psicopatológico dos sujeitos.

O ponto de partida de Laplanche (1992/1987) é o fato de que, na espécie humana, os bebês nascem em um total estado de desamparo – o que Freud (1996/1926) identifica com o termo *Hilflosigkeit*. Os adultos, por sua vez, além de serem autossuficientes no sentido autoconservativo e imersos na linguagem, estão principalmente clivados, marcados pela sexualidade inconsciente, entendida como um profundo desvio em relação a qualquer espécie de instinto. Isso gera uma dissimetria radical, e faz com que a comunicação precoce adulto-*infans* seja parasitada por aquilo de ininteligível e estrangeiro que habita

---

<sup>26</sup> O presente capítulo não visa fazer uma introdução exaustiva à teoria laplancheana, mas sim situar sua necessidade e adequação para pensarmos o campo psicopatológico num viés continuísta, fazendo também nossa própria interpretação de alguns pontos chave para o avanço dessa discussão. Para os interessados em se aprofundar na teoria de Laplanche ou dela ter uma visão global, remetemos a obras do próprio Laplanche e de outros autores destinadas a tal (Laplanche, 1992/1987; Laplanche, 1992a; Ribeiro et al., 2017; Scarfone, 1997; Tessier, 2014).

o adulto e, assim, um excesso de significação, impossível de traduzir/simbolizar plenamente, passa a habitar o bebê, impondo uma exigência de trabalho ao psiquismo.

Laplanche denomina este estado da criança *situação antropológica fundamental*, pois é a partir dela que se instaurará a pulsão e o inconsciente. Essa dissimetria adulto-*infans* é o dado essencial do ser humano na teoria laplancheana, e pode ser compreendido por nós como algo que, a despeito de ser universal, é fruto mais de uma contingência da espécie do que de uma essência transcendental. O adulto, nessa relação, mais do que portador da estrutura da linguagem, funciona como aquele que vai inocular na criança o corpo-estranho-interno que dará início aos processos de defesa, fechamento e simbolização que colocam em marcha a formação da tópica. Esse corpo-estranho-interno é reflexo da própria “estranheza” que habita o adulto e, portanto, carrega as particularidades de cada inconsciente, de cada história individual, das marcas, enigmas e possibilidades de tradução que cada adulto percorreu<sup>27</sup>. Há, assim, a marca da singularidade nessa “transmissão”: apesar da dissimetria em si ser uma situação universal da espécie humana, os conteúdos dessa inoculação do sexual no *infans* são infinitamente variáveis, o que faz com que cada inconsciente seja único em termos desses conteúdos originários, embora possamos generalizar algumas consequências desse processo. Sigamos nesse percurso.

Laplanche assim descreve a particularidade da situação dos bebês humanos:

---

<sup>27</sup> Dizer que o inconsciente da criança se forma do confronto com a alteridade e seus enigmas não significa dizer que o inconsciente deve ser entendido como o “discurso do outro” ou mesmo o “desejo da mãe”. Entre o discurso-desejo do adulto e a representação inconsciente do sujeito há um verdadeiro metabolismo, entendido num sentido de decomposição (ou desqualificação) e recomposição desse discurso segundo os elementos que a criança tem disponíveis para tentar uma tradução do que lhe foi excessivo e enigmático. A criança não interioriza simplesmente o desejo da mãe, mas, na tentativa de traduzi-lo, efetua uma verdadeira “metábole”. O inconsciente da criança jamais se reduzirá ao inconsciente da mãe ou do adulto, pois ele adquire uma composição própria na medida em que as tentativas de metabolização dos enigmas são sempre particulares. Há, assim, no seio da teoria, um ponto de imprevisibilidade, o que, em nossa opinião, é bastante congruente com a complexidade que é o ser humano.

Um bebê, que não é fechado, nem tábula rasa, mas profundamente desadaptado. Continua-se, com razão, a empregar o termo “prematuração”, que poderíamos definir assim: confronto com tarefas de nível demasiado alto relativamente ao grau de maturação psicofisiológica. Mas, no caso do pequeno ser humano, é preciso distinguir dois tipos de prematuração, justamente na medida em que se quer distinguir o nível de autoconservação do sexual. A prematuração no domínio adaptativo está ligada ao problema da sobrevivência; a prematuração no domínio do sexual é o confronto com uma sexualidade para a qual (...) a criança não tem reação adequada. É o que Freud chama de estado “pré-sexual”. (...) O originário é, portanto, uma criança, cujos comportamentos adaptativos, existentes mas imperfeitos, débeis, estão prestes a se deixarem desviar, e um adulto desviante, desviante em relação a qualquer norma concernente à sexualidade (Freud o demonstra amplamente nos *Três ensaios para uma teoria da sexualidade*), e eu diria inclusive desviante em relação a si mesmo, na sua própria clivagem. (Laplanche, 1992/1987, pp. 103-110).

Mais do que uma constatação prosaica, é necessário identificar nessa formulação o esforço para que a teoria psicanalítica possa se desenvolver sem permanecer presa a aspectos transcendentais e/ou inatistas, bem como contextos sociais de determinadas épocas. Nesse sentido, mesmo o Édipo e a estrutura triangular não ocupam lugar de fundamento ou essência no sistema teórico laplancheano, mas são entendidos como consequências dessa assimetria originária: “o que chamamos de complexo de Édipo também incide numa certa contingência. (...) O *enigma*, aquele cujo móvel é inconsciente, *é sedução por si mesmo*, e não é à toa que a Esfinge está postada às portas de Tebas, antes mesmo do drama de Édipo” (Laplanche, 1992/1987, pp. 96-136). Em um de seus últimos textos, Laplanche reafirma tal ponto de vista: “a situação antropológica fundamental é o dado humano por excelência, para além do complexo de Édipo” (Laplanche, 2015/2006a, p. 276). Dado que o Édipo não é uma invariável do humano, qual lugar ocupa na metapsicologia? No próximo capítulo, ao analisarmos as incidências do gênero na constituição subjetiva e suas relações com a psicopatologia, trataremos de situa-lo no

processo de formação e consolidação da tópica psíquica. Voltemos, no entanto, à situação antropológica fundamental e suas consequências.

O bebê, dado seu estado de desamparo, se encontra aberto ao mundo e a todos os estímulos que a ele se impõem, tornando-se passivo frente às invasões provenientes do ambiente e dos adultos habitados por uma sexualidade desviante, uma vez que não dispõe de mecanismos que lhe permitam simbolizar essas mensagens enigmáticas que lhe chegam, portadoras de um excesso. “Talvez pudéssemos dizer que a existência da criança nos seus primórdios resume-se a isto: o absolutismo de excitações decorrente de uma radical abertura ao mundo” (Ribeiro, 2000, p. 221). Laplanche especifica que o principal elemento que confere caráter traumático a essa situação originária de passividade é justamente a radical “inadequação para simbolizar o que ocorre em nós a partir do outro” (Laplanche, 1992b, p. 263, tradução nossa), uma “inadequação fundamental da compreensão [do *infans*] em relação à mensagem proposta” (*ibid.* p. 264). A noção de enigma, tão fundamental a Laplanche, se relaciona a essa incapacidade de simbolização dos elementos “contaminados” pela sexualidade inconsciente do adulto. A passividade, assim, é a posição originária sobre a qual se constituirá o psiquismo, e a alteridade é invocada como o motor desse processo. Pensar na radicalidade dessa formulação não é tarefa simples, e é necessário rever os conceitos de que dispomos sob esse prisma:

(...) todos esses verbos com os quais funciona a teoria analítica para descrever os processos psíquicos têm em comum o fato de terem como sujeito o indivíduo em causa: *eu* projeto, *eu* denego, *eu* recalco, *eu* forcluo, etc. O que foi, como no caso de Aristarco<sup>28</sup>, escotomizado?

---

<sup>28</sup> Aristarco de Samos foi um astrônomo grego que viveu entre 310 e 230 a.C., sendo o primeiro a propor o sistema heliocêntrico, mas cuja teoria foi escotomizada por mais de um milênio até que Copérnico pudesse formular um sistema semelhante. Para Laplanche, a chamada revolução copernicana (em alusão à comparação feita por Freud [1996/1917] entre Copérnico, Darwin e ele mesmo no que concerne aos golpes infligidos ao narcisismo da humanidade) é uma metáfora do movimento de descentralização do homem, tão fundamental à sua teoria de constituição subjetiva, mas também difícil de conceber em termos radicais. Várias forças de recentramento atuam no sentido de distanciar a teoria dessa passividade radical e volta-la

Simplesmente esta descoberta que *o processo vem originalmente do outro*. Os processos nos quais o indivíduo manifesta sua *atividade* são todos secundários em relação ao tempo originário, que é aquele de uma passividade: aquela mesma da sedução. (Laplanche, 1992c, p. 357, tradução nossa, grifos do autor).

É a partir dessa necessidade de resgatar a primazia da alteridade na psicanálise que Laplanche (1992/1987) resgata e generaliza a teoria da sedução freudiana, pois é preciso conceber a alteridade como aquilo que dá início ao processo de humanização, em contraposição às noções de fantasias originárias e origem endógena da pulsão (Laplanche, 1985; Laplanche, 1997/1993). A necessidade de resgate da sedução na teoria desenvolvida por Laplanche, assim, se deve à possibilidade de conceber a pulsão e o inconsciente como verdadeiros produtos da inoculação da sexualidade pelo outro. Não se trata, aqui, da sedução perversa de um abusador, mas sim da sedução entendida num sentido lato, generalizado: nenhum adulto está imune aos efeitos de seu próprio inconsciente ao lidar com a criança em pleno estado de desamparo.

Essa noção de alteridade, como trabalhada por Laplanche, acaba por resgatar também a sexualidade como objeto privilegiado da psicanálise: o que em nós faz exigência de trabalho é sempre o que vem do outro. A pulsão, nesse sentido, é sempre entendida enquanto resultado desse confronto com a alteridade, no qual o sexual perverte o instinto. Mesmo (e principalmente) o caráter de desligamento da pulsão de morte, nesse raciocínio, é resultado do trauma sexual vinculado à alteridade. Assim, a chamada “pulsão sexual de morte”, para Laplanche, denota a ligação entre o mortífero e o sexual fragmentado e

---

ao Eu novamente. Laplanche usa o astrônomo Ptolomeu (que, no século I d.C., escreveu os treze volumes de sua obra *Almagesto* para propor a Terra como o centro do universo) como ícone desse movimento que visa ao (re)centramento do homem. Esse movimento ptolomaico se alterna com a revolução copernicana, inclusive por ser muito mais egossintônico e congruente com o narcisismo, e na psicanálise relaciona-se frequentemente a tendências endógenas, biologizantes e/ou essencialistas da teoria.

disperso, como é o sexual que Freud (1996/1905) descreve nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Laplanche (1992d) aponta para o fato de que, na obra de Freud, esse caráter fragmentário do sexual se perdeu, sendo que a culminação dessa perda se deu no período das teorizações de Freud sobre o narcisismo, quando recolocou o conflito psíquico entre libido do eu e libido de objeto. Ambas, pois, seriam formas ligadas de sexualidade. O sexual desligado e disruptivo que se extraviou, então, retorna nas teorizações freudianas como pulsão de morte, no entanto escamoteado numa concepção biologizante da pulsão.

A sedução, entendida dessa forma, implica num terceiro domínio da realidade que se distingue do binômio *realidade psíquica x realidade material*: trata-se da *realidade da mensagem*. Num ato de comunicação, uma mensagem nunca se reduz à intencionalidade de seus interlocutores, pois há sempre um excesso de conteúdo que a torna opaca tanto para quem a produz quanto para quem a recebe. Disso decorre a impossibilidade de se traduzir completamente uma mensagem que se recebe, fazendo que desse trabalho sobre sempre um resto não traduzido. Tal opacidade e tal resto, no entanto, são altamente operantes, e é graças a eles que se instaura a pulsão no humano. Voltando à experiência de Freud, podemos então dizer que as fantasias de sedução de suas pacientes histéricas não decorrem nem de uma realidade material do abuso sexual, nem de uma realidade psíquica endogenamente concebida, mas desse outro domínio que chamamos realidade da mensagem, cujo comprometimento invariável com conteúdos sexuais inconscientes lhe garante sua dimensão de enigma (Laplanche, 1992/1987).

Tal primazia dada à alteridade e à sexualidade na compreensão da pulsão tem importantes consequências teóricas e clínicas. Resgatando a análise feita no segundo capítulo desta

tese sobre a teoria lacaniana, uma diferença fundamental entre as duas concepções é o fato de que a sexualidade não se restringe, na teoria laplancheana, ao domínio do simbólico, pois o que existe de mais disruptivo no domínio do real é justamente o excesso indomável de alteridade sexual que lhe é correlato. Os avatares maiores da sexualidade no plano do simbólico, como a lógica da castração, o falo e o Édipo, assim, estariam do lado das tentativas de ligação de uma sexualidade que, no entanto, é originariamente mortífera e opera pelo desligamento. O gozo e a compulsão à repetição, assim, em vez de desvinculados da sexualidade (se entendida como restrita ao simbólico), portam a marca desse sexual disruptivo e mortífero. Dessa forma, chegamos à conclusão de que, a partir da concepção realista de inconsciente, “o real é sexual e o gozo mais ainda” (Ribeiro, 2001, p. 124).

O gozo, ao expressar a incidência da pulsão de morte sobre o desejo, o faz na medida em que a origem da morte enquanto pulsão reside na inoculação da sexualidade pelo outro e na completa passividade traumática daí decorrente. O gozo, aqui, deve ser entendido como um afeto excessivo que, em última instância, levaria à dissolução do Eu e à sua consequente morte. As consequências diagnóstico-clínicas dessa concepção se relacionam, em última instância, à própria discussão da *continuidade x descontinuidade* na psicopatologia psicanalítica, como bem apontado por Ribeiro (2001, pp. 121-125) ao discutir o privilégio concedido ao gozo pelas recentes orientações lacanianas:

Por outro lado, este privilégio vem finalmente reconhecer um fato que nos parece evidente: o surgimento da psicose tem uma relação decisiva com exigências pulsionais que se apresentam como enigmáticas e ameaçadoras na justa medida de sua incompatibilidade com o que pode ser reconhecido como pertencente ao eu, ou seja, na medida de sua alteridade. É preciso, no entanto, preservar a ideia de que esta alteridade pulsional é eminentemente sexual, inclusive (ou principalmente, como diria Laplanche) no que ela apresenta de mais mortífero e “demoníaco”.

Embora o registro do simbólico monopolize o sexual na visão lacaniana, o conceito de gozo, mesmo sendo assimilado ao real, não deveria desvincular-se do sexual. E o caráter enigmático, do qual ele se reveste nas psicoses, deve estar inteiramente associado à noção de um “corpo estrangeiro interno”, com tudo o que isto implica em termos de ataque interno da pulsão, ou seja, de uma alteridade interna e constitutiva da subjetividade. (...) A continuidade entre neurose e psicose decorre, assim, em última instância, da impossibilidade de confinamento do sexual no simbólico e sua lógica binária.

Mais à frente, buscaremos fazer trabalhar essa linha de continuidade entre neuroses e psicoses a partir do entendimento radical da primazia da alteridade e da sexualidade em sua dupla-face mortífera e de ligação. Para tal, será necessário seguir no entendimento da formação das fronteiras psíquicas. Nesse sentido, devemos compreender que a formação da tópica é, antes de tudo, uma resposta compulsiva frente ao trauma desses primeiros tempos: “para o pequeno ser humano o problema de abrir-se ao mundo é um falso problema; a única problemática será, isto sim, a de se fechar, de fechar um si mesmo, ou um ego” (Laplanche, 1992/1987, p. 100). O Eu, assim, se forma como uma espécie de crosta, de cicatriz produzida a partir das reações de tradução do excesso de alteridade dos tempos originários. Sigamos acompanhando esse processo, e para tal nos detenhamos nas primeiras inscrições no psiquismo e posteriormente no processo do recalque originário, instaurador da tópica.

### **3.1.2. A fundação do inconsciente e da tópica: primeiras inscrições, primeiras traduções**

Nos momentos iniciais da existência, dado que o bebê ainda não dispõe de um aparato psíquico equivalente a um Eu, não lhe é possível significar as mensagens sexuais que recebe dos adultos que dele cuidam. Assim, se faz necessário pensarmos em termos

energéticos para qualificar o excesso que instaura a pulsão nos momentos originários. A partir dos cuidados a ele dispensados por um agente externo ao organismo – os chamados processos de *attachment* –, o bebê é invadido por excitações que, em última instância, ultrapassam o limiar da autoconservação. A sexualidade inconsciente do adulto, assim, perverte os mecanismos instintuais de autoconservação e instaura um *plus* de excitação, que passa a exigir um esforço de contenção. Silvia Bleichmar (1994), ao trabalhar o modelo energético das primeiras inscrições, faz avançar a teoria laplancheana ao localizar o surgimento da pulsão em período anterior ao recalque originário. Nesses momentos iniciais, assim, antes mesmo da ocorrência do recalque originário – que instaura os objetos-fonte da pulsão entendidos enquanto representações-coisa e fixa a pulsão ao inconsciente, como veremos a seguir –, pode-se pensar em movimentos pulsionais advindos das relações de sedução originária:

A partir do momento em que há inscrição, e mesmo antes de que o recalque fixe a pulsão ao inconsciente, sua ação atacante propicia movimentos compulsivos, evacuativos, necessariamente falidos em função de que sua energia não é passível de ser evacuada – em virtude de que seu caráter já não é somático e não pode resolver suas tensões mediante o objeto autoconservativo. (Bleichmar, 1994, p. 25).

Aqui, podemos pensar, é o outro, adulto, que aparece inicialmente como objeto-fonte desses primeiros movimentos que podemos chamar de pulsionais, delimitando uma espécie de (pré)tópica intersubjetiva. Apesar de os objetos-fonte da pulsão propriamente ditos não se encontrarem ainda instaurados (o serão no momento do recalque originário), podemos pensar que uma forma de excitação já se encontra implantada e circulando no bebê. Como, nesse momento, o aparelho psíquico ainda não tem vias de ligação e escoamento constituídas, é também o outro adulto, através do narcisismo dito estruturante ou transvazante (expressões de Bleichmar), que possibilita as vias de descarga e ligação

dessa excitação inicial. Num primeiro momento, tais vias relacionam-se à constância e delicadeza dos cuidados dispensados ao bebê, como acariciar suas mãozinhas, sustentar a cabeça com delicadeza, acomodar as pernas (Bleichmar, 1994, p. 27). Assim, de acordo com a autora, o outro, adulto, ao mesmo tempo que seduz e excita, possibilita as vias iniciais de descarga desses movimentos pulsionais fundantes:

A função materna ocupa um lugar *princeps* em seu duplo caráter: enquanto é capaz de gerar um *plus* de prazer que não se reduz ao autoconservativo mediante os processos de pulsação que dão origem às inscrições dos objetos originários, e em seus aspectos ligadores, de abertura dos sistemas desejantes a partir de novas vias de prazer que não fiquem reduzidas nem fixadas à satisfação pulsional mais imediata. (Bleichmar, 1994, p. 05).

Ao enfatizar o fato de que as primeiras ligações do excesso pulsional que ataca o *infans* são feitas pelo adulto, Bleichmar faz avançar outro aspecto da teoria de Laplanche e que se relaciona à situação antropológica fundamental: não existe uma habilidade inata de traduzir no bebê, é o próprio adulto que fornece os meios iniciais pelos quais a criança consegue simbolizar o excesso que lhe acomete. O adulto, assim, passa a ter papel duplo: tanto de inoculador da sexualidade e instaurador do excesso que exige simbolização, quanto de fornecedor dos primeiros elementos que possibilitem essa simbolização. O conceito de *metábole*, no entanto, não deve ser esquecido aqui: mesmo que seja o adulto a fornecer os elementos que possibilitam as primeiras traduções, isso não significa que estas serão decalques das traduções do adulto. Entre o adulto, em seu papel de “duplo comutador”, e o psiquismo do *infans* (tanto em seu caráter de exigência de trabalho quanto nas suas traduções simbolizantes), existirá sempre um rearranjo, uma *metábole*: jamais se poderá prever com segurança o destino de uma mensagem ou de uma via de tradução – há uma imprevisibilidade inerente à constituição psíquica. Logicamente, tal ponto não

nos impede de perceber certas regularidades nesses processos, tampouco de analisar *a posteriori* os casos concretos e entender o caminho percorrido pelas mensagens.

Tais ligações precoces começam a delinear uma espécie de cicatriz, decorrente da repetição de certas vias facilitadoras da descarga, precursora do Eu-instância – uma espécie de Eu-corporal. Tão logo se forme essa cicatriz mínima, podemos pensar, já existem os pré-requisitos para que realmente ocorra uma primeira forma de tradução/simbolização que, por sua vez, dará forma ao Eu-instância e ao mesmo tempo delimitará o inconsciente: é a esse movimento que damos o nome de recalque originário. O Eu, uma forma de totalização do corpo, de unificação do que era antes fragmentado e dessubjetivado, se forma e, num mesmo movimento, expulsa de seu umbral tudo aquilo que passa a ser considerado incompatível com a ligação necessária para sua manutenção. Vale a pena acompanhar a descrição de Ribeiro sobre tal movimento de unificação do corpo e constituição do Eu:

Esse corpo, então, que, num momento de hesitação entre a fragmentação e a totalização, delimita e localiza o que era pura excitação, transformando-a, assim, em excitação de alguma coisa; esse corpo que, ao ser delineado, revelará não somente o agente e o objeto da excitação, mas também sua violência fragmentadora e consumptiva, estará fadado ao recalque. O tempo entre sua delimitação e seu recalque é apenas um *flash*, o tempo de uma queda brusca, pois as forças que o constituem são as mesmas que o fazem mergulhar no abismo, do qual ele será o próprio fundo. Nesse átimo se cria também o Eu-instância. Ele é uma projeção psíquica, logo uma representação da totalidade do corpo. Mas o corpo que ele representa só pode ser a negação do corpo recalqueado que acabamos de descrever. É preciso então pensar a constituição do Eu-instância como um processo simétrico ao recalque das vivências de excitação que tiveram seu caráter intrusivo, fragmentador e excessivo revelado pelo aparecimento de uma primeira e precária delimitação corporal. O corpo cuja projeção psíquica participa na formação do Eu é uma tradução radicalmente infiel desse outro corpo que ela própria recalca. Sua existência e sua manutenção dependerão para sempre da negação de seu duplo simétrico e dessa tradução purgativa que deverá

ser incessantemente renovada. Tendo surgido sob a égide da negação, o Eu estará irremediavelmente condenado à contradição dialética de sua origem: em seu eterno esforço de consolidação, ele fatalmente se denunciará como uma instância precária, cujo destino é se infirmar na razão direta de sua busca de afirmação. Por mais alto que ele consiga se erguer, seus píncaros serão sempre o reflexo do fundo recalçado onde ele se sustenta. (Ribeiro, 2000, pp. 223-224).

É a partir da formação do Eu-instância que os tempos de implantação de uma excitação intrusiva tornam-se insuportáveis, justamente por passarem a representar uma passividade absoluta, uma vulnerabilidade radical que se torna ameaça à própria existência do Eu, portanto insuportável para ele. Ou seja: mesmo que os tempos originários veiculem por si só algo do pulsional mortífero, dado que excitam sem fornecer vias de descarga, é somente sua ressignificação *a posteriori*, quando um Eu-instância já se delimitou, que lhe confere a característica plenamente mortífera de um desligamento, de uma vulnerabilidade e de uma passividade tão insuportáveis quanto inimagináveis. O fato de o trauma se instaurar nessa temporalidade particular do *après-coup* é justamente o que nos deixa impossibilitados de erigir uma defesa completamente efetiva frente ao ataque pulsional e nos condena a nos haver com tal paradoxo por toda nossa existência, pois o que nos é insuportável é ao mesmo tempo o que nos constitui. Assim, a própria constituição do Eu e da tópica pode ser considerada como uma defesa frente à passividade radical dos tempos originários, defesa esta que precisa ser mantida e reinvestida ao longo da existência (no próximo capítulo, analisaremos os avatares principais dessa manutenção). Por isso podemos dizer, de certa forma, que toda tópica é do Eu, dado que o motor da formação tópica é a necessidade de circunscrever um espaço psíquico que represente a totalidade do organismo e garanta as possibilidades de sua existência. Nesse sentido, vejamos com mais detenção o mecanismo do recalque originário.

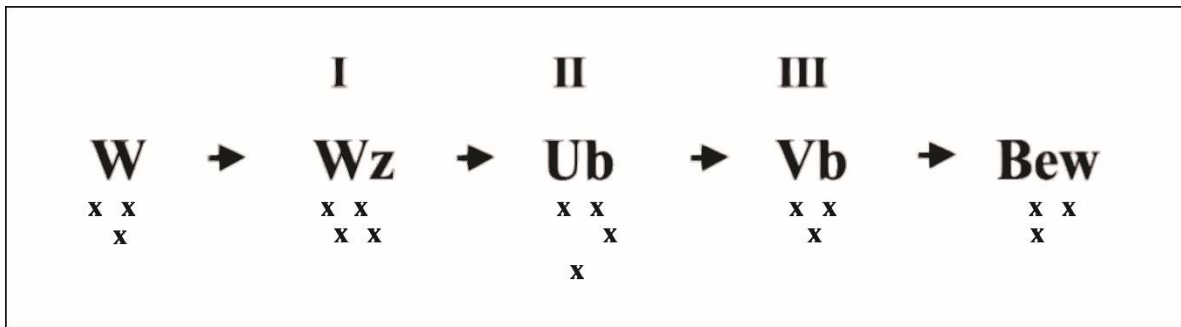
### 3.1.3. A fundação do inconsciente e da tópica: o recalque originário

Dentro da concepção realista do inconsciente, o recalque originário se descola do lugar de mito fundador do sujeito, tornando-se um movimento real, localizável no tempo (mesmo que muitas vezes só consigamos dizer dele *a posteriori*) e que instaura a tópica (Cf. Bleichmar, 1993). Dessa visão decorrem as possibilidades de esse movimento não se consolidar, ter possíveis falhas e particularidades conforme os diferentes casos... A título de exemplo, citemos a perspectiva de Silvia Bleichmar (1994), que faz uma interessante análise de alguns casos de distúrbios precoces em bebês, e propõe uma diferenciação entre o que ela chama de *transtornos* e os clássicos *sintomas*: aqueles veiculariam problemas de descarga da excitação em tempos anteriores à delimitação da tópica (funcionando conforme uma economia libidinal intersubjetiva), e estes responderiam a formações de compromisso que só podem existir quando a separação dos sistemas psíquicos já está instaurada (e, portanto, também os objetos-fonte da pulsão). Pois bem, o recalque originário, enquanto movimento real, nos exige uma compreensão de suas particularidades<sup>29</sup>.

Laplanche concebe o processo de recalque originário como um processo tradutivo, resgatando (e subvertendo) a famosa carta 52 que Freud enviou a Fliess em 1896, na qual levanta a hipótese de que entre os registros (ou sistemas) é preciso que haja uma tradução do material psíquico. O esquema de Freud na referida carta (2016/1896, p. 282), amplamente conhecido, é o seguinte:

---

<sup>29</sup> Retomaremos, na discussão sobre o recalque originário e sobre os níveis do inconsciente, alguns pontos do percurso e das conclusões a que chegamos em nossa dissertação de mestrado (Lattanzio, 2011), à qual remetemos o leitor interessado. Logicamente, acrescentamos novas visões e interpretações nessa retomada. Optamos por evitar, aqui, o uso excessivo do recurso de citar a nós mesmos.



**Figura 1 - Esquema freudiano do modelo tradutivo da memória**

Nesse esquema, o primeiro símbolo, W, equivale às percepções, que são conscientes, mas ainda não representam uma forma de inscrição no psiquismo, dado que consciência e inscrição são mutuamente excludentes. O segundo símbolo, Wz, é o que Freud chama de índice de percepção, sendo o primeiro registro no psiquismo. É depois de Wz que aparece o inconsciente, Ub, sendo seguido pelo pré-consciente (Vb) e consciência (Bew). Interpretando o esquema freudiano a partir da noção de sedução generalizada, Laplanche concebe as inscrições como resultado das mensagens comprometidas com a sexualidade inconsciente do adulto, que são implantados no *infans*. É justamente o comprometimento dessas inscrições com a desmesura do sexual inconsciente do adulto que cria uma quantidade de excitação que passa a exigir uma ação do incipiente aparelho psíquico, uma tradução. Num primeiro momento, como vimos, a tradução consistirá na criação de vias privilegiadas de ligação e de descarga, necessárias para que uma espécie de Eu-corporal se torne viável. Podemos situar o recalque originário justamente no momento em que essas vias mínimas de ligação já se encontram funcionando, contudo, o Eu não se constituiu enquanto instância ainda.

Ao falar de tradução, Laplanche recoloca o problema do recalque no âmbito intersubjetivo. Nesse sentido, é preciso, para compreender o modelo tradutivo do recalque, expandir a noção de sistemas comunicacionais para incluir também

modelos não-linguísticos, mais amplos, sistemas semióticos que se enquadram como comunicacionais dado que se situam no plano intersubjetivo, têm endereçamento e adquirem um significado (suplementar) enigmático por estarem comprometidos com a sexualidade inconsciente. Diferentemente do estruturalismo, o lugar dado à linguística não é de primazia absoluta, mas sim parte – certamente fundamental – de um sistema comunicacional mais amplo, semiótico (cf. Laplanche, 1992/1987; Laplanche, 2015/2003a; Laplanche, 2015/2002).

Laplanche pretende, com seu modelo tradutivo do recalçamento, fazer uma equivalência entre a percepção (W) e a realidade da mensagem; e entre Wz (indícios de percepção) e a implantação das mensagens no psiquismo. Dessa forma, o Wz, muitas vezes esquecido pelos teóricos da psicanálise, é resgatado como elemento fundamental no processo de recalçamento. Podemos localizar na passagem de Wz para Vb (pré-consciente) uma primeira tradução/simbolização dessas mensagens, que deixa como resto o Ub (inconsciente). Podemos esquematizar tal processo da seguinte forma:

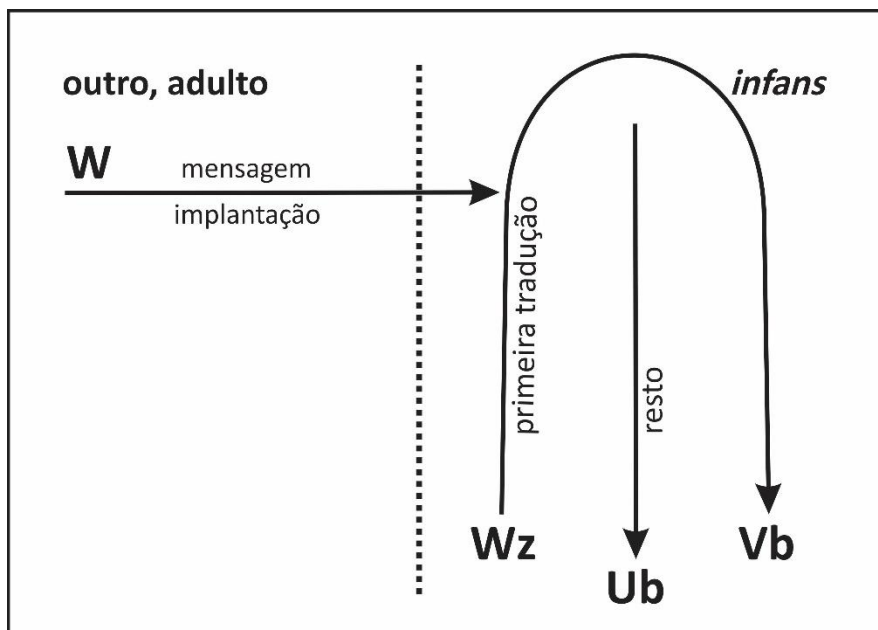


Figura 2 - Esquema simplificado do recalque originário pensado em termos tradutivos

Para explicarmos melhor esse momento, recorramos às teorizações de Laplanche sobre a chamada metáfora constitutiva do inconsciente, que afinal “é o próprio esquema do recalçamento” (Laplanche & Leclaire, 1992/1959, p. 250). Tais construções teóricas foram apresentadas primeiramente por Laplanche no Colóquio de Bonneval (ocorrido em 1959 e tendo se tornado famoso por marcar a dissidência entre Laplanche e Lacan), em texto escrito em parceria com Serge Leclaire (a parte teórica, relativa à metáfora constitutiva do inconsciente, foi escrita por Laplanche). Posteriormente, Laplanche retoma a discussão sobre a metáfora em diversos textos (dentre os quais destacamos Laplanche, 1992/1981; Laplanche, 1981 e Laplanche, 1999/1993). Vejamos, em primeiro lugar, a metáfora tal qual apresentada em 1959:

$$\frac{S^1}{s} \times \frac{S^2}{S^1} = \frac{\frac{S^2}{s}}{S^1}$$

**Figura 3 - Metáfora constitutiva do inconsciente conforme  
apresentação no Colóquio de Bonneval**

Nessa fórmula, os dois últimos termos da cadeia de quatro andares equivalem aos elementos recalçados, que assim se tornam inconscientes. O primeiro  $S^1$  é o significante com o qual se depara a criança, significante veiculado principalmente por seus cuidadores. Estes, por estarem submetidos aos efeitos do inconsciente, transmitem à criança mensagens comprometidas pelo sexual, que lhes é inconsciente. Tais mensagens tornam-se enigmáticas à criança justamente por tal comprometimento; em última instância, são enigmáticas também os próprios adultos emissores. A tradução inicial contempla dois tempos: num primeiro momento, as mensagens são implantadas, inscritas,

como se fossem mantidas “sob a camada fina da consciência ou ‘sob a pele’. Num segundo tempo a mensagem é revivificada do interior. Ela age como um corpo estranho que é preciso a todo preço integrar, controlar” (Laplanche, 2015/2003a, p. 195). O que dispara esse segundo tempo, como vimos, é a “cicatriz” precursora de um Eu. Assim, as mensagens se tornam excitantes e exigem um trabalho de ligação, de tradução/simbolização. Para Laplanche (2015/2003a, pp. 195-196):

A tradução ou tentativa de tradução tem por função fundar, no aparelho psíquico, um nível *pré-consciente* – essencialmente o eu – correspondente à maneira pela qual o sujeito se constitui, representa-se sua história. A tradução das mensagens do outro adulto é essencialmente uma historização mais ou menos coerente. Mas, sendo a mensagem comprometida e incoerente, situada em dois planos incompatíveis, sua tradução é sempre imperfeita, deixando de lado *restos*. São estes restos que constituem, por oposição ao eu pré-consciente, o *inconsciente* no sentido *próprio*, no sentido freudiano do termo. É evidente que o inconsciente é marcado pelo *sexual*, já que tem sua origem no comprometimento da mensagem adulta pelo sexual. Mas não é de maneira alguma a cópia do inconsciente adulto, por causa do duplo “metabolismo” que o sexual sofreu neste percurso: deformação da mensagem comprometida no adulto e depois, na criança receptora, trabalho de tradução que remaneja completamente a mensagem implantada.

O trabalho de tradução, assim, está fadado a jamais ser completamente exitoso, dado que o comprometimento das mensagens implantadas com o sexual ultrapassa as possibilidades de ligação do *infans*, deixando sempre restos. O clássico exemplo da amamentação é didático para explicarmos tais termos a partir da fórmula da metáfora.

Imaginemos uma mãe amamentando: além de ser um ato de cuidado e transmitir carinho e ternura para seu bebê, essa troca acaba sendo parasitada pela dimensão erótica ligada à

estimulação do seio e/ou pelas fantasias inconscientes de penetração e domínio<sup>30</sup>. Tal comprometimento não será inteligível para a mãe, dado que tem sua origem na sexualidade inconsciente, e será transmitido ao bebê de alguma forma, nem que seja pelo excesso de cuidados e de ternura. O bebê, então, recebe um “a mais” enigmático, que parasita as trocas que a mãe estabelece com ele. É justamente esse enigma que é designado pelo *s* minúsculo, denominador do  $S^1$ , presente na primeira metade da fórmula. O  $S^1$ , por sua vez, se relaciona à amamentação e às carícias maternas, que portam, além das intenções pré-conscientes de cuidado e carinho, esse sentido enigmático (*s*) que as compromete. O  $S^2$ , por sua vez, representa qualquer significante que venha a encobrir e substituir, num outro nível de simbolização, os cuidados maternos. Podemos recorrer à análise que Freud (1996/1910, p. 90) faz de Leonardo da Vinci, na qual a primeira memória relatada do pintor seria da cauda de um pássaro penetrando em sua boca. Usando esse exemplo sem pretender nos alongar na comparação, poderíamos considerar essa lembrança como uma primeira simbolização que viria a encobrir os cuidados maternos, comprometidos pelos significados sexuais inconscientes. Seria, assim, o  $S^2$  da fórmula.

Tendo passado pelos termos da primeira metade da fórmula, nos deparamos com a questão principal, que concerne ao resultado dessa “multiplicação”, dessa metaforização. Laplanche é enfático ao dizer que, nessa operação, os  $S^1$  caem ao nível inconsciente, como os restos desse processo de tradução. Em texto posterior dedicado a uma análise do

---

<sup>30</sup> Um acontecimento curioso que vem a corroborar tal visão foi visto por nós em uma reportagem de 2006, que relata o fato de que um número considerável de leitores de uma revista norte-americana voltada para pais e mães terem protestado contra a publicação da foto de uma mãe amamentando um bebê na capa da revista. Os leitores enviaram diversas cartas à revista, nas quais se diziam “ofendidos” e “horrorizados” com a foto, que lhes parecia “nojenta”. Como entender o sentimento de repulsa desses leitores frente à imagem de um fato aparentemente inocente e “natural”? As reclamações dos leitores, podemos pensar, nos remetem ao fato de que, ao amamentar, a mulher, por mais maternal que seja, não tem como se desvincular da dimensão erótica inconsciente ligada à estimulação do seio. O incômodo desses leitores, portanto, decorre do fato de que eles mesmos não conseguiram desvincular a dimensão erótica do seio do ato de amamentação. A reportagem que relata tal fato foi acessada em: <http://noticias.terra.com.br/interna/0,,0I1090687-EI1118,00.html> (recuperada em 07/08/2006).

estruturalismo na psicanálise (já trabalhado por nós no capítulo anterior), Laplanche faz algumas comparações que nos ajudarão aqui a nos aproximar da discussão, bem como a dar continuidade a nossa discussão sobre o estruturalismo. Caso se fizesse um uso estritamente lógico-matemático dessa fórmula, os  $S^1$  presentes na primeira metade da equação seriam simplificados e desapareceriam: “em outros termos, se vocês podem encontrar o mesmo  $S^1$  no numerador e no denominador, podem cortá-los (*barrer*), que é próprio de um funcionamento estruturalista que não leva em conta o sentido” (Laplanche, 1981, p. 23, tradução nossa). O conteúdo, nesse hipotético tratamento estruturalista, se dissolveria e desapareceria em meio à teia de relações lógicas que realmente importariam. Em nossa dissertação de mestrado (Lattanzio, 2011), escrevemos o que seria um uso estruturalista da metáfora, com o objetivo de tornar o argumento mais claro:

$$\frac{\cancel{S^1}}{S} \times \frac{S^2}{\cancel{S^1}} = \frac{S^2}{S}$$

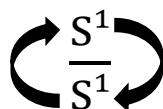
$\left. \begin{array}{c} \cancel{S^1} \\ \cancel{S^1} \end{array} \right\} \begin{array}{l} \text{desapareceria} \\ \text{o denominador,} \\ \text{que simplificado} \\ \text{se iguala a 1} \end{array}$

**Figura 4 - Uso estruturalista da metáfora constitutiva do inconsciente**

Ora, se assim fizéssemos, nos diz Laplanche, eliminaríamos o próprio conteúdo do inconsciente. Essa simplificação é justamente o que ocorre no discurso pré-consciente, de forma que a barra que separa os  $S^1$  inferiores da parte superior do resultado da fórmula é, ao mesmo tempo, a barra que separa os sistemas inconsciente e pré-consciente/consciente.

Para Laplanche, os significantes que caíram ao nível inconsciente foram “coisificados”. Por isso ele propõe a tradução “representação-coisa” para o termo freudiano *Sachvosrtellung*, com o objetivo de provocar um contra-senso com relação à tradução

original, lembrando que, no alemão, não há preposição ligando os dois termos (a saber: representação e coisa) e, a rigor, ambas as traduções estariam corretas<sup>31</sup>. Essa coisificação significa que esses significantes, ao caírem para o inconsciente, não remetem a nada senão a eles mesmos, viram uma espécie de algoritmo que poderíamos assim representar:



**Figura 5 – Significante-designificado, que só remete a si mesmo**

Por isso, tanto a parte de cima do algoritmo quanto a de baixo contêm o termo S¹: é um significante que só remete a si mesmo. Laplanche chama esses conteúdos inconscientes de *significantes-designificados*, justamente por perderem seu caráter de comunicação. Nesse sentido, será interessante nos determos na mesma fórmula, contudo com algumas modificações, tal como apresentada por Laplanche no “*Court traité de l’inconscient*” (p. 82):

$$\frac{M^1}{S} \times \frac{M^2}{M^1} = \frac{M^2}{S} \left. \begin{array}{l} \frac{S^1}{S^1} \\ \frac{S^1}{S^1} \end{array} \right\} \text{Significante-designificado, que só remete a si mesmo}$$

**Figura 6 - Metáfora constitutiva do inconsciente conforme reformulação no "Court traité de l'inconscient"**

Percebe-se que os significantes (S) da primeira metade da fórmula são substituídos por mensagens (M), dado que têm endereçamento e se situam no plano intersubjetivo. Somente os significantes que caem para o inconsciente, sendo coisificados, permanecem

<sup>31</sup> Enquanto tradutor das obras de Freud para o francês, Laplanche utiliza “representação de coisa”. A expressão representação-coisa é usada no âmbito da proposição de sua própria teoria.

com o nome de significantes, justamente para denotar sua perda da capacidade comunicativa<sup>32</sup>. Sobre essa perda de comunicação, Laplanche é bem claro: para ele, o inconsciente não comunica nada. “O sintoma é o que perdeu seu valor de alocação, um fenômeno que deve ser reaberto à comunicação, e este é o sentido mesmo da psicanálise” (Laplanche, 1981, p. 22, tradução nossa). O inconsciente é muito mais desestruturado do que uma linguagem, nele não há negação; seus conteúdos são parciais, eles atuam, atacam, excitam, são fonte de pulsão, mas... não comunicam nada. A psicanálise, portanto, faz um convite a que se abra a comunicação desses elementos e se tente uma nova tradução deles, que seja mais englobante e envolva aspectos antes inaceitáveis para o Eu<sup>33</sup>. No entanto, toda tradução deixa restos e, assim, pode-se pensar em novos recalcamientos decorrentes do processo de análise.

Laplanche pretende, assim, dizer que o inconsciente não é estruturado como uma linguagem, mas é antes como uma linguagem não estruturada. Em nossa dissertação de mestrado, comparamos esses significantes-designificados, ou representações-coisa, à imagem de buracos negros que, na física, são intensos aglomerados de matéria que criam para si uma gravidade tão grande que não deixa nada escapar de seu domínio, nem mesmo a luz. Por isso nunca se pode ver um buraco negro, mas somente deduzi-lo e concebê-lo a partir de seus efeitos. Tal seria o caso das representações inconscientes: elas não remetem a nada, todas as características comunicativas foram perdidas. No entanto, elas permanecem como polo de atração para os conteúdos psíquicos, assim como um buraco

---

<sup>32</sup> Cabe aqui um breve esclarecimento a respeito do uso do termo “enigma”. Embora tenha utilizado inicialmente a expressão “significantes enigmáticos”, Laplanche preferiu passar a utilizar “mensagens enigmáticas” justamente para evitar mal-entendidos e explicar melhor sua natureza: o enigma não se dá por uma simples polissemia linguística do significante, mas sim por estar comprometido com a sexualidade inconsciente do adulto.

<sup>33</sup> Dessa forma, toda dissolução do Eu feita na análise comporta necessariamente uma reconstrução, bem como toda destruição implica numa nova tradução.

negro atrai os elementos que passam perto dele, dada a sua altíssima gravidade. Por isso, para Laplanche, o inconsciente é condição de linguagem: é a partir desses legítimos buracos negros no psiquismo que se pode conceber um ponto de basta que dê alguma forma de ancoragem à linguagem e à comunicação.

Percebe-se que, diferentemente da concepção estruturalista, na qual a garantia de significação se dá a partir de um elemento externo à estrutura que seja seu fiador – o significante fálico, como vimos em Lacan –, no modelo realista proposto por Laplanche a possibilidade de fixação de sentido se dá por existirem tais elementos de ancoragem. Assim, a possibilidade de não se perder na vertiginosa experiência de leitura de um dicionário (no qual um significante só se define por outro e assim infinitamente) só ocorre por existir o inconsciente. São esses elementos de ancoragem que tornam possível o processo secundário, responsável pela linguagem, pela comunicação e pela memória. O recalçamento, assim, mais do que um esquecimento, é visto como a própria condição da memória<sup>34</sup>. Tais “buracos negros” no psiquismo, significantes coisificados gerados a partir da inoculação do sexual pelo outro, se tornam, assim, os objetos-fonte da pulsão.

#### **3.1.4. Diferentes níveis no funcionamento inconsciente**

Uma pergunta se impõe quando concebemos o resultado do recalque originário como significantes-coisa, buracos negros no psiquismo que não comunicam nada e cuja energia circula de forma auto-referencial. Como existiria, então, processo primário – patognomônico do inconsciente freudiano –, em que a energia circula livremente, se os

---

<sup>34</sup> Sobre a concepção de recalçamento como condição de memória, remetemos ao excelente artigo de Maria Teresa de Melo Carvalho (2001): “Transtornos da memória e fracasso do recalçamento na clínica psicanalítica da criança”.

conteúdos do inconsciente têm antes essa aparência pesada, obscura e circular em que nada se comunica com nada? No “*Court traité de l’inconscient*” (1999/1993, p. 100), a resposta de Laplanche para tal questão é o estabelecimento *esquemático* de níveis do inconsciente: no recalcado originário, imperaria a pura cultura de alteridade, completamente fragmentada, parcial e mortífera. Nesse nível, haveria somente a fixidez característica das representações-coisa. O processo primário, onde a energia circula livremente, já pressupõe algum tipo de ligação que permita a comunicação entre as representações, e só ocorre num segundo nível do inconsciente, possibilitado a partir do recalque secundário. Dessa forma, podemos inferir que, para Laplanche, a *pulsão sexual de morte* é realmente a pulsão mais fundamental, sendo que os objetos-fonte oriundos do recalque originário seriam sua fonte, enquanto as representações secundariamente recalçadas responderiam pela pulsão de vida. É importante fazer referência ao fato de que esta solução foi elaborada por Laplanche apenas neste texto de 1993, sendo que no livro *Novos fundamentos para a psicanálise* (escrito em 1987), ele apresenta uma concepção diferente do inconsciente. Tal como apontado por Ribeiro (2000, pp. 224-227), nesse livro, Laplanche concebe a ligação e a fragmentação como duas faces de um mesmo objeto-fonte. A diferença com relação ao “*Court traité...*” fica nítida:

Há, portanto, no próprio processo primário, ou seja, nos processos inconscientes, uma grande diversidade de funcionamentos: um processo primário em estado quase puro, funcionamento da pulsão de morte [aqui Laplanche admite a existência de processo primário e ligação no inconsciente originário], e um processo primário já de certa forma regulado, que é o funcionamento da pulsão de vida (...). Mas, além disso, é preciso acrescentar também que é o *mesmo* objeto-fonte que é fonte simultaneamente de ambos, fonte tanto dos aspectos mortíferos quanto dos aspectos sintetizantes da pulsão [nesse sentido, a questão da pulsão mais fundamental ser a de morte não fica tão clara em termos realistas, podendo ser pensada apenas em termos lógicos]. (Laplanche 1992/1987, pp. 156-157, grifos do autor e comentários entre colchetes nossos).

É possível perceber a dissonância em relação a esses dois momentos do pensamento de Laplanche no próprio uso do termo: objetos-fonte (no plural, remetendo à analogia que fizemos anteriormente com buracos negros no psiquismo e a cultura pura da alteridade) e objeto-fonte (no singular, remetendo a um aspecto total e ligado de um objeto que, ao mesmo tempo, é mortífero e sintetizante). A contradição entre esses dois momentos do autor indica diferentes caminhos a percorrer na concepção de inconsciente, estando sua obra aberta para interpretações distintas. Ribeiro (2000), por exemplo, enxerga nessa convivência da ligação e do mortífero no inconsciente um caminho frutífero, e o desenvolve apontando como os processos identificatórios podem fazer parte do recalco originário, propondo sua tese de uma identificação feminina primária recalçada. Outros autores (como Carvalho, 2001) veem na concepção de objetos-fonte como significantes coisificados que perderam o poder de comunicação uma via mais fértil, mostrando como tais representações servem de ancoragem para uma fixação e para a própria existência da memória e da linguagem.

Procurando transitar por esses diferentes pontos-de-vista, propusemos, em nossa dissertação de mestrado (Lattanzio, 2011), uma interpretação que situa os diferentes tipos de objeto(s)-fonte em relação aos níveis do inconsciente tal como descritos no “*Court traité...*”: no nível do recalco originário, existiriam os objetos-fonte entendidos enquanto representações-coisa, ou buracos negros no psiquismo, como em nossa analogia. Estes, dado seu funcionamento desligado, seriam fonte exclusivamente da pulsão sexual de morte. No nível secundário do inconsciente, haveria um objeto-fonte clivado, fonte tanto de pulsão de vida quanto de pulsão de morte. Dada a presença da ligação, as representações recalçadas nesse nível responderiam ao processo primário. Tal nível, enfim, seria construído a partir do recalque secundário. O recalque secundário, ao

mesmo tempo, como nos lembra Laplanche, tem também uma função de fixar a tópica e consolidar as diferenciações iniciadas pelo recalque originário, fazendo com que exista uma interdependência entre os recalques:

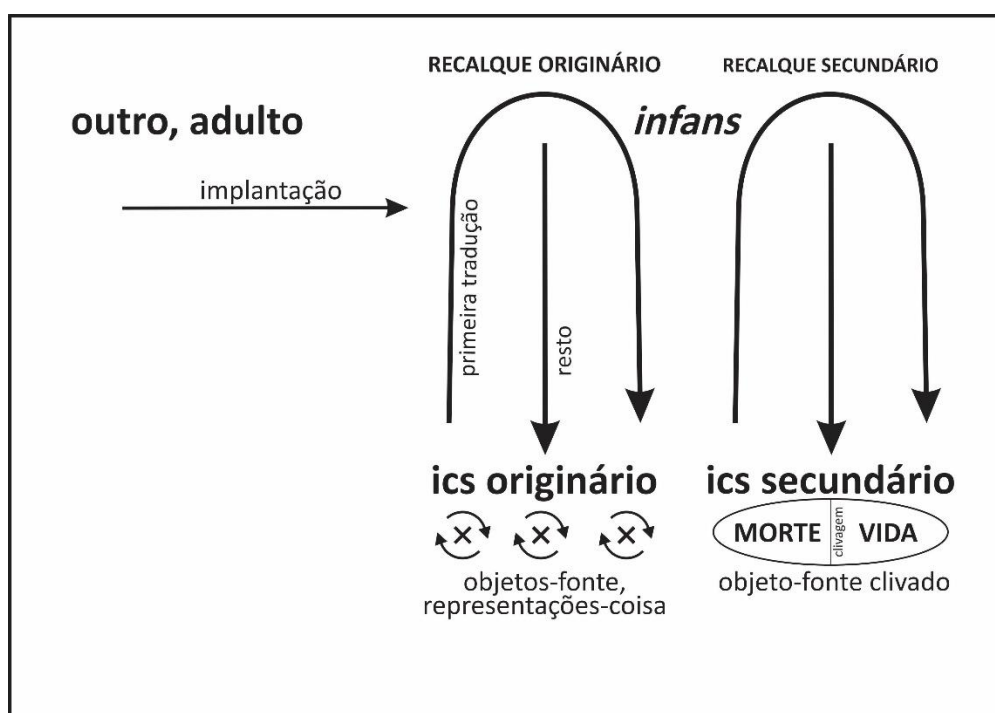
(...) o a posteriori, que opera entre os dois tempos do recalque originário [quais sejam: o tempo da implantação do enigma e o da primeira tradução], intervém também *em relação ao* próprio recalque originário tomado em seu conjunto. O que significa, concretamente, que o recalque originário, necessita de uma chancela para ser mantido, *necessita do recalque secundário*. E é precisamente aí que se situa o lugar do Édipo, do complexo de castração e da formação do superego. (Laplanche 1992/1987, p. 145, grifos do autor e comentários entre colchetes nossos).

No próximo capítulo, nos debruçaremos sobre a função das forças de ligação relacionadas ao recalque secundário, analisando o lugar do gênero, do sexo, da lógica fálica e do Nome-do-Pai nesse processo, bem como a ressignificação do originário efetuada pelo recalque secundário. Por ora, sigamos na compreensão dos níveis do inconsciente, comentando (entre colchetes) uma passagem de Laplanche:

Seria então o caso de distinguir, *esquemáticamente*, dois níveis do inconsciente sistemático: aquele do recalque originário [oriundo das primeiras vivências passivas, intrusivas e fragmentadas do bebê], constituído de protótipos inconscientes [os buracos negros no psiquismo, pura cultura de alteridade que, *a posteriori*, serão ressignificados pelo recalque secundário, como veremos no próximo capítulo], caracterizados por sua fixidez e pelo efeito de atração que exercem não uns sobre os outros, mas sobre as representações que passam ao seu alcance, e aquele do recalque secundário, ao qual o processo primário se aplica. (...) Se consideramos que, apesar de sua estranheza ao pensamento lógico, o processo primário constitui, no entanto, uma espécie de ligação, e se nos lembramos que a pulsão sexual de morte é princípio de desligamento, ao passo que a pulsão sexual de vida (ou Eros) funciona segundo o princípio da ligação, admitiremos que o nível mais profundo, o recalque originário, é o lugar privilegiado da primeira (“uma cultura pura de alteridade”), ao passo que no recalque secundário, lugar do processo primário, os dois tipos de pulsão começam a entrar em luta e em composição [propomos, aqui, a noção de um objeto-fonte

clivado. O fato de o tratarmos no singular não significa que desconsideramos a multiplicidade de elementos secundariamente recalçados, mas sim que a circulação entre esses elementos lhes dá a fenomenologia de uma única fonte, espécie de rizoma de vida e morte]. (Laplanche, 1999/1993, p. 100, grifos do autor, tradução e comentários entre colchetes nossos).

Baseados nisso, podemos relacionar a presente discussão ao nosso primeiro esquema do recalque, da seguinte forma:



**Figura 7 – Níveis do inconsciente e objeto(s)-fonte em relação ao esquema tradutivo do recalçamento**

Tal saída teórica (que consiste em interpretar a problemática *objetos-fonte x objeto-fonte* a partir dos níveis do inconsciente descritos no “*Court traité...*”), em nosso ponto de vista, preserva o caráter radicalmente alteritário e mortífero do inconsciente (presente nos objetos-fonte entendidos como representações-coisa) e, ao mesmo tempo, consegue contemplar a dualidade *vida e morte* das formas de unificação e identificação. Esta última, apesar de ser uma forma de ligação e, portanto, congruente com o Eu, carrega uma dupla-

face mortífera que aparece como uma forma de compulsão à repetição (e que fica clara, por exemplo, na imperativa manutenção da identidade de gênero, como trabalhamos em nossa dissertação). Lembremos aqui da epígrafe do clássico artigo de Lichtenstein (1961) sobre identidade e sexualidade, no qual afirma que a manutenção da identidade é algo que se impõe ao sujeito: “*antes muerto que mudado*”. O caráter compulsivo da identidade revela-se na medida em que sua manutenção adquire os contornos de um imperativo que ultrapassa a inteligibilidade do sujeito e aponta para aquilo de alteritário que o habita. Ao mesmo tempo, a identidade, ao dar coerência ao Eu, atende às exigências narcísicas de unificação e ligação. Dessa forma, a identidade mimetiza o próprio objeto-fonte (no nível secundário do inconsciente) em seu caráter narcísico e mortífero.

Pois bem, tendo percorrido o modelo tradutivo do recalçamento e suas consequências para a compreensão do inconsciente e da tópica, detenhamo-nos agora em desenvolvimentos posteriores da teoria laplancheana, a respeito de processos mais graves nos quais a própria possibilidade de tradução é comprometida. Tal discussão é de especial importância para fundamentarmos o alcance da teoria laplancheana na compreensão de processos não neuróticos.

### **3.2. Para além do traduzível: a necessidade de fundamentar processos não neuróticos**

Como o homem pode ser “possuído” por mensagens que não consegue traduzir? Para mim está aí uma interrogação de primeira importância colocada à psicopatologia psicanalítica.

Jean Laplanche

A teoria tradutiva do recalçamento, tal como proposta por Laplanche e trabalhada por nós nas páginas acima, resgata a alteridade sexual como fundamento da psicanálise para explicar a gênese da tópica psíquica. Contudo, com o passar dos anos, Laplanche começou a perceber a necessidade de encontrar lugar, nessa teoria, para processos nos quais a própria formação da tópica é afetada e a tradução não se dá de forma a formar este resto recalçado a que chamamos inconsciente. Em outras palavras: tornava-se necessário fundamentar, no âmbito da teoria tradutiva do recalçamento, processos não neuróticos nos quais a alteridade aparecia de forma ainda mais radical, como que encravada na tópica, refratária à tradução.

Tais questionamentos relacionam-se, principalmente, à problemática das psicoses, nas quais “há pouca ou nenhuma historização” (Laplanche, 2015/2003a, p. 197) e a alteridade irrompe de forma bruta, aparentando não ter passado por um tratamento tradutivo/simbolizante. Também alguns fenômenos clínicos presentes em casos tidos como limites, nos quais a própria noção de representação é colocada em xeque, apontam para tal necessidade teórica, como propõe Marta Rezende Cardoso (2017, p. 84):

Os estados limites nos interpelam sobre a natureza dos fatores implicados nessa dominância, no universo intrapsíquico, de elementos irrepresentáveis, dominância, então, de marcas traumáticas, de elementos clivados, isolados, como enclaves, no aparelho psíquico. Eles também nos interrogam sobre a precariedade da dinâmica e da economia psíquica, aspecto correlativo a um estado de fragilidade narcísica em cujas fundações insiste o traumático. Porém, não se trata no caso de uma vertente constitutiva do trauma, vertente para a qual Jean Laplanche se dedicou essencialmente em sua teoria da sedução generalizada, mas estamos diante de um traumático de tipo desestruturante como o expressam essas configurações patológicas.

Podemos ver precursores da preocupação de Laplanche com o intraduzível, por exemplo, em alguns momentos de sua série de *Problemáticas* (oriunda de seus seminários

proferidos na Universidade Paris VII, de 1970 a 1992), ao tratar do tema das neuroses traumáticas (Laplanche, 1993/1980; Laplanche, 1989/1980), ou mesmo nos seus *Novos Fundamentos para a Psicanálise* (Laplanche; 1992/1987), ao problematizar o lugar do supereu como um imperativo não metabolizável na tópica (tema ao qual voltaremos mais à frente). É, contudo, num pequeno texto escrito em 1990 que Laplanche coloca a questão de forma clara e, ao mesmo tempo, apresenta um incipiente conceito para fazê-la avançar teoricamente, a chamada *intromissão*, que se distingue qualitativamente da *implantação* das mensagens enigmáticas tal como vimos acima:

Mediante esse nome [implantação] designo o fato de que os significantes aportados pelo adulto se encontram fixados, como em superfície, na derme psicofisiológica de um sujeito no qual ainda não se diferenciou uma instância inconsciente. É sobre estes significantes recebidos passivamente que se efetuam as primeiras tentativas de tradução, cujos restos são o recalco originário (objetos-fonte). (...).

A implantação é um processo comum, cotidiano, normal ou neurótico. Ao seu lado, como sua variante violenta, deve-se dar lugar à *intromissão*. Enquanto a implantação permite ao indivíduo uma retomada ativa, com sua dupla-face tradutiva-recalcante, deve-se tentar conceber um processo que faz obstáculo a essa retomada, curto-circuita as diferenciações das instâncias em via de formação, e coloca no interior um elemento rebelde a toda metábole. (Laplanche, 1992c, p. 358, tradução nossa).

Nesse sentido, podemos pensar que algo dessa intromissão curto-circuita as possibilidades de simbolização, gerando consequências no processo de recalco. Tal distinção conceitual entre implantação e intromissão, presente neste texto programático, mostrou-se fértil e gerou uma série de repercussões no âmbito dos estudiosos da teoria laplancheana, principalmente buscando entender a especificidade da intromissão, quais características tornariam uma mensagem intraduzível ou não metabolizável, sua relação

com o processo de recalçamento, com a tópica e com a psicopatologia. Uma primeira interpretação psicopatológica que podemos fazer, nesse sentido, seria a seguinte: ao passo que a neurose se caracteriza preponderantemente por uma *falha na tradução*, que por ser incompleta deixa um resto a que chamamos inconsciente; a psicose caracterizar-se-ia pelo fato de que algo de outra ordem “curto-circuitou” as diferenciações tópicas, algo relativo a um *fracasso radical para traduzir*. O próprio Laplanche aponta nessa direção num texto de 2002 dedicado aos fracassos da tradução, e propõe um caminho para pensarmos a psicose a partir da teoria tradutiva: “um fracasso radical *em* traduzir, não fracasso parcial da tradução, mas um fracasso radical. Esse me parece ser um caminho fértil” (Laplanche, 2015/2002, p. 130).

Nesse mesmo texto de 1990, Laplanche sugere que esse tipo de processo – a intromissão – estaria mais relacionado à analidade, à oralidade e aos orifícios do corpo como um todo, enquanto a implantação se referiria “mais à superfície do corpo em seu conjunto, à periferia perceptiva” (Laplanche, 1992c, p. 358, tradução nossa). Talvez devêssemos ir ainda mais longe que Laplanche e reinterpretar essa lógica levando-a mais adiante, de modo a pensar que a analidade e a oralidade, apesar de aludirem à penetração do corpo, são formas ligadas de representá-la, e poderíamos assim pensar que a intromissão colocaria sim em cena a penetração do corpo, mas de forma ainda mais radical, de forma a romper certo invólucro, o que a aproxima da noção de trauma em seu sentido estrito. Indo mais além, podemos pensar que a penetração em jogo se refere a um determinado Eu-corporal, representante narcísico inicial da totalidade do corpo, que coincide, – mas não necessariamente – com o corpo. Para exemplificar de forma simples, comparemos três acontecimentos: uma agulha que penetra o corpo no momento de uma vacina provavelmente não será uma intromissão; uma série de procedimentos cirúrgicos

invasivos feitos em um bebê provavelmente portará algo da intromissão; algumas mensagens paradoxais e de duplo vínculo (como veremos a seguir), mesmo que não envolvam diretamente o corpo, podem virar intromissão dado sua aversão à tradução e à metábole<sup>35</sup>. Disso depreendemos que o corpo, mesmo sendo uma espécie de palco privilegiado da intromissão, não detém a exclusividade sobre esta – o que está fundamentalmente em jogo é a tópica e a possibilidade de determinados elementos ficarem nela encravados.

Em comunicações posteriores, Laplanche sugere que a própria mensagem poderia portar características que impedem uma retomada tradutivo/simbolizante. Assim, alguns tipos de mensagem seriam de difícil tradução por já conterem em si uma significação colada, não havendo espaço para que possa haver uma apropriação simbolizante por parte do sujeito:

É evidente que as características da mensagem têm a maior influência no modo ou na capacidade de encontrar um modo de tratamento da mensagem, quer dizer, precisamente sobre a capacidade ou não de traduzi-la. O modo de tratamento da mensagem (quer dizer, se é possível fixá-la, imobilizá-la, começar a traduzi-la) já vem determinado pelo tipo de mensagem. [Laplanche formulou também uma hipótese a propósito da especificidade desse tipo de mensagens, sublinhando que]: uma determinada especificidade, parece algo evidente; especificidades que fazem com que uma mensagem seja acompanhada por seu próprio código de tradução. E não pode ser traduzida mais do que pelo fato de que seu próprio código vem dado com ela. Um código de tal maneira pregnante que não necessitamos ir mais adiante<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Essa seria uma resposta possível às indagações de Dejours (2014, p. 17, tradução nossa), que se pergunta sobre a efetividade dessa via de trabalho (que relaciona a intromissão à analidade e à oralidade), considerando que Laplanche abandonou-a: “Nada de resposta a essa questão e inclusive o que virá depois na obra de Laplanche parece sobretudo indicar que este último ponto, anunciado no texto programático, foi em seguida abandonado.”

<sup>36</sup> Trata-se de uma transcrição da gravação de comentários feitos por Laplanche na ocasião da *II Conferência Internacional sobre Laplanche e o conflito psíquico*, que teve lugar em Canterbury, Reino Unido, em 1994. A transcrição foi feita por Tarelho (2004, p. 141, comentários entre colchetes dele, tradução nossa).

Tarelho (1999; 2004), em seu livro *Paranoia et théorie de la séduction généralisée*, segue algumas dessas indicações para pensar nas especificidades das mensagens que estariam na origem das psicoses. O autor faz uma minuciosa análise do caso Schreber à luz dessa questão, e resgata os clássicos estudos do chamado grupo de Palo Alto sobre o duplo vínculo e as mensagens paradoxais (cujo exemplo estereotípico é o “seja espontâneo”) para jogar luz sobre o problema das mensagens intraduzíveis: “o caráter paradoxal e paralisante dessas mensagens depende, em boa parte, precisamente do fato de sua dupla inserção ser categórica” (Tarelho, 2004, p. 143, tradução nossa). Interessa-nos aqui a descrição da estrutura de uma mensagem de duplo vínculo, tal como apresentada por Tarelho (2004, p. 157, tradução nossa):

- a) Este tipo de comunicação tem lugar no seio de uma relação onde uma das pessoas ao menos se encontra em situação de estrita dependência e vive esta relação, que tem um valor vital, de maneira muito intensa.
- b) Nesse contexto, essa pessoa se vê confrontada com uma injunção (com frequência negativa).
- c) Logo a outra injunção que se situa em um plano mais abstrato e que está em conflito aberto com o primeiro (ambos são impostos à força).
- d) Uma terceira injunção (negativa) vem proibir o sujeito de sair desse marco imposto.

Um dos exemplos mais instigantes que Tarelho utiliza para falar dessa possibilidade refere-se a uma atitude parental que, podemos pensar, poderia ser localizada como um dos elementos possivelmente presentes na gênese de processos psicóticos. Trata-se da postura do adulto de tentar fazer da sexualidade infantil “uma dessexualização e vice-versa. Isto pode ter lugar, por exemplo, quando práticas destinadas a combater essa sexualização, e isto de uma forma radical e violenta, se convertem elas mesmas em práticas de sexualização” (Tarelho, 2004, p. 173, tradução nossa). Tarelho alerta que, nesse exemplo, não se trata de práticas comuns de rechaço ou de censura a manifestações

da sexualidade infantil, relativamente banais e que vêm acompanhadas, em algum grau, do sentimento de culpabilidade parental por ter despertado essa sexualidade, mas sim de algo mais intraduzível e paradoxal. Desculpamo-nos pela longa citação, contudo as importantes nuances de sua descrição fazem com que seja necessário acompanharmos com detenção o raciocínio de Tarelho:

A situação é diferente quando esta sexualização não é absolutamente tolerada, de tal modo que o combate contra essa sexualidade se converte em uma forma de obsessão. Este combate, por sua vez, se converte em motor da sexualização. A sexualização passa então a ter lugar em nome da “dessexualização”, e os pais criam para a criança uma situação paradoxal da qual não pode sair. No primeiro caso [de uma censura relativamente cotidiana à sexualidade infantil] estamos no registro da ambivalência e da ambiguidade, cuja importância para a estruturação psíquica é hoje bem conhecida; no outro, estamos no registro do paradoxal, do duplo vínculo, cujos efeitos psicotizantes não são menos conhecidos. Em outras palavras, no primeiro caso há uma separação temporal e lógica entre a sexualização e a repressão da manifestação da sexualidade na criança, separação que é essencial para que a criança possa enfrentar esta sexualidade em uma perspectiva de tradução-recalque. Ademais, isto se vê normalmente facilitado com o aporte, por parte dos pais, de materiais que permitem vincular esta sexualidade, assim como pelo predomínio de uma postura ambígua ante tal sexualidade, que proporcionam um espaço no qual a fantasia pode chegar a se inserir.

Ao contrário, no caso que hipotetizamos, no qual a sexualização se converte em luta contra a sexualidade e vice-versa, não há a separação indispensável para a fantasia e para a consideração tradutora-recalcante. Quando a sexualidade com a que se confronta a criança tem a estrutura de um enigma, quer dizer, do desconhecido, do não vinculado, desencadeia um movimento de simbolização que torna possível não apenas a tradução de sua parte metaforizável, mas também o recalque de sua parte não metaforizável. Mas quando essa sexualidade não é tolerada de nenhuma maneira pelos pais, até o ponto em que seu combate mobiliza quantidades incomensuráveis de energia que acaba sendo a fonte principal de sexualização da criança, cria-se então uma situação paradoxal que faz da sexualidade e da sexualização o impossível não apenas de pensar, mas

também de recalcar. (...) torna-se impossível tomar a distância necessária seja para traduzi-la ou para recalca-la. (Tarelho, 2004, pp. 173-174, tradução nossa).

Dessa forma, Tarelho alude para o fato de que muitas vezes são as características da mensagem as responsáveis por seu estatuto de “traduzibilidade”. Como consequências desse tipo de situação paralisante, a criança se vê brutalmente impedida de construir o que Tarelho chama de “versão privada de si”, causando falhas na constituição narcísica do Eu. Dado, ainda, que o processo de tradução e de recalque se encontra comprometido, a formação das instâncias psíquicas também se vê seriamente comprometida.

Nessa mesma via de pensamento e fazendo trabalhar as indicações de Laplanche, Marta Rezende Cardoso (2002; 2004; 2017) segue também na exploração do intraduzível ligado ao trauma, pensando especialmente nos casos limite e nas neuroses cuja relação com um momento de trauma é preponderante. Ela propõe a categoria de mensagens *antienigmáticas*, entendidas como mensagens *ultraclaras* que são habitadas, “sem distância, pelo inconsciente do outro” (Cardoso, 2017, p. 92), tendo assim um caráter fechado e unívoco. Importante entender que, com *antienigmáticas*, a autora não se refere a uma suposta ausência de comprometimento com a alteridade na mensagem, mas, ao contrário, é o absolutismo do outro aquilo que curto-circuita as possibilidades de tradução e faz com que as mensagens se fixem como verdadeiros enclaves, “incrustações” no psiquismo, corolárias dos limites da representação. Remete, assim, a uma espécie de memória traumática, na qual não há representação, dado que o “passado, nela, é o presente” (Cardoso, 2017, p. 93).

A autora interpreta certos fenômenos de repetição compulsiva, presentes especialmente em casos limite que portam a marca do traumático, sob esse prisma. Cardoso (2017, p.

92) entende tais acontecimentos de repetição como tentativas de “lidar com”, de ‘dominar’ os enclaves, que resultam das impressões ultraclaras, sem enigma, que vêm de fora, e que tendem a se manter como um ‘fora’ no mundo interno. Aquilo que não foi traduzido tende a repetir-se como um imperativo”. Num texto escrito em parceria com Gabriela Borges, Cardoso relaciona tais fenômenos às neuroses traumáticas, entendendo os sonhos mortíferos, que fixam o sujeito na repetição do trauma, como a encenação de uma cristalização psíquica do trauma. As autoras explicam que “o momento propulsor do trauma permanece como que congelado no psiquismo, sob a forma de impressões traumáticas, verdadeiro ‘corpo estranho interno’ cujo retorno dar-se-á sob a forma de repetições inevitáveis” (Borges & Cardoso, 2011, p. 106). Vemos, dessa forma, que a discussão sobre a intromissão e o intraduzível se expande para além da psicose. Nesse sentido, resgatemos as indicações de Laplanche sobre as relações entre intromissão e o supereu.

Como aludimos acima, Laplanche relaciona o caráter categórico do supereu à problemática da intromissão:

Os imperativos categóricos são o que não pode ser justificado; certamente são enigmáticos como outras mensagens de adultos; mas não só são injustificados, como, talvez, inclusive injustificáveis, ou seja, não metabolizáveis. Não metabolizáveis, isto significa que não se pode diluí-los, substituí-los por outra coisa. Estão aí, imutáveis e insimbolizáveis, resistentes ao esquema da substituição significante. (Laplanche, 1992/1987, p. 147).

Em seguida, Laplanche (1992/1987, p. 148) se pergunta se, dado esse caráter tirânico do supereu, esses imperativos não metabolizáveis não poderiam ser considerados “como espécies de enclaves psicóticos de qualquer personalidade”.

Marta Rezende Cardoso, em seu livro *Superego* (2002), avança nessa direção, buscando superar a ideia do supereu enquanto instância moral para enfatizar principalmente seu lado pulsional, sua função de depositário daquilo de mais alteritário que habita o sujeito. O supereu seria, assim, um corpo estranho não metabolizado no interior da tópica. Relacionando a questão à problemática da intromissão e das características da mensagem que a tornam intraduzível, Cardoso propõe a noção de mensagens-vereditos como sentenças que condenam o sujeito a repetir sem conseguir se apropriar. Relacionando essa concepção do supereu à etiologia das psicoses, Scarfone (1994) assinala que, nos casos de psicose, essas características do supereu são elevadas à enésima potência: um supereu tão ferozmente legislador, tão presente, que aparece como o centro do Eu do psicótico.

Pois bem, pensar no supereu como depositário de mensagens intraduzíveis nos leva a perguntar se existiria um lugar específico no aparelho psíquico para esses elementos encravados. Estariam sempre alocados no supereu? Como pensar sua situação tópica? Vejamos algumas vias de interpretação e de trabalho sobre a questão.

### **3.2.1. O intraduzível e o encravado: como situá-los na tópica?**

Como vimos, Laplanche inicialmente deixou em aberto a discussão sobre o intraduzível, produzindo algumas importantes perguntas que serviram como norte para pesquisas posteriores. Diversas foram as formulações surgidas daí (inclusive respostas tardias do próprio Laplanche, como veremos no próximo item), mas a situação tópica dos elementos encravados não se tornou consenso entre os estudiosos do seu pensamento. Buscaremos, aqui, situar algumas posições teóricas e, ao mesmo tempo, analisar pontos que consideramos centrais para a discussão.

Como vimos, Cardoso (2002) situa majoritariamente no supereu o local dos elementos encravados, pensando a partir daí sua função na tópica e mesmo na etiologia das psicoses. Tarelho (2016), em artigo recente sobre o tema, recorre à noção de clivagem estrutural, proposta por Dejours (a ser discutida no próximo tópico), para localizar o supereu como elemento central de sustentação da tópica e da própria clivagem. Contudo, não o considera como único reservatório dos elementos encravados, mas sim como detentor de uma função dupla, tanto de reservatório de alguns elementos encravados (o núcleo encravado do supereu), quanto “de contenção para o resto do inconsciente encravado do qual ele faz parte” (Tarelho, 2016, p. 140). No próximo tópico, após a exposição das perspectivas de Dejours (2001) e do próprio Laplanche (2015/2003a; 2015/2006b) sobre a clivagem estrutural e a chamada terceira tópica, voltaremos a dialogar com alguns pontos da contribuição de Tarelho.

É fundamental que resgatemos também a interpretação de Silvia Bleichmar (1994) sobre essa questão. Sua posição sobre a relação entre os elementos encravados e a tópica é bastante original e frutífera, sendo construída a partir de casos – variados no que concerne ao estatuto psicopatológico – em que algo do intraduzível aparece como congelado e imutável. Bleichmar retoma o modelo tradutivo do recalçamento para situar os elementos encravados como signos de percepção (uma tradução alternativa para *índices de percepção*, o Wz do esquema freudiano trabalhado no início deste capítulo):

Os “signos de percepção” podem ser não apenas efeito de uma primeiríssima implantação, não transcrita, senão que de uma “intromissão”, tanto nos primeiros tempos como em outros tempos posteriores da vida e, neste sentido, não vir a formar parte do originário (...), não encontrar uma localização no inconsciente e ficar à deriva no aparelho psíquico: caso da psicose ou dos “aspectos psicóticos da personalidade” – como o kleinismo chamou estes estratos profundos da mente sempre passíveis de emergir em análise. (Bleichmar, 1994, p. 56).

Justamente pelo fato de que sempre se corre o risco de que esses elementos venham à tona, Bleichmar os considera como elementos à deriva na tópica, sem uma fixação precisa. Assim, “a tarefa de elaboração fica obstaculizada ou não se produz, sendo que as representações ficam destinadas a vagar – ‘como vagam as almas das crianças não batizadas’, quer dizer, simbolicamente, pelo limbo, pela tópica psíquica” (Bleichmar, 1994, p. 64).

Bleichmar dá indícios de um pensamento continuísta em psicopatologia quando afirma que estes elementos à deriva podem existir também em casos onde há operatividade do recalque (apesar de que a predominância desses elementos levaria à psicose):

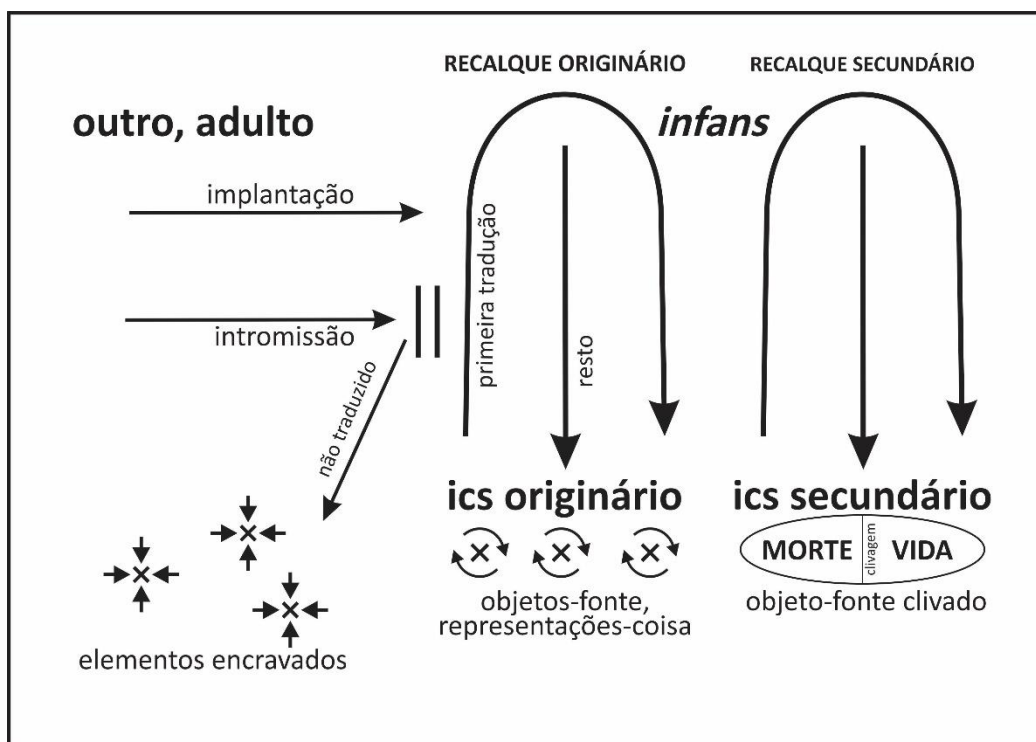
Se bem toda passagem de um sistema psíquico a outro “superior” é parcialmente falida, se é impossível uma simbolização “sem resto” – quer dizer, que é impossível pensar em um aparelho psíquico “normótico” que não funcione sob o modo do recalque (o que leva a abandonar a esperança messiânica de esgotar o inconsciente mediante análise) –, o que caracteriza os elementos inscritos por “intromissão”, sob formas traumáticas severas, é sua impossibilidade de serem fixados a qualquer sistema pelo recalque, mesmo quando este opere no aparelho para outros elementos. Seu caráter “altamente individual” deixa aberta a possibilidade de estruturas psicopatológicas mistas em razão disto. (Bleichmar, 1994, pp. 56-57).

A partir destas formulações de Silvia Bleichmar assim como de sua posição sobre a existência de aportes alteritários excitantes anteriores ao estabelecimento da tópica, podemos reforçar nossa interpretação de que o encravado também se relaciona às excitações precoces, instauradas no bebê antes mesmo da ocorrência do recalque originário, e que porventura não conseguiram meios de escoamento e descarga. Nesse caso, poderíamos pensar em pequenos e localizados curtos-circuitos energéticos, encravados no corpo, não necessariamente delimitados em termos tópicos.

Para avançarmos na tarefa de pensar a tópica a partir dos elementos encravados, detenhamo-nos em pensar quais seriam suas diferenças com relação às representações-coisa resultantes do recalque originário:

Os enclaves não se apresentam no psiquismo como “representações-coisa”. Estas são os restos da tradução de mensagens enigmáticas que perderam sua referência e se tornaram “significantes autossignificantes”. Os enclaves correspondem a um primeiro “depósito de traços” do outro, impressões que, por não ingressarem no circuito tradutivo, se mantêm como marcas traumáticas, índices de percepção que tenderão a reaparecer na vida psíquica de maneira quase imutável. (Cardoso, 2017, p. 91).

Relacionando à nossa representação do recalque em termos tradutivos, podemos assim visualizar a questão:



**Figura 8 – Elementos encravados, representações-coisa e objeto-fonte clivado no contexto do modelo tradutivo do recalçamento**

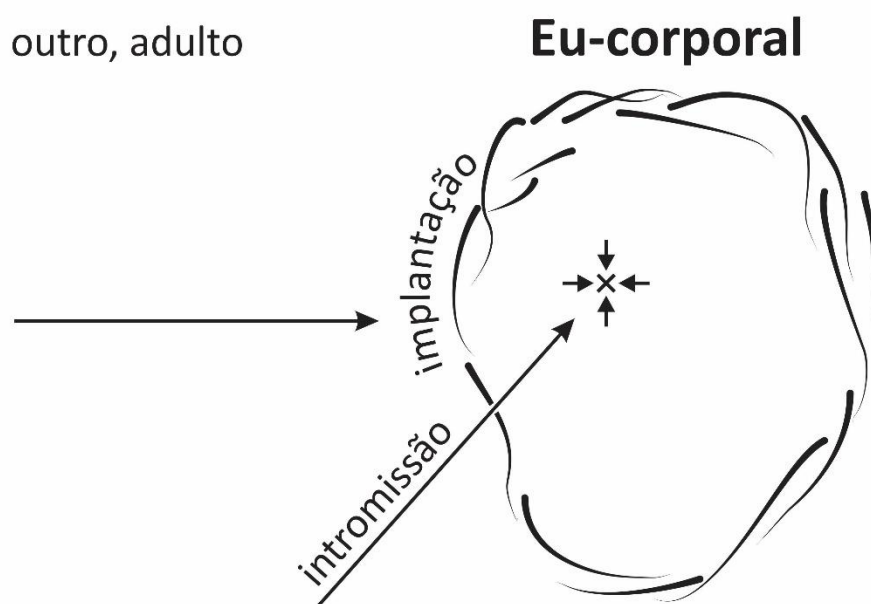
Em relação a essa diferenciação, perguntemo-nos: seriam os elementos encravados também fonte da pulsão? Em nossa interpretação, os elementos encravados, quando vêm à tona, desencadeariam sim o mortífero num sentido (pré)pulsional, correlativo a uma radicalidade do desligamento. Tal radicalidade, no entanto, tem sua origem na mesma alteridade que desencadeia os movimentos propriamente pulsionais, sendo o extremo do desligamento e da dessubjetivação causada pela alteridade, o absolutismo desta. Assim, de um lado podemos dizer que, se esses elementos excitam e veiculam o outro em sua face mais desligada, seriam fonte da pulsão; de outro lado, dado que têm uma natureza diferente dos outros objetos-fonte, não podemos dizer, *stricto sensu*, que esses elementos se configurem como tais. Contudo, mantêm com estes uma relação de continuidade, dado que representam o extremo de uma escala que vai do desligamento radical e mortífero relacionado ao absolutismo da alteridade às formas ligadas de sexualidade e condizentes com a formação e manutenção do Eu e da tópica<sup>37</sup>. Assim, tanto os elementos encravados quanto as representações-coisa se ligam ao mortífero, mas estas últimas o representam em termos pulsionais propriamente ditos, ou seja, aparecendo como resquícios de um processo tradutivo. Isso implica que as representações-coisa subsistem em seu caráter inconsciente por existirem contra-investimentos responsáveis pela manutenção da tópica, o que as faz agir por atração dos elementos que dela se aproximam – portanto não irrompem simplesmente na tópica. De outro lado, os elementos encravados se mantêm isolados – seja pela clivagem, seja por serem estrangeiros na tópica, seja por estarem incrustados – e sem sofrer atração ou exercer atração de outros elementos (afinal, a conexão entre dois elementos exige um mínimo de ligação, o que não se encontra presente

---

<sup>37</sup> Interessante notar que há divergências sobre tal entendimento, como é o caso de Dejours (2014, p. 23), que considera tais irrupções dos elementos intraduzíveis como uma espécie de “compulsão (não sexual) de morte”, representantes do corpo biológico/instintual que não foram libidinizados pelo processo tradutivo. De nossa parte, junto com Laplanche, Tarelho e Cardoso, entendemos, ao contrário, a mais alta radicalidade do desligamento como produto de uma alteridade sexual e mortífera.

no encravado), contudo podem irromper diretamente na tópica, dado que não foram parcialmente tratados e fixados ao inconsciente pela tradução/recalque.

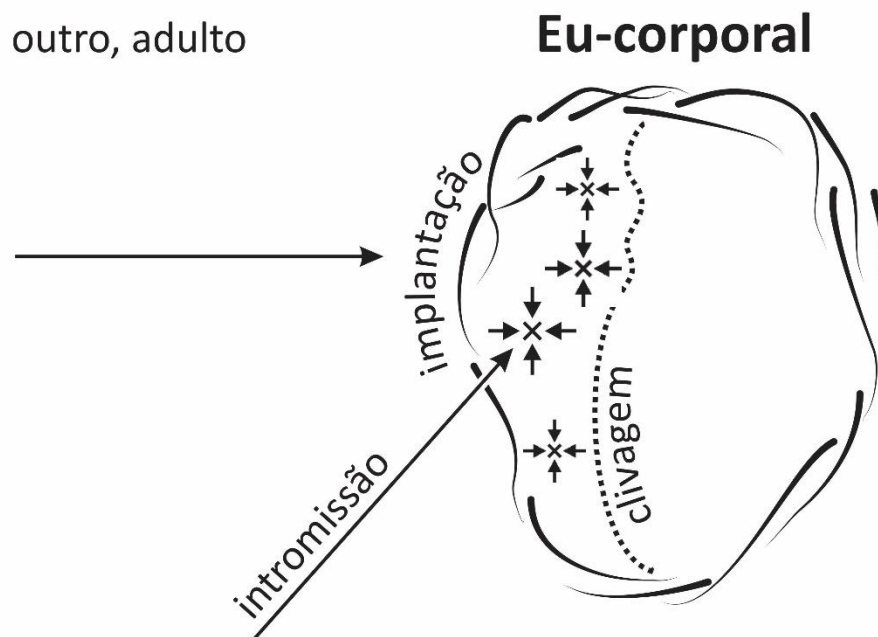
A representação gráfica que fizemos acima da intromissão, por conter certo didatismo centrado na impossibilidade de tradução, pode fazer parecer que os elementos encravados se alocaiam fora da tópica. Nesse sentido, cabe complementa-la, conectando-a a uma apreensão espacial da tópica em seus primórdios, nos momentos em que um Eu-corporal – espécie de precursor da totalidade da tópica – se forma como cicatriz dos processos de excitação e de suas vias de descarga e ligação, como trabalhamos no início deste capítulo:



**Figura 9 – Representação tópica simplificada da intromissão**

A intromissão, nesse sentido, coloca no interior da tópica um elemento rebelde a toda metábole. No momento do recalque originário, como vimos, se delimita o Eu-instância e, para tal, é preciso que se erga uma barreira em relação a esses elementos encravados,

dado que, por serem representantes da alteridade e do desligamento em sua face mais radical, são essencialmente distônicos com relação à existência de uma instância unificada como o Eu:



**Figura 10 – Delimitação do Eu-instância**

**(ou: a clivagem do Eu-corporal e a clivagem estruturante são a mesma coisa)**

A essa linha de diferenciação no interior do Eu-corporal, seguindo as pistas de Freud (2007/1938) e sua generalização por Dejours (2001, ao propor uma clivagem vertical ou estruturante), chamamos de clivagem do Eu-corporal. Ela delimita, à direita da figura, o Eu-instância, e à esquerda, os elementos encravados. Relacionando ao que vimos a partir de Cardoso e de Tarelho, o supereu poderia ser localizado à esquerda da figura, do lado em que se encontram os elementos encravados. Assim, em nossa proposta de compreensão, a clivagem do Eu-corporal e a clivagem vertical, estruturante da tópica, são a mesma coisa.

Freud (2007/1938), ao descrever a clivagem do Eu, propõe dois modos de funcionamento, dois mecanismos de defesa distintos convivendo no mesmo indivíduo como que em exclusão mútua: o recalque e a recusa. Em nossa proposta, possível a partir da generalização da clivagem como um dos fundamentos de toda tópica, tal como formulada por Dejours (que exploraremos a seguir), entendemos o recalque como um modo de funcionamento no qual o sexual é tratado e ligado, portanto submetido a uma certa ordem (a lei paterna, a castração, a lógica fálica, lógica da diferença e do terceiro excluído), a uma certa simbolização (Édipo<sup>38</sup>), deixando um resto que se torna fonte da pulsão. Do outro lado da clivagem, a recusa se referiria a um modo de funcionamento no qual o império do desligamento se mostrasse avesso a qualquer ordenamento, a qualquer lei: sequer é possível a circulação de energia que tornasse viável uma simbolização. Não se trata de uma negação voluntária da castração, mesmo porque o que está em jogo é uma clivagem do próprio Eu-corporal (portanto aquém da própria voluntariedade), mas de sua incompatibilidade radical com o modo de funcionamento dominado pelos elementos encravados. Trata-se, assim, de entender a recusa em jogo na clivagem em um sentido mais amplo e relativo à radicalidade do mortífero e do desligamento presente nos enclaves.

Veremos, agora, como Dejours concebe sua teoria e propõe nomear essa circunscrição do encravado de *inconsciente amencial*, bem como sua retomada por Laplanche ao nomeá-lo *inconsciente encravado*.

---

<sup>38</sup> No próximo capítulo, problematizaremos e analisaremos esses mecanismos de ligação da sexualidade.

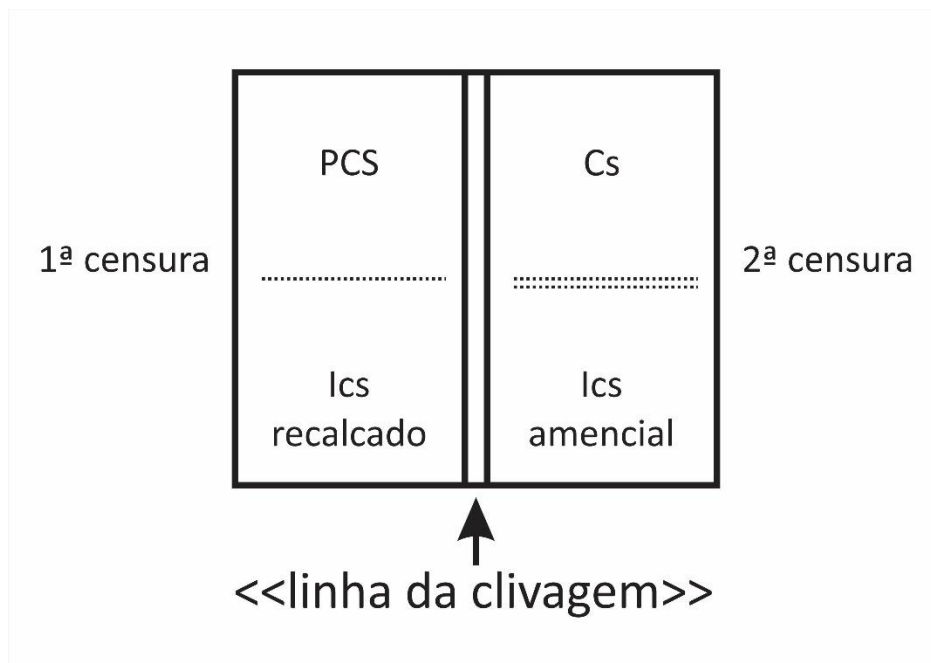
### **3.2.2. Inconsciente amencial (Dejours) e inconsciente encravado (Laplanche): a chamada terceira tópica e sua relação com a psicopatologia**

Em sua busca por uma “teoria unificada da alma”, na qual pudesse dispor de um mesmo sistema para explicar neuroses e psicoses, Laplanche recorreu à teoria de Christophe Dejours, cujo livro *Le corps, d’abord*, de 2001, apresenta um novo arranjo tópico que busca contemplar o irrepresentável em sua composição. Apesar de discordar em alguns pontos chave dos argumentos de Dejours, Laplanche incorpora muitas das ideias presentes nesse livro para propor sua ideia de *inconsciente encravado*. Vejamos, assim, os principais pontos da teoria de Dejours e em seguida as apropriações e diferenças de Laplanche ao abordá-la.

Foram algumas manifestações clínicas específicas que fizeram com que Dejours (2001, p. 85, tradução nossa) sentisse a necessidade de fundamentar uma tópica para além do recalque: “certas manifestações clínicas, talvez as mais ruidosas, escapam às formas conhecidas de retorno do recalçado (passagens ao ato, impulso evolutivo de uma doença somática, confusão mental).”

Para enfrentar tal problema, como vimos, Dejours parte da noção freudiana de clivagem do Eu para propor sua generalização: a clivagem passaria a ter uma função tópica, e seria a responsável por delimitar e isolar os elementos intraduzíveis, criando assim um segundo inconsciente, chamado por ele de *amencial*, protegido apenas pela consciência e pela censura decorrente do recalque secundário. O inconsciente amencial se contraporiria ao conjunto formado pelo inconsciente recalçado e o pré-consciente (por sua vez, separados entre si pela primeira clivagem, a do recalque originário). Para que fique clara a sua

proposta, reproduzimos aqui o esquema de Dejours (2001, p. 88) da chamada terceira tópica, ou tópica da clivagem:



**Figura 11 – Esquema simplificado da terceira tópica de Dejours**

Para Dejours, a clivagem vertical é correlativa de uma distinção entre o registro da autoconservação, ancorado no biológico e no instintual, e o registro da sexualidade, tal qual pensada na teoria de Laplanche. Assim, para ele, o amencial seria resultado de uma falha na libidinização do corpo infantil, advinda da violência (física) do adulto sobre o corpo da criança que, dessa forma, ficaria proscrito e imobilizado, como um resquício não-sexual e mortífero desse corpo biológico: uma “compulsão (não sexual) de morte” (Dejours, 2014, p. 23, tradução nossa). “Esse setor do inconsciente, formado sem passagem pelo pensamento da criança, é a réplica ao nível tópico de zonas do corpo excluídas da subversão libidinal e do corpo erógeno” (Dejours, 2001, p. 85, tradução nossa). A responsável por esse efeito seria a violência do adulto, que adviria, em última instância, de uma reação ao fato de que ele mesmo – o próprio adulto – teria sentido um

aumento de excitação a partir da relação de sedução com a criança e, frente a tal mobilização, agisse para silenciar tal sexualidade despertada em si.

Pois bem, temos duas grandes consequências desse modelo: em primeiro lugar, passa-se a conceber uma tópica na qual, formalmente, existe um espaço para o intraduzível<sup>39</sup>. Em segundo lugar, como aponta Dejours (2001, p. 90, tradução nossa): “com essa referência à terceira tópica, compreende-se também porque nenhum sujeito está totalmente ao abrigo da somatização ou do delírio, mesmo se certas estruturas são mais bem protegidas do que outras.” A clivagem, nessa lógica, passa a ser a garantia de uma certa normalidade, e “isso significa que mesmo as neuroses não estão totalmente ao abrigo de uma descompensação (psicótica ou somática) se a sua clivagem, um dia, é desestabilizada” (Dejours, 2014, p. 09, tradução nossa). Conectando tais observações com nosso tema central desta tese, é fácil perceber que tal visão aponta para uma continuidade entre as diferentes formas de sofrimento psíquico presentes na psicopatologia psicanalítica, dado que o amencial, cuja preponderância seria indicativa de uma psicose, está presente também nas neuroses, sem nenhuma garantia intrínseca de que não irromperia à flor da pele numa tópica neurótica – há apenas garantias parciais em termos de maior ou menor probabilidade de que isso ocorra.

Laplanche, por sua vez, desde o fim da década de 1990 vinha percebendo a fecundidade de suas hipóteses sobre os enclaves e o intraduzível, principalmente a partir dos importantes trabalhos de Cardoso (1996; 2002) e de Tarelho (1999a; 2004) que, como

---

<sup>39</sup> Na concepção de Cardoso (2002) sobre o supereu enquanto enclave, podemos pensar, também há uma tentativa de delimitação desse lugar tópico, no próprio supereu afinal. Tarelho (2016 e 2017), reconhecendo ao mesmo tempo essa questão e o fato de que a tópica da clivagem (ou terceira tópica) dá uma ênfase maior ao intraduzível ao relacioná-lo a uma parte clivada da personalidade como um todo, propõe situar o supereu como um elemento fundamental na gênese e na manutenção da própria clivagem. Dessa forma, o supereu teria um lugar privilegiado na tópica da clivagem.

vimos, pensavam os enclaves na gênese do supereu e na paranoia, respectivamente (é o próprio Tarelho [2017, p. 43] quem faz essa análise). Ao vislumbrar uma possibilidade de integrar tais vias de trabalho em uma teoria mais ampla,

Laplanche viu a oportunidade de dar um novo passo, concebendo esses enclaves em termos tópicos, isto é, não mais como corpos estranhos e isolados dentro de alguma instância, como o Eu ou o Supereu, mas como uma instância em si, ou seja, como uma parte clivada da personalidade como um todo. Foi decisivo para isso, sem dúvida, o trabalho de Dejours sobre a tópica da clivagem, que Laplanche acabou incorporando, não sem cobrar um pedágio para adequar ao seu próprio modelo teórico. (Tarelho, 2017, p. 43).

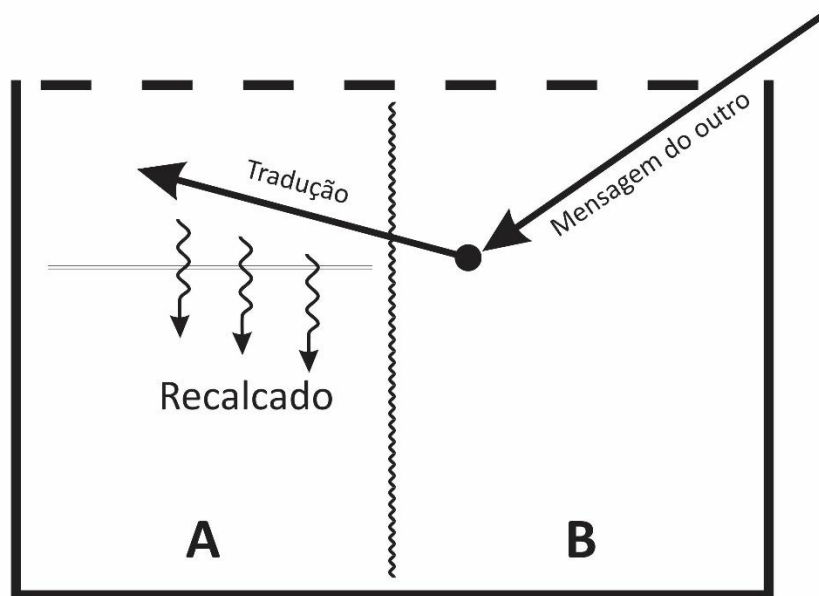
O pedágio a que Tarelho se refere é o fato de que, apesar de Laplanche incorporar a noção de clivagem e um lugar tópico para o não traduzido a partir do texto “Três acepções da palavra ‘inconsciente’ no âmbito da teoria da sedução generalizada”, de 2003, ele concebe a clivagem em termos bastante diferentes de Dejours e, também, muda o nome de *inconsciente amencial* para *inconsciente encravado*. Sobre essa mudança da nomenclatura, o próprio Laplanche explica:

Christophe Dejours propõe o termo de “inconsciente amencial” que me é difícil aceitar, pois supõe que o recalque-tradução é um processo de mentalização a que não é submetido o inconsciente psicótico. Supõe também que as mensagens do outro não são “mentais”, mas que devem tornar-se “mentais”. Tenho dificuldade em fazer minha uma oposição ou mesmo uma dialética alma/corpo, *mens/soma*. (Laplanche, 2015/2003a, p. 197).

De fato, se considerarmos que toda a teoria de Laplanche é um esforço para resgatar a sexualidade e a alteridade como o centro da psicanálise, a existência de processos cujo aspecto mortífero adviria da biologia e do instinto seria uma mudança radical de direção. Dessa forma, Laplanche reposiciona a intraduzibilidade das mensagens a partir de seu caráter sexual-mortífero: ao contrário da biologia, seria justamente o excesso absoluto de

alteridade aquilo que curto-circuitaria as possibilidades de metábole e simbolização de uma mensagem. Aqui, toda a discussão que tivemos sobre os elementos intraduzíveis e encravados se faz útil.

Mesmo propondo importantes mudanças, Laplanche viu nessa proposta tópica a possibilidade de que uma mesma teoria explicasse os modelos “neurótico/normal” e “psicótico/*borderline*” (Laplanche, 2015/2003a, p. 198). Ele lembra que a base comum de ambos os modelos é a situação antropológica fundamental, e que o estado não traduzido – o inconsciente encravado – “não é apanágio exclusivamente do fracasso radical da tradução” (*ibid.*, p. 199). Ele, assim, sugere expandir o conceito de inconsciente encravado para comportar, além da intromissão, também uma função de reservatório de mensagens que esperam para ser traduzidas: “o inconsciente dito encravado pode, então, ser um lugar de estagnação, mas também um lugar de espera, uma espécie de ‘purgatório’ das mensagens que esperam” (*ibid.*, p. 199). Laplanche sugere, assim, que o inconsciente encravado seria o destino inicial de todas as mensagens, concepção que consideramos problemática e contra a qual argumentaremos no próximo tópico. Vejamos, por ora, o esquema de Laplanche:



**Figura 12 – Esquema tópic laplancheano que inclui o inconsciente encravado enquanto destinatário inicial das mensagens**

Sobre esse esquema, é interessante notar que, em sua concepção (e também na de Dejours), o tamanho ocupado pelos diferentes inconscientes é um dos fatores determinantes para a psicopatologia: “no caso do neurótico-normal, a parte A [o conjunto pcs/ics recalcado, como no esquema acima] é muito mais larga do que a B [ics encravado]. E isso se inverte no não neurótico. Mas como sublinha Dejours, em certas circunstâncias a parte direita pode prevalecer [mesmo em casos de neurose]” (Laplanche, 2015/2003a, p. 199).

Continuando a trabalhar as aproximações e distanciamentos, uma outra diferença existente entre as concepções de Laplanche e Dejours refere-se ao fato de que Laplanche dá diferentes indícios ao longo de sua obra e chega mesmo a afirmar (2015/2003a, p. 197) as múltiplas origens dos elementos encravados, como vimos anteriormente a partir dos pesquisadores que fizeram trabalhar seu pensamento e propuseram diferentes

aprofundamentos sobre a questão do intraduzível (Bleichmar, Cardoso, Tarelho, Scarfone...). Tais diferenças de concepção, a nosso ver, trazem mudanças na forma de enxergar a própria tópica e o papel da clivagem, como analisaremos no próximo tópico. O próprio Dejours aponta, em texto recente (2014, p. 21), que sua concepção de intraduzível centra-se completamente na natureza da própria mensagem que, para ele, deve ser compreendida sob a forma de violência física do adulto (uma espécie de passagem ao ato desencadeada pela excitação presente relação de sedução), ao passo que Laplanche, de acordo com a visão de Dejours, situa os fracassos prioritariamente no nível da própria tradução<sup>40</sup>.

Nesse sentido, para se ter uma noção da relação estreita que Dejours concebe entre o amencial e a violência (relação, esta, de dupla via), Dejours (2014, p. 23, tradução nossa) sublinha que, em sua experiência, “a cada vez que a clivagem é desestabilizada, em particular pela análise, surge o risco de uma erupção amencial que se traduziria seja por uma crise somática, seja por um impulso processual psicótico, seja por uma passagem ao ato violenta chegando até mesmo a um estupro”. Interessante notar que, para ele, o mais mortífero tende a se relacionar com uma efração real do corpo, ao passo que para Laplanche o mais mortífero pode aparecer de diferentes formas.

Sobre as possibilidades clínicas desse modelo, enfim, Laplanche faz a seguinte digressão:

---

<sup>40</sup> Apesar de que, como já apontamos, Laplanche se pergunta algumas vezes sobre as características da mensagem que a tornariam intraduzível. Contudo, parece realmente não ser totalmente fatalista em relação a isso, pois só saberemos do destino de uma mensagem *a posteriori*. Tal característica de Laplanche fica clara quando comenta o artigo de Alberto Luchetti (2006, p. 115, tradução nossa): “Em primeiro lugar, não estou seguro de que sejamos capazes de distinguir, de entrada, desde o exterior, se uma mensagem está implantada ou intrometida. Somente o futuro – aquele da tradução ou do seu fracasso – o dirá. Ademais, nossa esperança terapêutica é que ao menos uma pequena parte da mensagem tenha permanecido implantada = simplesmente como mensagem.” Esta resposta de Laplanche, ademais, torna-se ainda mais interessante por conceber a implantação e a intromissão não como dois processos discretos/binários, mas em uma linha de continuidade; afinal, uma pequena parte daquilo que se tornou intromissão pode ter permanecido como implantação, e até mesmo vir a ser traduzido.

Para voltar ao nosso modelo tópico comum à neurose e à psicose, podemos afirmar que este possui o grande mérito de propor um marco de referência para situar o duplo problema: a possibilidade de uma nova tradução de mensagens encravadas, particularmente na psicoterapia dos casos chamados borderline ou psicóticos, e, inversamente, a possibilidade (mesmo se fraca) de uma descompensação delirante em qualquer ser humano. (Laplanche, 2015/2003a, p. 201).

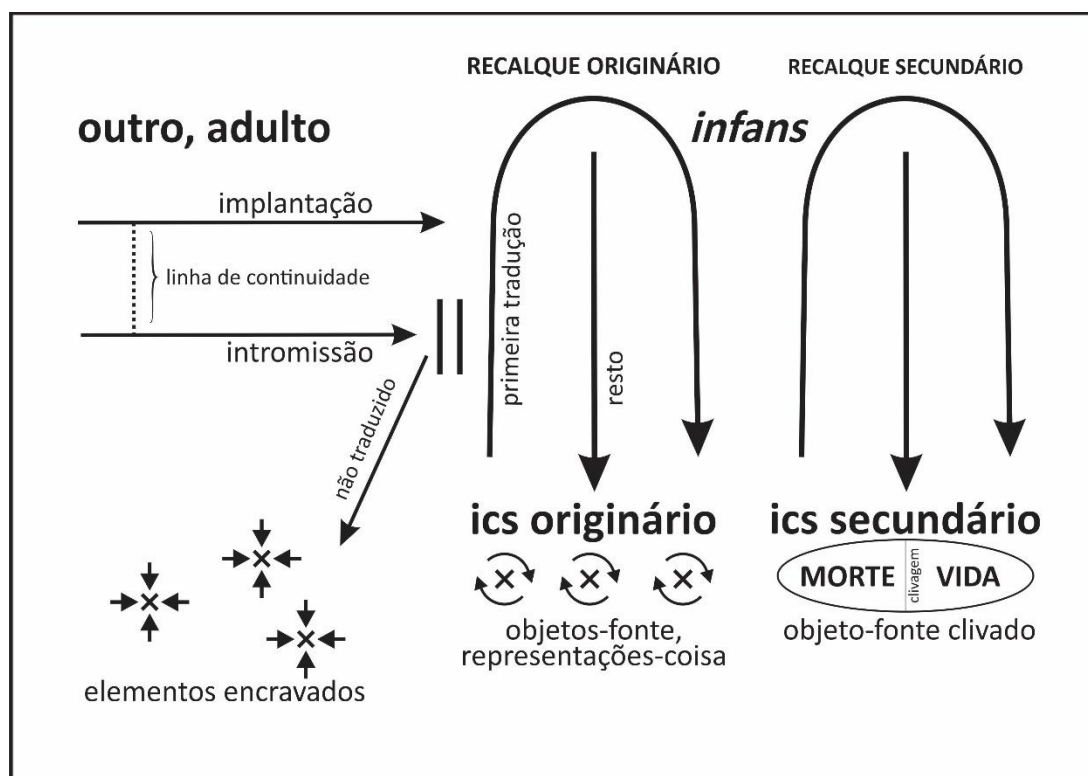
Nesse ponto, Dejours mostra uma discordância radical relativamente a Laplanche, pois acredita que o amencial é muito mais fixo e, portanto, dificilmente mutável, o que não possibilita haver uma “tradução direta daquilo que foi proscrito (...). Para aceder ao inconsciente amencial deve-se pegar emprestada uma passagem obrigatória pelo trabalho do sonho. Isso que eu chamo de ‘perlaboração da clivagem pelo sonho’ (Dejours, 2014, p. 24, tradução nossa). O que está em jogo, aqui, para além das possibilidades terapêuticas, é o próprio estatuto do amencial/encravado, sua maior ou menor fixidez, seu entendimento binário (intromissão x implantação enquanto duas categorias que não se misturam) ou contínuo.

Vemos, assim, que as noções de amencial e encravado, apesar de em algum grau serem sinônimas, carregam também concepções teóricas bastante diferentes, e cabe a nós confrontá-las para fazê-las trabalhar.

### **3.2.3. Uma interpretação continuísta da “terceira tópica”**

De nossa parte, defendemos a ideia de que entre intromissão e implantação existam possibilidades intermediárias. O próprio Laplanche, como já citado, concebe a possibilidade de que ao menos uma parcela de uma mensagem que eventualmente se comporte como resultante de uma intromissão possa ter permanecido por um período

como implantada e mantenha a possibilidade de vir a ser parcialmente traduzida. Nesse exemplo hipotético, não estaríamos no plano do recalque, pois o “grosso” da mensagem seria sua parte avessa à metabolização e que, portanto, não seria o resto de um processo tradutivo, mas sim um elemento engravado. Ao mesmo tempo, podemos pensar, sua pequena parcela que permaneceria implantada poderia vir a ser traduzida e, por sua vez, deixar um resto que se tornaria objeto-fonte no sentido estrito. Uma mesma mensagem, assim, pode colocar em cena a implantação e a intromissão. Essas considerações nos fazem começar a perguntar se, afinal, seria possível uma circunscrição tópica tão clara dos elementos engravados. Acrescentemos essa linha de continuidade entre a implantação e a intromissão em nosso esquema anterior:



**Figura 13 – Linha de continuidade entre implantação e intromissão no âmbito do modelo tradutivo do recalqueamento**

Seguindo com esses questionamentos, consideramos que o conceito de inconsciente amencial deve comportar as diferentes formas e possibilidades de existência de elementos encravados no psiquismo, o que lhe confere um caráter muito menos delimitado e organizado. Isso geraria uma continuidade entre inconsciente recalcado e inconsciente amencial, decorrente, em última instância, da continuidade entre o desligamento radical da sexualidade em sua face mortífera e a ligação presente nos grandes modelos de interpretação do sexual (Édipo, castração, lógica fálica e outros que possam surgir nos diferentes momentos de evolução das culturas e das sociedades).

Assim, propomos ampliar o entendimento da etiologia do amencial para além das mensagens de violência sobre o corpo, como propõe Dejours (2014), para todos os tipos de mensagem que, por diferentes características, impossibilitam uma retomada tradutivo-recalcante. Nesse sentido, concordamos com Laplanche (2015/2003a, p. 197), para quem as causas e condições do fracasso total da tradução são “provavelmente múltiplas”. Cabe aqui abrir um parêntese para admitir que, de nossa parte, já dispendemos muito esforço tentando encontrar uma explicação unificadora para a impossibilidade de tradução para, em seguida, nos darmos conta de que não há necessidade de reduzir a um só motivo tal impossibilidade (podemos elencar alguns: mensagens de duplo-vínculo, violência sobre o corpo, ausência de narcisismo estruturante, mensagens que portam seu próprio significado de forma colada, resquícios intraduzíveis do supereu materno ou paterno, sobre-investimentos precoces que não conseguem canais de derivação...). Disso decorre, enfim, um entendimento mais amplo do amencial e do encravado, que não podem ser considerados “Um”, ou restritos a uma localização tópica única.

A linha de clivagem vertical que separa o inconsciente amencial dos outros elementos da tópica, como descrita por Dejours (e incorporada por Laplanche), em nossa proposta, não tem como ser desvinculada das barreiras responsáveis pela delimitação do Eu-instância em diferenciação do Eu-corporal (a clivagem do Eu, como buscamos representar na figura 10), bem como do movimento da própria clivagem responsável pela diferenciação entre inconsciente recalçado e o pré-consciente, dado que, como aponta Laplanche (ao comentar o texto de Calich, 2006), é o mesmo movimento do recalque originário a fundá-las<sup>41</sup>. Logicamente, é possível que, nos diferentes casos clínicos, uma dessas duas faces da clivagem se mostre especialmente frouxa (ou especialmente rígida, de modo a não se deixar ultrapassar sem risco de quebrar, como veremos no próximo capítulo). Nesse sentido, vale lembrar que foram os casos oriundos da psicossomática, nos quais há uma emergência do amencial em uma tópica classicamente neurótica, que levaram Dejours a propor uma segunda clivagem. Portanto, dependendo da configuração da clivagem (frouxidões, falhas...), torna-se possível a irrupção do amencial fora da psicose e, ao mesmo tempo, a maior ou menor existência de setores ligados dentro de um psiquismo psicótico (o que implica, em alguns casos, alguma operatividade do recalque numa tópica psicótica). Enfim, nessa lógica, chamada de terceira tópica, o que garantiria uma certa “normalidade” (que podemos ler como uma neurose na qual o amencial esteja bem encapsulado) seria a clivagem, que aqui consideramos indissociável das barreiras do Eu-instância.

No entanto, para sermos condizentes com nossa proposta de que o amencial deve comportar uma série de elementos que, por diferentes motivos, se mostram

---

<sup>41</sup> “Tendo a considerar a clivagem do eu como uma ‘realidade’ que resulta da instalação do recalçamento. O recalque cria a parte A do esquema e, *por isso mesmo*, cria a clivagem entre dois setores que se ignoram, A e B” (Laplanche, *in*: Calich, 2006, p. 43, tradução nossa).

impossibilitados de serem traduzidos, somos levados a considerar os processos de circunscrição, que separam e isolam o inconsciente amencial, num sentido mais amplo, englobando as diferentes formas de isolamento construídas pela tópica para tais elementos encravados. Logicamente, a clivagem vertical teria papel preponderante nesse conjunto. O amencial entendido como um todo, assim, em nosso ponto de vista, é mais desorganizado e não claramente delimitável na tópica<sup>42</sup>. Lembremos, nesse sentido, dos elementos à deriva na tópica, tal como descritos ricamente por Silvia Bleichmar.

Em relação à nomenclatura, nossa proposta é condizente com a apreensão de Francis Martens (2006): utilizar “inconsciente amencial” e “elementos encravados”. Defendemos, diferentemente de Laplanche, a manutenção do nome *inconsciente amencial*, em primeiro lugar (mas não mais importante), por considerar justa a manutenção do nome em reconhecimento da precedência de Dejours na concepção dessa tópica e o consequente “batismo” do novo conceito conforme suas tradições teóricas. Tal questão, em segundo lugar, ultrapassa a pura discussão da precedência e do nome de “batismo”, pois a expressão “inconsciente amencial” carrega, indiretamente, todo um percurso teórico-clínico do campo da psicossomática, que possibilitou a Dejours o reconhecimento de sintomas que respondiam a lógicas diferentes daquelas observadas no retorno do recalado. Ainda, ao resgatar a *Amênia de Meynert* (Dejours, 2001, p. 86) como origem da escolha do nome *amencial*, Dejours resgata também estados em que o Eu se mostra completamente desorganizado. Apagar tal rastro, em nosso entendimento,

---

<sup>42</sup> Não acreditamos que essa proposta perca em especificidade no que concerne à clivagem vertical, dado que em nossa interpretação ela é indissociável da própria diferenciação do Eu-instância em relação a um Eu-corporal, especialmente no que concerne à tentativa de deixar fora do Eu-instância os elementos encravados no Eu-corporal e, portanto, rebeldes a qualquer metabole. Ou seja: a especificidade da clivagem vertical subsiste, em nossa proposta, na compreensão das próprias barreiras do Eu-instância, correlativas a uma clivagem do Eu-corporal, e permanece como ponto central da circunscrição dos elementos encravados como um todo.

corre o risco de fazer parecer que a noção de terceira tópica seria uma complexificação natural do pensamento de Laplanche, quando na verdade é *também* um recurso a outras tradições teóricas, o que gera uma série de impasses e divergências que precisam ser reconhecidas e trabalhadas. Logicamente, como vimos, a problemática do intraduzível e da intromissão já estava presente na teoria laplancheana muito antes da proposição da terceira tópica por Dejours, contudo, se o próprio Laplanche sentiu necessidade de recorrer ao conceito, devemos supor, *minimamente*, que algo de novo ele traz. Em nossa interpretação, trata-se em última instância da possibilidade de conceber uma “teoria unificada da alma” (Laplanche, 2015/2003a, p. 198), um modelo unificado de aparelho psíquico que responda às diferentes patologias. Ademais, e aqui elencamos outra das principais razões para a escolha da nomenclatura, discordamos de Laplanche no ponto em que considera o encravado como (também) uma espécie de reservatório de mensagens a traduzir. Em nossa opinião, tal concepção, prezando por uma construção lógica, faz com que o amencial perca sua especificidade: é bastante diferente considerar uma mensagem implantada e ainda não traduzida de uma mensagem incrustada na tópica, cujas características a tornem intraduzível. Consideramos, pois, que o conceito de implantação já dá conta da função de reservatório de mensagens a traduzir. Explicamo-nos mais detidamente sobre este ponto.

Ao comentar o texto de Martens (2006, p. 134, tradução nossa), Laplanche assim explica a questão do reservatório de mensagens a traduzir:

No âmbito do modelo proposto, poderíamos representar as coisas assim: o que entra no Ics encravado, seja por implantação ou por intromissão, é uma mensagem comprometida (em graus variados) pelo sexual. Essa mensagem permanece encravada, a título de “registrado mas não compreendido” (Freud), um pouco como uma mensagem-coisa, reduzida ao significante. Poderia bem se dizer que quando é retomada pelo processo de tradução é rementalizada.

Acreditamos ser possível conceber uma mensagem inicialmente implantada, mas que *a posteriori* se mostra intraduzível, como um lobo em pele de cordeiro, e assim se torna encravada. Essa lógica é, aliás, bastante aplicável a algumas mensagens de duplo-vínculo, tais como as exploradas por Tarelho (1999a). Nesses casos, as mensagens inicialmente implantadas tornar-se-iam posteriormente encravadas a partir de uma falha radical da tradução. Podemos até mesmo pensar, nesse sentido, que dependendo do intervalo dessa retroação, os “lobos em pele de cordeiro” poderiam estar implantados no interior do Eu-instância (já diferenciado, pela clivagem, do Eu-corporal) e tornar-se *a posteriori* enclaves dentro dele, ameaçando-o de dentro. Tal processo seria típico do desencadeamento de certas psicoses – o amencial ataca de dentro do Eu-instância. Concebê-lo ajuda-nos, inclusive, a explicar nossa opção teórica de que a clivagem vertical, a despeito de possuir posição privilegiada na manutenção da tópica, é apenas um dos elementos que circunscrevem o amencial (no caso em questão, seria o amencial-fruto-da-intromissão), e que devemos expandir a função de clivagem dentro da terceira tópica para dar conta do conjunto de circunscrições responsáveis por manter isolados os elementos encravados. Enfim, retomando nossa discordância com relação a Laplanche em sua concepção do encravado como reservatório: no caso de mensagens intrometidas, em nosso entendimento, já *de início* não se coloca a possibilidade de tradução, portanto não há que se falar em reservatório de mensagens a traduzir. Qualquer concepção de reservatório a traduzir, portanto, se coloca necessariamente no âmbito da implantação, e esse elemento se tornaria encravado (quando for o caso) *a posteriori* – não podemos chamar de encravada uma mensagem que ainda não se mostrou impossibilitada de tradução. Dessa forma, preferimos utilizar a nomenclatura amencial/encravado para nos referir às mensagens cuja tradução *já se mostrou radicalmente falha*, seja logo de início

(intromissão) quanto no ato radicalmente falho de sua retomada após a implantação (que não deixa de ser uma intromissão *après-coup*). Essa é, pois, a especificidade do conceito.

Voltando à questão da nomenclatura: assim, apesar de, como Laplanche, considerarmos os elementos encravados como sexuais e não nos contentarmos com a noção de “ausência de mentalização” (e por isso mesmo acharmos fundamental trabalhar as diferentes razões que tornam uma mensagem intraduzível), defendemos a manutenção do nome *inconsciente amencial*, e a utilização da noção de encravado para caracterizar as mensagens intraduzíveis que se fixam na tópica: *elementos encravados*.

Em nossa interpretação, a chamada terceira tópica, assim, mais do que um novo modelo de instâncias psíquicas (no qual existiria um novo inconsciente perfeitamente localizável em termos tópicos), seria um modelo do aparelho psíquico que consegue incluir o intraduzível e o encravado em sua composição, assim como mensurar seus efeitos sobre o sujeito. A noção de clivagem é aqui fundamental, contudo, propomos expandi-la para que englobe as diferentes circunscrições das diferentes tipologias de elementos encravados. Seria, enfim, um modelo no qual pode existir continuidade entre o corpo e a representação, em que se pode conceber os diferentes graus de simbolização da realidade da mensagem, *tomada em seu efeito pulsional*.

Esse entendimento, enfim, desenha uma continuidade no âmbito da psicopatologia: quanto maior é o domínio dos elementos encravados na tópica, mais próximos estamos de organizações psicóticas. Afinal, o que gravita em torno da psicose nos remete àquilo de mais estrangeiro que há no sujeito (cf. Laplanche, 1992c, p. 356). A continuidade, aqui, é pensada enquanto *presença do desligamento na tópica*. Para complementá-la,

contudo, é necessário que consideremos também o simbólico, os elementos de ligação que possibilitam a circunscrição do trauma, a delimitação, a consolidação e a manutenção da tópica. Aí se situam o recalque secundário, o gênero e o sexo, a lógica fálica, a castração e o Édipo. A tal tarefa nos dedicaremos no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 04: AS INCIDÊNCIAS DO GÊNERO NA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA E SUA RELAÇÃO COM A PSICOPATOLOGIA: DEFESA E CONTINUIDADE**

Se no capítulo anterior nos dedicamos a trabalhar um modelo de constituição subjetiva e de formação da tópica que nos permitisse pensar a continuidade, desembocando na formulação de que a presença de elementos encravados e do desligamento na tópica é uma categoria privilegiada para se pensar essa continuidade, no presente capítulo nosso foco se voltará para as forças de ligação necessárias à constituição da tópica, à defesa e à circunscrição desses elementos encravados. Defenderemos a ideia de que as representações ligadas ao gênero e ao sexo são centrais nesses processos, dadas suas relações estreitas com o recalque secundário e a ressignificação do originário que promovem – o que as torna pilares do conflito psíquico. Releremos, a partir disso, o papel da castração, do Édipo, da lógica fálica e do Nome-do-Pai, que ganharão uma interpretação continuísta. Antes de adentrar no debate propriamente metapsicológico e clínico, contudo, faremos uma espécie de *avant-propos*, uma discussão preliminar, para problematizar por que o gênero e o sexo assumem esta centralidade na produção de subjetividades. Seriam categorias essencialmente propensas a tal função ou, ao contrário, seriam fruto de contingências históricas e de poder? Tal discussão prévia é necessária para situarmos nossa posição e abrir caminho para desenvolvê-la teoricamente.

### **4.1 Por que o gênero? Discussão sobre a centralidade das representações de gênero e sexo na produção de subjetividades.**

Logo de início, podemos dizer que a análise presente neste capítulo não é dissociável da realidade sócio-histórica em que estamos inseridos, na qual os modos de produção de subjetividade alçam a diferença sexual a uma posição central na consolidação identitária.

Nesse sentido, os apontamentos aqui feitos sobre a importância da assunção de um sexo, da lógica fálica e do Nome-do-Pai para o encaminhamento psicopatológico dos sujeitos não são a-históricos e, portanto, não se pretendem eternos. Como veremos a partir de Laplanche, essas formas de ligação do sexual se apresentam como esquemas narrativos possíveis, códigos que fornecem vias privilegiadas de tradução do enigma do outro (este, em última instância, é da ordem do indizível na medida em que seu ápice é o desligamento radical), e não são invariáveis da humanidade como o é a situação antropológica fundamental. Como vimos, o ser humano necessita se fechar, construir barreiras que tornem possíveis a existência de um Eu frente aos momentos originários de passividade e de fragmentação pré-subjetiva. Nesse sentido, é necessário que faça uso de determinadas vias de tradução que lhe possibilitem construir fronteiras, vias essas que se originam das formas de organização e de simbolização presentes na cultura - aí se situam o gênero e o sexo. Assim, os mecanismos de ligação e narcisização necessários ao fechamento da tópica psíquica são mutáveis e dependem da história e das mudanças nas culturas e civilizações. No entanto, é necessário compreender corretamente seu estatuto, para evitarmos cair em reducionismos tanto no que concerne a uma visão essencialista quanto a uma apreensão histórica ingênua a que uma leitura rápida poderia conduzir.

Recorramos inicialmente a três importantes teóricas de diferentes áreas do conhecimento (filosofia, sociologia e psicanálise) para situar a centralidade do sexo-gênero na cultura. Judith Butler explica-nos que o sexo não é apenas um atributo de adjetivação, mas uma marca necessária para a humanização: “Sexo é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem, ou uma descrição estática do que alguém é: ele será uma das normas pelas quais o ‘alguém’ torna-se simplesmente viável, que qualifica um corpo para a vida dentro do domínio da inteligibilidade cultural” (Butler, 1993, p. 02, tradução nossa). Para Butler

assim, o sexo não é apenas um dado de natureza, mas tampouco uma simples construção social-discursiva. O sexo é visto pela autora como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos. Ou seja, para um corpo poder existir, ele precisa ser sexuado, precisa passar pela iteração e reiteração das normas sexuais e materializar-se a partir delas. Dessa forma, para a autora, sempre que pensarmos na materialidade de um corpo, teremos que pensar nas normas pelas quais se é possível ser matéria. Berenice Bento complementa esse ponto de vista ao apontar que “a humanidade só existe em gêneros, e o gênero só é reconhecível, só ganha vida e adquire inteligibilidade, segundo as normas de gênero, em corpos-homens e corpos-mulheres” (Bento, 2006, p. 230).

Essa parece ser a mesma posição de Silvia Bleichmar, ao colocar a identidade sexual como requisito necessário ao que ela denomina identidade ontológica, marcando ao mesmo tempo o caráter histórico dessa relação: “Nesse sentido, podemos considerar que a identidade ontológica, que marca o caráter humano da criança a partir do momento em que o outro a considera da mesma espécie – o que é indubitavelmente um feito simbólico e não biológico -, se articula, ao menos até agora na história da humanidade, com a identidade sexual, como o demonstra a importância do nome próprio” (Bleichmar, 2009, p. 29, tradução nossa). Além da importância do nome próprio, podemos pensar, também as normas gramaticais das línguas atestam como a referência ao gênero é onipresente, não apenas para a identidade como também para se pensar e interpretar o mundo de forma geral.

Do ponto de vista antropológico, é bastante interessante notar que, em todas as sociedades já conhecidas ao longo da história, sempre existiu alguma forma de simbolizar a diferença sexual. Logicamente, essa forma é infinitamente variável. Laqueur (2001), por exemplo,

nos fala que, desde a Grécia clássica até o século XVIII, predominava a noção do sexo único, sendo que a mulher era vista como um homem atrofiado, invertido. Com a mudança para a representação dimórfica (na qual haveria dois sexos em vez de um único), no século XVIII, a iminente diversidade foi rapidamente transformada em dominação masculina, valendo-se de argumentos que associavam a mulher à inferioridade e a determinadas características morais negativas. Stearns (2017), por sua vez, em sua *História das relações de gênero*, nos remete a diversas formas de representação do que é masculino e do que é feminino em várias culturas: sociedades de caça e coleta, sociedades agricultoras, civilizações clássicas (grega, helenista), sociedades budistas, chinesas, islâmicas, indianas, africanas, modificações que ocorreram a partir do encontro de diferentes culturas... Ele nos mostra que essas representações são bastante variáveis, e que encontramos diferentes maneiras de se entender o que é masculino e o que é feminino ao longo da história e das civilizações.

Essas duas grandes obras sobre a história do sexo e dos gêneros, de Laqueur e Stearns, ao relatarem diversas maneiras de simbolizar a diferença sexual e de associar-lhe determinados papéis, mostram definitivamente que não existe uma determinação ontológica para o que é entendido como masculino e feminino. O interessante, contudo, e que essas obras não problematizam, é o fato de que, *em todas as sociedades descritas, a diferença sexual é simbolizada – a diferença sexual está sempre presente enquanto marcador fundamental*. Mesmo que com significados diferentes, a diferença sexual sempre é um traço relevante a ponto de demandar alguma forma de simbolização, ela nunca é desconsiderada e entendida como um traço qualquer.

Somos, assim, levados a nos perguntar se algo da “realidade” da diferença anatômica favorece essa centralidade ou se, ao contrário, trata-se de uma contingência absoluta da história, sendo que quaisquer outros atributos ou significantes poderiam ser alçados ao nível simbólico com tamanha pregnância e centralidade. Percorramos algumas possibilidades de resposta.

A diferença anatômica, na qual alguns seres humanos são dotados de pênis e caracteres secundários e outros são dotados de vagina, seios e outros atributos diferenciais, é uma diferença universalmente presente nos seres humanos e coloca-se de forma binária, pois divide dois grandes grupos. A diferença se torna ainda mais simbólica na medida em que (ao menos até hoje na história da humanidade) ela se conecta com a reprodução da espécie: à diferença morfológica dos órgãos e caracteres secundários soma-se o fato de que são as mulheres que engravidam e dão à luz, o que, em nossa opinião, dificilmente não exigirá algum tipo de simbolização das diferentes culturas e civilizações. Em nossa dissertação de mestrado (Lattanzio, 2011), considerando o caráter histórico das representações da diferença sexual e, ao mesmo tempo, sua onipresença enquanto traço distintivo e significativo *a ser* simbolizado, nomeamos a diferença anatômica e sexual como um *enigma privilegiado* que se impõe à humanidade, na medida em que muito provavelmente exigirá algum tipo de tradução, seja ela de que ordem for.

Ribeiro, no âmbito da teoria laplancheana, interpreta o problema conectando-o com a necessidade dos seres humanos de simbolizarem, de alguma forma, os tempos originários de passividade:

Ao estabelecer a situação antropológica fundamental como posição inteiramente assentada na passividade radical do infante perante o caráter involuntariamente invasivo do inconsciente sexual do adulto, Laplanche não só coloca em primeiro plano os efeitos psíquicos e pulsionais da oposição

interno-externo inerente à delimitação do corpo e sua projeção no psiquismo, como também estabelece que a tradução da passividade originária se dê, invariavelmente, em termos de penetração, de intrusão, de rompimento de barreiras, de arrombamento de orifícios. Como, então, desconsiderar o poder que a diferença entre os sexos tem sobre a simbolização dessa penetração originária? Diferença esta que se manifesta prioritariamente como presença de um órgão apendicular e erétil nos homens e presença de um órgão orifício e penetrável nas mulheres? (Ribeiro, 2016, pp. 110-111).

Acrescentaríamos, em relação à diferença, a questão da gravidez e do parto, que nos parece uma via privilegiada para a simbolização do dentro e do fora. Basta lembrar, por exemplo, que o nascimento dos bebês é um dos alvos mais frequentes da curiosidade infantil, como atesta, em meio a inúmeros outros exemplos, o caso do “pequeno Hans”.

Nesse sentido, a diferença sexual, dado que fornece um substrato material para o problema do dentro e do fora, das relações de penetração e intrusão, das barreiras do corpo, acaba sendo erigida a um lugar de *representação primeira* da identidade, da diferenciação eu-outro, da simbolização-tradução do enigma do sexual inconsciente. Sendo uma representação primeira, a diferença sexual passa a manter relações estreitas com os processos constitutivos do sujeito e da tópica, uma vez que participa dos mesmos. É nesse ponto que constatamos a importância das relações entre sexo, gênero e manutenção da tópica psíquica – relação esta central para a psicopatologia, como demonstraremos ao longo do capítulo.

Não se trata, portanto, de uma diferença qualquer, mas de uma diferença que foi alçada à posição de centralidade ao longo da história da humanidade e das civilizações. Do nosso ponto de vista, algo da realidade dessa diferença favorece – mas não determina – essa centralidade. Em nossa civilização, a isso se somam modelos específicos de interpretação da sexualidade, em certo aspecto mutáveis através dos tempos, mas em outros aspectos

mais rígidos, dado que fundam uma série de categorias (como a linguagem, a família...) cuja ausência seria impensável. Dessa forma, reconhecemos a contingência e a historicidade dessa centralidade da diferença sexual e de certas formas de interpretá-la, que não se configuram como invariáveis do humano; ao mesmo tempo, constatamos que elas são fundantes de várias de nossas formas de comunicar, interpretar o mundo, nos relacionar, de entender o que é humano. Veja-se, nesse sentido, a importância do nome próprio e da referência ao sexo enquanto marca fundante da identidade<sup>43</sup>.

Com isso, procuramos nos distanciar de duas posições extremas: nem essencialismo, pois a invariável do humano se encontra na situação antropológica fundamental, e não nos modos de ligar e interpretar o sexual; nem historicismo ingênuo, pois os grandes modos de interpretação do sexual adquirem uma enorme fixidez, dado que se relacionam com as raízes de nossos sistemas simbólicos e com os pilares das formas de produção de subjetividades e de existência que concebemos. Assim, perceber o caráter histórico de determinadas associações não pode significar deixar de perceber a força e centralidade destas nos modos vigentes de produção de subjetividades, tampouco as importantes consequências destas para o campo psicopatológico, que nos interessa nesta tese. Tal clareza nos será necessária para sustentarmos determinadas associações (entre o desligamento e a feminilidade, por exemplo) e determinadas centralidades (como é o caso da lógica fálica e do Nome-do-Pai) que, não sendo essenciais do humano, permanecem centrais nos modos vigentes de produção de subjetividades.

---

<sup>43</sup> Mesmo nos fenômenos e movimentos sociais e identitários que buscam questionar essencialismos no que tange à identidade de gênero como um todo (por exemplo as lógicas *trans*, *inter*, *fluida*), o sexo paradoxalmente continua sendo evocado como característica central da identidade.

Como bem observado por Laplanche, seria um erro da psicanálise querer incluir como verdades metapsicológicas (portanto essenciais) os esquemas de narração advindos do universo do “mito-simbólico”, dado que o que há de essencial é apenas a situação antropológica fundamental, cujos desdobramentos conduzem à tópica psíquica. Ao mesmo tempo, Laplanche (2015/2003a, p. 202) adverte, “a psicanálise não deve baixar os braços quando se trata de dar conta da intervenção do ‘mito-simbólico’ na constituição do aparelho psíquico humano, e mais precisamente no que dele é um motor fundamental, o modelo ‘tradutivo’”. É a tal tarefa que nos dedicaremos no presente capítulo.

Pois bem, feitas essas observações preliminares (às quais voltaremos ao longo do capítulo), passemos às relações entre gênero, constituição subjetiva e psicopatologia.

#### **4.2 Gênero e recalque originário<sup>44</sup>**

Retomemos os momentos prévios ao recalque originário para compreendermos sua relação com o gênero. Como trabalhamos no capítulo anterior, os momentos primeiros de existência de um bebê caracterizam-se por uma radical abertura ao mundo e pela ausência de uma estrutura que diferencie oposições como *eu-outro* e *dentro-fora*. Dessa forma, a lógica da contradição não está instaurada, e essas primeiras vivências de passividade radical não são entendidas como contrárias ao Eu no momento em que ocorrem (dado que o Eu, a rigor, nem existe ainda), mas somente *a posteriori*. Ribeiro, ao relacionar a existência do *infans* nesses primeiros momentos a algumas das grandes oposições que

---

<sup>44</sup> Retomaremos, na discussão sobre gênero, recalque originário e recalque secundário, alguns pontos trabalhados por nós em nossa dissertação de mestrado (Lattanzio, 2011), à qual remetemos o leitor. Naquela ocasião, nossa intenção foi situar o gênero enquanto conceito metapsicológico. Tal percurso foi publicado por nós também como artigo (Lattanzio & Ribeiro, 2012 e Lattanzio & Ribeiro, 2017). Em nossa presente retomada de alguns desenvolvimentos, logicamente, acrescentamos novas visões e interpretações. Reiteramos nossa opção de evitar o uso excessivo do recurso de citar a nós mesmos.

tomam por paradigma as representações dos contornos do corpo, aponta que, para o *infans*, “penetrar e ser penetrado, ter e ser o objeto, coalescem, nesse primeiro tempo, numa experiência única, na qual passivo e ativo, masoquista e sádico não são pares de opostos, mas vivências homogêneas de um gozo sem oposição” (Ribeiro, 2000, p. 257). Trata-se, aqui, da multiplicidade da sexualidade infantil antes de ser organizada pela castração e pelo Édipo. Como vimos, nesses primeiros momentos, apesar de o Eu-instância não estar ainda formado, um incipiente Eu-corporal começa a existir como esboço de uma delimitação psíquica do corpo, ainda precária e hesitante entre a fragmentação da passividade originária e a futura coesão necessária à existência de um Eu-instância.

Nesses primeiros momentos, a criança começa a receber aportes narcísicos dos adultos que a cercam, que a ajudarão a traduzir o excesso de alteridade que a inunda. Vimos que, para Laplanche, o paradigma dessas trocas adulto-*infans* são os processos de apego e de cuidado que, por serem parasitados pelo sexual inconsciente do adulto, subvertem a lógica instintual e instauram uma excitação no *infans*. Aqui podemos conceber, por exemplo, o surgimento das chamadas zonas erógenas. Ao lado dessa classe de mensagens ligadas aos processos de apego, Laplanche introduz, no texto “O gênero, o sexo, o sexual”, de 2003, uma outra dimensão da sedução: trata-se das mensagens sociais, oriundas do que Laplanche chama de *pequeno socius* - pessoas com as quais a criança tem uma convivência próxima.<sup>45</sup> Tais mensagens se relacionam aos processos de identificação e de construção da identidade de gênero, sendo que essa outra dimensão da sedução ocorre paralelamente a toda a fenomenologia das vivências originárias descritas por nós anteriormente. Pois bem, a característica principal dessas mensagens do pequeno *socius*

---

<sup>45</sup> “Quer dizer, efetivamente, o pai, a mãe, um amigo, um irmão, um primo etc.” (Laplanche, 2003, p. 81, tradução nossa).

é sua relação com os processos de designação do gênero, veiculada consciente e inconscientemente tanto pela linguagem quanto pelos comportamentos dos adultos que convivem com a criança. Laplanche (2003, pp. 81-82) associa a essa designação o conceito de “identificação por”, em contraposição a uma “identificação à”. Essa “mudança no vetor da identificação” (Laplanche, 2003, p. 81)<sup>46</sup> denota que, nos primórdios da vida psíquica, o verbo identificar não pode ser usado na voz reflexiva *eu me identifico*, mas antes na voz passiva *eu sou identificado*: são os adultos com os quais a criança convive que designam e definem seu gênero.

Tal designação, no entanto, não é pontual nem linear. Um único ato, como o de dar um nome masculino a um menino, por exemplo, não é suficiente para manter uma designação. Não é apenas um significante o responsável pelo gênero, devendo a designação ser entendida como “um conjunto complexo de atos que se prolonga na linguagem e nos comportamentos significantes do entorno [da criança]” (Laplanche, 2003, p. 81, tradução nossa). Aqui nos referimos à designação de identidades e papéis relacionados ao sentimento de pertencimento a um dos grupos sociais classificados como masculino e feminino, sentimento esse que se relaciona às formas de se comportar, de sentir, de se vestir, de manifestar emoções, aos modos de gozar, de desejar, de amar etc. Essas mensagens, no entanto, são também obscuras, sendo acompanhadas de “ruídos” (*bruits*) oriundos das fantasias inconscientes e pré-conscientes dos adultos, o que torna a mensagem opaca e enigmática para seu receptor, portanto, menos organizada e mais múltipla do que se suporia a partir de uma primeira apreensão. As representações sexuadas inconscientes dos pais, seus fantasmas, o sexual infantil reavivado pelo convívio

---

<sup>46</sup> A mudança de vetor na identificação foi amplamente trabalhada por Ribeiro (1992, 2000, 2007), que formula a noção de *identificação passiva*.

com uma criança em estado de desamparo, tudo isso *faz ruído* na designação<sup>47</sup>. As mensagens de designação de gênero, assim, são também meios pelos quais o enigma sexual é transmitido para o *infans*.

A criança, então, recebe passivamente as mensagens de designação de um gênero, mas os ruídos, que ela não tem como simbolizar integralmente, desestabilizam esse processo e o tornam mais complexo, criando um descompasso entre os dois polos. Isso faz com que a designação do gênero seja um processo sujeito a diversas vicissitudes e portador de um duplo viés: de um lado, ele aparece como contra-investimento para as relações originárias de passividade e penetração do Eu-corporal, dado que delimita e nomeia, assim ajudando na tradução das mensagens do outro e situando-se, portanto, como agente recalcante que se relaciona ao próprio surgimento do Eu-instância no momento do recalque originário; de outro lado, ao portar ruídos, ele reitera o enigma do sexual e impõe à criança um trabalho de simbolização do excesso que lhe chega. Afinal, a atribuição de gênero é anterior à tomada de consciência e à própria descoberta da diferença anatômica e dos imperativos sociais de se posicionar perante ela. O gênero, assim, convive com o polimorfismo sexual infantil, apesar de já começar a fornecer ao incipiente Eu atributos de identidade. Essa posterior simbolização do gênero, vista por Laplanche como uma tradução organizadora, é feita justamente pelo sexo, entendido enquanto *saber-se homem* ou *saber-se mulher*: este ao mesmo tempo fixa e recalca a multiplicidade do gênero, dando-lhe estabilidade ao confinar-lhe à lógica da diferença, do terceiro excluído, do “um ou outro”. O gênero, assim, antecede o sexo e é anterior à própria tomada de consciência; o sexo é secundário e organizador, é uma simbolização defensiva do gênero, vindo

---

<sup>47</sup> Laplanche dá o exemplo (2003, p. 83) de um pai que designa conscientemente o gênero masculino a seu filho e que, no entanto, sempre desejou ter uma filha. Talvez, para Laplanche, seu desejo inconsciente de penetrar uma filha faça ruído nessa designação.

atender às exigências narcísicas de estabilização de uma multiplicidade. O sexo, a partir daí, passa a ser visto não como um dado biológico inicial (sobre o qual, supostamente, construir-se-ia um “sexo social” chamado gênero), mas antes como uma aquisição tardia, concomitante ao Édipo e que tem um papel organizador e consolidador do Eu<sup>48</sup>. Vejamos, portanto, o papel do recalque secundário.

### **4.3. O recalque secundário, a consolidação da tópica e o posicionamento perante a diferença sexual**

É num segundo tempo, a partir da descoberta da diferença anatômica dos sexos e de sua centralidade identitária na cultura, que a criança se verá diante do imperativo social de se posicionar em relação aos sexos. Para Laplanche, o sexo vem aí como elemento organizador e simbolizador do gênero e coincide com o recalque secundário. Ao recalcar a multiplicidade da sexualidade infantil e autoerótica, o sexo dá ao Eu a certeza identitária necessária para que se consolide enquanto instância. O sexo é a forma com a qual a criança consegue traduzir o excesso e a multiplicidade das identificações que lhe foram designadas passivamente e das posições subjetivas vividas. A assunção de um sexo, assim, vem instaurar a falta, a lógica do “terceiro excluído”<sup>49</sup>, dado que ela marca a necessidade de posicionamento e de coerência diante daquilo que antes era múltiplo. O que era antes sem oposição torna-se, nesse momento, binário, “um ou outro”<sup>50</sup>. A lógica

---

<sup>48</sup> É interessante notar que essa concepção subverte totalmente o sentido comumente dado ao par sexo-gênero: aquele como dado biológico, este como dado social; aquele precedendo a este. A concepção do sexo como não biológico, não natural, é um ponto-de-vista que vai ao encontro das recentes críticas feministas ao entendimento dicotômico do par sexo-gênero, como se aquele fosse um dado da natureza. Cf., por exemplo, Butler, J. (2003/1990) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

<sup>49</sup> A lei do terceiro excluído é um dos princípios fundamentais da lógica, significando o princípio da não contradição. Pode ser assim expresso: ou A é X ou A é Y, não há uma terceira opção que possa fazer com que A seja X e Y ao mesmo tempo.

<sup>50</sup> Junto com Ribeiro (2000, pp. 284-301), podemos considerar que muitas das teorias sexuais infantis surgem nesse momento para negar a diferença sexual e a conseqüente incompletude que dela resulta. Os meninos, por exemplo, para não terem que se curvar à lógica do “um ou outro”, podem imaginar um pênis

fálica, enquanto lógica organizadora e princípio de coesão e limites, é fundamental nesse processo, como veremos. A partir desse momento de assunção de uma identidade sexuada, tem-se uma estabilidade e a reiteração da designação em relação ao sexo não mais precisa ser tão contínua: é criada uma certeza subjetiva do tipo “eu sou homem” ou “eu sou mulher”. Uma vez estabelecida essa identidade, a reiteração poderá ocorrer em relação às práticas de um ou outro sexo numa determinada cultura, aos comportamentos e desejos, mas não ao fato de saber-se homem ou mulher. Vê-se claramente a função defensiva da assunção de um sexo, pois ela mascara e organiza defensivamente, sob uma lei binária, uma infinidade de posições subjetivas e de posições de gozo existentes. Tal multiplicidade do sexual infantil começa a ser minimamente organizada pelo gênero, contudo este permanece ainda muito próximo dos momentos originários de uma passividade e de uma fragmentação radicais e, por isso, carrega consigo o risco do retorno a esse estado pré-subjetivo. A consolidação da tópica, assim, precisa que o sexo venha recalcar e fixar o gênero. Tal processo, apesar de necessário, é visto como uma perda, dado que a criança tem que abrir mão de uma série de posições subjetivas para se encaixar no princípio identitário e opositivo (a essa perda, como veremos, nomeamos castração). Troca-se, assim, uma plenitude imaginária (na qual se pode ser tudo ao mesmo tempo) pelo princípio de identidade: o Eu paga um preço alto para poder se consolidar e ganhar estabilidade.

Tal processo, como nos lembra diversas vezes Laplanche (1988/1980; 1999/1993; 1999/1994; 2015/2003a; 2015/2006b), precisa fazer uso dos grandes modelos culturais de interpretação e ligação da sexualidade:

---

nas mulheres, ou se imaginarem passíveis de castração como forma de assegurar a “indiferenciação” dos sexos. As meninas, por sua vez, podem se imaginar com um pequeno pênis que se soma à vagina. Ambas seriam formas fantasísticas de negar a diferença e tentar adiar ao máximo o posicionamento perante a partilha sexual.

Entre esses elementos de “ligação”, deve-se colocar em primeiro plano os grandes “complexos” de Édipo e de Castração, e todos os grandes mitos coletivos ou individuais, arcaicos ou mais recentes, quiçá forjados, redesenhados ou fortalecidos pela própria psicanálise (morte do pai). Longe de serem elementos primordiais do id, Édipo e Castração são instrumentos de ordenação, a serviço da ligação. O *complexo de castração* coloca em cena não uma *angústia* (sem objeto) mas um *medo* determinado, fixado sobre um objeto. A castração é antes de tudo uma “teoria sexual infantil” que recebeu sua forma canônica de seus co-autores (Hans e Sigmund), e que permite traduzir sob uma forma palpável as angústias e as mensagens enigmáticas. (Laplanche, 1999/1994, pp. 141-142, tradução nossa).

De um lado, temos o grande modelo de interpretação da diferença sexual, que alça a diferença anatômica à centralidade identitária e ao lugar de símbolo da incompletude, da falta: o complexo de castração. Num primeiro momento, anterior à assunção de um sexo, o complexo de castração começa a fazer uso da diferença anatômica para circunscrever as relações de sedução e penetração, valendo-se dos orifícios do corpo para delimitar e simbolizar o trauma – veremos adiante o papel que a feminilidade passa a desempenhar a partir dessa simbolização defensiva. Num segundo momento, o complexo de castração transforma defensivamente a diversidade de representações penetrantes e penetráveis do corpo na dualidade fálico/castrado. A lógica fálica, aqui, aparece com seu poder recalcante. Assim interpretamos o complexo de castração proposto por Freud, mantendo sua centralidade sob argumentos diferentes: ele seria uma forma de interpretação da diferença sexual, necessária para a defesa diante dos momentos originários de passividade, fragmentação e penetração generalizada. Como ele precisa organizar e ligar o que era múltiplo, é vivenciado como perda de uma completude imaginária, instaurando a lógica da falta. Ao mesmo tempo, a negação dessa multiplicidade instaura certo desejo de retorno ao originário, retorno à posição inicial de não diferenciação dos sexos, de não incidência da falta, mas também de não consistência do Eu. Tal desejo, afinal, pode ser

entendido enquanto gozo, pois coloca em jogo a possibilidade de um prazer tão extremo que levaria à dissolução do Eu e sua consequente morte.

De outro, temos o grande modelo que busca dar uma narrativa ao complexo jogo de identificações e posições subjetivas, impondo a necessidade de escolha de certas posições e de preterimento de outras: o complexo de Édipo. Podemos interpretar o Édipo como uma espécie de equivalente do complexo de castração no nível das identificações parentais. Evocamos aqui a releitura feita por Ribeiro (1993) do caso Hans (Freud, 1996/1909), na qual fica claro o papel normatizante do pai ao “edipizar” Hans, ou seja, restringir, a partir de uma lógica binária, outras formas de identificação ao prescrever-lhe a masculinidade cuja referência fosse o pai e seu pênis<sup>51</sup>. O Édipo, assim, é uma narrativa cultural que busca restringir a pluralidade de posições identificatórias ao conferir-lhe limites e oposições excludentes. Laplanche conecta os dois complexos ao observar que:

Por isso, damos a maior importância à percepção da diferença dos sexos na forma de traduzir e elaborar a diversidade dos gêneros, que, por sua vez, é proposta desde o início pelo ambiente social

---

<sup>51</sup> Comentemos brevemente alguns trechos dessa análise para situarmos nosso argumento. Em uma das fantasias relatadas por Hans a seu pai, ele imagina que estava no banho, quando um bombeiro chegou, desparafusou a banheira e depois “bateu uma grande broca” em seu estômago. O pai de Hans traduziu essa fantasia da seguinte maneira: “Eu estava na cama com mamãe [pois era a mãe que dava banho em Hans]. Depois papai veio e me tirou de lá. Com seu grande pênis ele me empurrou do meu lugar, ao lado de mamãe” (Freud, 1996/1909, p. 64). Se, como lembrado pelo próprio Freud (*ibid.*, p. 68), levarmos em conta as “repetidas garantias” de que a banheira, para Hans, simboliza o “espaço que contém bebês”, bem como o impacto causado em Hans pela gravidez de sua mãe à época do nascimento de sua irmã, podemos, na esteira de Ribeiro (1993; 2000), supor uma interpretação diferente para a referida fantasia: o bombeiro poderia estar desparafusando a banheira para enfiá-la dentro de Hans, e este expressava assim um desejo de ter filhos *como* a sua mãe. A segunda fantasia com o bombeiro, somada a acontecimentos da época do nascimento de sua irmã, apontam para a legitimidade dessa interpretação. Hans dissera a seu pai que pensara no bombeiro novamente, e desta vez ele havia lhe retirado o “traseiro” e o “pipi” com um par de pinças e depois lhe dera outros. Seu pai, sem hesitar um momento, lhe disse imediatamente que o bombeiro lhe dera, então, um traseiro maior e um pipi maior, “como os de papai, porque você gostaria de ser como papai” (*ibid.*, p. 92). Lembremos que, quando a mãe de Hans dera à luz sua irmã, ao ver as bacias repletas de sangue no recinto onde o parto domiciliar tivera lugar, ele disse surpresa: “Mas não sai sangue do meu pipi” (*ibid.*, p. 19). Voltando então ao bombeiro: não seria mais legítimo pensar que Hans demonstrou, na segunda fantasia, um desejo de castração, pois só assim ele poderia ter um orifício do qual sairia um bebê? Assim, os complexos de castração e de Édipo são o momento no qual a criança se vê às voltas com a necessidade de ter que abandonar a multiplicidade de posições para encapsulá-las nas lógicas opostas que instauram a falta.

próximo. Traduzida como presença/ausência do pênis, a diferença dos gêneros se afirmará, posteriormente, até mesmo no “complexo de Édipo”. Longe de nós, contudo, concordar com Freud que o complexo de Édipo seja uma “situação”, muito menos uma situação por iniciativa da criança. O complexo de Édipo foi e continua sendo um mito, desde sua versão sofocliana até as versões freudianas e pós-freudianas. Ele ajuda a criança a dar uma forma narrativa – à custa da sua própria culpa – às mensagens sexuais, muitas vezes bem mais cruas, que lhes são veiculadas pelos pais, o adulto. Ele propõe uma versão bem mais suavizada, sexualmente falando, mesmo que não deixe de ter um valor corroborante. (...) Esses romances, esses roteiros variáveis entre os indivíduos, seriam, pois, da ordem de esquemas narrativos culturalmente transmitidos, e não, como gostaria a teoria clássica, da ordem de fantasias filogenéticas, pretensamente “originárias”. (Laplanche, 2015/2006b, p. 286).

Ambos os complexos são defensivos e encontram-se do lado das forças de recalçamento, dado que respondem à necessidade de se contrapor aos momentos originários de passividade e fragmentação (já frouxamente organizados pelo gênero) para que um Eu se consolide. São também, podemos dizer, normativos, se entendermos que buscam fornecer a coesão necessária à consolidação do Eu e da tópica a partir do recurso aos códigos sociais que se relacionam à evolução histórica do que se entende por humano. Advertimos, contudo, que nessa evolução histórica algumas categorias ganharam pregnância e acabaram se conectando de forma bastante colada às normas de produção de subjetividades, como é o caso da centralidade da diferença sexual e de certa interpretação defensiva a ela dada. Com isso não afirmamos que as formas de produção de subjetividade tenham se tornado eternamente conectadas a elas, mas sim que sua transformação não ocorre simplesmente a partir de mudanças de hábitos culturais (como é o caso do declínio da imagem do pai ou mesmo das maiores liberdades nos papéis de gênero e da existência de vivências sexuais mais fluidas), mas sim de mudanças nas categorias de compreensão do que é humano e de simbolização e interpretação do mundo

– algo muito mais demorado e difícil, mesmo que se possa imaginar que se *inicie* a partir de determinadas mudanças de hábitos culturais.

Em nossa interpretação, os apontamentos de Laplanche de que os códigos de tradução são históricos, portanto, não deve implicar em considera-los fluidos como as mudanças de hábitos culturais (o que denominamos de historicismo ingênuo no início do capítulo), nem rígidos e imutáveis como se fossem a essência do humano<sup>52</sup>. Deve-se, assim, perceber sua pregnância e centralidade nos modos de subjetivação e, ao mesmo tempo, reconhecer que seu estatuto defensivo/organizador busca transformar códigos narrativos em certezas fundantes do Eu:

A teoria da sedução, como eu tentei formular, pressupõe uma tradução, ou seja, um código de tradução. E aqui, obviamente, é do lado do sexo que convém procurar. O gênero é adquirido, designado, mas enigmático (...). O sexo vem fixar, traduzir o gênero(...). O complexo de castração é o seu centro. Ele traz certezas, é claro, mas também merece ser posto em dúvida, pois essas mesmas certezas talvez sejam um pouco categóricas demais. A certeza do complexo de castração mantém-se com um fundo de ideologia e de ilusão. (Laplanche, 2015/2003b, p. 169)<sup>53</sup>.

Apontamos, no capítulo anterior, a consideração de Laplanche de que o recalque secundário é como uma chancela que fixa o recalque originário, fixando assim a própria

---

<sup>52</sup> Recordamo-nos aqui de uma entrevista a Robert Maggiori em que Deleuze faz uma observação parecida ao referir-se à má compreensão do que Foucault chama de morte do homem: “Os mal-entendidos são frequentemente reações de bobagem raivosa. Há pessoas que não se sentem inteligentes senão quando descobrem ‘contradições’ num grande pensador. Fizeram como se Foucault estivesse anunciando a morte dos homens existentes (e diziam: ‘que exagero!’), ou, ao contrário, como se ele marcasse apenas uma mudança no conceito de homem (‘é só isso!’). Mas não se trata nem de uma coisa nem de outra. É uma relação de forças, com uma forma dominante que decorre dela.” (Deleuze, 1992, p. 113).

<sup>53</sup> Tal clareza sobre o aspecto defensivo e ilusório dessas crenças nos ajuda a não lhes conferir demasiado poder e, assim, não capturar a máquina psicanalítica de forma a transforma-la em dispositivo de controle. Nesse sentido, devemos sempre nos reinterrogar a partir da ótima pergunta de Butler (1993, pp. 13-14, tradução nossa): “Além do mais, em que medida, na psicanálise, o corpo sexuado é assegurado através de práticas identificatórias governadas por esquemas regulatórios? (...) Se a formulação de um eu corporal, um senso de contorno estável, e a fixação da fronteira espacial é obtida através de práticas identificatórias e se a psicanálise descreve os funcionamentos hegemônicos daquelas identificações, podemos, então, ler a psicanálise como uma inculcação da matriz heterossexual ao nível da morfogênese corporal?”

tópica. Tarelho (2016, pp. 140-141), nesse sentido, enfatiza inclusive que o recalque secundário fixa a tópica ao mesmo tempo em que assegura a contenção do inconsciente amencial, impedindo que este irrompa na consciência. Para que isso ocorra, é preciso que os contornos do Eu se consolidem. De acordo com Tarelho:

As prescrições identificatórias, como as de gênero, (...) por conta da ingerência dos pais, fazem parte desses elementos de alteridade que precisam encontrar um substituto narcísico do lado do eu capaz de, para usar a expressão de Freud, resguardar o respeito do eu por si mesmo. É aí que entra esse processo de substituição significativa através do qual a ameaça que essas prescrições identificatórias representam para o Ego, em função da alteridade que as compõem, pode ser contida na medida em que tais prescrições são transformadas em projetos identificatórios mediados pelo trabalho de simbolização e de investimento narcísico, tanto do Ego quanto dos Ideais. É assim que se pode entender o lugar defensivo e organizador do sexo em relação ao gênero, como propõe Laplanche no texto já citado. A designação do gênero realizada pelo adulto representa, sem dúvida, a expressão mais radical da *identificação por*. Essa designação, reiterada e continuada, antecede a assunção de um sexo pelo ego e o coloca numa posição de passividade em função sobretudo de sua dimensão enigmática na medida em que veicula ruídos da sexualidade inconsciente e infantil dos pais. A assunção de um sexo, a construção de uma identidade sexuada, mediada pela lógica binária e pelo complexo de castração, é não apenas secundária temporalmente a essa designação como é também o que permite simbolizá-la e recalca-la. Simbolizá-la, no plano do recalque secundário, em termos ideais e narcísicos, logo com uma mediação fálica, que tende a excluir o fragmentado e o passivo da sexualidade infantil presente nessa designação de gênero. (Tarelho, 2016, pp. 141-142).

Assim, a partir do posicionamento perante a diferença sexual, o recalque secundário retroage sobre o recalque originário, fixando-o e consolidando a tópica como um todo, em especial no que concerne às barreiras do Eu. O Eu, assim, é consolidado a partir da assunção de um sexo, sendo que ambos encontram na lógica fálica, binária e opositiva, o principal motor desse processo. Ao mesmo tempo, nesse momento a lógica fálica

ressignifica o originário, criando para ele uma primeira representação relacionada à diferença sexual.

#### **4.3.1. O recalque secundário consolida e ressignifica o originário**

No capítulo anterior, percorremos os primeiros momentos de vida do *infans*, compreendendo que as primeiras circunscrições do excesso de alteridade e do absolutismo de excitações são feitas a partir das primeiras marcas de corpo que, por sua vez, começam a delinear um Eu-corporal. Nesse processo, as fronteiras do corpo começam a encenar a situação de passividade em termos de penetrabilidade, de rompimento de invólucros, de intromissão na pele. Uma infinidade de possibilidades de colocar o corpo como penetrável e orificial, fazendo uso da pele como seu envoltório geral, mas também dos orifícios corporais (vagina, ânus, boca...), começa a representar, ainda de forma pouco organizada, a dissimetria e a invasão da relação adulto-*infans*. Uma ótima figuração dessa multiplicidade de posições penetradas do corpo pode ser vista no terço direito do tríptico de Hieronymus Bosch, “O jardim das delícias”:



**Figura 14 – Multiplicidade das figurações de penetrabilidade do corpo, a partir de detalhe de "O jardim das delícias" (aprox. 1510), de Hieronymus Bosch**

Não por acaso, podemos pensar, essa imagem nos remete também ao corpo despedaçado da psicose, à invasão do gozo que ultrapassa os limites de contenção do Eu e do corpo. Esses momentos precoces em que começam a existir representações arcaicas da relação de invasão do outro, afinal, são ainda muito próximos de uma sexualidade mortífera, na qual o ar psíquico é ainda irrespirável. As vivências de identificação passiva

(“identificação por”) de gênero convivem com esta problemática das figurações de penetração do corpo, dado que ocorrem paralelamente. Tais identificações ajudam inclusive a dar uma primeira delimitação à invasão do outro, já que o gênero começa a fornecer dualidades para a organização do que era da ordem do múltiplo. Nesses momentos, contudo, a lógica da oposição não está ainda instaurada e, como nos descreve Ribeiro (2000, p. 257), “penetrar e ser penetrado, ter e ser o objeto, coalescem, nesse primeiro tempo, numa experiência única, na qual passivo e ativo, masoquista e sádico não são pares de opostos, mas vivências homogêneas de um gozo sem oposição”.

Pois bem, a partir de nossa interpretação do “*Court traité de l’inconscient*”, de Laplanche, vimos que o recalque secundário é o responsável pela consolidação de uma espécie de segundo nível do inconsciente, gerando um objeto-fonte clivado que responde tanto à necessidade narcísica de existência de uma totalidade e de fronteiras coesas do Eu (e, portanto, que deve recalcar essa anarquia de penetrações do corpo), quanto à sua dupla-face alteritária-mortífera, fadada a se repetir compulsivamente. O sexo, sendo entendido enquanto mecanismo principal do recalque secundário, recalca e ao mesmo tempo ressignifica o gênero (via tradução/simbolização), fazendo uso das narrativas e códigos sociais para tal. A anarquia e a multiplicidade de posições penetrantes e penetradas deve ceder lugar a uma ordem que permita a consolidação de um Eu, a uma ordem excludente que responda ao princípio da identidade. Vimos que o complexo de castração, código social cuja pregnância é indiscutível, age aí, recalcando a diversidade para transformá-la em diferença, em oposição excludente. Retomemos os dois tempos de sua ação, sempre no movimento de afastar-se cada vez mais de uma situação originária inabitável para o Eu: num primeiro momento, a diferença sexual anatômica (entendida dualmente enquanto um órgão penetrante e outro penetrável) é invocada defensivamente para se tornar

representante privilegiada de todo esse conflito em torno da “penetrabilidade”. Num segundo momento, a ação denegativa da lógica fálica age sobre essa diferença, transformando a diversidade de sexos em diferença de sexo: o par fálico-orifical transforma-se em fálico-castrado, o que eram dois se torna um, que se mostra presente ou ausente (cf. André, 1995). Há, portanto, uma negação do orifical que, recalçado, passa a representar um dos polos do conflito psíquico, o polo do desligamento, do mortífero, ao passo que a lógica fálica responderá pela ligação e pela vida. Nessa linha de pensamento, Ribeiro observa que “o sexo organiza o gênero, mas a supervalorização do fálico e a negação do orifical que lhe correspondem o tornam conflitual. Esse conflito recai sobre o sexual-pré-sexual para transformá-lo em sexual recalçado” (Ribeiro, 2007, p. 47, tradução nossa).

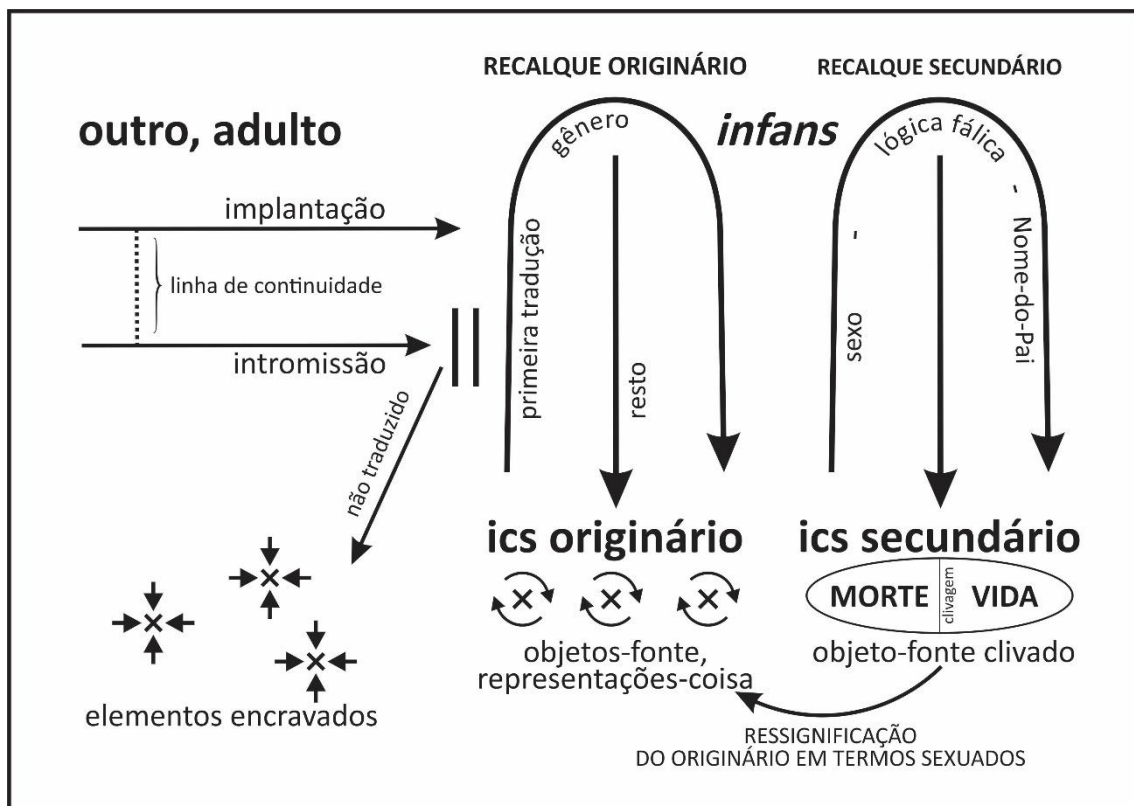
Sobre a lógica fálica, Laplanche argumenta que:

Ora, a criança deve dominar, reduzir a diversidade. Isso é o que chamei de *lógica fálica*, que Jacques André resume da melhor forma possível na seguinte frase: “a primazia do falo é o pilar de uma síntese e não a última palavra de uma análise, uma síntese que a criança, em sua teoria sexual, efetua bem antes do psicanalista”. Reduzir o diverso à mesma coisa ou, em todo o caso, ao mais/menos, é a função da reação de castração (...). A reação de castração precoce é uma reação à diversidade pela diferença [o que chamamos, acima, de primeiro momento da castração] e uma resposta à diferença pela teoria da castração [o que denominamos segundo momento da castração]. (Laplanche, 2015/2002, p. 114, comentários entre colchetes nossos).

A lógica fálica, assim, é a ferramenta utilizada para permitir a consolidação de uma identidade sexuada e, mais do que isso, a consolidação da identidade como um todo e da própria tópica. Mais uma vez, reiteramos que, longe de ser uma essência, sua pregnância se deve à centralidade do sexo-gênero nos modos de subjetivação. Jacques André, nesse sentido, chega a observar que, de fato, “a primazia do falo preside a organização das

formas sociais, estrutura, além disso, nossa relação com o poder, e submete a si o curso de muitas vidas, de homens ou de mulheres” (André, 1996, p. 60).

A partir desse movimento, o conflito psíquico passa a assentar-se sobre bases sexuadas (e sexuais). Podemos avançar nosso esquema exposto no capítulo anterior, contemplando essa retrossignificação do originário:



**Figura 15 – O recalque secundário ressignifica o originário em termos sexuados**

De um lado desse conflito sexuado, temos o contra-investimento que sustenta a ligação necessária ao Eu – o falo –, de outro, a orficialidade e a passividade que remetem ao desligamento e ao mortífero. De acordo com Ribeiro (2017, p. 119):

O resto não traduzido, deixado pela lógica fálica que incide sobre a diversidade dos gêneros, deve também responder pelo surgimento do objeto-fonte da pulsão, segundo a teoria tradutiva do recalçamento. A fonte da pulsão sexual teria, portanto, senão uma equivalência, pelo menos uma

relação muito próxima com a posição penetrada, com a virtualidade dos orifícios tornada real pela penetração, por diferentes tipos de efetividade da mensagem que vem do outro e terminam por produzir restos que agem no interior do corpo e do Eu.

Esse polo penetrável e mortífero, contudo, passa a ser representado pela feminilidade, dado que, na lógica opositiva da diferença sexual (elevada defensivamente ao lugar de princípio de identidade), a feminilidade é quem responde pelo orifício e, aumentando ainda a defesa, pelo castrado. Tal associação merece comentários mais extensos, e a ela dedicaremos o próximo tópico.

#### **4.3.2. Feminilidade originária?**

A associação entre o originário, o recalcado e o feminino é tema discutido desde Freud, que conjectura, em 1897: “Pode-se suspeitar que o elemento essencialmente recalcado é sempre o que é feminino.” (Freud, 1996/1897, p. 300). Vários foram os autores que trabalharam nas diferentes nuances dessas hipóteses ao longo da história da psicanálise (destacamos, por exemplo, Greenson, 1968; Stoller, 1978 e Ribeiro, 2000)<sup>54</sup>, contudo é em Jacques André que encontramos subsídios para fazer avançar essa conjunção e, ao mesmo tempo, conectá-la ao papel recalcante que o sexo e a lógica fálica têm sobre o gênero e os momentos originários de fragmentação e passividade.

J. André assim formula sua definição de passividade pulsional: “*gozar daquilo que (lhe) acontece*, participar com gozo daquilo que (em você) penetra, faz intrusão – isso é dizer a ligação íntima entre a passividade e *o dentro*” (André, 1995, p. 122, tradução nossa).

---

<sup>54</sup> Remetemos a nossa dissertação de mestrado (Lattanzio, 2011) para uma discussão aprofundada dos pontos de vista desses e de outros autores sobre a feminilidade.

Assim, para André, “a situação geral de sedução reúne um adulto invasor e uma criança invadida: as palavras nos ouvidos, o mamilo na boca, o supositório no ânus... a penetração (sedutora) do adulto não é simples metáfora, ela passa pelo ato”. (André, 1995, p. 110, tradução nossa). A criança seduzida, portanto, é vista como uma criança-cavidade, uma criança-orifício.

Passando por uma discussão que perpassa a teoria infantil cloacal (que confunde ânus e vagina) para afirmar o conhecimento precoce da vagina (trabalhado, por exemplo, por Karen Horney, 1971), J. André afirma que a vagina, com seu caráter lacunar e obscuro e com sua ascendência “cloacal”, simboliza e renova a sedução originária tanto para mulheres quanto para homens, tornando-a a partir de então sedução sexuada:

Como lugar de penetração, a vagina presta-se a retomar, a simbolizar a intromissão da sexualidade adulta no psicossoma da criança – com o risco de se aproximar dela em demasia. *A vagina é a própria coisa*, o lugar repetitivo da intrusão sedutora originária e, nessa condição, particularmente propícia à manutenção do enigma. *A confusão* cloacal, a natureza *interna* dos processos somáticos e a *invisibilidade* dos lugares excitados, tudo isso concorre para acentuar o caráter incontrolável da feminilidade precoce. *O ser-penetrado feminino tem com o recalçamento, como colocação do outro no interior, um parentesco que não joga simplesmente com as palavras*. (André, 1996, p. 115, grifos do autor).

Tal conjunção entre feminilidade e sedução originária se assenta, portanto, sobre outra conjunção, a saber, a da feminilidade com o *dentro*, com o interior. Em nossa interpretação, essa conjunção com o dentro já é um fruto do primeiro momento do complexo de castração, que circunscreve a pluralidade da penetração do corpo numa interpretação dual da diferença anatômica. No entanto, para Jacques André, essa relação tem um caráter de *fundamento/essência*, e ele assim desenha, em nossa opinião, uma espécie de *ontologia do feminino*, que encontra na orifício/passividade sua principal

ancoragem. Interessante notar que Jacques André, ao situar a lógica fálica como defensiva e recalcante, como veremos, consegue explicar a necessidade de sua incidência e, assim, justifica-la sob argumentos não transcendentais. Ao fazê-lo, no entanto, acaba por essencializar o feminino.

Em nossa interpretação, só podemos associar a feminilidade ao originário se levarmos em conta o papel de significação retroativa que o recalque secundário tem sobre os conteúdos originários. Isso situa a associação entre feminilidade e os tempos originários de passividade e fragmentação do lado da defesa, e não do lado da essência. Assim, o que há de mais originário no inconsciente não é feminino, sendo antes irrepresentável, dado o excesso de alteridade e de penetrabilidade que carrega. Em nossa dissertação de mestrado (Lattanzio, 2011, p. 127), fizemos um gráfico para representar a questão:

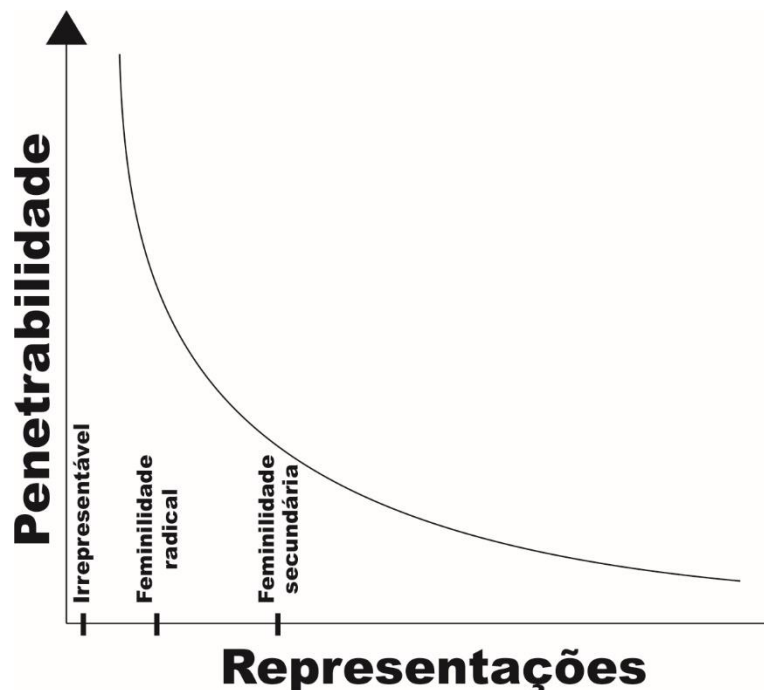


Figura 16 – Representações da penetrabilidade em sua relação com o feminino

Vemos, no gráfico, que o ápice da penetrabilidade, correlativo aos momentos pré-subjetivos de uma passividade elevada à enésima potência, não tem representação. É num segundo momento que a penetrabilidade encontra na feminilidade uma representação inicial (chamada por nós de “feminilidade radical” na tentativa de dissociá-la de uma apreensão essencialista), indissociável da ação defensiva da lógica fálica. A feminilidade secundária já seria uma elaboração em relação à feminilidade radical na qual “as representações de penetração já se encontram amortecidas e domesticadas” (Ribeiro, 2000, p. 300), sendo muito mais próxima do Eu e contendo mais elementos de ligação – seria essa a feminilidade dos sujeitos identificados como femininos, as mulheres<sup>55</sup>. Voltemos, no entanto, ao nosso entendimento da feminilidade dita radical como consequência da denegação fálica. É nesse ponto que nos diferenciamos de J. André pois, em suas descrições, ele concebe a feminilidade como essencialmente destinada a representar o originário, dada a diferença anatômica. Nossa posição, ao contrário, situa essa associação no plano defensivo, recalcante e, portanto, dependente das configurações históricas e dos códigos de tradução presentes nas sociedades e culturas. Ao mesmo tempo, como já dissemos, esse entendimento histórico não nos livra da quase universalidade dessa associação, dado o recurso ao sexo – princípio opositivo, binário e organizador – enquanto elemento central nos modos de subjetivação.

Daí decorre a associação entre feminilidade e originário. Compreendê-la é fundamental, pois significa compreender os termos sexuais a partir dos quais o conflito psíquico é

---

<sup>55</sup> Entenda-se que “mulheres”, aqui, refere-se a um ponto de chegada na identificação sexuada, e não a um *a priori* baseado na diferença anatômica. A mesma observação vale para “homens”. Interessante notar que, em nosso ponto de vista, essa maior proximidade das mulheres com a situação originária, ao contrário de condená-las a uma suposta inferioridade, dá-lhes, de forma geral, maior liberdade subjetiva, pois não precisam dispor de tantos recursos psíquicos para negar o originário que lhes constitui, como é comum nas identidades masculinas, que chegam a recorrer estereotipicamente à lógica fálica e à violência para negar a passividade que lhes constitui e assim manter uma identidade. Afinal, considerada certa quantidade mínima de ligação necessária, se é mais livre quanto mais se permite conviver com os resquícios da passividade originária.

representado. Suas consequências vão desde uma compreensão maior das formações de compromisso que sustentam identidades de gênero, masculinas e femininas, até a concretude das manifestações clínicas de casos de psicose, como é o caso do empuxo-à-mulher, que veremos mais à frente.

Fernando Andrade, em texto recente no qual nos dá a honra de conosco dialogar, discorda dessa associação entre originário e feminilidade, perguntando-nos:

A partir disso, é possível fazer uma pergunta a Lattanzio, à semelhança daquelas que o autor apropriadamente fez para criticar a ontologia de Jacques André: para que ainda nomear de “feminilidade” aquilo que ele mesmo chama de “o desejo de se deixar invadir, penetrar, de ter suas fronteiras partidas” (Lattanzio, 2011, p. 156), “potência presente tanto em mulheres quanto em homens” (Lattanzio, 2011, p. 157)? Por que correr o risco de empregar um termo historicamente carregado de ideologia especificamente voltada para as mulheres, no interior da teoria psicanalítica para dizer algo que é comum às pessoas, independentemente de seus gêneros e sexos? (Andrade, 2016, p. 97).

Respondemos à indagação recorrendo, em primeiro lugar, ao entendimento da teoria psicanalítica como uma prática que procura tocar a verdade das formas de produção de subjetividade, distanciando-se, assim, da primazia da retórica sobre a realidade<sup>56</sup>. Dessa forma, a questão da centralidade do sexo-gênero nos processos de subjetivação e do recurso defensivo a uma interpretação binária da diferença anatômica não se encontra no nível de nossas próprias escolhas, mas antes na tentativa de apreender a realidade daquilo que engendra a formação da tópica psíquica em nosso tempo. Logo, a utilidade de sustentar teoricamente essa aproximação entre o originário e o feminino é a possibilidade

---

<sup>56</sup> Nesse sentido, Laplanche considera a psicanálise como prática que atende aos critérios científicos, como a falseabilidade, e que busca aproximar-se de uma verdade, mesmo que não imediatamente apreensível (cf. artigo do próprio Andrade, em parceria com Maia, 2007).

de se aproximar da verdade dos modos de subjetivação existentes no nosso mundo. Isso não significa essencializar o feminino, pois reconhecemos que sua associação com os tempos originários não apenas é uma construção histórica, como também é o resultado da ação defensiva-denegativa operada pela lógica fálica que, para afirmar suas barreiras e limites, projeta no feminino a passividade. Não basta uma performatividade conceitual para mudarmos uma realidade; não falar da associação entre feminilidade e originário não faz com que ela deixe de existir e produzir seus efeitos, inclusive na concretude das manifestações psicopatológicas, como veremos. Em nossa opinião, é necessário sustentar tal compreensão para se aproximar de importantes fenômenos clínicos, por mais que seja paradoxal e traga certos riscos.

Essa apreensão teórica, por exemplo, é necessária para explicarmos certos fatos clínicos instigantes: a relação da psicose masculina com a homossexualidade (Freud) e a com a mulher (Lacan), ao passo que a psicose feminina não se relaciona nem à homossexualidade nem ao homem, mas sim ao excesso e ao desgoverno de uma posição passiva e penetrada. Voltaremos a esses fenômenos mais adiante. Como não perceber aqui os indícios de uma associação entre a feminilidade e os tempos originários de passividade?

Nessa posição teórica que defendemos, no entanto, é fundamental ter bastante clareza de que o que é essencial na teoria é a assimetria originária da relação adulto-*infans* e a necessidade do recurso a um código tradutivo que forneça elementos para uma simbolização, construção de limites, circunscrição do trauma e colocação em marcha da formação da tópica. A lógica fálica, a associação defensiva entre feminilidade e passividade, o Édipo e o Nome-do-Pai são formas históricas, contudo onipresentes e

centrais na produção de subjetividades<sup>57</sup>. Acreditamos, nesse sentido, que foi por esse motivo que Laplanche privilegiou as mensagens de designação de gênero como o grande paradigma das mensagens advindas do *socius*. Claro que podemos conceber outros tipos de mensagem do *socius* para além do gênero, mas os processos de construção da identidade de gênero são centrais na lógica da subjetivação e por isso mesmo passam a ter relação estreita com o conflito psíquico.

Voltemos às descrições metapsicológicas, recorrendo a Ribeiro para darmos um fechamento sobre as interseções entre recalque secundário, sexo, gênero, lógica fálica e feminilidade:

As correntes do apego e do social se confundem, uma vez que promovem, simultaneamente, a constituição do Eu, da identidade de gênero, do inconsciente recalcado e da pulsão; criando também a ilusão quase universalmente compartilhada de que a posição passiva e penetrada (que pode ser aproximada da situação antropológica fundamental) é feminina, quanto a idealização defensiva, com o mesmo apelo universal e sustentada pela lógica fálica, de uma posição masculina, ativa e penetrante. Nesta perspectiva, o recalque do gênero pelo sexo equivale à criação de relações de oposição nas quais categorias duais como fálico/castrado, masculino/feminino, ativo/passivo, penetrante/penetrado e outras correlatas vêm se contrapor à grande diversidade de posições subjetivas não marcadas por oposições, deixando um resto que não pode ser reconhecido como próprio, embora seja percebido como interno, impositivo e excitante, isto é: Sexual. (Ribeiro, 2017, pp. 122-123).

#### **4.4. Qual lugar para a lógica fálica em uma psicopatologia continuísta?**

---

<sup>57</sup> Chamamos atenção para o fato de que, no capítulo 03 desta tese, destinado a pensar um modelo de aparelho psíquico a partir da teoria da sedução generalizada, fizemos um esforço consciente em não utilizar termos relacionados ao gênero e ao sexo, reservando-os para o presente capítulo, no qual discutimos as forças recalcentes.

#### 4.4.1. Lógica fálica, defesa e continuidade

Jacques André, ao discutir a teoria lacaniana e a posição de primazia do falo, faz as seguintes observações:

Deve-se contrariar sua pertinência? Certamente não. O primado do falo preside a organização das formas sociais, estrutura, mais ainda, nossa relação com o poder e submete o curso de várias vidas, de homens e mulheres. Então? A questão é tópica: a qual instância psíquica referir o conjunto das representações constituintes de um tal primado? A palavra já indica: “primado” significa uma relação de ordenação. Como rede de relações onde se conjugam o desejo e a lei, tendo ao fundo uma relação lógica (ter ou não), o primado do falo é uma organização. (André, 1995, p. 64, tradução nossa).

A lógica fálica, em seu caráter organizador, situa-se como lógica defensiva, necessária para a consolidação do Eu. Mas afinal, contra o que ela se defende? Ora, em primeiro lugar, contra a passividade originária, contra uma situação cuja fragmentação é incompatível com a vida e com o Eu. Como forma de tornar o ar psíquico mais respirável ao Eu, a lógica fálica traduz inicialmente essa situação originária em termos sexuais (penetrante-penetrado, fálico-orifício, masculino-feminino). Esse primeiro ato faz com que, a partir daí, a lógica fálica consiga delimitar um alvo contra o qual se defender: a feminilidade, a posição penetrada, a orifício.

Ao situarmos a lógica fálica como defesa, uma reviravolta ocorre em sua compreensão. Seu lugar de organização não mais é transcendental, como observamos em Lacan (o que foi trabalhado por nós no segundo capítulo), mas surge de uma *necessidade*, de defesa frente à passividade originária, ressignificada pela feminilidade. A necessidade do recurso a ela, assim, passa a ser entendida dentro das infinitas nuances correlativas às diferentes necessidades de defesa frente a esse originário atacante. Se considerarmos o gráfico que

apresentamos acima, na figura 15, vemos como a penetrabilidade tem diferentes incidências, o que exige diferentes graus de incidência da lógica fálica: quanto maior o ataque pulsional, quanto maior a dificuldade de integração e simbolização do originário, maior a necessidade de defesa. Podemos elencar algumas hipóteses a título de exemplos: a necessidade de um maior recurso à lógica fálica quanto maior for a presença de elementos encravados na tópica; os diferentes recursos à lógica fálica feitos por homens e mulheres a partir da necessidade de negação da passividade originária; a maior ou menor empatia pelo estado de desamparo de um bebê pelos adultos que dele cuidam pode interferir nessa incidência...

A lógica fálica não ocupando lugar de essência, ainda, nos faz conceber, idealmente, a possibilidade de que outros códigos tradutivos possam ocupar lugares de ligação e defesa, a despeito da centralidade do gênero e sexo nos modos de subjetivação. Assim, por exemplo, em possíveis casos onde a presença de elementos de ligação suficientes para uma delimitação e consolidação da tópica se sobrepusesse à inexistência da lógica fálica, não deveríamos nos apressar em diagnosticar uma psicose, e sim buscar entender e analisar a dialética de desligamento e de ligação na tópica, as possibilidades de organização e de defesa.

Detenhamo-nos numa última característica da lógica fálica que, em seu funcionamento defensivo, trabalha apagando a alteridade que lhe ameaça:

Reduzir o outro ao mesmo... A lógica fálica abraça o movimento do conhecimento, do esclarecimento; o movimento da *teoria*. Sua capacidade de trazer convicção deve muito, sem dúvida, a essa coincidência. Nossa hipótese, no entanto, é que esse acesso ao conhecimento (ou ao “Simbólico”) alimenta-se em uma fonte contrária: o recalçamento, o da feminilidade primária na criança. Na vida psicosssexual, assim como na teoria, a *descoberta* do primado do falo *encobre* de

sombras uma alteridade para a qual o feminino oferece uma representação eletiva. (André, 1996, p. 63, grifos do autor).

É importante que nos detenhamos nessa característica da lógica fálica, de forjar a si mesma uma completude ao apagar a alteridade, a diferença.

#### **4.4.2. As falácias do falo**

Apagar a alteridade, propor-se como fundador de si mesmo, propor-se como a representação única da diferença sexual, negar a feminilidade, apagar os rastros daquilo que não remete a si mesmo... Os modos de funcionamento do falo e de sua lógica, sendo defensivos, precisam ser entendidos enquanto tais pelos teóricos da psicanálise, sob o risco de desconhecer algo que consideramos fundamental para o entendimento das vicissitudes dos funcionamentos psíquicos considerados normais ou patológicos. Explicamo-nos, fazendo um resgate de alguns pontos da história das teorizações psicanalíticas sobre o falo.

Freud, ao postular a primazia do falo<sup>58</sup>, não percebeu o caráter defensivo deste apagamento da diferença e do feminino, elevando ao posto de teoria psicanalítica uma teoria sexual infantil. A descrição fenomenológica de alguns afetos e narrativas, como é o caso da inveja do pênis nas meninas e da crença dos meninos de que as meninas são castradas e inferiores, por mais que revele uma realidade existente, deve remeter também ao caráter defensivo das formulações, em vez de elevá-las ao patamar de verdades. O componente defensivo de tais teorias infantis fica bastante claro ao lermos, por exemplo,

---

<sup>58</sup> “[A organização genital infantil] consiste no fato de, para ambos os sexos, entrar em consideração apenas um órgão genital, ou seja, o masculino. O que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do *falo*” (Freud, 1996/1923, p. 158, grifo dele).

as descrições do próprio Freud do sentimento dos meninos com relação às mulheres: “horror da criatura mutilada ou desprezo triunfante por ela” (Freud, 1996/1925, p. 281). Ora, tais afetos tão exacerbados não decorreriam da necessidade de negar e recalcar algo anterior e mais atacante no sentido pulsional? Não estaríamos diante de um movimento típico da lógica fálica, tal qual descrita acima por nós? Saltemos alguns anos e retomemos as críticas que fizemos à posição transcendental do falo em Lacan.

Lacan, ao elevar o falo a uma posição transcendental, o propõe como auto-fundante, explicativo de si mesmo, como vimos a partir da crítica de Derrida e das próprias descrições de Lacan. Ainda, o fato do falo ser o significante da diferença sexual implicaria no famoso aforismo “A mulher não existe”<sup>59</sup>, pois os homens teriam um significante universal que os identifica – o falo -, enquanto “A mulher” se aproximaria de uma fatia não simbolizável do real, sobre a qual nada se pode dizer. Ora, se seguirmos os rastros de Jacques André e de Ribeiro e pensarmos no potencial simbólico do *dentro* e do orifício, vemos que a representação da mulher e da feminilidade não apenas existe, mas é contra ela que se erige a necessidade defensiva da lógica fálica. Como aponta Monique David-Ménard:

*Ao contrário*, quando Lacan diz “A mulher não existe”, ele não exprime somente que ela não se define como universal no que tem de feminino, mas também que sua posição sexuada não é um ato que se escreveria como o que faz exceção a uma regra. (...) Será certamente preciso avessar as coisas, dizendo que é porque os homens têm necessidade de colocar o feminino no lugar do enigma que são levados a dizer, em espelho com relação a eles mesmos, que as mulheres se acham numa posição de excesso com relação ao simbólico, incapazes de dizer de que é feito seu gozo. Este último só parece aos homens tão misterioso porque não tem como alavanca o único gozo representável para eles, do qual seu sexo é o emblema. (David-Ménard, 1998, pp. 106-107).

---

<sup>59</sup> Cf. Lacan, J. (2008/1975). *O seminário, livro XX: mais, ainda*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, pp. 78-83.

Quando Lacan comenta a instauração da castração na saída do Édipo, explica: “em outras palavras, no momento da saída normatizadora do Édipo, a criança reconhece não ter - não ter realmente aquilo que tem, no caso do menino, e aquilo que não tem, no caso da menina” (Lacan, 1999/1957-1958, p. 179). Ao contrário de Lacan, vemos essa interpretação da saída do Édipo justamente como uma falácia do falo, uma vez que o menino, na verdade, deve passar a reconhecer que não tem o que ele *realmente não tem*: a vagina, órgão penetrável da diferença sexual.

Sobre essas representações do feminino que colocam em xeque a lógica fálica, basta lembrarmos de todas as estátuas da antiguidade nas quais a mulher aparece como símbolo da fertilidade, algumas vezes com o ventre (aludindo ao interior do corpo e à reprodução da espécie), os seios e/ou a vagina representados. Veja-se, nesse sentido, a icônica Vênus de Willendorf, um dos achados arqueológicos mais importantes da história da humanidade, datada de 29.500 anos:



**Figura 17 – Vênus de Willendorf, exposta no Museu de História Natural de Viena**

Do ponto de vista clínico e fenomenológico, uma série de fatores nos faz duvidar de que uma maior presença da lógica fálica acarretaria em fronteiras do Eu mais coesas e

identidades menos propensas a descompensações em geral. Pensemos, por exemplo, nos homens, cujas identidades, em geral, por necessitarem uma contraposição maior à passividade originária, fazem maior recurso à lógica fálica do que as mulheres. Ao contrário do que seria de se esperar caso se considerasse o falo como fator de coesão, os homens estão mais sujeitos a diversos efeitos desagregadores das exigências passivas e mortíferas da pulsão.

Podemos encontrar indícios nesse sentido desde as estatísticas de prevalência de saúde mental e psicoses em geral (cf. American Psychiatric Association, 2014), passando pela maior incidência de perversão nos homens, o maior temor que estes (quando enquadrados na heteronormatividade) têm da homossexualidade, chegando até na concretude das manifestações alucinatórias nos casos de psicose. Stoller observa, ao trabalhar a identificação primária com a mãe, que:

Tudo isso pode talvez iluminar as diferenças entre homens e mulheres nas perversões – a ausência de fetichismo *cross-dressing* [vestir as roupas do sexo oposto] e exibicionismo genital como fonte de excitação genital nas mulheres; as diferenças no modo com que os homossexuais homens assistem a suas aberrações em comparação com as mulheres e o modo como a sociedade teme a homossexualidade masculina e não a feminina; o medo da afeminação em tantos homens e a relativa ausência de um medo correspondente de ser masculina na maioria das mulheres; e a frequência muito menor de acusações alucinatórias de homossexualidade nas psicóticas mulheres em relação aos homens... Mas esses resultados são por demais fortes para serem pautados com segurança no meu pouco material. (Stoller, 1968, pp. 264-265, tradução nossa).

Pensemos também nos casos, tão comuns nos consultórios, de neuroses obsessivas nas quais homens heterossexuais temem uma homossexualidade que os ameaça de forma incoercível e profundamente perturbadora. Ou nas provas de masculinidade, espalhadas por diversas culturas e povos, exigidas para que os homens se sintam como tais (cf.

Gilmore, 1994). Ou mesmo nas estatísticas de transexualidade, nas quais há uma prevalência média de 5 casos homem→mulher para cada caso mulher→homem (cf. Lattanzio & Ribeiro, 2017). Mesmo não considerando a transexualidade como uma psicose ou transtorno mental<sup>60</sup>, é inegável a incompatibilidade dessa prevalência com o suposto valor narcísico do falo. Pensemos, também, nos arranjos muitas vezes estereotipados e frágeis, comuns nos agrupamentos masculinos (ganges e torcidas organizadas de futebol, por exemplo), que buscam conciliar demonstrações de poder e força com a colocação do corpo em risco, negando e atendendo, num mesmo movimento, as exigências passivas da pulsão (cf. Ribeiro e Carvalho, 2001; Lattanzio & Barbosa, 2013).

Fica claro, a partir desses exemplos, que o valor narcísico atribuído ao falo é uma falácia, uma estratégia defensiva da própria lógica que lhe é subjacente, no intuito de apagar a alteridade que lhe ameaça, bem como no intuito de negar o desejo de castração/penetração. Ribeiro, em texto recente, se pergunta se uma das consequências de considerar a posição penetrante fálica como recalcante seria imaginar que certo espaço psíquico dos que a ela fazem maior recurso estaria “ao abrigo dos desejos e fantasias ligados à posição penetrada” (Ribeiro, 2017, p. 120). Ele admite que essa seria uma consequência que passou despercebida de sua própria teoria e da de Jacques André, ao associarem a feminilidade ao recalcado e a lógica fálica ao recalcante, e que precisa ser colocada em xeque.

Podemos pensar que essa ilusão das barreiras totalmente coesas e fechadas se situa claramente no plano de uma fantasia defensiva, e inverter o raciocínio. Sendo a lógica

---

<sup>60</sup> Veja-se, nesse sentido, os argumentos presentes no artigo publicado por nós (Lattanzio & Ribeiro, 2017), no qual discutimos a relação das transexualidades com a norma fálica.

fálica uma defesa contra a passividade originária (que, ressignificada *après-coup*, vira feminilidade originária), o recurso maciço a ela como fiadora da identidade coloca os sujeitos em uma posição paradoxal, quase impossível de ser sustentada: ter que negar enfaticamente aquilo que lhes constitui. Isso nos leva a pensar que a melhor defesa não é aquela que simplesmente nega e ao mesmo tempo desconhece o que está sendo negado, correndo assim o risco de que esse elemento desconhecido, porém constitutivo do sujeito, supere a defesa de maneira disruptiva e altamente desorganizadora. A melhor defesa seria, então, aquela que consegue uma forma de lidar com esse elemento ameaçador e constitutivo, que é capaz de circunscreve-lo num espaço seguro e, ao mesmo tempo, possibilitar-lhe escapes, ou seja, formas toleráveis de manifestação.

Assim, um grande desafio se impõe aos significantes e modelos de tradução que ocupam a função de defesa – como é o caso da lógica fálica –, pois eles necessitam cumprir uma dupla função: ser um contra-investimento que possibilite a ligação necessária para a existência do Eu e da tópica, recalçando o excesso inabitável de alteridade e fragmentação relacionados ao originário e, ao mesmo tempo, deixar algum espaço para que as moções pulsionais passivas (muitas vezes associadas à feminilidade) possam emergir. Um absolutismo de qualquer um desses dois lados da função defensiva (excessiva rigidez da lógica fálica ou invasão excessiva das moções pulsionais passivas) levaria ao rompimento das fronteiras do Eu e, podemos pensar, poderia desencadear uma psicose. Ao relacionar, em seguida, tais questões ao Nome-do-Pai, veremos como se desenha um modelo continuísta para compreendermos as neuroses e as psicoses.

#### **4.5. O Nome-do-Pai interpretado à luz das relações entre gênero e consolidação da tópica**

Lacan considera o Nome-do-Pai como a metáfora que possibilita a articulação entre “o complexo de Édipo e seu móbil, isto é, o complexo de castração” (Lacan, 1999/1957-1958, p. 185). O Nome-do-Pai, em Lacan, relaciona-se à possibilidade de significar falicamente o desejo da mãe. Propomos, aqui, uma releitura, entendendo o Nome-do-Pai como a organização do desejo conforme uma lei, a lei da castração, que faz uso defensivo do significante fálico para se contrapor à passividade originária. Nesse raciocínio, o Nome-do-Pai seria a função que condensaria os princípios normativos do Édipo e da castração.

Essa organização do desejo é o que possibilita a articulação de uma unidade possível onde antes havia multiplicidade de posições, tanto no que concerne ao gozo indistinto e sem fronteiras entre penetrável e penetrado, quanto à pluralidade de posições identificatórias refratária ao princípio de identidade. O Nome-do-Pai gera, assim, uma conformação do desejo e das posições subjetivas, que as articula com as condições originárias e passivas do psiquismo. Essa articulação é batizada com o nome do pai pois é ele quem conecta a lógica defensiva da castração à restrição de posições identificatórias do Édipo.

##### **4.5.1. Articular a lei ao desejo, a unidade à multiplicidade, as fronteiras à passividade originária, a lógica fálica à feminilidade das origens**

Se a lógica fálica, como vimos, é uma lógica sempre defensiva e que busca negar a alteridade e seus efeitos pulsionais, é preciso conceber algo que regule sua incidência, que consiga uma formação de compromisso entre as forças de ligação necessárias à

consolidação do Eu e da tópica e as exigências passivas do objeto-fonte da pulsão. A essa conformação articuladora chamaremos Nome-do-Pai, reinterpretando Lacan. Partiremos de algumas indicações presentes no seminário de Lacan sobre as psicoses (que vão na contracorrente de sua interpretação prevalente), que nos ajudarão a interpretar o Nome-do-Pai a partir do gênero.

Em sua análise do caso Schreber, Lacan (1985/1955-1956, p. 102) nos dirá que “o presidente Schreber jamais integrou de forma alguma (...) nenhuma espécie de forma feminina”. Nesse sentido, Lacan aponta para o fato de que algo do feminino precisa ser integrado para evitar um encaminhamento psicótico. A função psíquica desses elementos femininos pode também ser percebida em processos não psicóticos:

Essa função que é, com maior ou menor intensidade, de feminidade pode ter assim oportunidade de ser satisfeita com essa receptividade essencial que é um dos papéis existentes fundamentais. Isso não é metafórico – recebemos realmente alguma coisa quando acolhemos a palavra falada. A participação na relação da fala pode ter vários sentidos ao mesmo tempo, e uma das significações interessadas pode ser precisamente a de se satisfazer na posição feminina, como tal essencial a nosso ser. (Lacan, 1985/1955-1956, p. 100).

Nas psicoses, o que não foi integrado reaparece, apassivando o sujeito diante de injunções que se apresentam como se lhes fossem impostas de fora. A partir de nosso desenvolvimento teórico, podemos formular o problema da seguinte forma: o originário, ressignificado pela feminilidade e fonte de pulsão, passa a exigir um lugar na tópica. É preciso, pois, que a conformação tópica, na qual o Eu está inserido, permita que essas exigências pulsionais obtenham alguma forma de satisfação, que aparecerá como satisfação de uma posição feminina. Nas psicoses, podemos pensar que, frente a algum percalço no processo de instauração da significação fálica, a possibilidade de integração

de uma bissexualidade psíquica fica barrada. As exigências mortíferas da pulsão, assim, não encontram vazão, a não ser desestabilizando a tópica e danificando suas barreiras, o que faz com que os elementos encravados tomem conta do psiquismo. Isso pode ser associado ao fracasso da função desse articulador entre o desejo e a lei, que chamamos Nome-do-Pai. Como pensar as falhas no processo de instauração da lógica fálica, e como relacioná-las ao Nome-do-Pai?

#### **4.5.2. Metáfora paterna ou metonímia paterna?**

De um lado, nos parece bastante claro que a ausência desse articulador entre as condições originárias do psiquismo e a lei gera uma série de efeitos que potencialmente levarão à psicose. No entanto, se lembrarmos do nosso percurso teórico sobre o que denominamos falácias do falo, e se nos atentarmos também para o fato de que muitos dos sujeitos cuja incidência fálica é estereotipicamente maior estão, na verdade, mais propensos a uma série de sofrimentos psíquicos, uma nova complexidade nesse entendimento se desenha. Tal complexidade refere-se ao entendimento de que um recurso exacerbado à lógica fálica pode fazer com que o Nome-do-Pai perca sua característica de articulação, adquirindo assim uma rigidez excessiva que favorece as fraturas da tópica.

Nos *Novos Fundamentos para a Psicanálise*, Laplanche (1992/1987, p. 157) aponta para tal complexidade da análise da tensão entre ligação e desligamento na tópica:

(...) em última análise, portanto, o conflito psíquico é conflito entre pulsões de vida e pulsão de morte. Mais concretamente, na nossa experiência psicanalítica cotidiana, é um conflito entre os processos de ligação e os processos de desligamento. Todavia, isso não nos leva a tomar necessariamente partido a favor da ligação, nem a afirmar que a ligação estaria sempre, forçosamente, do lado da vida biológica, nem mesmo do lado da vida psíquica, pois o extremo da ligação é também o extremo da imobilização. (...) Existe, com certeza, uma morte do psiquismo

por desintegração, morte pela pulsão de morte, mas também existe morte do psiquismo por rigidificação e síntese excessiva, morte do psiquismo pelo ego.

Silvia Bleichmar, ao relatar o caso de uma mãe cujo filho pequeno sofria de um transtorno precoce do sono, observa que “sua rigidização era efeito de um montante de contra-investimento maciço que lhe impossibilitava reconhecer a ambivalência, com risco de tornar-se ódio expulsivo em qualquer momento” (Bleichmar, 1994, p. 15). O que nos interessa nesse relato é a ideia de que um contra-investimento muito maciço rigidifica. No caso do Nome-do-Pai, algum grau de passividade e de acolhimento da multiplicidade de posições pré-subjetivas deve permanecer, caso contrário a passividade irromperá de dentro, produzindo sérios danos à tópica. Para que a inscrição do Nome-do-Pai seja efetiva, é necessário um compromisso entre a unidade e a multiplicidade, entre as fronteiras do Eu e a situação originária de penetração generalizada. E para que isso ocorra, é necessário que a lógica fálica comporte um grau suficiente de flexibilidade.

Além de aumentar a possibilidade de encaminhamentos psicóticos, como veremos a seguir, essas situações nas quais o Nome-do-Pai se enrijece favorecem o surgimento de outros tipos de sofrimento psíquico, de acordo com a intensidade desse enrijecimento.

Pensamos, por exemplo, em descompensações psicossomáticas que, para preservar a tópica e a clivagem estrutural (cuja rigidez não permite formações de compromisso), escoam o pulsional encravado para o corpo, como descrito por Dejours (2001). Da mesma forma, podemos considerar que determinadas montagens perversas seriam uma defesa contra um encaminhamento psicótico, como propõe Flávio Carvalho Ferraz (2011). Podemos reinterpretar tais patologizações defensivas à luz dos referenciais teóricos aqui trabalhados: considerando a rigidez da clivagem estrutural presente nesses casos, o corpo

ou a montagem perversa são invocados como recursos possíveis para preservar a clivagem e a tópica, e assim assegurar que dois modos de funcionamento possam coexistir sem compromisso e sem ameaça à tópica.

Voltemos ao papel da lógica fálica nas psicoses. Em determinado momento de seu seminário sobre este tema, Lacan descreve uma característica comumente encontrada em pais de psicóticos:

Todos nós conhecemos aqueles filhos delinquentes ou psicóticos que proliferam à sombra de uma personalidade paterna de caráter excepcional, de um desses monstros sociais que a gente chama de *monstros sagrados*. São personagens frequentemente muito marcadas por um estilo de irradiação e de sucesso, mas de maneira unilateral, no registro de uma ambição ou de um autoritarismo desenfreados, às vezes de um talento, de um gênio. Não é obrigatório que haja gênio, mérito, mediocridade ou maldade, basta que haja o unilateral e o monstruoso. (Lacan, 1985/1955-1956, p. 232).

Podemos interpretar essa dinâmica da seguinte forma: na tentativa de impor a lógica fálica abrupta e monstruosamente aos filhos, tais representantes da lei acabam por não conseguir inscrevê-la, impedindo que haja qualquer tipo de integração/simbolização dessa feminilidade originária no psiquismo. O fracasso na instauração de uma articulação entre desejo e lei faz com que os efeitos mortíferos e desagregadores dessa feminilidade se manifestem na forma de alucinações e outras vivências de invasão e apassivamento típicas das psicoses. A forclusão (*Verwerfung*), aqui, pode ser entendida como isolamento radical daquilo cuja função seria a de estabelecer um compromisso, uma possibilidade de passagem entre o pulsional mortífero e o princípio de identidade.

A análise que Tarelho (1999a; 2004) faz do caso Schreber encaixa-se perfeitamente aqui, e evocamos um pequeno trecho de sua discussão. Tarelho (2004, p. 43, tradução nossa)

afirma, em uma apreciação do desencadeamento de Schreber: “podemos pensar em uma reedição de uma relação originária de sedução marcada por uma forte ingerência e por um sentimento de total impotência diante de tal ingerência”.

Isso se relaciona ao supereu tirânico e pulsional, elevado à “enésima potência” e que acaba dominando o Eu, tal como descrito por Scarfone (1994) e discutido por nós no terceiro capítulo. Interpretamos, aqui, essa ideia como um supereu que, herdeiro da verticalidade monstruosa presente na tentativa da imposição da lei (um Édipo no qual não há espaço para a feminilidade do menino), aparece como enclave, incapaz de fazer uma ponte entre o pulsional originário e o princípio de identidade. Ao fazer irromper o encravado na tópica, o supereu danifica suas fronteiras de forma irreversível, comprometendo assim o Eu. Podemos dizer que o supereu tirânico e mortífero, típico de algumas psicoses, mimetiza o processo de intromissão da significação fálica, fazendo com que o Nome-do-Pai não tenha a efetividade de uma formação de compromisso. Tarelho (2016) mostra que, na neurose, mesmo que o supereu tenha um núcleo encravado (como também demonstrado por Cardoso, 2002), a efetividade de sua outra face, o Ideal do Eu, faz com que a clivagem estrutural se mantenha. O supereu, assim, é peça central nessa função de compromisso entre o corpo invadido originário e uma instância ideal, asseguradora das funções narcísicas necessárias para que um Eu exista e se consolide<sup>61</sup>.

Ora, relacionando tudo isso à imagem da metáfora paterna, operação de substituição significante, podemos propor o seguinte contrassenso provocativo: a configuração espacial da metáfora é verticalizada, uma vez que um elemento vem em substituição a

---

<sup>61</sup> Nesse sentido, corroboramos essa hipótese a partir de Ribeiro (2000, p. 303), que considera que o supereu, nas neuroses, “é o eu afetado pela pulsão e a pulsão afetada pelo eu: ele é o próprio compromisso, e sua expressão paradigmática é o conflito”.

outro. Para ocorrer uma inscrição da significação fálica que consiga dar espaço para uma integração de elementos femininos, e assim instaurar-se uma efetividade do Nome-do-Pai, não seria o caso de acrescentarmos à verticalidade da metáfora um determinado efeito de horizontalidade metonímica? Mais do que substituição significante, o que estaria em jogo não seria a necessidade de que um significante fizesse uma ponte, uma intermediação, entre os demais, preservando assim algo da efetividade de cada um deles? Uma relação, em vez de vertical, diagonal? Uma *metonímia paterna*<sup>62</sup>? Nesse caso, poderia residir aí uma possibilidade de formular gradações da incidência do Nome-do-Pai?

#### **4.6. Na gênese da psicose, o ápice da lei ou sua ausência: um *continuum* circular**

A incidência do Nome-do-Pai, tomada nessa perspectiva diagonal, distancia-se da lógica binária: não apenas *sim* ou *não*, mas *quanto* e *como*. As diferentes incidências do Nome-do-Pai criam, assim, a possibilidade de estruturas psicopatológicas intermediárias, nas quais importa muito mais entender a lógica da defesa, a estabilidade e a rigidez da clivagem, sua relação com os elementos encravados, a consolidação das barreiras do eu, a configuração do supereu e do Ideal do Eu, o sucesso no uso de defesas, uma maior ou menor capacidade de negociação com os efeitos da passividade originária, entre outros fatores, do que a obrigatoriedade de as situar binariamente: neurose ou psicose. Delineia-se, assim, um *continuum* entre neuroses e psicoses. Tal *continuum* não se coloca como uma suposta homologia entre neuroses e psicoses, dado que essas categorias clínicas se distinguem qualitativamente: enquanto nas neuroses a formação de compromissos entre as exigências pulsionais e o Eu é efetiva, nas psicoses ela falha, gerando danos

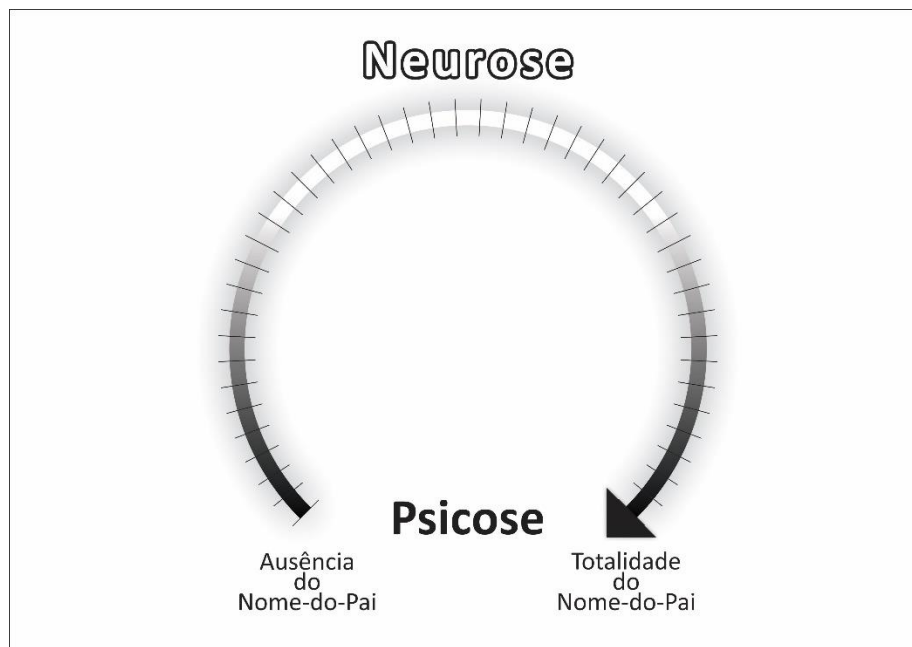
---

<sup>62</sup> A expressão “metonímia paterna” foi originalmente proposta por Ribeiro, no âmbito de um debate em sala de aula.

irreversíveis para o Eu e a tópica. O *continuum*, portanto, coloca-se como a possibilidade de flexibilizar as barreiras que dividem essas duas grandes formas de sofrimento psíquico.

Ademais, como vimos a partir da lógica da terceira tópica, não há uma garantia intrínseca que assegure que um neurótico não possa surtar e ter seu Eu despedaçado de forma irreversível, assim como podemos pensar em casos de psicose onde a clivagem e a estruturação tópica se encontrem relativamente preservadas. Podemos falar, assim, em termos de probabilidades: é altamente improvável que alguém cuja estruturação psíquica é claramente neurótica apresente surtos e se torne psicótico, embora essa possibilidade exista, posto que ninguém está completamente a salvo da desestruturação do Eu, tampouco de descompensações psicóticas ou psicossomáticas.

Com o objetivo de facilitar a visualização de tais desenvolvimentos, propomos a seguinte representação gráfica:



**Figura 18 – *Continuum* circular entre neuroses e psicoses a partir das diferentes incidências do Nome-do-Pai**

Nesta figura temos a neurose ao alto, representada pela cor branca, e a psicose, abaixo, representada pelo preto. Os vários riscos ao longo da linha do Nome-do-Pai representam diferentes possibilidades de localização subjetiva, sendo que tanto a ausência de Nome-do-Pai quanto sua absolutização acarretariam em psicose, como vimos. A transição entre o preto e o branco representa as diversas possibilidades de estruturas mistas – as zonas cinzentas do diagnóstico. Ilustremos algumas das diversas possibilidades de localização subjetiva a partir desse *continuum*.

Podemos pensar, por exemplo, em alguns casos de neurose obsessiva nos quais a rigidez excessiva traz um risco elevado de que manifestações mais comumente encontradas nas psicoses, como delírios e alucinações, apareçam, nos levando assim a pensar em descompensações psicóticas. A título de ilustração desse tipo de transbordamento das fronteiras da neurose, trazemos o seguinte breve relato de um atendimento que realizamos recentemente: trata-se de um caso de impotência sexual psicogênica no qual o estereótipo de uma identidade masculina hegemônica era proporcional ao ataque de determinadas moções pulsionais passivas. Uma prática adotada recorrentemente pelo paciente, de comparação entre o tamanho de seu pênis e de todos os outros homens que via (olhava o volume das calças, se comparava no vestiário do clube, fantasiava a potência dos outros homens, sonhava que um homem arrombava a porta de sua casa com uma arma) o levou ao desenvolvimento de defesas tão rígidas que, em determinado momento do tratamento, uma passagem ao ato de natureza homossexual surgiu na forma de uma tentativa de beijar um conhecido. Não se tratava de uma identidade homossexual reprimida, mas de uma posição pré-subjetiva que irrompeu e, por isso mesmo, causou um verdadeiro quadro – momentâneo – de despersonalização e perda de referência identitária.

A categoria de histeria rígida, tal como trabalhada por Laurent (2012, como vimos no segundo capítulo), pode ser entendida também sob esse viés. Trata-se, afinal, de histerias que, apesar de terem o Nome-do-Pai instaurado, produzem irrupções no corpo que não passam pelo compromisso simbólico do sintoma. Poderíamos pensar, assim, que a consistência do Nome-do-Pai não impediu que manifestações não simbólicas (talvez, possamos pensar, psicossomáticas) aparecessem.

Já as psicoses ordinárias poderiam ser entendidas como estruturas nas quais o Nome-do-Pai se estabeleceu com pouca força e bastante próximo do polo esquerdo, mas a presença de outros elementos na economia psíquica desses sujeitos favoreceu a manutenção das barreiras tópicas.

Ainda, podemos pensar que neuroses mais próximas do polo esquerdo (mas ainda no predomínio do branco) acarretariam uma maior liberdade subjetiva, dado que seriam menos dependentes da norma fálica. De outro lado, as mais próximas do polo direito (também no predomínio do branco) estariam mais presas a formas estereotípicas de defesa. As psicoses mais próximas da ponta esquerda, por sua vez, seriam mais desestruturadas, ao passo que a sucessiva aproximação das zonas mais cinzentas traria possibilidades de estruturação mínima em alguns aspectos. Sobre as psicoses, poderíamos pensar, ainda, que o ápice do Nome-do-Pai seria correlato a uma paranoia “pura”, ao passo que sua ausência absoluta se relacionaria ao excesso de uma invasão do desejo materno, como em certos casos de melancolia e alguns autismos que evoluem para psicoses.

Nesses casos de psicose mais próximos da extremidade esquerda, há menos representações do mortífero vinculadas ao gênero. Como vimos, as representações de sexo-gênero são defensivas e, nesses casos, o que conduz à psicose é justamente a ausência dessas simbolizações defensivas. Nessas formas de psicose, portanto, prevalecem sintomas mais desorganizados, relativos a um despedaçamento mais radical do sujeito e do Eu. O caráter defensivo de ligação efetuado pelo sexo-gênero nem chegou a se instaurar, e podemos pensar em problemas no próprio sentimento de continuidade da existência necessário à criação e manutenção da identidade ontológica como um todo. Remetemos, aqui, à problemática da existência psíquica e da assunção de um lugar de sujeito, trabalhada por Tarelho (2018) sob a nomenclatura de senso ontológico-existencial.

Enfim, podemos perguntar-nos: como pensar o diagnóstico a partir dessa lógica continuísta? Em que essa proposição influencia a clínica e o manejo? No próximo capítulo trabalharemos tais questões ao analisar três vinhetas clínicas. Antes, contudo, vejamos como a apreensão continuísta baseada nas relações entre gênero e constituição subjetiva nos ajuda a compreender alguns fenômenos típicos da psicose.

#### **4.7. Jogando luz sobre alguns fenômenos clínicos da psicose: o empuxo-à-mulher e as dificuldades de se situar perante a diferença de sexos**

A compreensão das relações entre gênero e constituição subjetiva ajuda-nos na devida avaliação da intrigante relação entre a feminilidade e a psicose, como apontada por Lacan ao formalizar o empuxo-à-mulher<sup>63</sup>, orientação feminina de gozo frequente nas psicoses.

---

<sup>63</sup> “... poderia demonstrar, no que ele tem de sarcástico, o efeito de empuxo-à-mulher que se especifica pelo primeiro quantificador, depois de precisar que é pela irrupção de Um-pai como sem-razão que se precipita,

Se, em Lacan, “cabe averiguar que mulher, então, é esta que o psicótico inventaria, sem o registro da castração” (Gama & Bastos, 2010, p. 146), em nossa interpretação, tal fenômeno remete às exigências passivas e femininas dos objetos-fonte da pulsão.

As frequentes alucinações auditivas que desestabilizam os sujeitos ao empurrá-los à posição feminina e passiva confirmam esse caráter de trauma e alteridade vinculado ao feminino. É interessante notar que, em alguns casos típicos de psicose em mulheres, por exemplo, ao contrário do que ocorre em boa parte das psicoses observadas em homens - nas quais as acusações alucinatórias são frequentemente relacionadas à homossexualidade e à colocação em posição feminina - as alucinações auditivas apontam prioritariamente para o excesso e desregramento de uma sexualidade governada pela posição penetrada: “puta”, “vadia”, “piranha”. As vozes, nessas formas de psicose feminina, denotam esse gozo alteritário e apassivado, no qual o “deixar-se atravessar pelo outro” torna-se excessivo e ultrapassa as capacidades de ligação do Eu.

Nesse mesmo sentido, Jacques André chega a afirmar que o outro sexo é sempre o feminino:

Acentuando a oposição entre os termos, podemos afirmar que o *outro sexo*, para qualquer um, homem ou mulher, é sempre o sexo feminino, na medida em que ele está pré-inscrito no psicossoma da criança pela efração sedutora originária do outro (do adulto), e em que, ao ser penetrado, ele repete o gesto e mantém o enigma dessa efração. Ao contrário, o sexo masculino, em sua simbolização fálica, é para todo o mundo o *mesmo*, quer se o tenha ou não. O falo é o primado de um sexo, apenas um, sem outro senão sua própria ausência. (André, 1996, p. 115, grifos do autor).

---

aqui, o efeito sentido como de forçamento para o campo do Outro a ser pensado como o mais estranho a qualquer sentido” (Lacan, 2003/1972, p. 466).

É interessante notar que essa conclusão se aproxima de algumas formulações de Lacan. No entanto, no pensamento de Jacques André, a articulação entre feminilidade e alteridade ocorre não por uma falta de representação do feminino, mas, ao contrário, justamente devido ao fato de o feminino ter uma representação orifical e penetrável, que faz com que ele se torne o recalcado para ambos os sexos.

Para pensarmos na conjugação dessa questão com o Nome-do-Pai, acompanhemos a análise que Ribeiro faz da visão lacaniana de Schreber. Antes de entrar propriamente no caso, ele aponta que:

O corolário do isolamento não conflitivo desse pai que não se compatibiliza é, em nosso entendimento, um certo destempero das forças pulsionais de desligamento relacionadas com o corpo invadido originário e a feminilidade. (...) onde deveria prevalecer o espaço de compromissos que é o eu, prevalece a pura oposição de alteridades radicais que se alternam em suas manifestações hiperbólicas. Para Lacan, no entanto, essas manifestações da feminilidade que inundam as vivências psicóticas são vistas como resultado exclusivo da ausência de um significante que suporte a função de procriação do lado do pai. Na ausência desse significante, o sujeito se vê compelido a forjar imaginariamente uma representação dessa função. (Ribeiro, 2000, p. 309).

Assim, Lacan, ao analisar as manifestações do empuxo-à-mulher em Schreber, desconsidera o retorno mortífero dessa primariedade do feminino enquanto representação do corpo invadido originário, encaixando forçosamente em seu lugar uma transcendência da função ser pai, na esteira da posição transcendental do falo. Vejamos:

O presidente Schreber está falto, segundo o que se sabe, deste significante fundamental que se chama *ser pai*. Por isso é preciso que ele cometa um erro, que ele se embrulhe, até pensar estar ele próprio prenhe como uma mulher. Foi preciso que ele próprio se imaginasse mulher, e realizar numa gravidez a segunda parte do caminho necessário para que, adicionando-se um ao outro, a função *ser pai* seja realizada. (Lacan, 1985/1955-1956, p. 330).

Acompanhemos o esclarecedor comentário de Ribeiro sobre essa torção feita por Lacan:

Estranho retorno no real do que foi foracluído no simbólico! O mínimo que se pode dizer é que esse corpo schreberiano, esse corpo de mulher submetido a todas as penetrações, abusos e invasões, ultrapassa, por sua desmesura pulsional e mortífera, qualquer representação da função do pai na procriação e até mesmo da simples procriação. As manifestações psicóticas de uma feminilidade brutal e dilacerante não são a consequência da ausência de um significante, mas a expressão de vivências originárias de intrusão e fragmentação que não puderam entrar numa formação de compromisso, que não puderam participar de nenhuma bissexualidade simbólica. (Ribeiro, 2000, pp. 309-310).

Acrescentaríamos, aqui, que a aparição desta feminilidade mortífera tem também relação com as falhas na inscrição do Nome-do-Pai, responsável, afinal, por mantê-la recalcada a partir da formação de um compromisso entre ela e a tópica.

As dificuldades comuns que psicóticos e psicóticas enfrentam para se situar perante a partilha sexual (gerando dificuldades inclusive de se manter em relacionamentos mais longos) corroboram esse entendimento. O posicionamento perante a diferença sexual, como vimos, é defensivo, corolário do recalque secundário. Quando essa defesa fracassa, é de se esperar que a inconsistência do recalque apareça nos impasses da identidade sexuada, seja ela masculina ou feminina.

Para pensar os processos de ligação e defesa, buscamos, enfim, extrair as consequências da centralidade do gênero nas formas de produção de subjetividades, entendendo como o conflito psíquico e a psicopatologia ganham novos contornos a partir dessa compreensão. Postulamos, assim, um modelo continuísta das formas de ligação necessárias ao funcionamento psíquico. Vejamos algumas das consequências dessa concepção para se

pensar a clínica, o diagnóstico e as questões ligadas a algumas categorias psicopatológicas.

## **CAPÍTULO 05: IMPLICAÇÕES CLÍNICAS E DIAGNÓSTICAS DA CONTINUIDADE**

### **5.1. Diagnóstico enquanto localização subjetiva**

Mais importante do que desempenhar a função de nomeação, o diagnóstico, a partir da perspectiva continuísta que procuramos construir, deve ser entendido como a possibilidade de apreender uma localização subjetiva. Isso significa que, em vez de fechar o sujeito em um tipo ideal, é muito mais útil compreender determinadas configurações tópicas e modos de funcionamento e de circulação da pulsão. Nesse sentido, retomando os caminhos que percorremos ao longo desta tese, podemos citar os seguintes: indícios da presença de elementos encravados, sua quantidade relativa na tópica (se há uma predominância deles); a clivagem estrutural, sua flexibilidade ou rigidez; a efetividade do recalque; a configuração das barreiras do Eu; a instauração do Nome-do-Pai, sua menor ou maior rigidez, sua capacidade de articulação entre o Eu e a feminilidade originária; o maior ou menor recurso defensivo à significação fálica; o caráter proeminentemente de compromisso ou de tirania do supereu e a instauração do Ideal do Eu. A uma dada configuração clássica de todos esses fatores, certamente dentro de uma margem de variação, chamamos neurose, e a outro tipo de configuração, psicose. Apesar de serem qualitativamente distintas, entre essas duas categorias nosográficas existe uma série de variações, nuances e gradações. Compreendê-las e mapeá-las em cada caso nos fornece uma possibilidade de localizar os recursos psíquicos do sujeito em questão. Logicamente, algumas dessas variáveis assumirão maior centralidade em cada caso, ao passo que outras não se mostrarão inicialmente apreensíveis. Essa compreensão, enfim, possibilita-nos fazer leituras e cálculos clínicos mais adequados à particularidade dos casos. Afinal, ao propor uma continuidade entre neuroses e psicoses não buscamos imprimir uma

homogeneidade ao campo do sofrimento psíquico humano, mas sim aumentar o escopo de nuances e gradações existentes.

O diagnóstico com alto grau de certeza de neurose ou psicose geralmente ocorre quando nos deparamos com configurações clássicas de sintomas e características transferenciais que se mantêm estáveis, mas existem estruturações que não seguem esse modelo e fazem vacilar esses rótulos. A vacilação, contudo, não significa que não se possa ter uma noção suficientemente clara dos casos, muito antes pelo contrário: é na localização do sujeito no *continuum* que se constrói uma visão mais precisa de seu sofrimento e de seus recursos. A ânsia pela definição diagnóstica pode muitas vezes significar uma alienação não apenas do sujeito, que busca um diagnóstico ao qual se agarrar defensivamente (aludimos a alguns profissionais do campo “psi” que fornecem essas definições sem crítica), mas também do analista, que busca uma direção supostamente segura para o tratamento a partir do encaixe forçado do paciente na gama estreita de suas alternativas diagnósticas, com as consequentes direções clínicas que implica – como no leito de Procusto.

Essa problemática da rigidez na compreensão dos casos e na definição da direção de tratamento, ademais, atinge não apenas os casos ditos limítrofes, que habitam a zona cinzenta do diagnóstico, mas também os casos clássicos de neurose e psicose, pois estes com frequência apresentam pequenos (ou grandes) índices de diferenciação dos rumos pressupostos a partir de teorias descontínuas do sofrimento psíquico. Isso significa que a compreensão continuísta da psicopatologia, assim, não incide apenas nos casos de difícil diagnóstico, mas também ajuda, de um lado, a compreender que a loucura, o intraduzível e o fragmentado estão presentes em todos e muitas vezes eclodem alterando o curso de neuroses que até então se desenrolavam de forma típica; de outro lado, a perceber que em

certos casos de psicose, muitas vezes há a instauração, em algum grau, de defesas que são consideradas exclusivas das neuroses, o que permite uma amplitude maior de intervenções.

Logicamente, o processo de desencadeamento de uma psicose clássica envolve uma quebra do Eu e da tópica que deixará marcas em certo grau irreversíveis e, dessa forma, não há como transformar o paciente em neurótico. Contudo, muitas vezes há a possibilidade de utilizar os recursos disponíveis do paciente para construir barreiras intrapsíquicas ou mesmo fortalecer o caráter articulador de certas formações de compromisso vacilantes.

Analisemos, a partir disso que foi apresentado, quatro fragmentos de casos clínicos, para pensarmos em algumas possibilidades de compreensão dos casos e de intervenções possíveis a partir do modelo proposto.

## **5.2. Quatro fragmentos clínicos**

### **5.2.1. O caso Charles: uma interpretação (pré)edípica na psicose**

Ainda hoje é comum, nos casos de psicose, vermos em muitos analistas uma tendência a se contentar com a estabilização, como se não fosse possível haver um salto qualitativo na evolução do caso. Algumas vezes, essa tendência relaciona-se a uma compreensão estereotípica da noção lacaniana (1985/1955-1956, p. 235 *et seq.*) de “secretariar o alienado”<sup>64</sup>, outras simplesmente ao receio de, ao arriscar uma intervenção não

---

<sup>64</sup> Dizemos “compreensão estereotípica” pois a noção de secretariar não acarreta necessariamente uma postura passiva diante dos casos, como aponta Miller a esse respeito: “pode-se entendê-la no sentido copista, ou então no sentido de Hegel quando ele diz: ‘o filósofo é o secretário da história’. O secretário é

convencional, acabar por provocar uma piora do paciente ou mesmo um surto. O fragmento clínico que apresentaremos, nesse sentido, nos interroga sobre essa postura de contentamento com a estabilidade. Trata-se de um caso atendido por David Rosenfeld (2006) e relatado por ele no livro *The soul, the mind and the psychoanalyst: the creation of the psychoanalytic setting in patients with psychotic aspects*. Apesar de discordamos de seus fundamentos teóricos e também de seu furor interpretativo no caso em questão, é bastante interessante o efeito obtido a partir de uma de suas interpretações, que não seria esperado a partir de uma teoria descontinuista, como veremos.

Trata-se do caso de Charles, um jovem de 21 anos cuja família procurara Rosenfeld seis meses após o desencadeamento de uma psicose. Nesse episódio inicial, Charles havia sido tomado repentinamente por discursos exuberantes e delirantes, nos quais acreditava ser jogadores famosos de tênis. No início do tratamento, o paciente se mostrava bastante contido e racional, como se quisesse se defender de uma nova desorganização valendo-se dessa racionalidade acentuada. Algum tempo depois, alguns relatos sobre a presença invasiva da mãe de Charles começam a aparecer, como o fato de ela, há muitos anos, escrever diariamente no diário do filho sua rotina para o dia. Após ficar mais confortável na presença do analista, o paciente começa a descrever sua mãe com mais detalhes: “uma mulher dominadora e demandante, que não podia tolerar qualquer desordem e era intrusiva, mas também afetuosa e depressiva” (Rosenfeld, 2006, p. 150, tradução nossa).

Charles teve dois sonhos que prontamente foram interpretados por Rosenfeld como transferenciais. Detenhamo-nos no primeiro sonho, mais paradigmático: o analista, transmutado em uma espécie de demônio, se encontrava diante do paciente, e este começa

---

quem tem o conceito, ele escolhe ser o destinatário da história, ouvir com atenção isso, mais do que aquilo” (Miller *et al.*, 1998, p. 125).

a ter seu rosto modificado, suas feições começam a mudar, seu nariz, olhos... Rosenfeld interpreta imediatamente, dizendo a Charles que o sonho significava que ele estava com medo do analista, de que o analista poderia muda-lo através de suas interpretações. Ao mesmo tempo, Rosenfeld buscou introduzir confiança na relação, dizendo sucessivas vezes que, se Charles havia se sentido seguro para levar o sonho à análise, era porque via ali um espaço seguro.

Alguns indícios do empuxo-à-mulher (termo não utilizado por Rosenfeld) começaram a aparecer de forma incisiva. Inicialmente, Charles relatou que se sentira cansado certo dia e apoiara-se nos ombros de seu pai, ao que foi tomado por uma paralisia e uma sensação de estranhamento. Rosenfeld logo interpretou, dizendo a Charles que ele vira seu desejo de ser cuidado pelo pai como uma “parte feminina” intolerável. Pouco tempo depois disso, Charles começou a entrar em crise, inicialmente em um episódio no qual pediu ao analista para lhe enforcar, sendo novamente interpretado: “o que você quer matar é a sua parte que acredita se tornar uma mulher se você chega perto de mim, como quando chegou perto de seu pai e o abraçou” (*ibid.*, p. 154, tradução nossa). Poucas sessões após, Charles relata que tivera uma relação sexual com uma mulher e que algo estranho lhe acontecera durante o orgasmo, ele ficara amedrontado, como se algo externo tivesse se apoderado dele. Logo no dia seguinte, o paciente começara a sentir que estava sendo telepaticamente controlado, inclusive por Rosenfeld, a sentir “coisas engraçadas” no seu corpo e a pensar que as pessoas na rua eram meio homens, meio mulheres. Após Charles verbalizar intenções suicidas, Rosenfeld decidiu recomendar sua internação momentânea.

Após algum tempo de hospitalização, a mãe de Charles lhe fala, na presença do analista, que ele estava curado, que nunca estivera tão bem, sendo que ele ainda estava em plena

crise. Após um par de semanas, Charles recebeu alta e, em uma consulta com Rosenfeld, lhe disse que sua mãe o estava levando a uma médica curandeira, que fazia coisas malucas, jogava Tarot e fazia mágicas com suas mãos, e que a mãe lhe havia dito que ela o curaria muito melhor que seu analista. Em uma conversa com a mãe, Rosenfeld confirmara que o relato era verídico e, a partir disso, decide marcar uma sessão conjunta com Charles e seus pais, durante a qual dirigiu-se à mãe nos seguintes termos:

(1) Você não consegue suportar a ideia de parar de controlar a cabeça de Charles, como se ele fosse uma marionete e você a única a manipular sua mente. (2) Você o faz acreditar que eu sou um estúpido e inepto, e a única pessoa bem-sucedida é a mãe. (3) É a mesma coisa que você faz com Charles e seu pai: você o faz acreditar que seu pai é estúpido, um idiota, como você o faz acreditar que eu sou estúpido, um idiota, e que não sei como curá-lo. (4) É assim que você enlouquece Charles. (5) Você tem ciúmes de que seu filho tenha se tornado independente de você, e você quer continuar tratando-o como uma parte de seu corpo e de sua mente. (Rosenfeld, 2006, pp. 159-160, tradução nossa).

Ao ler essa intervenção, a maioria dos analistas provavelmente pensará que Rosenfeld jogou uma pá de terra nas possibilidades de estabilização de Charles. Curiosamente, no entanto, o efeito foi o oposto. Nas sessões seguintes, Charles começou a mostrar um nível de independência e autonomia inédito até então, e a última notícia que Rosenfeld nos dá do caso é de que Charles se candidatara a uma bolsa de estudos em um país estrangeiro, pois gostaria de se distanciar da família.

Pois bem, busquemos compreender o que se passou nesse caso. De partida, podemos diferenciar o estilo de interpretação de Rosenfeld daquele que seria preconizado a partir de uma lógica descontinuísta em psicopatologia psicanalítica. Vejamos a diferença:

No tratamento da neurose o sujeito suporta uma neurose de transferência e a interpretação. Na psicose, o analista não compreende e também não remete o sujeito psicótico à impossibilidade do

simbólico. O analista busca, sim, testemunhar, sustentar significantes do sujeito psicótico capazes de dar contorno ao real, capazes de dar contorno a este sujeito que vive às bordas da loucura e que pode, a qualquer momento, despencar no furo da psicose. (...) o analista sustenta os significantes do sujeito tendo como princípio ético o respeito àquilo que o próprio paciente traz na transferência. O analista não interpola o sujeito psicótico com as suas “compreensões” ou o remete à impossibilidade do simbólico, pois se entende o delírio como uma *cura* (...) do sujeito psicótico. (Hermann, 2004, p. 286).

Vemos que Rosenfeld, ao contrário, inunda de sentidos simbólicos todas as suas interpretações. Nossa opinião, nesse imbróglio, vai contra o estilo de Rosenfeld, pois nos parece muito lógico que o cálculo de uma intervenção ou de uma interpretação em um caso de psicose deve levar em conta os pontos de fragilidade da estruturação subjetiva, sendo certamente mais complexo e delicado do que em um caso de neurose, dado o risco de desencadear um novo surto. Consideramos que teria sido mais apropriado, especialmente nos momentos em que o empuxo-à-mulher começou a aparecer, que Rosenfeld tivesse feito intervenções de contenção, e não no sentido de trazer à tona os elementos atacantes ao interpretar o significado simbólico do medo de abraçar o pai. Acreditamos que Rosenfeld, nesse momento, contribuiu para o surto que veio a ocorrer.

No entanto, e aqui está o elemento de “novidade” do caso, a interpretação que visou colocar uma barreira na intrusão materna, apesar de selvagem, teve efeitos surpreendentemente interessantes, dado que gerou uma autonomia nunca antes vista em Charles. Somos levados a pensar, assim, que, nesse momento, Rosenfeld conseguiu, mesmo que pela via da tentativa e erro e movido pela contratransferência, localizar algo próximo de uma instauração ainda inconsistente do Nome-do-Pai, e intervir simbolicamente para reforçá-la. Testemunhamos, afinal, o sucesso desse reforço na medida em que as barreiras da tópica são consolidadas (e conseqüentemente o Eu e

também a clivagem estruturante) de modo a conter a irrupção de elementos encravados atacantes. Apesar de ter passado por uma forte crise, o caso de Charles, tomado em seu conjunto, obteve uma considerável melhora qualitativa, e poderá se estabilizar em um nível de resolução tópica diferente, apesar de que, claro, continuará sendo psicótico. Acreditamos que tal salto qualitativo só foi possível pelo fato de o analista se permitir interpretar, mesmo diante da psicose. Logicamente, o cálculo dessas interpretações poderia ter sido muito mais cuidadoso.

Nesse sentido, podemos pensar que Rosenfeld desconsidera algumas importantes diferenças entre neuroses e psicoses, dado que ele interpreta estereotipicamente um sujeito cuja estruturação psíquica é nitidamente mais frágil. Seu manejo clínico, assim, se encontra no extremo oposto de uma lógica descontinuísta, qual seja, uma lógica da homologia entre neuroses e psicoses. A efetividade de uma interpretação específica, no entanto, nos mostra que uma configuração psicótica “se colocou a trabalho” a partir de uma interpretação (pré)edípica sobre a invasão da mãe, o que não ocorreria se algum traço da significação fálica não estivesse instaurado, mesmo que precariamente, para permitir ao sujeito uma mediação entre a interpretação e seu mundo subjetivo. Uma visão continuísta da psicopatologia, pois, permite que esse tipo de intervenção tenha lugar (e, portanto, que não nos contentemos com a estabilidade em casos em que se avalia a possibilidade de melhoras qualitativas), sem, contudo, desconsiderar a especificidade estrutural da psicose.

### **5.2.2. O caso “Sr. Garance”: ninguém está ao abrigo das manifestações do amencial**

Christophe Dejours (2012) relata um interessante fragmento clínico, de um episódio ocorrido com seu paciente, o Sr. Garance. Até aquele momento, o paciente demonstrara ser um neurótico relativamente típico. Uma descompensação somática que tivera, contudo, faz irromper uma série de conteúdos até então encravados. A somatização se deu sob a forma de um episódio superagudo de vertigens, acompanhado de náuseas, vômitos e dores abdominais intensas, o que demandou sua hospitalização por vários dias. Mais tarde, recebeu o diagnóstico de uma neurite labiríntica aguda de origem desconhecida, talvez de fundo virótico. A descompensação ocorreu quando o Sr. Garance estava numa fazenda, com sua câmera fotográfica, após um copioso almoço, no qual estava sentado à mesa com uma ruiva que o chamou atenção, bem como com sua esposa e outras pessoas. Após o episódio, foi levado ao hospital, onde ficou internado alguns dias, e posteriormente retornou à análise.

A força das vivências angustiantes, a sensação de estar entre a vida e a morte, a irrupção de elementos atacantes, tudo isso fez com que o paciente formulasse uma ideia delirante:

E, posteriormente, continuando a associar, lhe sobrevém a seguinte questão: ele se pergunta se esse acidente não terá sido causado por sua máquina fotográfica. Naquele dia, com efeito, ele tirou muitas fotos. E ele sentiu como que uma corrente elétrica que vinha da máquina fotográfica e que poderia ter ocasionado o desencadeamento dos transtornos neurológicos. Ele irá, então, levar seu aparelho ao fotógrafo para examiná-lo. De pronto, fiquei desconcertado. Trata-se – nem mais, nem menos – de uma ideia delirante. Associada a uma descompensação somática! (Dejours, 2012, p. 394).

No curso da análise, é possível seguir algumas trilhas e perceber como se deu a ativação desse conteúdo amencial. A câmera e a cena da fazenda de alguma forma remeteram às mensagens intraduzíveis que recebera de seu pai, um exibicionista sádico “que se entregava a verdadeiros massacres, matanças de animais, diante de seu filho” (Dejours, 2012, p. 395). O pai, tomado por uma reação homossexual feroz diante do sexual infantil nele despertado pela presença do pequeno Garance, “não consegue fazer nada além de aterrorizar o filho, convidando-o a assistir cenas de carnificinas sangrentas que espantam a criança e a paralisam, chegando até mesmo a fazê-la perder o controle de si e a defecar” (Dejours, 2012, p. 399). Vejamos algumas associações:

O pai era um grande caçador. Ele não se contentava em matar a caça; ele levava consigo o filho, enchia uma tigela de vinho, que ele mandava o filho carregar; depois, segurando um coelho pelas patas traseiras, ele lhe arrancava os olhos para fazer jorrar o sangue diretamente na tigela (cf. os olhos vermelhos da mulher ruiva e o voyeurismo). (Dejours, 2012, p. 395).

Expliquemos alguns desses pontos. O voyeurismo foi a forma que o paciente encontrara, há alguns anos, de dar vazão à problemática sádica de sua relação com o pai: ele passara a tirar fotos de sua companheira nua, em posições “escabrosas”. Oito dias antes do almoço na fazenda, o Sr. Garance havia estado na casa de uma antiga amiga, que mora no interior, também ruiva, e que havia lhe contado sobre problemas vasculares de sangramento que tinha e que desencadeavam hemorragias vulvo-vaginais quando tentava manter relações sexuais. “Não podem me tocar”, ela lhe disse, ao mesmo tempo em que o instalou na cama dela para passar a noite, ocasião na qual ele desenvolveu uma herpes labial. Ele ficara muito impressionado com essa história e, no almoço da fazenda, onde se encontrava presente uma outra ruiva, ele a fotografara por achá-la bonita. Isso tudo se soma e permite pensarmos o seguinte encadeamento:

Tem-se, portanto, no fim das contas, um encadeamento em dois tempos: o primeiro tempo traumático com a amiga do interior, o cabelo ruivo, a beleza, a proximidade, o sangue, as hemorragias, o não-tocar (apenas o direito de olhar?). A herpes aparece. E, oito dias mais tarde, um encontro com outra ruiva, beleza, proximidade, não-toque, a pupila vermelho-sangue, as fotografias. Um segundo tempo, portanto, *a posteriori*, desencadeando a crise neurológica, provavelmente sobre o fundo de uma virose em evolução, que sofreu, então, um agravamento crítico. Algo nessa conjuntura faz mensagem, mas essa mensagem é intraduzível. (Dejours, 2012, p. 395).

A soma dessas situações reenviou aos enclaves relacionados a essa relação passiva e traumática diante de um pai devorador, abalando assim a clivagem responsável por manter esses elementos isolados. Percebemos que essa desestabilização da clivagem estrutural, que faz contenção para o amencial, não se dá por associações simbólicas, mas sim por conexões quase sensoriais de *flashes* de cenas, lampejos de momentos traumáticos, índices de percepção que não circulam na tópica. No caso do Sr. Garance, esses elementos encravados extravazam, num primeiro momento, na descompensação somática; num segundo momento, aparecem sob a forma de uma ideia delirante. Podemos compreender esse segundo momento considerando que, se a clivagem estrutural foi desestabilizada, e se ela mantém relações estreitas com a própria consolidação da tópica e do Eu (dado que o recalque secundário é seu ponto em comum), é de se esperar que sintomas relativos a uma desorganização tópica apareçam (como veremos, no decorrer do caso, isso faz aparecer inclusive uma feminilidade mortífera pela via do trabalho do sonho). Na medida em que o inconsciente amencial é entendido como presente em todos, como vimos no terceiro capítulo, todos potencialmente estão sujeitos a descompensações somáticas ou psicóticas, bastando, em tese, uma conjunção de fatores com força suficiente para ativar esses enclaves e, assim, abalar a clivagem e a própria tópica. Esse abalo, enfim, pode ser temporário ou definitivo, este último significando o desencadeamento de uma

psicose. Não obstante, quanto mais próximas da neurose clássica são as organizações tópicas de cada um, obviamente mais improvável é a chance de se desencadear uma psicose.

Voltando ao caso, pensemos brevemente as possibilidades de mudanças naquilo que se encontra encravado. Dejours acredita que:

... o inconsciente amencial, talvez, não esteja completamente fora do alcance de um rearranjo pelo trabalho analítico. A clivagem entre o setor organizado pelo inconsciente recalcado e o pré-consciente, de um lado, e o setor ocupado pelo inconsciente amencial, de outro, está presente, me parece, em todo ser humano. Em certos arranjos, essa clivagem dura toda uma vida. Em outros casos, ela é desestabilizada, o que escande os episódios de descompensação como aquele do senhor Garance. Na medida em que o trabalho de análise transcorre bem, uma parte do que está oculto no inconsciente amencial pode ser repatriado em outro setor e dar ensejo, então, a um trabalho de tradução que permite reconquistar os jogos do corpo até então proscritos. O que importa no processo em questão não repousa sobre a interpretação exaustiva que o analista faria, certo dia, do paciente, mas sobre uma forma de trabalho psíquico bem particular, realizada pelo próprio paciente. Esse trabalho passa pelo sonho, trata-se de uma perlaboração pelo sonho. (Dejours, 2012, p. 399).

O sonho, seria, assim, uma via privilegiada para o rearranjo do amencial, especialmente por colocar o corpo no cenário de sua perlaboração. No caso do Sr. Garance, trata-se de um sonho que traz elementos de feminilidade como possibilidade simbolizante desse amencial e, simultaneamente, reenvia aos tempos originários de vivências múltiplas do gênero, nos quais ainda inexistia uma diferenciação dos sexos. Acompanhemos o sonho relatado pelo Sr. Garance:

Ele está em um serviço hospitalar sob a direção de um médico que não é outro senão Madeleine (sua mulher). Ela lhe mostra como se examina o corpo de um doente. Depois, ele se encontra prestes a fazer o exame proctológico de um homem. O homem está na posição em que os

maometanos rezam (*procubitus*). Seu ânus é grande e está aberto por um tubo metálico que deve ter um diâmetro "ao menos cinco vezes maior que um anuscópio". O buraco do traseiro está bem aberto. O senhor Garance deve se aproximar para fazer o exame, mas seu olhar se embota, ele quase tem uma vertigem e não vê mais nada no interior do tubo. Ele deve introduzir, nesse tubo, uma pipeta do tipo que se utiliza nas cavas para pipetar o vinho no tonel. E a pipeta não pode se quebrar. Então, ele é tomado por tremores nas mãos. Mas, em seguida, ele deve retirar o tubo metálico que dilata o ânus. Só que a borda anal está tão distendida que a operação se torna difícil e perigosa, pois se deve ter cuidado para não provocar uma ruptura perianal no momento da extração. Isso se apresenta mais ou menos como aquilo que é preciso fazer para tirar um pneu do aro da roda, pouco a pouco. É preciso fazer o tubo circundar a borda anal progressivamente. Isso se assemelha às dificuldades que o obstetra encontra quando ele quer desprender a cabeça do recém-nascido da vulva, sem rasgá-la (cf. a ideia de renascimento que acompanhou sua estada no hospital). (Dejours, 2012, p. 400).

As associações do paciente caminham na direção de uma confusão entre masculino e feminino: a pipeta, por exemplo, “obviamente, entra, penetra, mas ela é feita também para aspirar, para pipar, ou pipetar” (Dejours, 2012, p. 400). Em uma de suas associações, o paciente remete a práticas de *fist-fucking*<sup>65</sup>, crendo efetivamente “ter ouvido falar de práticas sexuais desse gênero que conduzem a desdiferenciar os sexos” (Dejours, 2012, p. 400). Ora, considerando a anedota de Laplanche, de que o pequeno Hans seria um dos co-autores do complexo de castração, vemos que o Sr. Garance seguiu o roteiro à risca nesse sonho.

### **5.2.3. O caso Bernardo e a instabilidade da identidade sexual**

Recebemos o caso Bernardo em supervisão. O analista responsável por atendê-lo nos relatou que Bernardo, um estilista com pouco mais de 30 anos, oriundo do interior do

---

<sup>65</sup> Prática sexual que consiste na penetração anal ou vaginal com o punho fechado.

nordeste brasileiro e que se fixou em Belo Horizonte, procurou tratamento por estar “desesperado” e ter “perdido sua identidade”. Relatava estar com síndrome do pânico, diagnóstico ao qual se agarrara após passar por um psiquiatra anterior. Quando jovem, Bernardo “cismara” que era portador de HIV, imaginando-se num estado grave e perto da morte. A partir daí, sempre sentia que algo de trágico estava para lhe acontecer. As crises, no entanto, se intensificaram a partir de um acontecimento específico: em um bar onde encontrara alguns amigos e conhecidos, Bernardo sentiu-se incomodado com a proximidade corporal de um homem, chegando quase a ficar perturbado com a cena. Tratava-se de um antigo colega seu, que lhe contara das relações sexuais que mantinha com sua esposa, fato que fez Bernardo sentir-se menos másculo diante dele, apesar de Bernardo ser casado e ser também sexualmente ativo (sua esposa estava grávida e eles já tinham, ademais, dois filhos advindos dessa relação).

Alguns dias depois dessa cena, esse antigo colega por acaso esbarra com a esposa de Bernardo em um *shopping*, sendo que conversam rapidamente. A esposa, ao chegar em casa, comenta com Bernardo: “nossa, ele tem a voz bonita”. De acordo com Bernardo, após ouvir o comentário da esposa, ele se imaginou em seu lugar para verificar se a voz do colega era mesmo bonita e, nesse momento, foi tomado por uma estranha sensação feminina, de se sentir como uma mulher. A associação dessa sensação com a cena anterior de aproximação dos corpos desencadeou a primeira crise de angústia e, em seguida, os pensamentos compulsivos a ela relacionados tornaram-se, *a posteriori*, desencadeadores das chamadas crises de pânico.

Bernardo começou a ter fantasias que lhe assaltavam a mente e causavam grande angústia: imaginava, sempre que via um homem que considera bonito, se sentia atração sexual por

ele ou seria apenas uma admiração estética. Imaginava também cenas nas quais era “violado por trás”, por vários homens. Começou a se perguntar se era gay, se sentia atração por homens, apesar de sempre ter sido heterossexual e ter sentido atração por mulheres. Podemos conceber, aqui, a possibilidade de que venha a ocorrer uma passagem ao ato homossexual, que não significaria que Bernardo é homossexual, tampouco que é psicótico. No entanto, tal dúvida angustiante foi além, e Bernardo começou a perguntar ao analista: “sou um homem ou uma mulher?” A identidade sexuada de Bernardo estava vacilando, o que lhe causava verdadeiras crises de despersonalização. Nas palavras do paciente: “Perdi a identidade. Sabe carteira de identidade, essa que você usa para se identificar, com a sua foto, e que identifica quem você é? Pois é, eu perdi a minha carteira de identidade e não encontrei mais”. E acrescenta: “para mim, há uma ausência da imagem sexual... É como se uma mulher estivesse invadindo o meu pensamento, tomando conta da mente”.

Nesse ponto, é importante que façamos uma diferenciação: há uma certa recorrência, na neurose obsessiva, de casos em que a dúvida neurótica se refere ao que chamamos de escolha de objeto (que de escolha não tem nada, aproximando-se mais de uma resposta compulsiva ao que Lichtenstein chama de “tema de identidade”) ou orientação sexual. Nesse caso, a questão vai além, o que vacila é o posicionamento perante a diferença sexual que, como vimos, é o que garante a consolidação da tópica. Isso explica os sintomas de despersonalização; afinal, a própria tópica vacila junto com a identidade sexual<sup>66</sup>, e vêm

---

<sup>66</sup> Tal discussão sobre a relação entre estabilidade da tópica e identidade sexual nos fez lembrar de alguns casos de transexualidade, nos quais a mudança no sentimento de pertencer a um dos sexos se dá tardiamente na vida no sujeito. Os casos nos quais a mudança não se faz acompanhar por despersonalizações ou sensações de perda de referência nos interrogam sobre a possibilidade de que a consolidação da tópica, uma vez obtida, pode ter relativa independência quanto ao posicionamento sexuado. Aqui, cabe diferenciar os casos a que nos referimos de duas categorias: de um lado, pessoas que fazem a transição tardia por terem ficado “no armário” durante toda uma vida, devido às dificuldades de ordem social, e encontram tardiamente coragem para adequar os predicados de identidade ao sentimento íntimo que já tinham de pertencer ao outro sexo. De outro lado, casos em que essa mudança atende mais a fins políticos do que

à tona tanto a feminilidade originária quanto o amencial, expresso nos sintomas somáticos.

No percurso do caso, Bernardo tem conseguido associar e relacionar suas problemáticas à sua história de vida. Recorda, por exemplo, de uma cena na qual presenciou seu pai agredindo fisicamente sua mãe, e relata que este foi um momento de grande depreciação da imagem do pai. Reflete sobre seu casamento, que já dura quase uma década: escolhera uma mulher exuberante e ao mesmo tempo controladora, que responde tanto aos imperativos de estar à altura de uma masculinidade estereotípica quanto possui um semblante fálico que serve de contenção ao paciente. Nesse sentido, é interessante notar como ele é refém de um supereu tirânico, que lhe impõe uma masculinidade a ser performada (no casamento, na paternidade, no fato de ser bem-sucedido, de frequentar alguns espaços masculinos...), contudo isso vacila.

Interessante registrar que esse caso foi apresentado pelo analista em uma jornada de psicanálise vinculada à teoria lacaniana, e a grande maioria dos debatedores considerou certamente como uma psicose, ao passo que um deles, percebendo a insuficiência do binarismo neuroses-psicoses, considerou um “típico caso borromeano”. Remetemos, aqui, à discussão que fizemos no segundo capítulo sobre a dicotomia entre os casos que se encaixam no primeiro classicismo lacaniano e os que se encaixam no segundo, entendendo-a como um sintoma de dois paradigmas teóricos mutuamente excludentes em vários aspectos. Pois bem, tratar esse caso como psicose seria, em nossa visão, um reducionismo que em nada contribuiria para seu avanço. O paciente, afinal, tem avançado

---

propriamente identitários (os quais são interessantes, contudo não trariam a expectativa de quebra da tópica). Tais casos, enfim, se bem relatados, poderiam ser um bom material de análise sobre tais relações entre gênero e estabilidade da tópica.

em suas associações e simbolizações. Ao mesmo tempo, tratar como uma neurose clássica não disponibilizaria ao analista as ferramentas de contenção muitas vezes necessárias. Nesse caso, assim, acreditamos que o Nome-do-Pai tenha se constituído, contudo com consistência insuficiente para resguardar o Eu dos ataques do originário.

É ainda interessante notar um último detalhe do caso: mesmo uma escolha profissional tida socialmente como feminina não foi suficiente para propiciar uma mediação entre a feminilidade mortífera e o Eu. Nesse sentido, o caminho, em nosso entendimento, é conseguir que o paciente construa uma formação de compromisso eficaz entre essa feminilidade, que tem força suficiente para abalar a tópica, e o Eu. Nesse sentido, cabe notar que, recentemente, o paciente tem se interessado por outras formas de arte, o que tem sido incentivado pelo analista e causado bem-estar a Bernardo. Seria essa uma via de trabalho, já que a arte, ao suportar alguns aspectos do desligamento, seria um tratamento possível dessa feminilidade?

#### **5.2.4. O caso Bia: um desejo materno que não faz compromisso com o falo**

Bia, uma mulher de 25 anos, veio procurar análise dizendo estar numa fase de mudança em sua vida: terminara um namoro de vários anos, no qual ela se via como ciumenta demais. Agora precisava aprender a viver sozinha, sem depender de um outro. Essas duas questões – o ciúme e a dependência – a fizeram participar de dois grupos de ajuda mútua: o MADA (Mulheres que Amam Demais) e um grupo de co-dependentes anônimos: “é porque eu preciso de alguém que dependa de mim; aprendi a ser assim com meu pai, que era alcoólatra e dependia de mim para cuidar dele”.

Foi depois de alguns meses de análise que Bia relatou, com muita mágoa, que sua mãe ainda batia nela às vezes. Quando a mãe sentia raiva dela por um motivo qualquer, pegava, por exemplo, o controle remoto da televisão e batia em Bia com ele. Também disse que sentia culpa em relação à mãe, mas não sabia por quê. Após alguns minutos de associações, lhe veio à cabeça uma imagem sua passeando com seu pai, quando tinha por volta de treze anos. Disse que, nessa época, tinha medo de sair com o pai, pois as pessoas poderiam pensar que ele era seu namorado. Isso a incomodava, porque todos achariam estranho ela namorar um homem mais velho. Também lembrou outra cena, mais distante, quando tinha cinco anos, montada no pescoço de seu pai e passeando pelo parque para, em seguida, comentar sobre a “tragédia” que representou para elas, mãe e filha, a descoberta de que o pai tinha outra mulher, e sobre o difícil divórcio em decorrência desse fato.

O curso dessas associações (culpa em relação à mãe; medo de pensarem que o pai era seu namorado; um passeio pelo parque nos ombros do pai; o divórcio) me levou a pensar em um complexo de Édipo caricatural, no qual a menina, apaixonada pelo pai e tendo também fortes afeições dirigidas à mãe, sentia culpa em relação a esta. Algumas interpretações foram feitas nesse sentido, com as quais Bia consentiu, no entanto bastante consternada.

O interessante foi que, em todas as sessões que se seguiram a esse dia, até o momento presente, as falas de Bia se concentraram na sua relação com a mãe. A cada semana, Bia percebia mais como suas reações emocionais, seu ciúme, sua dependência, eram características, na verdade, de sua mãe. E ela, Bia, quem era? Ela não sabia mais. Alguns pequenos episódios de despersonalização ocorreram nesse período do tratamento. Junto com Malvine Zalcberg, podemos entender esse fenômeno:

A história particular que cada menina escreve com sua mãe, ao longo de sua infância e adolescência, costuma – e fora este seu caso – deixar na filha uma indiferenciação em face da mãe em aspectos que tocam à sua identificação própria como mulher. É o corpo e o desejo da mãe que se apresentam “mais fortes” do que os dela. (Zalberg, 2003, p. 13).

Como vimos nos capítulos 3 e 4, o Édipo é uma narrativa secundária, recalcante. No presente caso, ele apareceu como uma camada mais externa dos materiais e, logo em seguida, apareceu uma relação marcada por uma passividade mais fundamental, pela presença devastadora da mãe e a impossibilidade de construir barreiras intrapsíquicas.

Tais questões se intensificaram quando Bia reatou com seu ex-namorado, com planos de se casar. O relacionamento com ele, apesar de toda a percepção que Bia vinha tendo da inadequação de seu ciúme e da repetição dos comportamentos da mãe, não foi fácil. Voltou a ter “crises de ciúme”, a desconfiar de cada passo de seu namorado. Um episódio ilustrativo ocorreu quando Bia ficou muito magoada com o fato de seu namorado, em vez de comprar alianças, ter comprado uma viagem a Portugal. Ela se sentiu menosprezada por ele, deixada de lado. “Esquecera-se”, no entanto, que a viagem a incluía, que os dois viajariam juntos. Uma observação de Freud (1996/1931, p. 239) vem a calhar aqui: “observamos que muitas mulheres que escolheram o marido conforme o modelo do pai, ou o colocaram em lugar do pai; não obstante repetem com ele, em sua vida conjugal, seus maus relacionamentos com as mães.”

Na fase de preparativos para o casamento, ao avisar sua mãe dos planos, Bia ficou muito triste com a falta de incentivo que recebeu. A mãe colocara todos os empecilhos possíveis à realização do matrimônio, dizendo à filha que ela iria estragar sua vida, ficar repleta de responsabilidades, perder a chance de ter uma carreira, de fazer mestrado, de viajar, entre

tantas outras coisas. Bia sentiu-se arrasada quando sua mãe recusou seu pedido de ajuda para escolher o vestido de noiva. Em outra ocasião, a mãe lhe dissera que, se casando, a deixaria sozinha e em depressão. Tamanha era a força das palavras da mãe sobre Bia que esta, antes feliz e tranquila com a decisão de se casar, começou a colocar em xeque sua futura felicidade. Resquício do período pré-edípico, a identificação maciça de Bia com a mãe chegava a assumir contornos de indiferenciação: de quem, afinal, eram o desejo e o medo? Bia saía de algumas sessões atordoada, sem saber se suas dúvidas em relação ao casamento eram realmente dela ou da mãe.

A mãe, contudo, no plano racional, sabia da inadequação de sua hostilidade ao casamento, dizendo estar “trabalhando isso” em sua terapia. Ela, então, presenteou a filha com uma carta de consórcio que já havia pago, no valor aproximado de um carro, com a intenção de ajudar a pagar a entrada do apartamento que ela compraria. O namorado (agora noivo), entretanto, disse-lhe que seria melhor que ele usasse esse dinheiro para pagar um empréstimo seu, de forma que seu crédito ficaria limpo e a subsequente avaliação favorável ao financiamento por parte do banco possibilitaria que o número de parcelas diminuísse. Especulações financeiras à parte, o que interessa aqui é a reação de Bia a tal pedido de seu noivo. De um lado, ela sabia que, ao ingressar numa vida de casal, deveria pensar que, se o noivo quitasse suas dívidas, seria bom para os dois e o apartamento seria pago mais rapidamente; de outro, ela sabia também que, se relatasse isso para a sua mãe, esta desaprovava e diria que dera a carta de consórcio para o apartamento, e não para o genro quitar suas dívidas. Ou Bia, ao negar o empréstimo a seu noivo, trairia o seu ideal de um casal harmonioso, ou, ao emprestar o dinheiro, seria taxada de estúpida por sua mãe. Tanto a desaprovação da mãe quanto a percepção de negar algo ao noivo por medo da mãe lhe seriam de um peso insuportável, e foi no horizonte dessa dúvida que surgiu

um enigmático sintoma: uma coceira entre as coxas. À noite ela coçava as coxas com tanta força que se feria e sangrava; no dia seguinte, ela arrancava o sangue coagulado com as unhas de forma a sangrar mais e a coçar mais. Quando não aguentava de dor, apertava um cobertor “entre as pernas”, com força, e ficava assim durante alguns minutos, estática. Foi grande a minha preocupação, pois essa compulsão estava lhe causando muito sofrimento. Ao falar mais sobre sua coceira, Bia associou a parte interna de suas coxas à sua feminilidade - feminilidade que, ao descobrir-se alienada na repetição compulsiva dos enclaves decorrentes de sua relação com a mãe, se aflorou na coceira e nas marcas que esta deixa no corpo. No entanto, apesar de se colocar no horizonte da impossibilidade de isolar algo que ataca a partir do encravado, tal sintoma tem uma construção simbólica histórica, dado seu caráter representacional (“entre as coxas”, feminilidade...). Dessa forma, as associações feitas em análise fizeram com que o sintoma diminuísse até desaparecer. Atualmente, a análise caminha no sentido estimular Bia a construir barreiras intrapsíquicas que a resguardem dessa invasão maciça da feminilidade materna, que não se mostra passível de entrar em uma formação de compromisso com o significante fálico. Dessa forma, a direção de tratamento é fortalecer a clivagem estrutural, através do fortalecimento de sua identidade sexuada, para que esse elemento mortífero materno permaneça encravado no inconsciente amencial.

### **5.3. Implicações técnicas para a atuação do analista**

O entendimento do campo psicopatológico como contínuo nos coloca a perspectiva de que quase nunca estaremos lidando com estruturas psicopatológicas puras: há sempre algo do desligado que ameaça a tópica, e há sempre possibilidades de ligação presentes. A alternância dessas duas categorias, juntamente com uma série de particularidades de

construção da tópica, nos fornece as diferentes nuances e gradações das posições subjetivas, como vimos nos capítulos anteriores.

Nesse sentido, sempre haverá o recurso a dois tipos primários de intervenção: de um lado, as intervenções clássicas da psicanálise, ligadas à própria noção de análise enquanto desconstrução, que trabalham via destradição, desligamento, desfazendo traduções rígidas para que vigore uma maior liberdade subjetiva de utilização dos recursos psíquicos de cada um. Podemos pensar, nesse sentido, em casos nos quais o compromisso entre o mortífero e o Eu é muito rígido. Pode-se vislumbrar possibilitar, via destradição de formações egóico-defensivas, a existência de formas mais fluidas de compromisso, objetivando que o paciente possa gastar seus recursos com outras atividades que não a manutenção compulsiva de uma defesa rígida.

De outro lado, o recurso a uma gama de intervenções que surgiu a partir dos casos mais regredidos e/ou limítrofes, mas que atualmente se estende, em algum grau, a todos os casos: trata-se de intervenções de ligação, de ajuda à tradução, de continência. Nesse sentido, podemos pensar que, diante da presença de elementos encravados e mortíferos em todos nós, a própria situação analítica, como afirma Laplanche (1993/1987), tem também a função de continência, de promover uma base mínima de ligação para que o desligamento possa aparecer. Para além da própria situação analítica, podemos pensar em casos onde a tópica não se consolidou bem, ou em outros em que subsiste certa instabilidade da clivagem, favorecendo os efeitos mortíferos do amencial.

Trabalhar a partir da localização subjetiva no *continuum*, assim, significa desprender-se dos imperativos categóricos binaristas que ditam uma direção clínica obrigatória para

determinada categoria nosográfica. Trata-se, afinal, de guiar-se metodologicamente pelo seu objeto de intervenção – o paciente –, e não por uma categoria transcendente na qual o sujeito (quase) nunca se encaixará perfeitamente. Ao mesmo tempo, a continuidade nos fornece uma base de comparação entre os casos, sem que isso signifique o retorno à clínica do um a um, na qual, em última instância, não é possível construir uma teoria da clínica.

## CONCLUSÃO

Buscamos, nesta tese, construir as bases teóricas para uma psicopatologia continuísta. Partimos de alguns apontamentos sobre o discreto e o contínuo em Freud, para localizar em Lacan o auge de um pensamento descontínuo em psicanálise. Após criticarmos os pontos que, acreditamos, apontam um limite dessa concepção, passamos a apresentar os fundamentos para pensarmos um modelo de inconsciente e de tópica psíquica que nos permita situar a continuidade. Para tal, recorreremos a Laplanche e aos novos fundamentos que ele propõe para a psicanálise, fazendo avançar alguns debates contemporâneos e buscando entender a psicopatologia em uma dupla via: de um lado, a partir dos elementos de desligamento e sua força disruptiva na tópica; de outro, das formas de ligação e de tradução que mantêm a coesão da tópica e do Eu.

A continuidade, a partir dessa compreensão, se mostra em duas direções que se encontram: uma delas se apresenta em termos de maior ou menor presença de elementos encravados e do desligamento na tópica; a outra considera a maior ou menor presença de elementos defensivos e de ligação. Ao pensarmos a continuidade no plano da defesa, reinterpretemos alguns marcos teóricos presentes em Freud e Lacan a partir das relações entre o gênero e a constituição subjetiva, como é o caso do complexo de castração, do complexo de Édipo, da significação fálica e do Nome-do-Pai, situando seu caráter defensivo. Sobre essa interpretação, cabem algumas palavras no sentido de entender tal empreendimento teórico no âmbito da psicopatologia psicanalítica.

Para se chegar a uma compreensão satisfatória das psicoses, com sua dupla-face clínica, Laplanche (1992/1972, p. 127, tradução nossa) aponta a necessidade de que a teoria psicanalítica consiga articular suas duas grandes vertentes sobre o tema: de um lado, a

concepção de que a principal causa da psicose seria um “déficit de algum elemento chave no campo simbólico”; de outro, a concepção de que a psicose relacionar-se-ia a um “déficit na formação e na coerência do Eu”. Pois bem, buscamos contribuir para essa tarefa de articulação localizando dois elementos simbólicos – o falo e a instauração do Nome-do-Pai – como pilares do processo de narcisização e de ligação, fundamentais para a consolidação dos limites do Eu e da tópica. Assim, o entendimento continuísta aparece como possibilidade de articulação de diferentes paradigmas teóricos, que, não obstante, têm uma base comum ao tomarem o inconsciente e a pulsão como produtos da ação do outro sobre a constituição do sujeito.

Acreditamos que essa abordagem continuísta, além de superar certos enrijecimentos teóricos, fornece uma possibilidade mais precisa de leitura clínica dos diferentes casos, de um lado diferenciando-se da lógica binarista que, tal qual um leito de Procusto, cerceia os diagnósticos; de outro lado, fornecendo uma base teórica para a comparação das diferentes possibilidades de localização subjetiva, já que o caráter único dos casos não pode nos impedir de compará-los e a partir deles produzir uma teoria da clínica. Buscamos exemplificar esses pontos a partir de quatro fragmentos clínicos, embora as discussões clínicas e diagnósticas suscitadas pelo modelo proposto, naturalmente, não se limitem aos aspectos ali discutidos.

Cabe, enfim, reconhecer que trabalhamos aspectos que consideramos fundamentais para se pensar a etiologia e a manutenção das duas grandes formas de sofrimento psíquico, sem com isso deixar de reconhecer o papel de outros fatores relevantes, tais como o papel da mãe e da invasão materna na etiologia das psicoses, o papel do supereu que, apesar de tangenciado em alguns momentos da tese, também merece um maior aprofundamento, e

os aspectos da transmissão intergeracional de mensagens enigmáticas, que também despertam grande interesse para a compreensão da etiologia das psicoses.

No aspecto clínico, as diferentes nuances e configurações da transferência no escopo do *continuum* entre neuroses e psicoses são um aprofundamento importante a ser futuramente trabalhado (nesse sentido, Dejours [2014] fornece importantes linhas de pensamento ao discutir a chamada “mineralização” do analista na relação transferencial).

Finalmente, aludimos à possibilidade de fazer avançar os diálogos com outras tradições psicanalíticas, como é o caso das correntes anglo-saxônicas e toda a tradição das relações de objeto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Altoé, Sônia & Martinho, Maria Helena. (2012). A noção de estrutura em psicanálise. *Estilos da Clínica*, 17(1), 14-25.
- Andrade, Fernando de (2016). “Como pisar no coração de uma mulher (ou, do estranho remorso de Baltazar Serapião)”. In: *Anais do V Congresso Nacional de Psicanálise, Direito e Literatura: leituras interdisciplinares sobre violências de gênero – o remorso de Baltazar Serapião* [realização UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais]. Rio de Janeiro: Synergia Editora.
- Andrade, Fernando de & Maia, Luís (2007). Uma Análise Epistemológica da Teoria da Sedução Generalizada: Contribuições Atuais para a Cientificidade da Psicanálise. *Estudos de Psicanálise*, Salvador, n. 30, pp. 65 – 76.
- André, Jacques (1995). *Aux origines féminines de la sexualité*. Paris: PUF.
- André, Jacques (1996). *As origens femininas da sexualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Anzalone, Ernesto (2015). *A histeria contemporânea: Sintomas, discurso e lugar social* (tese de doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- American Psychiatric Association (2014). *DSM-V Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais* (5a ed.). Porto Alegre, RS: ArtMed.
- Aristóteles (sem data). *Física*. (Guillermo R. de Echandía Trad.) In *Biblioteca de grandes pensadores*, (Vol. 1, pp. 469-707).
- Barreto, Francisco Paes & Iannini, Gilson (2017). Introdução à psicopatologia lacaniana. In: Teixeira, A. & Caldas, H (orgs.). *Psicopatologia lacaniana*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Beer, M. Dominic (1996). Psychosis: A History of the Concept. *Comprehensive Psychiatry*, Vol. 37, No. 4 (July/August), pp 273-291.
- Bento, Berenice (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.

- Binet, A. (1888). *Le fétichisme dans l'amour. Études de psychologie expérimentale*. Paris: Octave Doin.
- Bleichmar, Silvia (1993). *Nas origens do sujeito psíquico: do mito à história*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bleichmar, Silvia (1994). *A fundação do inconsciente: destinos da pulsão, destinos do sujeito*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bleichmar, Silvia (2009). *Paradojas de la sexualidad masculina*. Buenos Aires: Paidós.
- Borges, G. M., & Cardoso, M. R. (2011) A repetição onírica do “terror”: limites da representação. In C. A. Garcia, & M. R. Cardoso (Org.). *Limites da clínica: Clínica dos limites* (pp.103-116). Rio de Janeiro: Cia de Freud: FAPERJ.
- Breuer, J. & Freud, S. (2016/1895) *Estudos sobre histeria* (Coleção Obras completas de Freud, vol. 2, tradução Laura Barreto, revisão da tradução Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras.
- Brodsky, Graciela (2011). *Loucuras discretas: um seminário sobre as chamadas psicoses ordinárias*. Belo Horizonte: Scriptum.
- Brolezzi, Antônio Carlos (1996). *A Tensão entre o Discreto e o Contínuo na História da Matemática e no Ensino de Matemática* (tese de doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Butler, Judith (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge.
- Butler, Judith (2002). Como os corpos se tornam matéria (entrevista para Prins, Baukje, & Meijer, Irene Costera). *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 155-167. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>.
- Butler, Judith (2003/1990). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Calich, José Carlos (2006). Pour “faire travailler” la topique laplancheienne. *Le concept d'inconscient selon Jean Laplanche*, *Psychiatrie Française*, vol.XXXVII, pp.34-44.

- Calligaris, Contardo (2013/1989). *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*. São Paulo: Zagodoni Ed.
- Campanário, Isabela Santoro, & Pinto, Jeferson Machado. (2006). Nos limites da linguagem: a holófrase e sua incidência na clínica da primeira infância. *Reverso*, 28(53), 51-59. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-3952006000100008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-3952006000100008&lng=pt&tlng=pt).
- Cardoso, Marta Rezende (2002). *Superego*. São Paulo: Escuta.
- Cardoso, Marta Rezende (2004). *Limites*. São Paulo: Escuta.
- Cardoso, Marta Rezende (2017). Repensando o trauma e o intraduzível com Jean Laplanche. In: Ribeiro, P. C., Carvalho, M.T.M., Cardoso, M.R. & Tarelho, L.C (2017). *Por que Laplanche?*. São Paulo: Zagodoni Ed.
- Carvalho, Maria Teresa de Melo (2001). Transtornos da memória e fracasso do recalçamento na clínica psicanalítica da criança. *Psychê*, Ano V, n. 8.
- Coelho dos Santos, Tânia. (2008). Sobre os princípios da psicopatologia psicanalítica: sexualização e invenção. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 11(1), 55-68. <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142008000100006>.
- Couto, Luis Flávio Silva & Souza, Marcelo Fonseca Gomes (2013). O estruturalismo em Jacques Lacan: da apropriação à subversão da corrente estruturalista no estabelecimento de uma teoria do sujeito do inconsciente. *Ágora*, XVI(2), 185-200.
- Cottet, Serge (2012). *L'inconscient de papa et le nôtre*. Paris: Éditions Michèle.
- Craia, Eladio C. P. (2002). *A problemática ontológica em Gilles Deleuze*. Cascavel: Edunioeste.
- David-Ménard, Monique (1998). *As construções do universal: psicanálise, filosofia*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Dejours, Christophe (2001). *Le corps, d'abord*. Paris: Éditions Payot & Rivages.
- Dejours, Christophe (2012). Acidentes da sedução e teoria do corpo. *Psicologia em Estudo*, 17(3), 393-401. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000300005>.

- Dejours, Christophe (2014). *Clivage et déni, inconscient amental (Dejours), inconscient enclavé (Laplanche): la troisième topique*. Inédito.
- Deleuze, Gilles (1965). *Nietzsche*. Lisboa: Edições 70.
- Deleuze, Gilles. (1992). Rachar as coisas, rachar as palavras. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Deleuze, Gilles (2006/1972). Em que se pode reconhecer o estruturalismo?. In: *Deleuze* (2006). A ilha deserta. São Paulo: Iluminuras.
- Derrida, Jacques (2007/1980). O carteiro da verdade. In: *O cartão-postal: de Sócrates a Freud e além* (Lessa, A. V. & Perelson, S., trads.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Dosse, Françoise (2007/1992). *História do estruturalismo*. Bauru, SP: EDUSC.
- Dunker, Christian Ingo Lenz (2016). *Por que Lacan?* São Paulo: Zagodoni.
- Ellis, H. (1927). Auto-erotism: a study of the spontaneous manifestation of the sexual impulse. In: *Studies in the psychology of sex*. Vol. 1. London: Project Gutenberg. (Trabalho original publicado em 1898).
- Ferraz, Flávio Carvalho (2011). O primado do masculino em xeque. In: Ferraz (2011), *Ensaaios Psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- França Neto, Oswaldo (2008). Considerações sobre o Nome-do-Pai. *Revista Estudos Lacanianos*, v. 1, p. 75-84.
- Gama, Vanessa Campbell da, & Bastos, Angélica. (2010). A feminização na psicose: empuxo-à-mulher e erotomania. *Psicologia Clínica*, 22(1), 141-156. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652010000100009> .
- Garcia, Célio (1996). Graças à letra “soft”, a estrutura “hard” dura. In: *Estruturalismo: memórias e repercussões* (pp.187-198). Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda.
- Guimarães, Lêda. Um modo de fazer consistir o pai. *Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, n. 56, pp. 50-70.

- Greenson, R. R. (1968). Dis-identifying from mother. *International Journal of Psychoanalysis*, vol. 49, pp. 370-374.
- Krafft-Ebing, R. V. (1950/1886). *Psychopathia sexualis*. Paris: Payot.
- Freud, S. (1996/1894). As neuropsicoses de defesa. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (direção geral da tradução Jaime Salomão, vol. III, pp. 53-73). Rio de Janeiro: Imago Ed.
- Freud, S. (1996/1895). Projeto para uma Psicologia científica. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (direção geral da tradução Jaime Salomão, vol. I, pp. 333-454). Rio de Janeiro: Imago Ed.
- Freud, S. (1996/1896). Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa. *Op. Cit.*, vol. III, pp. 163-183.
- Freud, S. (1996/1897). Rascunho M. *Op. Cit.*, vol. I.
- Freud, S. (1996/1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *Op. Cit.*, vol. VII.
- Freud, S. (1996/1908). Sobre as teorias sexuais das crianças. *Op. Cit.*, vol. IX, pp. 189-204.
- Freud, S. (1996/1909). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. *Op. Cit.*, vol. X.
- Freud, S. (1996/1910). Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância. *Op. Cit.*, vol. XI.
- Freud, S. (1996/1915a). O inconsciente. *Op. Cit.*, vol. XIV, pp. 171-222.
- Freud, S. (1996/1915b). Suplemento Metapsicológico à Teoria dos Sonhos. *Op. Cit.*, vol. XIV, pp. 225-244.
- Freud, S. (1996/1917). Freud, S. (1917). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. *Op. Cit.*, vol. XVII.
- Freud, S. (1996/1923). A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. *Op. Cit.*, vol. XIX, pp.155-161.
- Freud, S. (1996/1924a). Uma breve descrição da Psicanálise. *Op. Cit.*, vol. XIX, pp. 211-234.

- Freud, S. (1996/1924b). A dissolução do complexo de Édipo. *Op. Cit.*, vol. XIX, pp. 191-199.
- Freud, S. (1996/1925). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. *Op. Cit.*, vol. XIX, pp. 273-287.
- Freud, S. (1996/1926). Inibições, sintomas e ansiedade. *Op. Cit.*, vol. XX, pp.81-171.
- Freud, S. (1996/1931). Sexualidade feminina. *Op. Cit.*, vol. XXI.
- Freud, S. (2004/1914). À guisa de introdução ao narcisismo. In: Freud, S. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente* (Hans, Luiz Alberto coord. geral da tradução, Coleção Obras psicológicas de Sigmund Freud, vol. 1, pp.95-132). Rio de Janeiro: Imago Ed.
- Freud, S. (2007/1927). Fetichismo. *Op. Cit.*, vol. 3, pp. 159-170.
- Freud, S. (2007/1938). A cisão do Eu no processo de defesa. *Op. Cit.*, vol. 3, pp. 171-180.
- Freud, S. (2010/1911). O caso Schreber. In: *Observações Psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("o caso schreber")*, artigos sobre técnica e outros textos (Coleção Obras Completas de Freud, tradução Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, vol. 10.
- Freud, S. (2014/1940). Compêndio de Psicanálise. In: Freud, S. *Compêndio de Psicanálise e outros escritos inacabados* (tradução Pedro Heliodoro, Coleção Obras Incompletas de Freud, pp. 15-196). Belo Horizonte: Autêntica Ed.
- Freud, S. (2016/1895). Manuscrito H. In: Freud, S. *Neurose, Psicose, Perversão* (tradução Maria Rita Salzano Moraes, Coleção Obras Incompletas de Freud, pp. 315-364). Belo Horizonte: Autêntica Ed.
- Freud, S. (2016/1896a). Carta 112[52]. *Op. Cit.*, pp. 35-45.
- Freud, S. (2016/1896b). Manuscrito K. *Op. Cit.*, pp. 23-34.
- Freud, S. (2016/1924a). Neurose e Psicose. In: Freud, S. *Neurose, Psicose, Perversão* (tradução Maria Rita Salzano Moraes, Coleção Obras Incompletas de Freud, pp. 271-278). Belo Horizonte: Autêntica Ed.

- Freud, S. (2016/1924b). A perda da realidade na neurose e na psicose. In: Freud, S. *Neurose, Psicose, Perversão* (tradução Maria Rita Salzano Moraes, Coleção Obras Incompletas de Freud, pp. 279-286). Belo Horizonte: Autêntica Ed.
- Freud, S. (2017/1937a). A análise finita e a infinita. In: Freud, S. *Fundamentos da Clínica Psicanalítica* (tradução Cláudia Dornbuch, Coleção Obras Incompletas de Freud, pp. 315-364). Belo Horizonte: Autêntica Ed.
- Freud, S. (2017/1937b). Construções na análise. *Op. Cit.*, pp. 365-382.
- Geller, Silvia (2011). Transexualismo hi-tech. In: *Scilicet: a ordem simbólica no século XXI*. BH: Scriptum.
- Gilmore, David (1994). *Hacerse Hombre: Concepciones Culturales de La Masculinidad*. Barcelona: Paidós.
- Gontijo, Felipe Antônio Fernandes (2014). *Os modelos discreto e contínuo na psicopatologia freudiana das neuroses e psicoses* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Hanns, Luiz (1996). *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Herrmann, Maurício Castejón. (2004). O real na psicose. *Psicologia USP*, 15(1-2), 279-293. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642004000100025> .
- Horney, K. (1971). *La psychologie de la femme*. Paris: Payot.
- Iannini, G. P. M. (1998). *Estrutura e sujeito: a máquina original de Jacques Lacan* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Kaufmann, Henri (2006). Nome-do-pai e sintoma: da transcendência à exceção. *Curinga*, 23, Belo Horizonte.
- Kernberg, O. F. (1967). Borderline Personality Organization. *Journal of American Psycho. Anal. Association*, 15, 641-685.
- Klein, Melanie (1991/1946). “Notas sobre alguns mecanismos esquizóides”. In: *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago.

- Lacan, Jacques (1985/1955-56). *O seminário, livro III: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, Jacques (1985/1972-73). *O Seminário, livro 20*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, Jacques (1998/1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: Lacan, J. *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, Jacques (1998/1957). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. *Op. Cit.*, pp. 496-533.
- Lacan, Jacques (1998/1958a). A significação do falo. *Op. Cit.*, pp. 692-703.
- Lacan, Jacques. (1998/1958b). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. *Op. Cit.*, pp.537-590.
- Lacan, Jacques (1998/1960). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. *Op. Cit.*, pp. 653-691.
- Lacan, Jacques (1998/1964). Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval. *Op. Cit.*, pp. 843-864.
- Lacan, Jacques (1999/1957-1958). *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, Jacques (2003/1966). Pequeno discurso no ORTF. In: Lacan, Jacques. *Outros escritos* (pp.226-234). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, Jacques (2003/1970). Radiofonia. *Op. Cit.*, pp. 400-447.
- Lacan, Jacques (2003/1972). O aturdido. *Op. Cit.*, pp. 448-497.
- Lacan, Jacques (2003/1976). Prefácio à edição inglesa do Seminário 11. *Op. Cit.*, pp. 567-569.
- Lacan, Jacques (2005/1962-1963). *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, Jacques (2005/1963). *Nomes-do-pai* (tradução André Telles). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

- Lacan, Jacques (2007/1975-1976). *O seminário, livro 23: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, Jacques (2008/1975). *O seminário, livro XX: mais, ainda*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Laplanche, Jean (1981). *El estructuralismo, ¿sí o no? Trabajo del psicoanálisis*, vol. 1, n. 1.
- Laplanche, Jean (1985). *Fantasia originária, fantasias das origens, origem das fantasias*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- Laplanche, Jean (1988/1980). *Castração: simbolizações (Problemáticas II)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, Jean (1989/1980). *Problemáticas III: a sublimação*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, Jean (1992a). *La révolution copernicienne inachavée*. Paris: PUF.
- Laplanche, Jean (1992b). Traumatisme, traduction, transfert et autres tras(es). In: Laplanche, J. *La révolution copernicienne inachavée* (pp.255-272). Paris: PUF.
- Laplanche, Jean (1992c). Implantation, intromission. Op. Cit., pp.355-358.
- Laplanche, Jean (1992d). La pulsion de mort dans la théorie de la pulsion sexuelle. *Op. Cit.*, pp. 273-286.
- Laplanche, Jean (1992/1972). Le traitement psychanalytique des états psychotiques. In: *La révolution copernicienne inachavée*. Paris: PUF.
- Laplanche, J. (1992/1981). *O inconsciente e o id*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, Jean (1992/1987). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, Jean (1993/1980). *Problemáticas I: a angústia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, Jean (1993/1987). *Problemática V: A tina – a transcendência da transferência*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, Jean (1997/1993). *Freud e a Sexualidade: o Desvio Biologizante*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

- Laplanche, Jean (1999/1993). Court traité de l'inconscient. In: *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF.
- Laplanche, Jean (1999/1994). La psychanalyse comme anti-herméneutique. In: *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF.
- Laplanche, Jean (2003). Le genre, le sexe, le sexual. In: Chabert, C. (org.) *Sur la théorie de la séduction*. Paris: Édition In Press.
- Laplanche, Jean (2015/2002). Os fracassos da tradução. In: Laplanche, J. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano* (pp.116-130). Porto Alegre: Dublinense.
- Laplanche, Jean (2015/2003a). Três acepções da palavra “inconsciente” no âmbito da teoria da sedução generalizada. In: Laplanche, J. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano* (pp.190-206). Porto Alegre: Dublinense.
- Laplanche, Jean (2015/2003b). O gênero, o sexo e o sexual. In: Laplanche, J. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano* (pp.154-189). Porto Alegre: Dublinense.
- Laplanche, Jean (2015/2006a). Incesto e sexualidade infantil. In: Laplanche, J. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano* (pp.265-279). Porto Alegre: Dublinense.
- Laplanche, Jean (2015/2006b). Castração e Édipo como códigos e esquemas narrativos. In: Laplanche, J. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano* (pp.280-287). Porto Alegre: Dublinense.
- Laplanche, J. & Leclaire, S. (1992/1959). O inconsciente, um estudo psicanalítico. In: Laplanche, J. *O inconsciente e o id*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. & Pontalis (2001). *Vocabulário da Psicanálise* (tradução Pedro Tamen, 4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Lattanzio, Felipe Figueiredo (2011). *O lugar do gênero na psicanálise: Da metapsicologia às novas formas de subjetivação* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Lattanzio, Felipe Figueiredo & Barbosa, Rebeca Rolfs (2013). Grupos de gênero nas intervenções com as violências masculinas: paradoxos da identidade, responsabilização e

- vias de abertura. In: Lopes, Paulo Victor Leite & Leite, Fabiana (orgs.). *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública*. Rio de Janeiro: Iser.
- Lattanzio, Felipe Figueiredo & Ribeiro, Paulo de Carvalho (2012). Recalque originário, gênero e sofrimento psíquico. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 3, p. 507-517, jul./set.
- Lattanzio, Felipe Figueiredo & Ribeiro, Paulo de Carvalho (2016). Represión originaria, género y sufrimiento psíquico. *Après-coup*, nº2, 2016/2.
- Lattanzio, Felipe Figueiredo, & Ribeiro, Paulo de Carvalho. (2017). Transexualidade, psicose e feminilidade originária: entre psicanálise e teoria feminista. *Psicologia USP*, 28(1), 72-82. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-656420140085> .
- Laurent, E. (2005). *O Nome-do-Pai entre Realismo e Nominalismo*. Opção Lacaniana, 44, 92-105. São Paulo: Eólia.
- Laurent, E. (2012). Falar com seu sintoma, falar com seu corpo. *VI Encontro Americano de Psicanálise de Orientação Lacaniana, XVIII Encontro Internacional do Campo Freudiano*, Buenos Aires. Recuperado em 2018 de [www.enapol.com/pt/template.php?file=Argumento/Hablar-con-el-proprio-sintoma](http://www.enapol.com/pt/template.php?file=Argumento/Hablar-con-el-proprio-sintoma) .
- Laqueur, T. (2001) *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Lichtenstein, H. (1961). Identity and sexuality. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, vol. 9, n. 12, pp. 179-259.
- Lima, Mônica Assunção (2006). *Lacan, um pós-estruturalista?*. Interações, vol. XII, núm. 22, julho-dezembro, pp. 231-260.
- Lucero, Ariana (2015). *Relação de objeto e constituição subjetiva: considerações sobre o objeto a em Jacques Lacan* (Tese de doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- Lucheti, Alberto (2006). Quelques questions sur l'inconscient enclavé: ses contenus, son organisation, ses changements possibles. *Le concept d'inconscient selon Jean Laplanche*, *Psychiatrie Française*, vol. XXXVII. pp.110-117.

- Mandil, R. A (1999). *Os efeitos da letra – Lacan leitor de Joyce*. (Tese de doutorado). Belo Horizonte: UFMG.
- Martens (2006). Psychanalyse et science, Sur le zinc avec Karl Popper ou de l'inconvénient d'accomoder les fraises comme les échalotes. *Le concept d'inconscient selon Jean Laplanche*, Psychiatrie Française, vol.XXXVII, pp.118-135.
- Mazzuca, Roberto (2001). La invención freudiana de la psicosis. In: Mazzuca, R. *Las psicosis* (pp.11-32). Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires.
- Miller, Jacques-Alain (1981-1982). Escansões no ensino de J. Lacan (1981-1982). Inédito.
- Miller, Jacques-Alain (1987). *Percurso de Lacan: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Miller, Jacques-Alain et al. (1998). *A conversação de Arcachon: os casos raros, inclassificáveis da clínica psicanalítica*. São Paulo: Biblioteca Freudiana Brasileira.
- Miller, Jacques-Alain (1998/1986-1987). *Os signos do Gozo*. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- Miller, Jacques-Alain (2002-2003). *Un esfuerzo de poesía*. Buenos Aires: Paidós.
- Miller, Jacques-Alain (2009/2006-2007). *Perspectivas do Seminário 23 de Lacan: O sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Miller, Jacques-Alain (2010a). Efeito do retorno à psicose ordinária. *Opção lacaniana online*, ano 01, n. 03.
- Miller, Jacques-Alain (2010b). Foraclusão generalizada. In: Batista, Maria do Carmo Dias; Laia, Sérgio (orgs.). *Todo mundo delira* (pp.15-43). Belo Horizonte: Scriptum.
- Miller, Jacques-Alain (2013). *El ultimísimo Lacan*. Buenos Aires: Paidós.
- Milner, Jean-Claude (1996). *A Obra Clara? Lacan, a ciência, a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Milner, Jean-Claude (2002). *Le périple structural: Figures et paradigme*. France: Editions Verdier.

- Näcke, P. (1899). *Kritisches zum Kapitel der normalen und pathologischen Sexualität*. In: Arch. Psychiat. Nervenkrankh.
- Nietzsche, Friedrich (2006). *Crepúsculo dos ídolos, ou, Como se filosofa com o martelo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- O'Shaughnessy, Edna (1994). "Psicose: o não pensar num mundo bizarro" In: Anderson, R. (Org.) *Conferências clínicas sobre Klein e Bion*. Rio de Janeiro: Imago, p. 103-116.
- Pinto, Jeferson M. (1996). Lacan e o ideal do Matema. In: *Estruturalismo: memórias e repercussões* (pp.187-198). Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda.
- Pinto, Jeferson M. (2004). Contingência do falo: a perversão e a lógica do semblant. In: Portugal, A. M., Furtado, A. A. P., Rodrigues, G. V., Bahia, M. A. & Gontijo, T. (orgs.). *Destinos da sexualidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Prins, Baukje, & Meijer, Irene Costera. (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 155-167. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009> .
- Quinet, Antonio (2005). *As 4 + 1 condições de análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ribeiro, Paulo de Carvalho (1992). *Identification, refoulement et castration: étude sur les effets du refoulement de l'identification à la mère dans la constitution de l'inconscient chez l'individu et dans l'élaboration de l'oeuvre de Freud*. (Tese de doutorado). Université Paris VII.
- Ribeiro, Paulo de Carvalho (1993). Oedipe et castration selon le Petit Hans. *Psychanalyse à L'université*, Paris, v. 18, n. 70, p. 47-70.
- Ribeiro, Paulo de Carvalho (1997). Rumo a uma teoria psicanalítica da feminilidade. *Cadernos de psicologia*, vol. 7, n. 1, pp. 123-136.
- Ribeiro, Paulo de Carvalho (2000). *O problema da identificação em Freud: recalçamento da identificação feminina primária*. São Paulo: Escuta.
- Ribeiro, Paulo de Carvalho (2001). O Real é Sexual: Mal-Estar na Clínica Lacaniana das Psicoses. *Percurso*. São Paulo, v. 27, p. 113-125.

- Ribeiro, Paulo de Carvalho (2007). Identification passive, genre et séduction originaire. *Psychiatrie Française*, v. 38, pp. 21-48.
- Ribeiro, Paulo de Carvalho (2016). O sexual, o fático e o orifical a partir da teoria da sedução generalizada. *Percurso*, n. 56/57, ano XXIX, pp. 105-112.
- Ribeiro, P. C. & Carvalho, M. T. M. (2001) Tá tudo dominado: adolescência e violência originária. In: Marta Rezende Cardoso (Org.). *Adolescência: Reflexões Psicanalíticas*. Rio de Janeiro: Faperj, Nau Editora, p. 55-67.
- Ribeiro, P. C., Carvalho, M.T.M., Cardoso, M.R. & Tarelho, L.C (2017). *Por que Laplanche?*. São Paulo: Zagodoni Ed.
- Rosenfeld, Herbert (1988). “O tratamento dos estados psicóticos pela psicanálise – uma abordagem histórica”. In: *Impasse e interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, p. 316-347.
- Rosenfeld, David (2006). *The soul, the mind and the psychoanalyst: the creation of the psychoanalytic setting in patients with psychotic aspects*. London: Karnac Books.
- Sadala, Glória, & Martinho, Maria Helena. (2011). A estrutura em psicanálise: uma enunciação desde Freud. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 14(2), 243-258. <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982011000200006> .
- Santiago, Jésus (1996). Jacques Lacan – a estrutura dos estruturalistas e a sua. In: Mari, H., Domingues, I. & Pinto, Júlio. *Estruturalismo: memória e repercussões* (pp.217-226). Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda.
- Santiago, Jésus (2006). A clínica da Pai-Versão: um adeus ao pai morto. *Latusa: Para que serve um pai? Usos e versões*, n. 11, pp73-89.
- Scarfone, D. (1994). Ma mère, ce n'est pas elle. De la séduction à la négation, In *Colloque international de psychanalyse* Jean Laplanche. Paris: PUF.
- Scarfone, D. (1997). Jean Laplanche (Coll, Psychanalystes d'aujourd'hui). Paris: PUF.
- Silva Junior, Nelson da (2000). Metodologia psicopatológica e ética em psicanálise: o princípio da alteridade hermética. *Revista latino-americana de psicopatologia*

*fundamental* [online], vol.3, n.2, pp.129-138. ISSN 1415-4714.  
<http://dx.doi.org/10.1590/1415-47142000002008>.

Simanke, Richard Theisen (2009). *A formação da teoria freudiana das psicoses*. São Paulo: Edições Loyola.

Stearns, Peter N. (2017). *História das relações de gênero*. São Paulo: Contexto.

Stoller, R. (1968). A further contribution to the study of gender identity. *Internacional Journal of Psycho-Analysis*, 49, pp. 220-226.

Stoller, R. (1978). La difficile conquête de la masculinité. In: *L'identification, l'autre c'est moi*. Paris: Tchou Editores.

Tarelho, Luiz Carlos (1999a). *Paranoïa et théorie de la seduction generalisée*. Paris: PUF.

Tarelho, Luiz Carlos (1999b) Reflexões sobre a clínica psicanalítica das psicoses. *Psicopatologia fundamental online*, ano II, n. 3. Disponível em: <http://www.psicopatologiafundamental.org>.

Tarelho, Luiz Carlos (2004). *Paranoia y teoria de la seducción generalizada*. Madrid: Editorial Síntesis.

Tarelho, Luiz Carlos (2016). A tópica da clivagem e o supereu. *Percurso*, n.56/57, jun/dez., pp.133-142.

Tarelho, Luiz Carlos (2017). O descentramento do ser humano e o realismo do inconsciente na teoria laplancheana. In: Ribeiro, P. C., Carvalho, M.T.M., Cardoso, M.R. & Tarelho, L.C. *Por que Laplanche?* (pp.15-50). São Paulo: Zagodoni Ed.

Tarelho, Luiz Carlos (2018). Narcissisme, les forces de liaison et ses sources. Inédito.

Teixeira, Antônio (2000). Forclusão generalizada: como é possível não ser louco?. *Revista Curinga*: Há algo de novo nas psicoses, v.1, n.0, Escola Brasileira de Psicanálise - Seção Minas, n.31. ISSN: 1676-2495.

Teixeira, Antônio (2004). Conhecimento paranoico e saber científico. In: Iannini; Rocha; Pinto & Safatle. *O tempo, o objeto e o avesso: ensaios de filosofia e psicanálise*. Belo Horizonte: Autêntica.

Tessier, H. (2014). *Rationalisme et émancipation en psychanalyse: l'œuvre de Jean Laplanche*. Paris: Presses Universitaires de France.

Vidal, José (2015). Histeria rígida, ¿una nueva categoría clínica?. *Virtualia*, junho.

Zalcborg, Malvine (2003). *A relação mãe e filha*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Zenoni, Alfredo (2007). Versões do Pai na psicanálise lacaniana: o percurso do ensinamento de Lacan sobre a questão do pai. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 15-26, jun.